



2022 | V. 8, N. 2

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia

Universidade Federal do Paraná

ISSN 2316-9249

Universidade Federal do Paraná
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitoria: Profª. Drª. Graciela Bolzón de Muniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Profª. Drª. Simone Meucci
Vice-Coordenadora: Prof. Dr. Jaime Santos Júnior

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretora: Prof. Dr. João Frederico Rickli
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.
Campus Reitoria, Curitiba, v. 8, n. 2, jul. 2022. Semestral. ISSN: 2316-9249.

Comissão Editorial Executiva

Bhranda Patricia dos Santos, Dédallo Neves, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Lucas Camargo Gomes, Lucas Pinheiro Maciel Cioni, Mariana Gonçalves Felipe e Talita Cristine Rugeri.

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profª. Drª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Profª. Drª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Profª. Drª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Profª. Drª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Profª. Drª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Profª. Drª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Profª. Drª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Profª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

Diagramação

Dédallo Neves, Eduardo Russo Ramos e Talita Cristine Rugeri

Capa

Comissão Executiva Editorial

Crédito de Imagem

Grupo Cottonbro

Endereço Sociologias Plurais

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR
revistas.ufpr.br/scplpr | facebook.com/SociologiasPluraisUFPR
sociologiasplurais@gmail.com | [@sociologiasplurais](https://twitter.com/sociologiasplurais)

SUMÁRIO

Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

6

Traduções

Reconfigurar o tempo histórico: Moishe Postone e sua interpretação de Marx

Viren Murthy

Sergio Ricardo Oliveira

14

Artigos

“Empreender para alcançar o mundo”?! A reforma do Ensino Médio e o Ensino Técnico Integral

Maria Clara Pereira dos Santos

37

**As afinidades eletivas entre Walter Benjamin e Franz Kafka:
investigações sobre o messianismo judaico, a tradição doente e o
declínio da experiência**

Flávio Borges Faria

60

**Divisão sexual do trabalho: articulando conceitos em um diálogo com o
filme “Que horas ela volta?”**

Vivian Hatsumi Makia

83

O conflito federativo no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte

Renata de Leorne Salles

103

Políticas públicas de direito à alimentação no sistema prisional do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19

Marilha Gabriela Reverendo Garau

Joyce Abreu de Lira

Vanessa Kopke

122

O problema da alienação do trabalho em Marx e a necessidade de sua supressão

Arthur Guilherme Monzelli

147

Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola: análise da definição da agenda política

Chocolate Adão Brás

170

De escrava sexual e ama de leite à docente na Casa-Grande: percepções e vivências de mulheres negras no ensino superior em uma universidade da Amazônia

Isabelle de Oliveira Costa

John Henry de Oliveira Vale

Livia Cristinne Arrelias Costa

203

Do acontecimento à luta: uma análise sobre o movimento Mães de Maio como uma ação coletiva conflitual

Thaís da Rosa Alves

226

O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)

Eder Renato de Oliveira

242

Aprendizagem em Sociologia: o que discutem as dissertações do ProfSocio (2020-2021)

Lucas Oliveira Souza

267

Espaço Graduação

Gramsci e a crítica do Estado e do Direito

Bruno de Oliveira Cruz

Gabriel Alves Fonseca

285

O aspecto ideacional como fator constrangedor das estratégias de *lobby* na aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil

Victor Lopes Mendes Roland

306

O ensino de Sociologia no Brasil: estudo sobre a produção acadêmica do Grupo de Trabalho “Ensino de Ciências Sociais” da ANPOCS entre 2020 e 2021

Joziane de Azevedo Cruz

325

Resenhas

**Examinando o racismo de narrativas colonialistas transatlânticas:
resenha do livro *Decolonizing sambo*, de Shirley Anne Tate**

João Victor A. Krieger

344

Nominata de pareceristas

352

APRESENTAÇÃO

Publicado em julho de 2022, o segundo número do oitavo volume da Revista Sociologias Plurais traz consigo uma nova oportunidade para a veiculação de importantes debates para a artesanaria das Ciências Sociais no Brasil. Editada ao longo do último semestre, a presente edição não pôde se abster das preocupações e inseguranças que ainda reverberam no cenário acadêmico nacional após o fechamento abrupto de 12 programas de pós-graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul. São cerca de 40 professoras e professores demitidos e um número ainda maior de estudantes afetados por uma decisão que reflete a drástica situação da educação brasileira, que só parece ter direito de existir em função dos antolhos da imediata aplicabilidade e rentabilidade de mercado. Nesse cenário, em que mesmo décadas de excelência de produção científica parecem não carregar consigo valor algum e tudo se passa como se o Brasil, norteador por uma enviesada noção equilíbrio financeiro, não precisasse conhecer a si mesmo, o papel dos periódicos científicos permanece como uma teimosa construção cotidiana do saber à serviço do país e de sua comunidade universitária.

Entre artigos e resenhas, a presente edição conta com 16 textos produzidos por 21 estudantes de graduação e pós-graduação, pertencentes a 14 universidades brasileiras e estrangeiras. O rol de trabalhos que compõem esta edição explora um amplo conjunto de questões, que vai da discussão sobre a gênese teórica do Partido Comunista Brasileiro à luz de seu centenário, até a investigação sobre as experiências das docentes negras no ensino superior nacional, passando por temas como as obras de Walter Benjamin e Franz Kafka, o direito à alimentação da população carcerária no Brasil e o estudo dos movimentos de ação coletiva, como o "Mães de Maio".

O presente número é aberto por uma tradução inédita. *Reconfigurar o tempo histórico: Moishe Postone e sua interpretação de Marx* foi originalmente publicado em inglês pelo historiador e professor associado da University of Wisconsin-Madison, Viren Murthy, e é traduzido para o português por Sergio Ricardo Oliveira, professor substituto da Universidade do Estado do Amapá. No texto, Murthy encontra em Postone algo que as diferentes abordagens pós-estruturalistas não conseguiram ou se recusaram a fazer: a

oferta de um fôlego explicativo de ímpeto mais amplo para dar conta de uma análise sobre o capitalismo centrado no Estado ao longo do século XX, mas também a apresentação de explicações que permitam vislumbrar a possibilidade de liberdade no horizonte teórico e político. O autor nos lembra que as interpretações heterodoxas dos textos de Marx – já chamadas de *postonianas* – sobre o lugar do trabalho e do trabalhador na transformação desse regime de produção surgem não só como uma reconfiguração esclarecedora para um fio da meada do qual participam alguns dos principais nomes do marxismo no último século, mas também como uma ousada proposta de que cabe aos sujeitos históricos participarem do movimento paradoxal através do qual o capitalismo demanda a crítica e possibilita a ação política para a mudança social. Em âmbitos teóricos e políticos a tradução adensa a complexa trama de apropriações do marxismo contemporâneo no Brasil e, portanto, enriquece o debate nacional sobre o tema.

A seção dedicada aos artigos produzidos por estudantes de pós-graduação se inicia com "*Empreender para alcançar o mundo*"?! *A reforma do Ensino Médio e o Ensino Técnico Integral*. Escrito por Marica Clara Pereira dos Santos, mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF, o trabalho apresenta uma análise a respeito da implementação do curso de empreendedorismo em uma escola estadual do estado do Rio de Janeiro à luz da implementação do ensino técnico no cenário da última reforma do ensino médio. Através de observações participantes e entrevistas semi-estruturadas, a autora visa contribuir para uma reflexão sobre os desafios do Ensino Médio como um espaço de disputas de classe, tendo em vista a lógica neoliberal das reformas em vigor no cenário brasileiro.

O artigo seguinte, do Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília Flávio Borges Faria, constrói pontes interpretativas que ligam dois pensadores clássicos da interseção entre a crítica literária e o pensamento social. *As afinidades eletivas entre Walter Benjamin e Franz Kafka: investigações sobre o messianismo judaico, a tradição doente e o declínio da experiência* recupera a recepção do romancista tcheco pelo teórico da escola de Frankfurt em sua construção de uma contraposição entre um mundo pré-moderno tradicional e um mundo moderno marcado pela predominância da técnica como fator marcante da vida

cotidiana. Dessa forma, o trabalho observa o modo como Benjamin interpretou a tradição doente decantada nas obras kafkianas em sua crítica à barbárie contida no progresso histórico vivenciado na Europa do começo do século XX.

Da literatura à película, o texto seguinte, escrito por Vivian Hatsumi Makia, mestrande do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, propõe um encontro entre as obras de Helena Hirata, Danièle Kergoat e o cinema nacional. *Divisão sexual do trabalho: articulando conceitos em um diálogo com o filme “Que horas ela volta?”* analisa, tendo em vista o debate recolocado em 2015 pela obra da diretora Anna Muylaert, a dificuldade das mulheres em lidar com as demandas simultâneas da vida profissional e da vida familiar, agravada pela assimetria generificada da distribuição de tarefas, arraigada em processos históricos transpassados por fatores de raça e classe.

Em seguida, contamos com o artigo *O conflito federativo no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte*, escrito pela doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Minas, Renata de Leorne Salles. O texto discute o dissenso no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no cenário das tensas relações intergovernamentais brasileiras desde 2020, examinando os problemas de governança identificados no cenário mineiro a partir das condições institucionais já existentes até o início do cenário pandêmico, além de analisar algumas das políticas adotadas, com base em dados divulgados pelos órgãos institucionais regionais. Em sua investigação, a autora reforça os desafios das administrações municipais tendo em conta divergência com as diretrizes práticas e ideológicas adotadas pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, geradora de um desamparo diante dos conflitos do federalismo tripartido no Brasil posto como espaço de conflito entre perspectivas de gerências de crises públicas.

Ainda sobre os impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, a presente edição conta com o texto *Políticas públicas de direito à alimentação no sistema prisional do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19*, produzido por Marilha Gabriela Reverendo Garau, Joyce Abreu de Lira, Vanessa Kopke, ligadas à Universidade Federal Fluminense. A partir de uma pesquisa qualitativa, as autoras exploram a lacuna existente entre o direito fundamental à alimentação e a consolidação das políticas públicas referentes a esse direito dentro de unidades prisionais do estado do Rio de Janeiro nos últimos dois anos. O artigo em questão evidencia que, apesar das numerosas normativas

voltadas para a regulação do direito assegurada à alimentação da população carcerária, a estrutura prática oferecida pelo Estado ainda se mostra precária naquilo que se refere à implementação de políticas públicas, relegando a responsabilidade sobre tal tema - e, com ela, a garantia de uma vida digna - aos familiares dos encarcerados.

O sexto artigo desta seção, escrito por Arthur Guilherme Monzelli, doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, tem como título *O problema da alienação do trabalho em Marx e a necessidade de sua supressão*. Nele, o autor vasculha obras marxianas fundamentais e leituras póstumas como as de István Mészáros para entender como as noções de alienação e supressão se relacionam num diagnóstico do capitalismo do século XIX e como se relacionam às interpretações de Marx e Engels sobre o comunismo como regime de organização social.

Em seguida, o artigo *Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola: análise da definição da agenda política* discute a agenda política dos rumos educacionais da realidade angolana visíveis em torno da criação do Projeto de Criação de Escolas de Referência no país. Nesse texto, o aluno do Doutorado em Educação da Universidade Federal do Paraná, Chocolate Adão Brás, promove uma análise qualitativa apoiada em documentos e referenciais bibliográficos que apontam para a formulação do projeto como uma consideração de elementos ligados a necessidade de democratização do acesso à escola e de melhoria da qualidade do ensino no país e também como uma forma de responder às agendas internacionais como percebidas e organizadas na história recente do país.

O próximo texto, escrito por Isabelle de Oliveira Costa e John Henry de Oliveira Vale – vinculados à Universidade do Estado do Pará – e Livia Cristinne Arrelias Costa – ligada à Universidade Federal do Pará –, tem o título *De escrava sexual e ama de leite à docente na Casa-Grande: percepções e vivências de mulheres negras no ensino superior em uma universidade da Amazônia*. Construído a partir da análise de entrevistas semi-estruturadas, o artigo evidencia as marcas do racismo e do sexismo vinculados às experiências e às trajetórias das docentes negras do ensino superior da Região Norte do Brasil. O trabalho em questão pretende contrapor as alarmantes vivências de violência e opressão à narrativa pacificadora da democracia racial na realidade nacional.

O nono artigo desta seção se debruça sobre a passagem da ação coletiva ao movimento social, tendo em vista uma iniciativa brasileira existente há mais de uma década. Em *Do acontecimento à luta: uma análise sobre o movimento Mães de Maio como uma ação coletiva conflitual*, Thaís da Rosa Alves, Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, propõe uma análise dos documentos apresentados pelo *Mães de Maio* a fim de compreender as estratégias de atuação adotadas pelo grupo. A autora organiza sua análise a partir das ferramentas oferecidas pelos autores Guy Bajoit e Julien Vanhulst em seu olhar sobre os conflitos e a mudança social na América Latina.

Em seguida, o artigo de Eder Renato de Oliveira, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP - Marília, analisa como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) surge e se torna um elemento na construção da modernidade brasileira, especificamente no início de seu período republicano. No ano do centenário da fundação dessa importante instituição nacional, o texto *O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)* oferece um olhar atento para a atuação do PCB como um ator coletivo que marca sua presença no cenário político e no pensamento social da primeira metade do século XX no Brasil a partir da elaboração de uma teoria da revolução brasileira, focada no conflito entre agraristas e industrialistas.

A seção se encerra com *Aprendizagem em Sociologia: o que discutem as dissertações do ProfSocio (2020-2021)*, de Lucas Oliveira Souza, aluno do curso de Pós-graduação lato sensu em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Neste trabalho, o autor apresenta um mapeamento analítico sobre os trabalhos mais recentes que discutem o Mestrado Profissional de Sociologia em rede nacional. Examinando uma parte das produções encontradas sobre o tema, Souza observou que para além da variedade de assuntos através dos quais o tópico é abordado, percebe-se um grande número de pesquisas focadas pelos recursos didáticos do ensino de Sociologia no Brasil - sendo deixadas de lado produções sobre a aprendizagem na disciplina, bem como sua avaliação.

A seção *Espaço Graduação*, dedicada aos artigos de graduandas e graduandos, conta com três trabalhos no presente volume. Ela se inicia com *Gramsci e a crítica do Estado e do Direito*. No texto, os autores Bruno de Oliveira Cruz e Gabriel Alves Fonseca,

ambos ligados ao curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, exploram a forma como esses dois elementos são postos na elaboração gramsciana das análises de Marx e no enriquecimento oferecido pelo autor italiano às ideias do campo de interpretação da sociedade civil, bem como do papel do elemento jurídico dentro da estrutura estatal. Articulando o método dialético contra o que chama de uma insuficiência da universalidade abstrata como critério hermenêutico para a interpretação do Estado e do Direito, o autor defende a necessidade de um acesso crítico aos discursos veiculados pelos agentes da sociedade civil.

A seguir, a seção conta com o artigo de Victor Lopes Mendes Roland, bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, *O aspecto ideacional como fator constrangedor das estratégias de lobby na aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil*. Apoiado no modelo analítico do *Advocacy Coalition Framework* de Paul Sabatier, o autor se debruça sobre a circulação de ideias e narrativas como elementos de central importância nas disputas que marcam o processo de delimitação e elaboração de políticas públicas, tendo como objeto de análise a aprovação do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico Brasileiro.

Por fim, o texto de Joziane de Azevedo Cruz, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados, analisa como o ensino de Ciências Sociais é debatido em um dos principais encontros de pesquisa da área no Brasil. Nesse sentido, *O ensino de Sociologia no Brasil: estudo sobre a produção acadêmica do Grupo de Trabalho “Ensino de Ciências Sociais” da ANPOCS entre 2020 e 2021* mostra como a ampliação da estrutura e âmbito de atuação das universidades públicas, bem como o crescimento dos programas de pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais, potencializaram o crescimento das pesquisas voltadas ao tema na última década.

A presente edição ainda conta com a resenha do livro *Decolonizing sambo*, publicado por Shirley Anne Tate, em 2019. Escrita por João Victor A. Krieger, doutorando em Sociologia pela University of Alberta, a resenha reforça a localização de Tate nos estudos críticos sobre raça e colonialismo na contemporaneidade. Nesse sentido, *Examinando o racismo de narrativas colonialistas transatlânticas: resenha do livro Decolonizing sambo, de Shirley Anne Tate* argumenta pela compreensão do livro em sua possibilidade de construir ferramentas explicativas sobre estereótipos e narrativas que condicionam a vida de pessoas racializadas como não-brancas.

Ainda em tempo, neste número há a lista dos pareceristas que contribuíram gentilmente com uma leitura atenta, analisando e auxiliando na seleção dos trabalhos publicados nesta edição.

A Comissão Executiva Editorial da Revista Sociologias Plurais agradece a leitura de todas, todos e todes e espera contribuir com a artesanaria de uma Sociologia rigorosa e comprometida com o esforço de pensar o Brasil.

Henrique da Costa Valério Quagliato
Comissão Editorial Executiva

TRADUÇÕES

Reconfigurar o tempo histórico: Moishe Postone e sua interpretação de Marx¹

Viren Murthy²

Tradução de:

Sérgio Ricardo de Oliveira³

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

Desde a queda dos regimes socialistas em 1989 e a virada da China ao capitalismo de mercado pouco depois, o socialismo e o marxismo parecem ser coisas do passado. As sociedades que alguma vez pareceram resistir ao capitalismo e que legaram a esperança de uma alternativa capitularam, e seu sucesso é agora muitas vezes medido com respeito ao quanto podem desenvolver o capitalismo de mercado. Por exemplo, enquanto a Rússia é criticada por ter resvalado para a corrupção e políticas de tipo mafiosa, acadêmicos e até mesmo esquerdistas chineses elogiaram a China por fazer uma transição bem sucedida ao capitalismo ou ao desenvolvimento de uma forma alternativa de organização do mercado.⁴ De forma geral, os marxistas têm passado por tempos difíceis ao tratar das transformações que vêm ocorrendo desde o fim dos anos 1960 até a presente data. Em concreto, eles têm sido incapazes de captar criticamente tanto as sociedades socialistas como as capitalistas enquanto parte de uma forma de dominação global mais ampla. De fato, explícita ou implicitamente, os marxistas têm frequentemente pensado no bloco socialista como uma espécie de alternativa.

¹ Texto publicado originalmente sob o título “Reconfiguring historical time: Moishe Postone’s interpretation of Marx” no livro “History and heteronomy: critical essays”, organizado por Viren Murthy e Yasuo Kobayashi, no ano de 2009.

² *University of Wisconsin-Madison* (EUA). E-mail: vmurthy2@wisc.edu.

³ Professor substituto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: serge.rk@gmail.com.

⁴ Ver: CUI; UNGER, 1994. Este ensaio argumenta contra o “fetichismo institucional” quando lida com a China e a Rússia, assim defendendo que deveríamos ultrapassar as dicotomias de planejamento e mercado. Se por um lado isso é útil, o ensaio falha em oferecer categorias que expliquem as diferentes respostas da China e da Rússia às grandes transformações no capitalismo.

Após a queda do Muro de Berlim, a ausência de uma alternativa encorajou muitos ex-marxistas a abandonar o marxismo e a afirmar teorias, como o pós-estruturalismo ou a desconstrução. Essas teorias parecem ter a vantagem do abandono de narrativas totalizadoras e projetos grandiosos de emancipação humana. Elas oferecem a possibilidade de criticar a totalização, a racionalização e a burocratização (muitas vezes entendidas sob termos genéricos, como “violência” e “poder”), independentemente de se ocorreram em estados ostensivamente socialistas ou permeiam o capitalismo neoliberal que impera em nosso mundo hoje. Embora essas teorias tenham alguma aquisição crítica, elas são em geral incapazes de explicar as trajetórias históricas dos séculos vinte e vinte e um. E porque os proponentes do pós-estruturalismo não costumam pensar a dominação ou a libertação em termos de dinâmicas e estruturas globais, seus ideais e suas críticas da violência resultam em pouco mais do que alguma forma de liberalismo.

A oposição entre a indeterminação histórica pós-estruturalista e o foco estreito dos marxistas tradicionais na dominação econômica têm, desse modo, levado a um impasse. Por um lado, temos marxistas que enfatizam as relações de poder concretas, mas são incapazes de explicar a maior dinâmica global de dominação que permeou tanto o socialismo estatal como as sociedades capitalistas. No melhor das hipóteses, os marxistas tradicionais se concentram nas relações de classes nos estados socialistas realmente existentes para desenvolver uma crítica extremamente localizada. A partir dessa perspectiva, a dominação socialista parece não ter nenhuma relação com o capitalismo. Por outro lado, os pós-estruturalistas sinalizam uma direção profícua ao tentar captar problemas de maior alcance relativos à totalização. Entretanto, o ponto de partida da crítica do pós-estruturalismo (pode-se adicionar aqui outros pós, como o pós-colonialismo) paga um preço gigantesco, a saber: a incapacidade de lidar com a especificidade histórica do capitalismo. Para desenvolver seus argumentos pós-estruturalistas muitas vezes se invoca algum tipo de conceito em geral transistórico e quase-ontológico, como *différance*, o outro reprimido, espectros, e a lista é quase infinita. Por consequência, eles são incapazes até mesmo de postular a problemática de se a totalização e a racionalização são ou não completamente relacionadas à modernidade capitalista. Seguindo Martin Heidegger e Friedrich Nietzsche, muitas

vezes encontramos os pós-estruturalistas traçando problemas de totalidade e metafísica em Platão e Aristóteles, e situando a violência em categorias, tais como presença e representação. Com tais pressupostos, torna-se impossível examinar se a totalidade e a racionalização são constituídas em relação a uma dinâmica historicamente específica, a saber: o capitalismo.

A interpretação de Moishe Postone da teoria madura do capitalismo de Marx é significativa justamente porque ela fornece uma saída para esse impasse. Por meio de uma leitura atenta de *O capital* de Marx, Postone desenvolve uma teoria do capitalismo em um nível de abstração suficiente para analisar não apenas a lógica subjacente ao socialismo estatal, assim como o estado e as formações econômicas do pós-guerra nas assim chamadas democracias do Atlântico Norte, mas mais importante, seu arcabouço nos permite captar a reprodução de uma certa dinâmica nuclear durante as diferentes fases do capitalismo, como a liberal, a fordista e nossa contemporânea, neoliberal. Na verdade, desde a perspectiva de Postone, tanto os regimes socialistas estatais quanto o modo capitalista do estado de bem-estar do pós-guerra pertencem ao mesmo período do capitalismo centrado no estado, também conhecido como o período fordista do capitalismo (dos anos 1930 aos anos 1970). Essa resposta ao capitalismo tornou-se obsoleta no início dos anos 1970, com o surgimento do modo neoliberal de capitalismo, que agora está perpassando uma grave crise.

Se Postone tivesse parado em seu oferecimento de uma teoria que compreende nosso mundo como parte de uma dinâmica mais ampla do capitalismo, já teria feito uma grande contribuição. Mas ela seria em maior medida acadêmica – um arcabouço com o qual interpretar o mundo, em lugar de transformá-lo. Mas no núcleo do estudo de Postone há justamente o imperativo de mudar o mundo, e fornecer pela primeira vez a possibilidade da liberdade. Postone argumenta que a possibilidade da emancipação humana é ao mesmo tempo impedida e permitida pelo capitalismo. Para entender esse ponto seria útil situar seu estudo na relação com os marxistas tradicionais e as teorias associadas a Georg Lukács e à Escola de Frankfurt. Uma vez que de forma geral Postone desenvolve seu posicionamento em resposta ao marxismo tradicional e se apoia na crítica da Escola de Frankfurt ao marxismo tradicional, começarei com um breve panorama do marxismo tradicional e o posicionamento da

Escola de Frankfurt. Depois introduzirei certos aspectos centrais do estudo de Postone, concentrando-me mais especificamente em como ele desenvolve uma teoria do tempo histórico e da emancipação humana ao criticamente referenciar-se na obra de Lukács. De passagem, avalio brevemente as críticas recentes ao trabalho de Postone feitas por Peter Osborne e Christopher J. Arthur.

O marxismo tradicional e a possibilidade de o socialismo surgir do capitalismo

No fim do século dezenove e no início do vinte, os marxistas em geral descreviam a história como consistindo de uma sequência de estágios, incluindo-se a sociedade escravista, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Eles argumentavam que o socialismo surgiria das contradições do capitalismo, e mais especificamente do conflito entre operários e capitalistas. A partir dessa visão, o capitalismo diferiria dos modos de produção anteriores porque, na sociedade capitalista, os laços políticos manifestos ou hierarquias que interligavam as pessoas foram dissolvidos. Por exemplo, no Ocidente, os posicionamentos do servo e do senhor foram derrubados e, com o surgimento do capitalismo, as pessoas tiveram de satisfazer suas necessidades comprando e vendendo mercadorias para conseguir dinheiro. A maior parte das pessoas na sociedade capitalista não tem nada para vender exceto sua força de trabalho, e eles a vendem aos capitalistas que possuem os meios de produção. O capitalista consegue o mais-valor ao comprar trabalho no mercado para depois vender os produtos desse trabalho por um preço maior do que pagou pelo trabalho. Ele/ela gere de maneira a aumentar os lucros e assim ambiciona espremer o mais que se possa do trabalho dos operários. De acordo com essa leitura básica do marxismo, no fim, os trabalhadores não tolerariam ser explorados, e quando percebessem que não têm nada a perder, além das correntes que os forçam a vender trabalho, se revoltariam e criariam uma nova sociedade, na qual os meios de produção são coletivamente adonados coletivamente pelos trabalhadores.

A partir da perspectiva acima, a possibilidade do socialismo está contida nas contradições do capitalismo. Há uma série de motivos para isso. Por exemplo, é somente no capitalismo que surge uma classe que é livre dos laços hierárquicos

transparentes e, ainda assim, é sistematicamente explorada. Além disso, para aumentar o mais-valor, os capitalistas enfatizaram o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, mas isso demanda um novo modo de produção (ou novas relações de produção), a saber: o socialismo.

Essa visão do movimento do socialismo postula um sujeito transistórico, a saber, o trabalho, que deve ser a base da produtividade em todas as sociedades, mas que ganha autoconsciência no capitalismo porque os trabalhadores são libertos dos laços hierárquicos manifestos. Na verdade, com essa visão, a evolução de um modo de produção a outro é em larga medida uma necessidade proveniente da produtividade crescente do trabalho. Desse modo, desde a perspectiva do marxismo tradicional ou ortodoxo, a transição do capitalismo ao socialismo seria basicamente a mesma de qualquer modo de produção. Obviamente, a importância da negação do capitalismo superaria largamente as mudanças anteriores no modo de produção porque a abolição do capitalismo representa a realização do sujeito histórico, ou seja, o trabalho, e essa realização é sinônima de emancipação humana, que seria o objetivo da história.

A resposta da Escola de Frankfurt, Moishe Postone e sua leitura de Marx

O marxista húngaro, Georg Lukács, em seus estudos iniciais, e sobretudo os acadêmicos da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Max Horkheimer, produziram contribuições inovadoras para a teoria marxista ao desconectar o capitalismo de um arcabouço estreito de análise de classes e ao alargar suas análises para incluir o que Max Weber chamara de racionalização. Daí que o marxismo poderia agora explicar as grandes burocracias que surgiram depois da Grande Depressão em todo mundo. Suas teorias difeririam de muitos marxistas na época, que, por sua vez, defenderiam as burocracias nos países socialistas, alegando que tais regimes combatiam o capitalismo e representavam a classe operária. Na visão de Adorno e Horkheimer, as burocracias que envolveram o mundo eram na verdade expressões de uma lógica, a saber: a da forma-mercadoria ou o capitalismo. Em outras palavras, seguindo Lukács, eles declaram que tanto o regime jurídico moderno quanto o lado do valor de troca da forma-mercadoria implicam o mesmo tipo de indiferença à

particularidade. Do ponto de vista do valor de troca, qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, uma vez que todas elas representam quantidades de valor; desse modo, o uso específico e a particularidade das mercadorias são negados. Analogamente, em um sistema jurídico moderno, a lei opera independentemente da particularidade individual. Eles argumentam que com o surgimento de fortes burocracias, essa indiferença à particularidade havia se tornado cada vez mais totalizadora. Entretanto, isso lhes deixou um problema, a saber: não podiam explicar como uma sociedade pós-capitalista seria possível. Porque Adorno e Horkheimer haviam renunciado o trabalho como o sujeito transistórico, eles somente puderam contar com pontos de vista vagos para resistir à racionalização totalizadora do capitalismo, tais como as ideias de Adorno sobre negatividade radical. As visões da Escola de Frankfurt, como aquelas dos pós-estruturalistas podem ser profícuas, mas apenas quando conectadas à dinâmica contraditória do próprio capitalismo. Na visão de Postone, uma parte fundamental dessa análise envolve um retorno ao papel do trabalho no capitalismo.

Postone se volta aos textos de Marx para formular uma teoria que seja capaz de seguir Adorno e Horkheimer na fundamentação da racionalização moderna no capitalismo, mas ele ecoa Lukács ao fazer do trabalho a parte central de sua análise. Em outras palavras, por meio de sua leitura de Marx, Postone mostra o caminho pelo qual a natureza abstrata da modernidade está fundamentada em um novo tipo de mediação pelo trabalho. A primeira linha de *O capital* de Marx nos diz que a riqueza nas sociedades capitalistas aparece como uma imensa aglomeração de mercadorias. Tudo em nossa vida, como as roupas que vestimos, a comida que comemos e os lares onde vivemos são adquiridos ou alugados na qualidade de mercadorias. Essas mercadorias são produtos do trabalho de outras pessoas, que devemos comprar com o dinheiro que obtemos por meio de nosso trabalho. Este é um modo pelo qual a vida na sociedade capitalista é mediada pelo trabalho.

Enquanto os marxistas ortodoxos concebem o trabalho transistoricamente, Postone ressalta que o trabalho no capitalismo é historicamente específico e que o trabalho ele mesmo, em lugar de ser o ponto de partida da crítica, deve se tornar o alvo da crítica. Em outras palavras, na visão de Postone, o trabalho nem sempre executou

essa função mediadora universal. Na sociedade pré-capitalista, os laços hierárquicos eram muitas vezes mais importantes que o trabalho direto. Além do mais, embora não se negue que capitalistas e operários estejam envolvidos em uma série de lutas significativas por interesses conflitantes, a lógica do capital e a forma-mercadoria operam em um nível mais profundo e fornecem as condições para a possibilidade dessa luta. Posto de maneira simples, quando o proletariado luta por maiores salários, jornadas mais curtas, ou mesmo maiores benefícios, eles combatem na arena de produção generalizada de mercadorias e contra os capitalistas que almejam o crescimento dos lucros. Os termos dessas lutas são determinados pela forma-valor e nunca apontam nelas mesmas um lugar para além do capitalismo. Além disso, Postone assevera que ao afirmar-se a sua identidade como operários, o proletariado na verdade reafirma a característica fundamental do capitalismo, a saber: a mediação pelo trabalho e a criação de uma classe de trabalhadores. Voltaremos a esse ponto ao fim desse ensaio. Agora devemos observar que, segundo Postone, o que faz o capitalismo algo de singular não é a formação de uma classe capitalista, mas o surgimento de um proletariado e uma sociedade mediada pelo trabalho. Portanto, Postone nos deixa uma perspectiva interessante para a famosa frase de Marx contida no *Manifesto comunista*, a saber: “A história de toda sociedade até agora é a história da luta de classes” (MARX, 1996, p. 1). Na visão de Postone, o Marx de *O capital* não mantinha uma visão tão transistórica das classes. A partir da perceptiva do último Marx, a luta de classes torna-se uma parte central da história apenas no capitalismo. Em outras palavras, os modos pré-capitalistas de vida não são caracterizados por uma dinâmica totalizadora, e as classes têm uma função distinta nesses casos. Portanto, o próprio termo história deve ser entendido de forma distinta quando se analisa a sociedade capitalista.

A temporalidade do mais-valor relativo e a possibilidade da emancipação humana

Os comentários de Postone quanto ao proletariado não o levam a um pessimismo sobre as perspectivas de criação de uma sociedade pós-capitalista. Ele não só fundamenta a possibilidade da sociedade pós-capitalista em um movimento

proletário; ele situa o potencial para a transformação histórica nas contradições do capitalismo conectadas à produção de mais-valor relativo. Os leitores de Marx se familiarizarão com a ideia de mais-valor relativo e a famosa fórmula $D-M-D'$, em que D se refere ao dinheiro com o qual o capitalista compra a força de trabalho mercantilizada e D' se refere ao dinheiro que o capitalista consegue ao vender os produtos feitos com o trabalho. O capitalista busca maximizar a diferença entre D e D' ou o mais-valor, e menciona duas formas de fazê-lo. Uma é criar o “mais-valor absoluto”, que envolve o aumento da jornada de trabalho, mas isso se depara com certos limites naturais. Portanto, a maneira mais marcante de criar mais-valor é quando se aumenta a velocidade com que os trabalhadores produzem. Os capitalistas o fazem ao implementar novos modos de organização e ao desenvolver o uso da maquinaria e da tecnologia; em poucas palavras, quando da criação do mais-valor relativo.

A criação de mais-valor relativo envolve uma dialética entre duas espécies de tempo: o tempo abstrato e o “tempo histórico”. Na sociedade capitalista, os assalariados são pagos por hora, e na medida em que cada hora é de 60 minutos, estamos lidando aqui com o tempo abstrato, ou nos termos de Postone, o tempo como uma variável independente. Postone distingue essa ideia de tempo, como uma “variável independente” ou o tempo abstrato, do tempo concreto ou o tempo como uma “variável dependente”. Em geral, o tempo como uma variável dependente se refere ao tempo das sociedades pré-modernas, em que o tempo era uma função de mudanças concretas, tais como as mudanças das estações ou o movimento do sol.

Porém, ele afirma que o próprio capitalismo tem um tipo singular de tempo concreto, o qual Postone chama de tempo histórico. Eis como Postone descreve esse movimento em seu seminal livro, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*:

O movimento resultante da determinação substancial do tempo abstrato não pode ser expresso em termos temporalmente abstratos; ele requer outro quadro de referência. Esse quadro pode ser concebido como um modo de tempo concreto. Em outro lugar, defini o tempo concreto como qualquer tipo de tempo que seja uma variável dependente – uma função de eventos e ações. Já vimos que essa interação das duas dimensões do trabalho-mercadoria é tal que os aumentos gerais na produtividade movem a unidade temporal abstrata

“para frente no tempo”. A produtividade, de acordo com Marx, é fundamentada no caráter social da dimensão do valor de uso do trabalho. Portanto, esse movimento do tempo é uma função da dimensão do valor de uso do trabalho na medida em que ele interage com o quadro de valor, e pode ser entendido como uma espécie de tempo concreto. Ao investigarmos a interação do trabalho concreto com o trabalho abstrato, que reside no centro da análise do capital em Marx, descobrimos que um traço do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato) (POSTONE, 1993, p. 293).

O tempo concreto como tempo histórico se refere ao seguinte fenômeno: por conta do desenvolvimento da tecnologia, uma única hora pode se tornar mais densa – a quantidade que alguém pode e deve produzir em uma hora aumenta. Esses aumentos na tecnologia estão ligados à produção de mais-valor e tais aumentos refletem o lado do valor de uso do trabalho ou a maneira pela qual o trabalho produz riqueza. Postone se refere especificamente à seguinte passagem de Marx, o que é válido citar integralmente porque ajuda a explicar um ponto crucial, a saber: a distinção entre valor e riqueza.

Em si mesmo, um aumento na qualidade dos valores de uso constitui um aumento na riqueza material (*stofflichen Reichtum*). Dois casacos vestirão dois homens, um casaco vestirá somente um etc. No entanto, um aumento na quantidade da riqueza material pode corresponder a uma queda simultânea na magnitude desse valor. Esse movimento contraditório surge do duplo caráter do trabalho. Por “produtividade”, naturalmente, sempre queremos dizer a produtividade do trabalho útil concreto; na verdade, isso determina apenas o grau de efetividade da atividade produtiva dirigida a um dado objetivo em um certo período de tempo. O trabalho útil se torna, portanto, uma fonte mais ou menos abundante de produtos em proporção direta, ao passo que sua produtividade aumenta ou diminui. Contra isso, entretanto, as variações na produtividade não têm nenhum impacto no próprio trabalho representado em valor. Como a produtividade é um atributo do trabalho em sua forma útil concreta, ela naturalmente deixa de ter qualquer relação com esse trabalho assim que nos abstraímos de sua forma útil concreta. O mesmo trabalho, portanto, executado no mesmo lapso de tempo, sempre rende a mesma quantidade de valor, independentemente de quaisquer variações na produtividade. Mas ela fornece diferentes quantidades de valor de uso durante períodos de tempo iguais; mais, se a produtividade aumenta; menos, se ela cai. Por esse motivo, a mesma mudança na produtividade que aumenta a frutificação do trabalho, e portanto, a quantidade de valores de uso produzida por ele, também provoca uma redução de valor dessa quantidade total aumentada, se ela reduz a quantidade total de tempo de trabalho necessário para produzir os valores de uso. O inverso também é verdadeiro (MARX, 1990, p. 136-137).

Quando os aumentos na tecnologia são esporádicos e limitados a uma empresa, ou mesmo a poucas empresas, a média não é afetada a um grau significativo e, portanto, as empresas munidas de tecnologia avançada podem capitalizar a sua habilidade de produzir mais rapidamente e aumentar seu mais-valor. Elas são capazes de explorar mais força de trabalho em uma dada hora do que seus concorrentes. Entretanto, na visão de Marx, a tendência na sociedade capitalista volta-se à média decrescente do tempo de trabalho necessário para produzir uma certa mercadoria, porque as outras empresas necessitarão aumentar sua taxa de produtividade para permanecer no páreo e concorrer com capitalistas munidos de maiores potencialidades tecnológicas. Nesse caso, o valor das mercadorias individuais decresce, uma vez que a média de tempo de trabalho necessário requerido para produzi-las diminui. Por consequência, o valor total produzido tende a permanecer constante, já que isso é demandado para se produzir mais em cada hora individual. Uma vez que a velocidade média de produção aumenta e, como consequência, as empresas precisam produzir mais somente para existir e produzir a mesma quantidade de valor, Postone chama isso de “efeito passadeira” ou a “dinâmica de passadeira”.

O tempo histórico se refere ao constante aumento na produtividade criado pelas máquinas e tecnologias avançadas. Embora a quantidade total de valor produzido tenda a permanecer constante, a quantidade de riqueza ou de valores de uso produzidos aumenta. Em um primeiro momento, se poderia perguntar o porquê de o aumento tecnológico ser chamado de “tempo histórico”. Mas devemos considerar que na visão de Postone, as vastas mudanças históricas no capitalismo – do modo liberal, ao fordista e, depois, ao neoliberal – são impulsionadas por essa dialética entre os aumentos na produtividade e a reconstituição dos padrões da hora de trabalho. Especificamente, conforme a produtividade e a velocidade da produção aumentam, provoca-se uma crise relativa, dentre outras coisas, à superprodução e à incapacidade de realizar valor no mercado. Para lidar com essa crise, os estados muitas vezes dão início a novas formas de organização política.

Tais crises são muitas vezes relacionadas à diferença entre o tempo histórico e o abstrato, que, por sua vez, reflete o fosso entre valor, medido em termos de média do tempo de trabalho necessário, e riqueza, que se refere aos produtos concretos ou

valores de uso produzidos (e que devem ser adquiridos/consumidos para reproduzir o ciclo D-M-D'). Marx expressou a distinção entre riqueza e valor na passagem citada acima ao distinguir o lado do valor de uso do trabalho e a produção de valor. Note-se que o aumento na produtividade aumenta a riqueza material (*stoffliche Reichtum*), o que irá diminuir o valor porque menos tempo de trabalho é gasto. Na visão de Postone, a dialética entre riqueza e valor ou tempo histórico e abstrato incorpora uma contradição, que, em última análise, aponta para um novo futuro. Em outras palavras, conforme a tecnologia se aperfeiçoa, o trabalho assalariado se torna obsoleto, mas ao mesmo tempo, o modo de produção capitalista se organiza em torno da exploração do trabalho assalariado; o valor é medido em termos de tempo de trabalho. Por conta dessa dinâmica baseada na exploração, a produtividade ampliada via tecnologia não beneficia o trabalhador ou as pessoas em geral, mas muitas vezes conduz a crises econômicas e desemprego. Na sociedade capitalista, conforme os avanços tecnológicos tornam o trabalho assalariado menos necessários, o resultado natural é o desemprego. Entretanto, esses desenvolvimentos tecnológicos também tornam o capitalismo – uma sociedade organizada em torno do trabalho na fábrica, capitalistas e mais-valor – obsoleto, e isso conduz a que as pessoas desvinculem os avanços tecnológicos da lógica do mais-valor e organizem democraticamente a potência produtiva em benefício da humanidade, e não para a criação de mais-valor. Nesse caso, a história deixa de ser uma “dinâmica de passadeira alienante” que controla as vidas das pessoas, para que, na sociedade pós-capitalista, pela primeira vez, ela seja produzida coletivamente.

No entanto, a efetivação dessa possibilidade não é uma consequência natural da sociedade do capital; é um projeto político que deve negar a ligação entre o tempo histórico e o tempo abstrato que é peculiar ao capitalismo. Retornaremos a esse problema quando lidarmos com as críticas de Postone a Lukács na última sessão desse ensaio. Mas primeiro me voltarei a uma recente crítica à ideia do tempo histórico em Postone, uma vez que responder a essa crítica nos permite entender mais plenamente os objetivos e parâmetros de seu projeto.

A crítica de Peter Osborne a Postone

Recentemente, Peter Osborne criticou o conceito de tempo histórico de Postone da seguinte maneira:

Postone se equivoca (na pior das hipóteses, simplesmente cai em contradição) quanto ao tempo histórico. Por um lado, é ocasionalmente tratado como forma sinônima do tempo concreto, como o tempo dos eventos; por outro lado, é visto como o resultado da relação dinâmica entre o tempo abstrato (enquanto o tempo universalizante do capital) e o tempo concreto. Em nenhum dos casos ele é situado no contexto da complexa ontologia do humano; ou teorizado em relação ao próprio conceito de tempo (OSBORNE, 2008, p. 19).

A crítica de Osborne se torna clara quando retornamos à passagem acima citada do livro de Postone: “Desvelamos que um traço do capitalismo é um modo de tempo (concreto) que expressa o movimento do tempo (abstrato)”. Osborne se refere a uma ambiguidade no texto de Postone entre dois tipos de tempo concreto, a saber: o tempo concreto nas sociedades pré-capitalistas, em que este é uma função de mudanças concretas; e o tempo concreto como tempo histórico na sociedade capitalista. Em suma, ele afirma que Postone tem duas definições de tempo histórico no capitalismo: é tanto o tempo concreto enquanto tempo dos eventos quanto o resultado de uma relação dinâmica entre o tempo abstrato e o tempo concreto.

Na última frase da passagem citada acima, Osborne sugere que Postone fracassou em situar o tempo histórico ou concreto na ontologia do humano, ou o próprio conceito de tempo. Esse comentário mostra que Osborne não entendeu o projeto de Postone e portanto é útil começar por responder a essa questão para retomar as complexidades semânticas das formulações de Postone. O projeto de Postone explicitamente evita ideias como “a ontologia do humano” ou “o próprio conceito de tempo”, uma vez que seu alvo principal é historicizar tanto a produção da ontologia como o conceito de tempo. Obviamente, ele não iria negar que há elementos que agora aparecem como universais à condição humana, mas esses elementos não são o ponto de partida de uma crítica do capitalismo. Além disso, Postone fundamentaria

essa aparição e o tipo de continuidade que ela pressupõe nos conceitos de tempo produzidos pelo capitalismo.⁵

Tanto o tempo histórico quanto o tempo abstrato são singulares à dinâmica do capitalismo, em lugar de ser parte de uma ontologia transistórica do humano. Na visão de Postone, não há dinâmica histórica totalizadora antes do capitalismo e portanto não se pode mencionar o tempo histórico naquela época. Além disso, enquanto é possível argumentar que houve instâncias esporádicas de tempo abstrato, como o tempo da *Física* de Aristóteles, tal conceito de tempo não era generalizado e não se desenvolveu na forma de um sistema de dominação social antes do advento do capitalismo. Por tal, na visão de Postone, não é somente incorreto se referir a um conceito universal de tempo para toda a humanidade, é provavelmente equivocado supor que as sociedades pré-capitalistas tinham um conceito de tempo governando suas várias formas de vida.

Portanto, entender as ambiguidades associadas ao uso do termo tempo concreto em Postone é útil para se concentrar no processo ao qual ele se refere. O que marca o tempo histórico é precisamente que ele está ligado a um aumento na produtividade que os capitalistas promovem quando da produção do mais-valor relativo. O tempo histórico ou o tempo do mais-valor relativo é concreto no sentido de que não pode ser captado pelas meras determinações abstratas, como a hora; antes, ele se refere ao caminho pelo qual a própria hora se torna mais densa com o aumento tecnológico e a produtividade geral. Entretanto, esse tipo de concretude é singular uma vez que o movimento da hora depende da mediação com o tempo abstrato. Sem o tempo abstrato, não haveria a dinâmica de passadeira associada às compulsões relativas ao padrão do tempo de trabalho necessário médio. Esse padrão abstrato obriga as empresas, ou a sair do mercado ou a aumentar a produtividade.

⁵ O equívoco de Peter Osborne é surpreendente, já que seus textos muitas vezes sustentam uma semelhança incrível com *Tempo, trabalho e dominação social* de Postone. Em especial, ele também parece querer historicizar a produção da continuidade no tempo. Em seu livro, *The politics of time*, ele critica o “historicismo” por conta de “um restabelecimento de uma continuidade abstrata com o passado em uma forma meramente cronológica e naturalizada” (OSBORNE, 1995, p. 140). Ele também discute essa forma da continuidade ao fazer uma analogia do dinheiro no capitalismo com o tempo abstrato. As próprias evocações de um conceito de tempo parecem pressupor justamente uma continuidade abstrata. Além disso, como Postone, Osborne tampouco fundamenta a possibilidade da emancipação humana em uma dinâmica transistórica ligada à classe operária, mas na diferença entre valor e riqueza (OSBORNE, 2008, p. 21).

Então, quando lemos a frase de Postone, o movimento do tempo “pode ser entendido como um tipo de tempo concreto”, é importante enfatizar que “tipo” de tempo concreto é esse. Em suma, o tipo de tempo concreto no capitalismo e nas sociedades pré-capitalistas são qualitativamente diferentes. Primeiramente, nas sociedades pré-capitalistas, o tempo concreto não se refere a uma dinâmica totalizadora, nem se refere a uma tentativa reflexiva de captar essa sociedade. De fato, quando usamos o termo “tempo concreto” para descrever as práticas associadas à sociedade pré-capitalista, o fazemos de um ponto de vista que está fora daquela sociedade, para destacar a especificidade histórica do capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas, o tempo concreto foi muitas vezes associado a vários sistemas simbólicos, que dão significado a eventos e ações, tais como as mudanças sazonais. O tempo histórico no capitalismo, por outro lado, é concreto quando comparado ao tempo abstrato no capitalismo, mas sua concretude não é realmente uma função dos eventos. Antes, a concretude do tempo histórico no capitalismo reside no aumento de produtividade e esse tipo de tempo é cego e não inatamente conectado a um mundo simbólico. Além disso, ao contrário do tempo abstrato com o qual interagimos todos os dias, e o usamos para marcar nossos compromissos, o tempo histórico é uma dinâmica que molda nossas vidas sem que o percebamos como tal.

O tempo histórico no capitalismo é sempre mediado pelo tempo abstrato, uma vez que no capitalismo, a riqueza é mediada pelo valor. Postone discute o tempo histórico como o tempo do lado qualitativo, já que representa a produção de valores de uso. Entretanto, o tempo histórico nos aparece em termos quantitativos, como um aumento na quantidade de valores de uso ou como um aumento na velocidade da produção. Mas esse fosso nos leva de volta à possibilidade da emancipação humana. Postone observa que a dialética acima nem sempre precisa governar nossas vidas. Ele afirma que se pode produzir riqueza sem a mediação do valor.

A dinâmica dialética [entre o tempo histórico e o tempo abstrato], de fato, faz surgir a possibilidade histórica de que a produção baseada no tempo histórico possa ser constituída separadamente da produção baseada no tempo presente abstrato – e de que a interação alienada do passado com o presente, característico do capitalismo, possa ser superada (POSTONE, 1993, p. 301).

Como no caso de sua discussão do tempo concreto na passagem citada acima, deve-se ter cuidado para não se deixar levar pelas ambiguidades semânticas associadas ao termo “tempo histórico”. Na visão de Postone, não há tempo histórico antes do capitalismo, e no capitalismo o tempo histórico é precisamente mediado pelo tempo abstrato. Nesse caso, o que seria a produção baseada no tempo histórico separado da produção fundada no tempo abstrato? Na verdade, quando o tempo histórico se afasta da compulsão relativa ao tempo abstrato, ele deixa de ser o tempo histórico que conhecemos. A história não seria mais uma dinâmica descontrolada em relação à produção de mais-valor; ela se tornaria produção para o uso que é mediado pelas pessoas coletivamente controlando a produção. Nesse caso, a história deixa de ser uma dinâmica alienante e totalizadora que controla as pessoas; na sociedade pós-capitalista, as pessoas criam a história juntas.

Além disso, a possibilidade de que as pessoas coletivamente reconfigurem o tempo histórico e o tenham sob seu controle surge da dinâmica alienante do capital, que pela primeira vez apresenta uma mediação que conecta as pessoas em todo o mundo. Reconfigurar o tempo histórico envolve uma espécie de remediação das relações sociais feitas por meio de alianças, em lugar de uma interdependência cega que age às costas dos produtores. Há uma série de condições que devem ser satisfeitas antes de que as pessoas possam reconfigurar a história. Por exemplo, elas necessitariam criar novas formas de identidade que facilitassem a cooperação para além dos estados-nação, que têm condicionado a história nos últimos séculos. De certa forma, as bases para essas novas formas de identidade já foram assentadas porque o capital é já uma dinâmica transnacional, que age como o sujeito da história. Mas, de novo, para que as pessoas neguem o capitalismo, elas precisam considerar o que é dado a elas sob a forma alienada e muni-lo de controle consciente. Isso, naturalmente, envolve o estabelecimento de novas instituições que facilitariam o tipo de coordenação exigido para fomentar e desenvolver o controle coletivo em larga escala. Essas são todas problemáticas que vão para além do escopo dessa introdução, mas retomarei agora uma grande problemática na leitura postoniana de Marx, a saber: o papel da classe operária na renegação do capitalismo como sujeito da história.

Como se nega o capitalismo?: a crítica de Postone a Lukács e o papel da classe operária

A teoria do capitalismo de Postone nos mostra como as contradições desse sistema produzem a possibilidade de uma espécie diferente de sociedade, não mediada pelo trabalho e pela dinâmica de passadeira. Entretanto, não é clara a espécie de prática política exigida para realizar essa sociedade. Postone reserva muito tempo se distinguindo dos marxistas tradicionais, os quais, por sua vez, defendem a classe operária com o sujeito da história. Seu objetivo principal é captar o papel da classe operária na relação com a natureza da história no capitalismo. Em um ensaio recente sobre Georg Lukács, ele se concentra especificamente no problema da história e do tempo, no que se refere à emancipação humana. Ele exprime suas críticas a Lukács, citando a seguinte passagem de *História e consciência de classe*:

A imagem de uma realidade congelada que, no entanto, é capturada por um movimento fantasmagórico incessante torna-se imediatamente significativa quando a realidade é dissolvida no processo pelo qual o homem é a força motriz. Isso só pode ser visto do ponto de vista do proletariado, porque o significado dessas tendências é a abolição do capitalismo, e, assim, para a burguesia se tornar consciente delas seria o mesmo que suicídio (LUKÁCS, 1971, p. 181).

Postone contrasta o posicionamento de Lukács ao de Marx da seguinte forma:

A forma da mediação constitutiva do capitalismo, na análise de Marx, dá lugar a uma nova forma de dominação social – a que sujeita as pessoas a imperativos e limites estruturais e impessoais cada vez mais racionalizados. É a dominação das pessoas pelo tempo. Essa dominação temporal é real, e não fantasmagórica (POSTONE, 2009, p. 78).

Os problemas na interpretação da passagem acima de Lukács e a crítica de Postone a ela são agravados por infelicidades na tradução inglesa de Lukács. A passagem de Lukács provavelmente seria melhor traduzida como:

Essa imagem de movimento contínuo e de estática espectral torna-se significativa quando essa estática é dissolvida em um processo pelo qual o homem é a força motriz (LUKÁCS, 1968, p. 367).

Baseando-se na tradução da passagem, Lukács quer criticar tanto as dimensões congeladas quanto as moventes do capitalismo, desde um ponto de vista em que o homem é a força motriz. Mas como deveríamos entender a problemática de se essa dominação temporal é real ou espectral? Um olhar mais atento à passagem mostra que Lukács provavelmente concordaria com Postone em que a dominação temporal no capitalismo é ao mesmo tempo real e espectral.

Traduzindo “gespenstischen” como fantasmagórico, o tradutor enterra a maneira pela qual Lukács se apoia em uma passagem específica de *O capital*, de Marx. Lukács começa a primeira seção deste ensaio, “Reificação e a consciência do proletariado”, com os seguintes comentários:

A essência da estrutura da mercadoria foi apontada muitas vezes. Seu fundamento é que uma relação entre as pessoas toma o caráter de uma coisa e portanto adquire uma “objetividade espectral” (*gespenstige Gegenständlichkeit*) (ibid., p. 257).⁶

Aqui, o termo objetividade espectral se refere à passagem de *O capital* de Marx, que observa que, uma vez que desconsideramos o valor de uso das mercadorias,

tudo o que sobra em cada caso é a mesma objetividade espectral (*gespenstige Gegenständlichkeit*), pura geleia (*eine bloße Gallerte*) de trabalho humano indiferenciado (MARX, 2007, p. 52).⁷

Esse trabalho indiferenciado é precisamente o que Postone descreve como trabalho abstrato, que é a forma de trabalho que medeia a sociedade capitalista. “O trabalho abstrato’, como uma função mediadora historicamente específica do trabalho, é o conteúdo, ou melhor, “a ‘substância’ do valor” (POSTONE, 2009). Nesse contexto, podemos argumentar que o ponto básico de Lukács se sobrepõe à passagem acima citada do livro de Postone, onde ele afirma que o tempo histórico pode ser constituído separadamente do tempo abstrato. Afinal, essa seria a situação em que a humanidade se torna a força motriz da história tanto para Lukács como para Postone. A diferença

⁶ Lukács, *inglês*, p. 83; *alemão*, p. 257. A tradução inglesa de Lukács pode ser confusa porque o tradutor não traduz de modo consistente o termo “gespenstige”. Nessa passagem, ele o traduz como “fantasmático”, que é precisa e de fato corresponde à tradução da passagem relevante de *O capital* de Marx, mas perdemos a conexão com o termo de uso tardio de Lukács.

⁷ Ver também (ARTHUR, 2004b, p. 171).

entre os dois reside no fato de que na visão de Postone as pessoas se tornam a força motriz da história somente quando elas abolem o trabalho proletário, enquanto a partir da perspectiva de Lukács, o proletariado realiza esse objetivo da humanidade.

Postone ressalta que o trabalho abstrato é tanto a forma quanto o conteúdo do valor e, assim, afirma que o trabalho é inextricavelmente ligado ao capital. Além disso, na visão de Postone, porque a característica fundamental do capital é a mediação via trabalho, não se pode simplesmente contar com a classe operária para negar o capitalismo. Portanto, em vez de realizar o sujeito da história na forma do trabalho, segundo Postone, os marxistas deveriam buscar negar o sujeito da história, isto é, o capital.

Em outras palavras, para Postone, em lugar do trabalho, o capital é o sujeito da história. Postone explica esse ponto fazendo uma comparação com o Espírito de Hegel:

Para Hegel, o Absoluto, a totalidade das categorias subjetivas e objetivas, fundamenta a si mesmo. Enquanto uma “substância” automovente que é “Sujeito”, é a verdadeira causa *sui*,⁸ assim como o ponto de chegada de seu próprio desenvolvimento. Em *O capital*, Marx apresenta as formas subjacentes da sociedade determinada pela mercadoria como constituintes do contexto social em noções, tais como a diferença entre essência e aparência, o conceito filosófico de substância, a dicotomia do sujeito e do objeto, a noção de totalidade e, no nível lógico da categoria de capital, o desdobramento da dialética do idêntico sujeito-objeto (POSTONE, 1993, p. 156).

Em certo sentido, esse é a verdadeira virada de ponta cabeça que Marx faz de Hegel, uma vez que, ao contrário de Lukács, quem substitui o sujeito transistórico de Hegel, a saber, o Espírito, pela classe operária, Marx historiciza a dinâmica do Espírito de Hegel ao alegar que a lógica hegeliana é na verdade a lógica do capital. Além disso, segundo Postone, o capitalismo é singular ao ter uma lógica imanente totalizadora, e mais tarde, pensadores e teóricos sociais muitas vezes transpõem de modo anacrônico essa lógica a outros períodos, para desenvolver uma “teoria da história” abrangente.

Do ponto de vista de Postone, o capital é um sujeito histórico que se comporta de várias formas como o Espírito hegeliano; entretanto, ao contrário do Espírito de Hegel, o capital é cego e se move na direção da produtividade aumentada. Trata-se de

⁸ Nota do Tradutor: *Causa sui*: causa de si mesmo, conforme também a “substância” em Spinoza, categoria moderna a partir da qual Hegel se informa para produzir a de “Espírito”.

um sujeito, mas não tem subjetividade, conhecimento, autoconhecimento, nem um telos. Recentemente, Christopher J. Arthur explicou como algo feito o capital, que não tem subjetividade, poderia ainda ser um sujeito. Diz ele:

De um ponto de vista hegeliano, a capacidade mais abstrata de um sujeito, aquilo que permite sua liberdade, é a capacidade de ordenar as coisas em seu conceito universal e tratá-las de acordo. Essa é a maneira pela qual as mercadorias heterogêneas são postas pelo capital como portadoras de valor e mais-valor, a substância universal do capital, e o modo como o processo de produção é moldado para maximizar a valorização. Isso significa que nos deparamos com um ‘Sujeito’ aqui, ainda que de um tipo lógico, em lugar de um feito de carne e osso. Além disso, os momentos complementares da consciência, saber etc. são assegurados na medida em que essa estrutura de valorização impõe sua lógica nas personificações do capital, isto é, os donos e os gerentes (ARTHUR, 2004a, p. 95-96).

Os comentários de Arthur são úteis para explicar como Postone concebe o capital como sujeito, mas critica Postone por não reconhecer que a classe operária seria o anti-sujeito da história, que pode negar o capitalismo.⁹ Vimos que Postone rejeita a

⁹ Há outros aspectos da crítica de Arthur que ultrapassam o escopo desse ensaio. No entanto, porque algumas críticas de Arthur se repetem com as de outros no volume 12.3 de *Historical materialism*, que se devotou ao livro de Postone, lidarei rapidamente com uma das críticas dele nessa nota de rodapé. Arthur resume o estudo de Postone da seguinte forma: “Ele apresenta a noção de trabalho abstrato de uma forma distinta da de Marx, que o traz como a substância do valor. Antes, Postone afirma que, na troca generalizada de mercadorias, o trabalho é abstrato no sentido de que, enquanto sua própria atividade é concreta e cria um produto específico, ele aparece socialmente como um meio de aquisição de todo e qualquer produto mediante o mecanismo da troca; daí a sua especificidade concreta ser deslocada e tomar a forma da generalidade abstrata. É somente porque todos os trabalhos assim realizados estão integrados em uma totalidade social especial que seus produtos assumem a forma de valor. Esse argumento me atinge como quando se põe uma carroça à frente do boi. Em uma economia de troca como essa, o trabalho certamente não tem a forma de um meio de aquisição em geral, mas apenas parcialmente, se se quer encontrar aquele interlocutor que por acaso tem uma necessidade particular do que se oferece. É somente em uma economia do dinheiro que o trabalho se torna um meio de aquisição em geral. A sequência de condicionamento não funciona: trabalho abstrato→valor→dinheiro, mas o inverso. O dinheiro põe todas as mercadorias como valores, e sua postulação de valor traz a identidade abstrata dos trabalhos incorporados em todos os produtos” (ibid., p. 99). Primeiramente, vimos que Postone assevera explicitamente que o trabalho é a substância do valor. Mas mais especificamente, aqui, em lugar de Postone, parece que é Arthur quem está pondo a carroça à frente do boi, uma vez que ele confere ao dinheiro o poder de colocar todas as mercadorias como valores. Devemos perguntar: por que o dinheiro nunca executou essa função em sociedades prévias? Essa é justamente a frase que Marx faz no primeiro capítulo de *O capital*, quando ele discute a incapacidade de Aristóteles de produzir a explicação da forma-valor. Lembre-se que a razão pela qual Aristóteles não pôde explicar a forma-valor não foi porque não dispunha de um conceito de dinheiro, mas que ele não tinha um conceito de valor, em que todas as coisas pudessem ser reduzidas a uma substância homogênea, a saber: o trabalho. Essa substância homogênea não pode ser o trabalho concreto, mas, como Postone aponta, um tipo de trabalho abstrato específico do capitalismo. Assim, Arthur confunde os leitores opondo o trabalho como o sujeito do valor à ideia de que o trabalho aparece socialmente como um meio de aquisição de todo e qualquer produto. É justamente porque o

visão lukacsiana de classe operária como o sujeito-objeto transistórico. No entanto, deveríamos fazer uma pausa antes de concluir, como muitos leitores de Postone o fazem, que a rejeição postoniana do trabalho como o sujeito transistórico implica uma completa rejeição do papel da classe operária na negação do capitalismo. Na verdade, dado que o proletariado é o produtor primário de valor, ele deveria desempenhar um papel crucial na transformação do capitalismo. Em seu livro, ele sugere que, para um movimento preocupado com que os operários sigam para além do capitalismo,

Este deveria tanto defender os interesses dos operários quanto participar de sua transformação – por exemplo, ao trazer à tona a dada estrutura do trabalho, e não identificar mais as pessoas em termos daquela estrutura, ao mesmo tempo que participa do redimensionamento daqueles interesses (POSTONE, 1993, p. 372).

Essa passagem mostra que, quando lemos a obra de Postone, não deveríamos partir de sua negação de que o proletariado seja o sujeito da história à conclusão que recusa ao proletariado um papel essencial em um movimento político que sinalizaria para além do capitalismo. Naturalmente, o problema é que o proletariado deve participar de um movimento paradoxal que nega a si mesmo e aponta para um mundo não dominado pelo trabalho proletário. Eles devem perceber que são parte da solução somente na medida em que reconheçam que são parte do problema. Entretanto, é justamente porque eles são uma parte fundamental do capitalismo que devem participar de qualquer tentativa de superação deste.

Conclusão

O livre de Postone, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx* foi primeiramente publicada em 1993, poucos anos depois da

trabalho abstrato é a substância do valor, que o trabalho é o meio de aquisição de valores de uso na sociedade capitalista. As críticas de Arthur são ainda mais confusas, porque ao acusar Postone de trair a teoria original de Marx, ele esconde o modo como a sua própria teoria do dinheiro se afasta daquela que Marx esboçada em *O capital*. Em seu livro recente, que apresenta, de forma geral, uma leitura muito elucidativa de Marx, explicitamente critica tanto Hegel quanto Marx porque “nenhum deles entendeu o quão ‘particular’ uma economia do dinheiro é” (ARTHUR, 2004b, p. 9). Em suma, Arthur pretende conferir ao dinheiro uma função maior e de mais poder do que Marx lhe concede em *O capital*.

queda do muro de Berlim e, desde então, a relevância das ideias desse texto e da teoria de Postone em geral vem se tornando mais visível. Enquanto escrevo essa introdução, as pessoas em todo mundo enfrentam uma crise do capitalismo global. As explicações para essa crise variam, mas dado o aumento das demissões e o desemprego, parece claro que a contradição que Postone ressalta sistematicamente, a saber, aquela da dinâmica do capital que faz do trabalho proletário ao mesmo tempo necessário e obsoleto, desempenha um importante papel. A questão para o futuro permanece: como um movimento político poderia agarrar a oportunidade, nessa crise, de transformar a dinâmica que domina nossas vidas e desdenha dos ideais da democracia e da liberdade? O estudo de Postone mostra que a esperança na democracia não reside em meras reformas institucionais, mas na ação política que renega os processos não-democráticos que impulsionam e destroem as organizações contemporâneas. Essa convocação pode parecer utópica, mas é na verdade necessária. Como apontou Christopher J. Arthur, a dinâmica do capitalismo constantemente explora tanto a natureza quanto o trabalho humano e, portanto, este será superado em curto prazo por meio da revolução ou em longo prazo através do colapso ecológico (ARTHUR, 2004a, p. 99). O último resultado seria, em certo sentido, o triunfo consumado da heteronomia, uma vez que as condições para a vida humana não mais existirão. O estudo de Postone representa uma tentativa de lançar as bases de realização da primeira possibilidade, e de criar uma saída da história heterônoma.

Referências

- ARTHUR, Christopher J. "Subject and counter-subject". In: **Historical materialism: research in Marxist theory, volume 12.3**, 2004a, pp. 93-102.
- ARTHUR, Christopher J. **The new dialectic and Marx's Capital**. Leiden: Brill, 2004b.
- CARVER, Terrel (Org.). **Later political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CUI, Zhiyuan; UNGER, Roberto Mangabeira. "China in the Russian mirror". In: **New left review**, vol. 208, nov. 1994, pp. 78-87.

LUKÁCS, Georg. "Geschichte und Klassenbewusstsein". In: **Werke**. Früheschriften 2. Berlin: Herman Luchterhand Verlag GmbH, 1968.

LUKÁCS, Georg. **History and class consciousness: studies in Marxist dialectic**. Trad. Rodney Livingston. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1971.

MARX, Karl. **Capital, vol. 1**. Trad. Ben Fowkes. London: Penguin, 1990.

MARX, Karl. "Manifesto of the Communist Party". In: CARVER, Terrel (Org.). **Later political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MARX, Karl. **Das Kapital Kritik der Politischen Ökonomie**. Berlin: Dietz, 2007.

MURTHY, Viren. "Reconfiguring historical time: Moishe Postone's interpretation of Marx". In: MURTHY, Viren; KOBAYASHI, Yasuo (Orgs.). **History and heteronomy: critical essays**. Tokyo: UTCP, 2009, pp. 09-30.

OSBORNE, Peter. **The politics of time: modernity and avant-garde**. London; New York: Verso, 1995.

OSBORNE, Peter. "Marx and the philosophy of time". In: **Radical philosophy**, 147, jan./fev., 2008, pp. 15-22.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

POSTONE, Moishe. "The subject and social theory: Marx and Lukács on Hegel". In: MURTHY, Viren; KOBAYASHI, Yasuo (Orgs.). **History and heteronomy: critical essays**. Tokyo: UTCP, 2009, pp. 63-84.

ARTIGOS

“Empreender para alcançar o mundo”?! A reforma do Ensino Médio e o Ensino Técnico Integral

Maria Clara Pereira dos Santos¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O presente artigo apresenta análises acerca da reforma do Ensino Médio Técnico Integral, em especial a implementação do curso de empreendedorismo, sob o olhar dos discentes de uma escola estadual do Estado do Rio de Janeiro, sendo, portanto, um estudo de caso. Os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram: a revisão da literatura sobre o assunto, a observação participante do ambiente escolar e as entrevistas semiestruturadas junto aos discentes matriculados. Para a revisão bibliográfica foi levado em consideração a conjuntura política em que a reforma foi aprovada, bem como as demandas do capitalismo e a lógica neoliberal, a partir das contribuições de Foucault (2008) e Harvey (2008). A coleta dos dados possibilitou verificar, o perfil socioeconômico dos jovens, seu ponto de vista sobre o novo modelo implementado e as perspectivas futuras com a conclusão do Ensino Médio. Constatou-se as influências da internalização do neoliberalismo na formação dos discentes com base nos estudos de Dardot e Laval (2016). Assim, este estudo se insere no campo da Sociologia da Educação e visa contribuir para uma reflexão sobre os desafios do Ensino Médio, no que se refere à sua intencionalidade, se tecnicista ou propedêutica, no contexto do mundo do trabalho e as dominações de classe.

Palavras-chave: Ensino Médio; Empreendedorismo; Educação; Neoliberalismo.

“Undertaking to reach the world”?! High school reform and comprehensive technical education

ABSTRACT

This article presents analyzes about the reform of the Integral Technical High School, in particular the implementation of the entrepreneurship course, under the eyes of the students of a state school in the State of Rio de Janeiro, being, therefore, a case study. The methodological instruments used for data collection were: literature review on the subject, participant observation of the school environment and semi-structured interviews with enrolled students. For the bibliographic review, the political situation in which the reform was approved was taken into account, as well as the demands of capitalism and neoliberal logic, based on the contributions of Foucault (2008) and Harvey (2008). Data collection made it possible to verify the socioeconomic profile of young people, their point of view on the new model implemented and future perspectives with the completion of high school. The influences of the internalization of neoliberalism in the formation of students were verified based on the studies of Dardot and Laval (2016). Thus, this study is part of the field of Sociology of Education and aims to contribute to a reflection on the challenges of High School, with regard to its intentionality, whether technical or propaedeutic, in the context of the world of work and class domination.

Keywords: High School; Entrepreneurship; Education; Neoliberalism.

¹ Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mclaraop@gmail.com.

Introdução

Este artigo visa apresentar um recorte de uma pesquisa mais ampla² que buscou compreender como o novo Ensino Médio Técnico e Integral, que é uma política educacional de Estado, está sendo implementado. Para essa investigação, optou-se por realizar um estudo de caso sobre a implementação do Ensino Técnico em Administração com ênfase em Empreendedorismo, ofertado em um Colégio do Estado do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva dos discentes matriculados. Para a coleta de dados utilizou-se alguns instrumentos metodológicos, como: a revisão da literatura sobre o assunto, a observação participante do ambiente escolar e as entrevistas semiestruturadas junto aos discentes matriculados. Neste último caso, buscou-se compreender as expectativas dos discentes frente ao curso e à sua formação, bem como conhecer o perfil socioeconômico deles, entre outros aspectos.

Uma pesquisa desta natureza se justifica, pois o Ensino Médio no Brasil sempre foi alvo, desde a sua criação, de grandes disputas ideológicas e mudanças ao longo da sua história principalmente por ser a última etapa da educação básica, muitas vezes associado à profissionalização, seja para o acesso ao ensino superior ou para o mercado de trabalho. Diante das demandas do capitalismo, a educação sempre esteve atrelada ao trabalho, podendo significar uma estratégia das classes dominantes para se perpetuarem no poder. Com isso, surgiram as propostas de educação propedêutica³ e profissional que passam a definir os rumos do Ensino Médio brasileiro, sendo a primeira associada aos conhecimentos específicos e científicos e a segunda apresenta caráter técnico com preparação para o mercado de trabalho, conforme aponta Manoel Nascimento (2007). A

² SANTOS, Maria Clara Pereira dos. **Uma análise da implementação do novo ensino médio integral com curso técnico em administração com ênfase em empreendedorismo em um colégio estadual em Campos dos Goytacazes/RJ**. Trabalho Final de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/24077>> Acesso em: 23.jun.2022.

³ Segundo Menezes (2001), refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

gênese do ensino voltado na preparação para o trabalho encontra-se no modelo de escola técnica, que surgiu no início do século passado.

Esse debate a respeito da finalidade do Ensino Médio acompanha o histórico desse nível de ensino ao longo do último século e perpassa as reformas existentes, como as primeiras propostas de ensino integral que surgiram nos anos de 1960 que defendiam um currículo tecnicista e que tinha por objetivo salvaguardar os domínios do capital. Segundo Marine Ramos e Gaudêncio Frigotto (2017), ao final dos anos de 1970 e início dos de 1980 surgem forças políticas em defesa da escola pública, gratuita e unitária, que tentavam assegurar os direitos das classes dos trabalhadores e de seus filhos. No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN - Lei nº 9394) regulamentou o capítulo da educação da Constituição Federal de 1988, nesse ínterim novos caminhos foram traçados para o Ensino Médio.

Os movimentos de contrarreforma em defesa da educação não foram suficientes para conter a forte onda neoliberal que se alavancou no país nos anos de 1990, influenciando diretamente o campo educacional. Com isso, novas formas de implementar o ensino integral foram realizadas como a reestruturação das escolas técnicas, que passaram a ser denominadas, mais tarde, como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mas que não acabou com o ensino médio, denominado geral, oferecido em apenas um turno.

Na contemporaneidade, o país passou a viver uma crise econômica que afetou todos os âmbitos, inclusive a educação. O propalado “golpe” de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder, desencadeou uma série de reformas que foram aprovadas no país, como a trabalhista e a da previdência, no governo do Presidente Michel Temer.

Nesse cenário também foi aprovada a reforma do Ensino Médio, por meio da Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que, além de outras providências, instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando, assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Com a proposta de maior flexibilidade, a implementação dessa Lei definiu uma nova organização escolar à partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na expectativa de oferta de diferentes possibilidades na escola, nas seguintes áreas de conhecimento:

ciências da natureza, ciências humanas, matemática e linguagens, além da formação técnica e profissional.

Nesse sentido, é importante enfatizar os argumentos de Shirlei Correa e Sandra Garcia (2018), que alegam que a proposta aprovada não levou em consideração as demandas dos principais interessados em pensar o Ensino Médio no Brasil, como os intelectuais da academia, os fóruns estaduais e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), bem como os próprios estudantes secundaristas, que, durante o período da reforma ocuparam diversas escolas no país e se manifestaram contra as propostas de mudanças. Sendo assim, as autoras consideram esta reforma como impositiva, antidemocrática e sem diálogos com os maiores interessados nas questões educacionais.

Esse é o contexto em que a pesquisa se insere e, com base nessas colocações, o artigo apresentará, a seguir, a metodologia utilizada, bem como o seu aporte teórico. Em seguida, serão apresentados os resultados obtidos. Também serão utilizadas imagens que ilustram o que foi encontrado na observação. Por fim, nas considerações finais são resgatadas as análises e apresentadas, as limitações da pesquisa e as projeções de trabalhos futuros, acerca da temática em questão.

Aporte teórico-metodológico

A pesquisa se configura como uma investigação empírica que se caracteriza por um estudo de caso e pela utilização do método qualitativo. Para a sua realização foi levantado e revisado um referencial teórico acerca da temática proposta, que serviu para a análise da conjuntura da pesquisa, bem como para elucidar os dados obtidos. A coleta de dados, ainda, ocorreu a partir de entrevistas e por meio da observação participante do ambiente escolar e das aulas do curso técnico oferecido, uma vez que a pesquisa propôs analisar, após a reforma do Ensino Médio, a implementação de um curso técnico integral, a partir da perspectiva discente de um Colégio na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Como aporte teórico, no sentido de compreender o neoliberalismo em uma perspectiva ampla, dois pensadores importantes foram utilizados: David Harvey (2008)

e Michel Foucault (2008), que utilizam métodos diferentes de análise, o primeiro segue as influências do marxismo e o segundo tem como base a genealogia do poder, mas ambos contribuem para pensar a lógica neoliberal mundial. Harvey (2008) alega que o neoliberalismo se consolidou no mundo a partir de ideias sedutoras, como a da liberdade individual e da dignidade humana que, assim, foram difundidas no globo para neutralizar os efeitos do contexto pós-guerra. A preocupação do autor se concentra na classe trabalhadora, que diante da disseminação do neoliberalismo no globo perde a sua força devido o individualismo que esta política de mercado opera na vida das pessoas.

Por sua vez, Foucault (2008) aponta a governamentabilidade neoliberal, que ocorre por meio da conduta e da lógica concorrencial, onde os indivíduos passam a se comportar como empresários de si mesmos, tornando-se, assim, um capital humano. O autor preocupa-se com a forma como o homem, dentro desta lógica, busca sucesso por meio de sua experiência vivida e isso auxilia a pensar a subjetividade dos indivíduos.

Os autores Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) contribuem para analisar como o neoliberalismo se integra às demandas do novo capitalismo, à partir do discurso empreendedor que perpassa os indivíduos. Segundo os autores, o espírito do capitalismo tem três pilares: o progresso material, modo de organização associado aos regimes liberais e satisfação das necessidades e se desdobra sob diferentes momentos históricos.

Sobre a influência do neoliberalismo diretamente nas subjetividades, a pesquisa conta com as contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) que, a partir das ideias de Foucault (2008), apresentam a nova razão do mundo, que é a norma de vida imposta pelo neoliberalismo, que afeta a vida política, econômica, social e subjetiva dos indivíduos e, com isso, determina as relações sociais, bem como as políticas educacionais de um país.

Acerca da influência do neoliberalismo na educação, Laval (2009) reflete, a partir de seus estudos sobre as escolas francesas, como esse modelo econômico está presente na lógica educacional onde, segundo o autor, o mundo das empresas já se confunde com o mundo das escolas. Levando em consideração as contribuições de pesquisas que analisam o ambiente escolar brasileiro, Sylvio de Sousa Gadelha Costa (2009) faz apontamentos acerca da governança neoliberal no ambiente escolar.

O autor chama a atenção para a internalização de capital humano que influencia os indivíduos a se comportarem como microempresas, o que leva a contribuir para um indivíduo proativo, inovador e flexível, como também aponta Richard Sennett (1999) ao enfatizar a corrosão do caráter dos homens. Essas influências e características acabam deturpando a ideia de cidadania e ocasionam uma cidadania sacrificial, como aponta Wendy Brown (2018), onde o indivíduo passa a se responsabilizar pelas falhas do Estado o que contribui para prejudicar a noção acerca dos direitos e deslegitima as organizações populares.

Tendo em vista que o empreendedorismo surge no Brasil juntamente com as reformas neoliberais, a pesquisa conta ainda com as contribuições de Vanessa Dias (2018), que alega que introduzir o empreendedorismo na educação foi estratégico frente às crises econômicas que o Brasil vivenciou nos anos de 1980 e, desde então, se tornou uma alternativa para combater o desemprego. Com isso, nota-se que, levando em consideração a conjuntura política atual, o empreendedorismo segue sendo uma estratégia no ambiente escolar utilizada a fim de direcionar a mão de obra flexível para o mundo do trabalho.

O instrumento de coleta de dados e da observação participante proporcionou conhecer o ambiente escolar, as aulas de empreendedorismo e as atividades extraclasse do curso investigado. O acesso ao Colégio e aos discentes foi possibilitado pela inserção da pesquisadora como bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PIRP).⁴ Durante a realização da pesquisa houve o acompanhamento de quatro turmas de 1º ano (1001, 1002, 1003 e 1004), totalizando 127 alunos sendo estes os primeiros alunos matriculados no curso para o ano de 2019.

Além da observação participante, a pesquisa contou com as entrevistas com uma amostra de 14 participantes. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado e foram divididas em três eixos: perfil socioeconômico, percepção dos alunos acerca do curso oferecido e perspectivas futuras. Para atender aos objetivos da pesquisa, foram analisadas, primeiramente, as condições socioeconômicas dos jovens,

⁴ O Programa integra a Política Nacional de Formação de Professores, que é um projeto de extensão com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

considerando que existem diferentes juventudes⁵. Dessa forma, os jovens foram questionados acerca da sua autodeclaração racial e essas informações foram comparadas com os índices percentuais da cidade de Campos dos Goytacazes e do Estado, onde a pesquisa foi realizada. Ainda sobre a raça, foi observada uma certa dificuldade no processo de autodeclaração dos jovens, tendo em vista a construção da formação política e social do Brasil, cujas bases se fundam na desigualdade do racismo estrutural.

Para compreender o pertencimento de classe dos entrevistados, lançou-se mão da análise da escolaridade de seus responsáveis e suas respectivas profissões, uma vez que poucos entrevistados sabiam responder sobre a renda per capita da família. Dessa forma, as profissões dos responsáveis foram classificadas entre formais e informais. Além disso, o alto índice de desemprego foi levado em consideração. Dentre as profissões, as com maior remuneração foram: professor de nível básico, policial e enfermeira. Os dados acerca da raça e da classe são mais bem desenvolvidos e aprofundados em Santos (2019).

Os demais eixos temáticos abordaram as influências do neoliberalismo no ambiente escolar e a percepção dos discentes sobre a reforma do Ensino Médio. Nestes dois eixos houve atenção especial na internalização do neoliberalismo nas falas dos jovens, isso justifica a escolha do método das entrevistas. Levou-se em consideração alguns requisitos, tais como: a avaliação dos jovens sobre a escola, a opinião dos entrevistados sobre o novo modelo de ensino médio implementado e, por último, o conhecimento deles acerca do empreendedorismo. Por fim, são apresentadas algumas perspectivas futuras dos jovens no que se refere a vida profissional após a formação. Assim, a partir deste arcabouço teórico, a pesquisa buscou contribuir para a análise da implementação da reforma do ensino médio no colégio em estudo.

⁵ A pesquisa leva em consideração o termo juventudes no plural, uma vez que este debate cai no senso comum quando é tratado de maneira homogênea. Segundo Brenner, Dayrell e Carrano (2008), essa homogeneidade não ocorre devido à diversidade de jovens associados a diferentes bases socioeconômicas, que possibilitam diferentes acessos e experimentos.

“Foco, força de vontade, atenção e muita fé”: a implementação do curso técnico em empreendedorismo sob o ponto de vista do(as) alunos(as)

A escola alvo desta pesquisa, algumas vezes chamado de colégio, iniciou o ano letivo de 2019 de “cara nova”, com uma nova pintura na cor azul e com cartazes e placas, espalhadas pela escola e na portaria, convidando a comunidade escolar a matricular seus filhos no Novo Ensino Médio profissionalizante em empreendedorismo. Um destes cartazes continha os dizeres: “Seja empreendedor! Prepara-se para o mercado de trabalho”. Além disso, uma faixa foi colocada na porta da escola com os dizeres: “Empreender para alcançar o mundo”. Todo esse cenário fez com que alguns questionamentos acerca da influência do neoliberalismo na formação de jovens viessem à tona, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro, possivelmente, passa a acreditar no empreendedorismo como saída para a formação educacional o que reforça, mais uma vez, o caráter técnico que o Ensino Médio carrega, o que é revelado em seu histórico, bem como a influência da educação voltada para os domínios do capital.

No que se refere ao perfil dos jovens que foram entrevistados, a idade média era de 16 anos, e a maioria residia no bairro da escola ou em bairros vizinhos. Nota-se que a escola está localizada, aproximadamente, a três quilômetros da região central, em um bairro onde coexistem classes sociais distintas, com pequenos comércios e várias residências, desde casas visualmente bem estruturadas a casas simples, com construções ainda sem finalização. Ademais, vale destacar, a presença de uma “Comunidade” a duas quadras do Colégio que, também, é vista como “Favela” por alguns moradores da cidade, onde residiam considerável parte dos entrevistados.

Acerca do perfil socioeconômico, no que se refere ao perfil racial, a maioria dos entrevistados se autodeclararam negros, totalizando 85% da amostra. Sobre a classe social dos entrevistados, foram considerados de classes baixas, tendo em vista que os seus responsáveis tinham baixo nível de escolaridade e ocupavam cargos de baixa remuneração. Assim, vale pensar como a política do ensino médio tem sido oferecida para as classes dominadas e, ainda, como o empreendedorismo, enquanto estratégia para o mercado de trabalho, se insere em um contexto em que a informalidade só cresce no Brasil. Esse último cenário compõe o novo proletariado de serviços, denominado por

Ricardo Antunes (2020) quando descreve a forma como os trabalhadores estão inseridos na informalidade e como isso contribuiu para a retirada dos direitos deles.

Levando em consideração o perfil dos jovens entrevistados, foi possível perceber a influência do neoliberalismo no ambiente escolar por meio das falas proferidas pelos alunos nas entrevistas, bem como nas atividades do curso técnico oferecido, que serão descritas ao longo do texto.

Com base nas contribuições de Harvey (2008), o neoliberalismo se configura enquanto política econômica vinculada ao mercado, que associa o Estado às grandes empresas como forma de organizar a sociedade a partir de um bem-estar humano. Ele opera ainda enquanto ideologia que afeta diretamente as subjetividades dos indivíduos, modificando suas condutas e maneiras de se mostrar ao mundo afetando, assim, as relações sociais, como mostra Foucault (2008).

Dessa maneira, o neoliberalismo influencia o campo educacional, uma vez que os grupos dominantes foram os atores principais para difundir esta política no mundo. Segundo Harvey (2008), impuseram a todas as instituições a ordem de mercado, inclusive às escolas. Foucault (2008), por sua vez, destaca como os indivíduos, influenciados pela ordem neoliberal, se transformam em capital humano, buscando na economia a sua experiência própria, o que reverbera em todos os âmbitos da vida, inclusive o educacional.

Desse modo, a partir dos questionamentos feitos aos alunos sobre a socialização escolar, foi possível perceber a internalização de normas e condutas neoliberais apresentadas por Dardot e Laval (2016), influenciados pelas ideias de Foucault (2008), que a partir da subjetividade neoliberal internalizada faz com que as pessoas busquem sucesso individual a partir do discurso, bem como nas atividades realizadas pelo curso técnico oferecido.

Isso é notado quando os entrevistados são indagados a acerca da experiência de estudar na escola. Como, por exemplo, a fala da aluna Aruana, de 17 anos: “O ensino é bom. Basta você querer se esforçar e se dedicar ao estudo porque é bom”. Dessa maneira, podemos perceber a subjetividade neoliberal, termo cunhado por Dardot e Laval (2016), advindas de uma “*política de moldura*” como sugere Foucault (2008), que tem por

objetivo orientar as condutas dos indivíduos para que passem a agir para o funcionamento do mercado.

O discurso advindo da internalização neoliberal está presente no ambiente escolar, como foi observado, também, por Mayara Lima (2019) em pesquisa realizada em uma escola no mesmo município. A autora analisa a construção da subjetividade neoliberal dos estudantes e observou que “o esforço próprio e a determinação são apresentadas como maiores responsáveis pelo sucesso futuro para os discentes” (LIMA, 2019, p. 34). Assim, podemos notar que muitos alunos acreditam que para ter sucesso escolar só depende deles, tornando-se assim seus próprios investidores, como mostra Foucault (2008), quando alega que o indivíduo passa a ser um “*homo economicus*” responsável pelo seu próprio cálculo tornando, assim, um empresário de si.

Sobre o Curso Técnico de Empreendedorismo, objeto deste estudo, foram observadas características da lógica neoliberal como a concorrência e a competição. Essas características foram observadas na “I Feira de Empreendedorismo”⁶, ilustrada na Figura 1. A Feira foi organizada por professores e alunos. Cada turma, denominada como equipe, ficou responsável por organizar e construir uma barraca de vendas como, por exemplo: brechó, açaí, picolé, cachorro-quente, bolo, entre outros.

Figura 1 - Barracas da I Feira do Empreendedorismo do CEJOPA



Fonte: A autora.

⁶ A I Feira de Empreendedorismo aconteceu na quadra da escola no turno da manhã. Ocorreu como atividade avaliativa e atribuição de nota para os discentes do Curso Técnico em Empreendedorismo.

Desse modo, foi questionado aos alunos sobre a experiência da participação na Feira. Foram encontradas respostas que vão de encontro com o que Laval (2004) alega, quando diz que um dos objetivos da escola neoliberal é formar capital humano com interesses para o mercado de trabalho. Nesse sentido, além de enfatizar o caráter profissional que a etapa do Ensino Médio está inserida, como aponta Nascimento (2007), reforça o que Costa (2009) observa em seu trabalho, quando analisa a cultura do empreendedorismo na escola, a partir de uma subjetividade que transforma os sujeitos em microempresas. A fim de compreender a organização da Feira realizada no Colégio, destaca-se as falas de dois discentes entrevistados:

Sinceramente, quando acabou a feira eu dei graças a deus, porque estava sendo muita pressão na nossa cabeça, estava dando vontade de surtar e se jogar pela janela. Muita pressão, aí ficava todo mundo: Não é porque vocês tem que fazer isso, aquilo. Beleza! A feira foi um teste, a gente não podia pedir dinheiro grande pro pessoal da sala. Eu como representante pedi 2,50 de cada um e falei que ia devolver o dinheiro. Aí a gente investiu compramos as coisas. Nós conseguimos uma parceria com um cara que vende picolé também, aí caso a gente conseguisse vender tudo ele seria certo e pagaria depois, e caso tivesse tudo ok ele pegava de volta. Aí a gente fez açaí também, aí deu um problema que o liquidificador estragou e o açaí acabou também. Aí eu tive que ir ao centro duas vezes comprar e fui de bike (Rudá, 16 anos, 1003).

Quando a gente começou e a professora falou a gente pensou que não ia dar certo, aí chegou o dia, organização zero, pesquisa de preço zero, ninguém tinha feito nada. Todo mundo comprou alguma coisa de cada achando que não ia vender nada. Quando chegou na hora tudo saiu assim (fez sinal de rápido com a mão). Aí a organização que a gente precisava teve que fazer ali na hora, faltou organização, mas deu tudo certo (Maiara, 16 anos, 1003).

Levando em consideração essas falas, observa-se como o curso técnico prepara os discentes para o mercado de trabalho, mostrando-se em consonância com as novas demandas do capitalismo, que são explicitadas por Boltanski e Chiapello (2009). Os autores mostram como o capitalismo se modifica ao longo da história e se torna um espírito que abarca desde o dono de fábrica e com o passar se adapta às novas demandas do capital como dos empresários executivos. Na contemporaneidade tem-se o capitalista neoliberal que é tomado pelo discurso empreendedor.

Espera-se, nesse caso, que os indivíduos passem a utilizar o discurso do empreendedorismo como modo de vida, a partir de uma ordem empresarial mesmo que

esta não seja suficiente para abarcar toda a sociedade e suas diferentes classes. Nesse sentido, é possível compreender, segundo Boltanski e Chiapello (2009), que o capitalismo vai além da busca pelos lucros e pretende, também, contribuir para a justificação moral que dá lugar ao discurso do esforço. Isso é observado nas falas dos estudantes quando se organizam enquanto empresa em equipes.

Nessa lógica, segundo Costa (2009), os indivíduos acabam por internalizar certas características próprias da lógica neoliberal como “proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade e com notável capacidade de promover mudanças” (COSTA, 2009, p.181). Essas características são percebidas na fala da entrevistada Maiara, quando diz sobre a forma como se organizaram na hora para a Feira e, ainda, na fala de Rudá, que demonstra flexibilidade.

A flexibilidade é debatida por Sennett (1999), que ao analisar a corrosão do caráter do homem, aponta como a flexibilização do trabalho quebra a rotina do trabalho formal e proporciona o trabalho informal, onde o trabalhador passa a ser seu próprio investidor. Lógica que contribui para a reestruturação do capitalismo, onde as instituições se tornam mais flexíveis, criando formas de poder e controle.

Vale destacar que a coletividade chama a atenção nessas análises, uma vez que os jovens se unem em equipes para competir, pois ao final do evento elege-se qual barraca de vendas obteve mais sucesso e lucro. Assim, esse comportamento encontra ressonância ao que destaca Costa (2009), quando diz que a competitividade, à partir da coletividade, é importante para a lógica do empreendedorismo se perpetuar, uma vez que, através do discurso pautado na coletividade e do espírito de parceria, enquanto, em contraposto, é praticado de forma individualizada, onde cada um precisa gerenciar seu próprio negócio.

Isso ocorre devido à consolidação do neoliberalismo no mundo, bem como na América Latina e no Brasil, uma vez que, segundo Harvey (2008), foi a partir das ideias de liberdade individual e de dignidade humana que o projeto neoliberal se espalhou pelo globo. Segundo o pensador, essa estratégia tem caráter hegemônico, uma vez que reforça a dominação de classe e afeta o modo de pensar dos indivíduos, bem como as maneiras de viver e compreender o mundo. Como consequência disso, o autor se preocupa com a organização da classe trabalhadora que passa a perder a união e pertencimento de classe.

Aliado a esse cenário, foi observado na sala de aula uma nova disposição das carteiras. Os alunos passaram a sentar-se em uma mesa redonda, em grupos de 3 a 5 e, com isso, foi possível observar como esse novo modelo foi capaz de proporcionar momentos de competição entre os discentes, mas, também, de solidariedade entre eles, pois se ajudam com as disciplinas. Como pode ser percebido à partir da fala abaixo:

Porque assim a gente compartilha conhecimento a gente estuda em grupo. Eu acho assim, quando eu aprendo alguma coisa eu não gosto de guardar só para mim. Tipo meu amigo tá com dificuldade aí eu vou lá e não fico quieta eu vou lá e ajudo ele porque assim eu aprendo duas vezes, por isso eu gosto muito de ficar em grupo (Nina, 15 anos, 1001).

Ressalta-se que as mudanças como estas podem contribuir para o ambiente escolar, tendo em vista que ele tem um histórico normatizador e docilizador de corpos, como mostra Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*⁷, quando questiona os sistemas educacionais rígidos, que não permitem uma boa transferência de professor e aluno. Portanto, a coletividade dentro dos moldes do neoliberalismo deve ser elaborada de maneira que enfatize a ajuda mútua dos discentes, que enfatize uma educação questionadora e conscientizadora, e não uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho. Como aborda Carolina Catini (2019), “introduzir empreendedorismo no trabalho educativo é a solução para ensinar pela prática que é natural aderir à competitividade para poder sobreviver: um ótimo método para a pacificação social via assimilação individual ideológica” (CATINI, 2019, p.37).

É importante salientar que, acerca da reforma do Ensino Médio, é essencial ouvir a opinião dos alunos sobre isso, tendo em vista que, como apontam Correa e Garcia (2019), a reforma foi aprovada de maneira impositiva e antidemocrática, desconsiderando os principais movimentos que têm como pauta o Ensino Médio no Brasil, bem como os estudantes secundaristas. Dessa maneira, vale destacar a fala de um aluno quando manifesta a sua opinião sobre o novo ensino médio e o fato de estudar em tempo integral:

⁷ Obra publicada em 1975 que examina mecanismos sociais e teóricos que motivam mudanças nos sistemas penais ocidentais durante a era moderna, a partir de uma análise de vigilância e punição que se encontra em algumas instituições como hospitais, prisões e escolas.

O novo ensino médio é bom. Mas o tempo mata, até você se acostumar também. Eu também não tenho muita noção do curso porque agora a gente está sem professor de empreendedorismo, que é o principal do curso e não tem professor (Pedro, 15 anos, 1001).

Esse e vários outros alunos reclamam da falta de professores, que são fundamentais para o funcionamento do curso técnico. Nota-se que, durante o período da observação participante, foi verificado que a professora que ministrava a disciplina de Empreendedorismo estava de licença. Mas o que chamou a atenção foi a falta de um professor para substituí-la, tendo em vista que o curso é voltado para tal temática.

Segundo Dantas (2019), as reformas educacionais estão sendo pensadas por reformadores empresariais da educação que defendem seus interesses para pensar a realidade do ensino público. Assim, “não consideram as condições concretas de realização das atividades pedagógicas, tais como a infraestrutura das escolas e as condições de trabalho dos professores” (DANTAS, 2019, p.108). Isso pode explicar a falta de professores para serem substituídos e vários outros problemas estruturais que a escola pública enfrenta.

Além das queixas da falta de professores, os alunos questionam o aumento da carga horária aliada à estrutura da escola, alegando que ficam cansados e que a escola não tem um chuveiro, por exemplo, para tomarem banho para permanecerem no local por tanto tempo. Em contrapartida, quando questionados sobre o que estão achando do curso oferecido, a maioria dos alunos acredita ser uma oportunidade, como apontado por Pedro, de 15 anos, da turma 1001, que diz: “É uma oportunidade, porque tem muitos cursos aí hoje em dia que as pessoas podem fazer pagando e esse tá indo de graça pra gente, é uma oportunidade”.

Essa fala revela que não é levado em consideração que os brasileiros pagam impostos para ter acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Salienta-se assim, a importância do conhecimento acerca dos direitos que, muitas vezes, a população não tem acesso, devido à responsabilização que os indivíduos internalizam frente à governança neoliberal.

Desse modo, Brown (2019) aponta que essa responsabilização acontece por meio de uma sobrecarga moral, que as pessoas adquirem devido aos investimentos que fazem em si próprias. Segundo essa autora, a “responsabilização assinala um regime no qual a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar o sujeito, um processo no qual estes são refeitos e reorientados pela ordem neoliberal e através do qual sua conduta é mensurada” (BROWN, 2019, p.39).

Além disso, como destaca Brown (2019), essa responsabilização vem acompanhada de uma culpabilização e os indivíduos são duplamente responsabilizados, “espera-se que cuidem de si mesmos (e são culpabilizados por seu próprio fracasso em prosperar) e do bem-estar econômico (e são culpabilizados pelo fracasso da economia em prosperar)” (BROWN, 2019, p.40). Desse modo, quando o aluno relata que o curso é uma oportunidade, liga-se ao que Brown (2019) diz acerca da culpabilização que os sujeitos acabam adquirindo até pelas falhas do Estado. Isso fica perceptível ao observar as respostas de dois outros alunos, quando questionados sobre o que estão achando do Curso Técnico oferecido:

Assim pra mim falando no dia a dia é muito complicado, mas em geral eu acho que é bom porque muitos adolescentes não querem nada com nada e assim com isso eles são obrigados eu acho bom (Iara, 16 anos, 1004).

Ah é uma boa para jovens que não tem o que fazer a tarde isso é uma boa ficar aqui estudando um monte de palhaçada (Moacir, 16 anos, 1002).

Assim, pode-se dizer que os relatos dos referidos alunos, no tocante a acreditarem que os adolescentes “não querem nada com nada” ou que são jovens “que não tem o que fazer”, vai de encontro com as abordagens de Brown (2019), visto que se culpabilizam por achar que “não querem nada” ou “não tem o que fazer” como se fosse uma responsabilidade deles e não refletem que é função do Estado, por meio da educação, assegurar políticas e amparos para a juventude brasileira e, principalmente, porque estão numa faixa etária em que devem estar na escola e interessados pelo que estudam.

Vale destacar, também, que o curso oferecido é a única opção que o estado do Rio de Janeiro oferece, dessa maneira é uma oportunidade única. Tendo em vista as

práticas neoliberais da conjuntura ultraconservadora, essa oportunidade pode ser vista como de caráter impositivo. Em contrapartida, um dos alunos entrevistados leva em consideração outros pontos de vista acerca do curso:

Eu tô gostando e tal, as matérias são interessantes e tal, mas só que essa questão do curso eu não sou tão a fim não, porque eu acho que é meio não tem nada a ver comigo e eu acho que de certa forma **romantiza o desemprego**. Lógico que a gente tem que **inovar** sempre, porque hoje em dia tem muitas pessoas trabalhando em áreas que não se trabalhava. **Mas eu não quero ser um empreendedor e vender água e ganhar dinheiro com isso não. Não! eu quero fazer minha faculdade e me formar no que eu quero, minha vida.** Lógico que infelizmente o capitalismo te obriga a viver por dinheiro e fazer coisas que não é tanto sua cara, infelizmente isso. Mas esse lance do curso eu estava até começando um negócio com uma amiga minha, vendendo um doce umas paradas assim daora. Só que eu percebi que isso é você estar se tornando escravo é a mesma coisa do lance do Uber de certa forma o cara que entrega as paradas para as pessoas comer e o uber é empreendedor, mas eu não vejo como isso, pra mim ele é escravo. Porque ele trabalha por hora, mas tipo assim esse cara é assim: O cara chamou e ele tem que ir trabalhar (Rudá, 16 anos, 1003 - grifos da autora).

Esse aluno, diferente de outros entrevistados, tem uma certa preocupação com a “romantização” do desemprego, essa posição vai de encontro com o que aponta Costa (2009) quando diz: “em momentos históricos cuja organização social é marcada por problemas como o desemprego, a má distribuição de renda, a desigualdade de oportunidades e a violência, investir no empreendedorismo parece ser a melhor solução” (COSTA, 2009, p.181). Assim, o aluno faz uma referência ao empreendedor que vende água e sinaliza que não quer isso para a sua vida, mesmo tendo a experiência de vender alguns doces com sua amiga. Isso é importante, tendo em vista que o aluno menciona o curso superior como perspectiva futura e o curso técnico, em análise, não influencia esse caminho, como será retratado mais adiante.

Outra questão apresentada aos entrevistados dizia respeito sobre o que eles entendiam por empreendedorismo. Essa foi a pergunta que mais gerou dúvida e que os alunos tiveram mais dificuldades para responder. Algumas respostas foram: “eu não vou saber explicar”, “não entendo nada”, “agora em mente, eu não sei dizer”. Isso está em harmonia com o que destaca Dias (2018), o termo empreendedorismo apresenta dificuldades em ser conceituado e, a partir dos estudos acerca dele, pode ser entendido como “fenômeno de empreender”. Segundo ela, o empreendedorismo acompanha a

nova fase que o capitalismo entra, a partir do final dos anos de 1970, onde administradores do Estado elaboram “novos métodos apropriados à reprodução do capital para conservar e restaurar o poder de classe” (DIAS, 2018, p.386).

O empreendedorismo foi associado pelos alunos sob dois âmbitos: inovação e empresas. Isso entra em concordância com o que Dias (2018) aborda, quando diz que o termo “entre seus vários significados pode servir para requalificar o trabalhador informal”, já em outro significado “é a noção de trabalhador ativo, que é capaz de criar inovação dentro do espaço de trabalho” (p.392).

Nesse sentido, a entrevista buscou compreender quais eram as perspectivas futuras dos alunos após a conclusão do Curso. Com base nesse quesito, muitos se mostraram aptos a serem empreendedores como “plano A”, ou seja, ser empreendedor após a formação. Outros demonstraram-se aptos a ser empreendedores como “plano B”, caso a opção de cursar uma faculdade não fosse possível, e outros se demonstraram aptos a serem empreendedores e continuarem os estudos, de maneira bastante flexível.

Dos respondentes que demonstraram interesse em ser empreendedores, alguns alegaram que gostariam, mas ainda não sabiam como, outros demonstraram estratégias, como a aluna Aruana, da turma 1002, de 17 anos, que pretende montar uma empresa para vender bolo. Quando questionada sobre como seria o empreendimento, respondeu: “Foco! Determinação do que fazer, pensar bem, se eu quero fazer isso então eu tenho que ter foco e acreditar”. Assim, é perceptível que o planejamento está mais atrelado ao discurso do que das condições necessárias para abrir um empreendimento, como espaço físico e materiais necessários.

Outras respostas dos alunos apontaram para o interesse em ser chefes de empresas multimilionárias, como o caso de Tuane, de 15 anos, da turma 1003, que diz: “me imagino uma chefe de empresa multimilionária, mandando em tudo e arrasando, indo a várias conferências e explicando o que vendo e o que quero”. À partir dessa manifestação, observa-se o quanto o discurso empreendedor está carregado de confiança e liberdade, para ser o que quiser, mas vale levar em consideração o que aborda Brown (2019) acerca de uma falsa liberdade que o neoliberalismo propaga e que, na verdade, acontece o oposto para que os sujeitos sejam governados por máximas normativas.

Dos alunos que demonstraram interesse em ser empreendedores e estudarem ao mesmo tempo, chamou a atenção a resposta de Tainá, da turma 1001, que diz: “eu fazendo curso técnico de empreendedorismo posso me aprofundar mais, eu posso é começar a fazer algumas coisas pra vender e pagar minha faculdade, isso pode me ajudar muito”. A entrevistada segue dizendo “porque eu vejo novela e eu fico me imaginando igual a Maria da Paz⁸ vendendo bolo”. A partir de então, foi questionado como seria a sua rotina e o que ela acha que seria fundamental para o empreendimento dar certo e ela diz:

Eu tenho dúvida se eu faria faculdade de manhã ou à noite. Mas se eu fosse fazer a noite no caso eu venderia meus bolos ao longo do dia, de manhã eu saio pra vender e aí eu venho almoço e volto e depois chego e vou pra faculdade (Taina, 17 anos, 1001).

Eu acho que o fato de você dar a louca e ir pra mim já é ótimo, porque as vezes a gente quer fazer as coisas e a gente fica naquela “será que vai dar certo?” Eu acho que o fundamental para dar certo é você tirar a dúvida da sua cabeça. É você ir e ir (Taina, 17 anos, 1001).

Nas falas da aluna pode-se notar o quanto ela demonstra flexibilidade frente à sua trajetória futura, demonstrando disposição a estudar, trabalhar e adequar ao tempo necessário para dar conta de todas as responsabilidades. A flexibilidade é uma das características fundamentais do empreendedorismo, porque, segundo Dias (2018), o trabalho flexível é moldado num mundo de instabilidade, que se justifica pelas alterações constantes da necessidade do capital.

Assim, a partir dos dados coletados e das contribuições teóricas, nota-se o quanto as políticas neoliberais contribuem para a desigualdade de classes, tendo em vista o perfil dos entrevistados em questão, bem como o quanto a ideologia e o pensamento neoliberal estão impregnados nos discursos dos discentes, que perpassam nossa estrutura e se disseminam, também, na escola. Por fim, observa-se como o capitalismo se reinventa e se intensifica, principalmente diante de reformas aprovadas por governos empresariais.

⁸ Personagem interpretada por Juliana Paes na novela “A dona do Pedaco”, ela vendia bolo na praia até que se tornou uma confeitadeira de sucesso.

Considerações finais

Com base nos dados obtidos pela pesquisa, foi possível observar o quanto o Ensino Médio, levando em consideração seu histórico, é alvo de disputas das classes sociais como forma de dominação de classe. Assim, é necessário, frente a um contexto de reformas educacionais impositivas, evidenciar os movimentos de contrarreforma, como enfatiza Frigotto e Ramos (2017). Segundo esses autores, nesse cenário é importante resistir às demandas do capital em sua forma dependente no Brasil, o que se refere a não exercer na prática todas as medidas impostas pelas atribuições das reformas neoliberais. Aliado a isso, é importante defender uma escola em que os alunos construam um olhar crítico acerca da sociedade.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para pensar a reforma do ensino médio a partir de um estudo de caso, dando voz aos seus interlocutores, que são os jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, que pertencem às classes baixas e são majoritariamente negros. A pesquisa apontou que a reforma foi elaborada por gestores públicos que estão desconectados ou descolados do ambiente sociocultural e, até mesmo, econômico, dos estudantes, que são o público-alvo dessas políticas educacionais.

Muitas vezes, estes gestores partem de pressupostos conservadores, de classes dominantes, que não levam em consideração a diversidade, principalmente por defenderem uma ideologia dominante, como aponta Louis Althusser (1980). Esse tipo de atitude faz com que os privilégios desses gestores se perpetuem ou, até mesmo, contribuam para o insucesso de projetos, por não considerar a realidade e a vivência do público-alvo, como é o caso do curso analisado.

Outra questão analisada foi o fato de a reforma ter sido aprovada de maneira impositiva e não democrática, sem levar em consideração os principais movimentos interessados em pensar a educação. Assim, foi possível identificar que o novo Ensino Médio, bem como seus propositores, não estão preocupados em garantir uma formação que influencie o jovem a seguir adiante em seus estudos como, por exemplo, almejar uma formação em nível superior, e sim uma formação em nível médio direcionada para a mão de obra do mercado de trabalho, sem preparar esse estudante para se tornar um

cidadão crítico e consciente de seu espaço social, com opção de escolha do que pretende realizar na sociedade.

Com a pesquisa, também, foi possível observar, a partir das falas dos discentes, juntamente com as análises realizadas que, de certa maneira, elas estão impregnadas do discurso neoliberal difundido e disseminado na escola. Pode-se dizer que ocorre uma internalização do capital humano e da subjetividade neoliberal, como apontados por Foucault (2008) e Dardot e Laval (2016).

Esse ambiente, também, foi observado no Colégio, especialmente na proposta de socialização escolar, como a divisão das carteiras e nas atividades do curso, como a feira de empreendedorismo. Nesse aspecto, vale destacar o que coloca Foucault (2008), quando diz que a partir da compreensão das formas de investimentos do capital humano é possível “ver como se orientam as políticas econômicas, as políticas sociais, as políticas culturais, as educacionais dos países” (p.319).

Além das análises sobre as internalizações, também foi identificado quais as perspectivas de futuro desses jovens. Nessa questão, observa-se como o discurso meritocrático está vinculado ao discurso empreendedor, tendo em vista que muitos pretendem ser empreendedores e acreditam que isso só depende deles. Dessa forma, ocorre o que afirma Brown (2019) acerca de uma responsabilização e uma culpabilização que os indivíduos adquirem consigo mesmo que os impede de fazer uma análise crítica sobre as responsabilidades que são do Estado.

A autora se preocupa como a lógica neoliberal afeta na organização sindical da classe trabalhadora, uma vez que as ideias de liberdade individual e dignidade humana como aponta Harvey (2008) interfere para que as classes trabalhadoras continuem em defesa de seus interesses principalmente em cenários onde o empreendedorismo e a informalidade são oferecidos como seguimento de inserção social para jovens oriundos de classes dominadas.

No tocante à implementação da reforma na prática, no contexto do Colégio, deixou várias lacunas no que tange à estrutura da escola para receber e desenvolver tal projeto. Na pesquisa foi evidenciado como isso se intensifica de acordo com o perfil socioeconômico dos alunos. Outra constatação é que o novo modelo também trouxe questionamentos relevantes no âmbito dos fatores contraditórios, pois ao mesmo tempo

são estimuladas a coletividade e a autonomia, estratégias do neoliberalismo e empreendedorismo, mas que na prática se mostra também associado a uma solidariedade entre os discentes.

Um destaque de extrema importância é sobre a necessidade de trabalhos futuros que abordem essa temática, para compreender até que ponto o presente estudo de caso se assemelha a outras realidades. O trabalho contou com algumas limitações que, também, podem ser exploradas em outros momentos, como compreender outros aspectos conflitantes relacionados aos perfis dos estudantes, como as religiões dos entrevistados, pois concomitantemente ao discurso neoliberal estava presente o discurso religioso, mas os dados coletados não foram suficientes para uma análise detalhada. Sobretudo é essencial continuar acompanhando o curso e as suas reformulações, ouvir os demais atores do campo, como professores e funcionários, a fim de obter mais dados para análises das percepções sobre este modelo de ensino, que foi analisado em seu primeiro ano de implementação.

Por fim, desenvolver essa pesquisa em um colégio estadual com características bastante semelhantes a um dos colégios que estudei foi, de certa maneira, “ser afetada” por aquele local tão familiar, a partir da minha memória discente, sentindo os conflitos e situações agradáveis e desagradáveis. Esse sentimento me fez refletir que, embora não estejamos no mesmo lugar (colégio da pesquisadora e o colégio dos estudantes entrevistados) e nem no mesmo espaço de tempo, o capitalismo e o discurso neoliberal permeiam o espaço educacional, se reinventando e reproduzindo as desigualdades. A forma como as políticas são pensadas e implementadas me fez compreender o motivo pelo qual muitos dos meus colegas de escola não conseguiram ter acesso ao Ensino Superior, tampouco ambicionar este lugar e, muito menos, a oportunidade de desenvolver pesquisas como esta.

Acredito, também, que da maneira como o capitalismo se reinventa e se intensifica, principalmente em governos ultraconservadores e autoritários, como na atual conjuntura política do país, as possibilidades de redução das desigualdades, principalmente educacionais, tornam-se ainda mais distantes e utópicas para a maioria das pessoas. Entretanto, não se deve descartar o papel exercido pelas lutas históricas em defesa de um projeto de educação alternativo em conjunturas semelhantes a essa. É

neste contexto de resistência que se insere este trabalho, em busca de uma educação transformadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3 ed. Lisboa: Presença, 1980.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone Benedetti e Brasília Sallum Jr. São Paulo: Mmf Martins Fontes, 2009.

BRENNER, Ana; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. 2018. Disponível em: <<http://www.zazie.com.br/pequena-biblioteca-de-ensaios>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: MARIANO, Alessandro et al. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensino. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREA, Shirlei; GARCIA, Sandra. Novo Ensino Médio: quem conhece aprova! Aprova? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469/7359>>. Acesso em: 13 maio 2019.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**. Maio/Agosto de 2009.

DANTAS, Jéferson Silveira. O ensino médio em disputa e as implicações da BNCC para as áreas das Ciências Humanas. **Universidade e Sociedade**, Nº 6. 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub1969232834.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chirstian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Vanessa. A “miséria” da educação: análise de um manual de “empreendedorismo” do Sebrae para professores do ensino fundamental. **Revista de Ciências Sociais Século XX**, v.8 nº1 jan/jun, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no college de France (1978-979). São Paulo: Martins Fortes, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LIMA, Mayara. **Uma análise da construção da subjetividade neoliberal entre os discentes do colégio estadual Manoel Pereira Gonçalves**. 2019. 49p f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete educação propedêutica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em 24 jun 2022.

NASCIMENTO, Manoel. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG Ci. Hum**, v.15, n.1, p.77-87, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594>>. Acesso em: 16. Dez. 2021.

RAMOS, Marine. FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v.19, n.46. p.26-47. jul/dez. 2017.

SANTOS, Maria Clara Pereira dos. **Uma análise da implementação do novo ensino médio integral com curso técnico em administração com ênfase em empreendedorismo em um colégio estadual em Campos dos Goytacazes/RJ**. Trabalho Final de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/24077>> Acesso em: 23.jun.2022.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

As afinidades eletivas entre Walter Benjamin e Franz Kafka: investigações sobre o messianismo judaico, a tradição doente e o declínio da experiência

Flávio Borges Faria¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Este trabalho recuperou a recepção de Walter Benjamin em relação à obra de Franz Kafka. Observamos o pequeno conjunto de textos deixados por Benjamin sobre Kafka, principalmente o ensaio *Franz Kafka* (2012a [1934]). Analisamos também as discussões travadas com o amigo e teólogo Gershom Scholem nas correspondências entre 1933 e 1940. Procuramos interpretar como Benjamin mergulhou na obra de Kafka no sentido de cunhar uma interpretação para o mundo moderno e o autoritarismo crescente à época. Esse tópico pode ser sintetizado pelas noções de *tradição doente*, *rememoração* e *esquecimento*. A doença da tradição está articulada ao contexto de assimilação judaica, cujo problema está nas novas formas de lidar com a tradição cindida, e a crítica à noção de *progresso histórico*. As narrativas kafkianas, para Benjamin, contrapõem o *mundo pré-capitalista*, berço da tradição, e o *mundo moderno*, característico pela hipertrofia da técnica. Portanto, procuramos observar o modo como Benjamin interpretou a tradição doente decantada nas obras kafkianas na medida em que articulou a crítica ao progresso histórico e à barbárie.

Palavras-Chave: Tradição; Experiência; Judaísmo; Modernidade; Benjamin; Kafka.

The Elective Affinities between Walter Benjamin and Franz Kafka: investigations on the Jewish messianism, the tradition falling ill and the experience in decline

ABSTRACT

The present work investigated Walter Benjamin's research on Franz Kafka. We analyzed Benjamin's essays about Kafka, mainly the essay entitled *Franz Kafka* (2012^a [1934]). We also investigated the correspondences between Benjamin and his theologian friend Gershom Scholem, written between 1933 and 1940. We seek to interpret how Benjamin found an interpretation of the modern world and authoritarianism in Kafka's pieces. Three important concepts summarize this topic: tradition falling ill, remembering, and forgetting. The tradition falling ill is related to the Jewish assimilation and the forms of interaction with the disassembled tradition; this concept also criticizes the idea of progress. In Benjamin's perspective, the Kafkian narratives compare the pre-capitalist world, where the tradition prevails, and the modern world, where the technology preponderates. Therefore, we observed how Benjamin interpreted the tradition falling ill in Kafka's pieces and how the Czech author articulated a critical view of progress and barbarism.

Keywords: Tradition; Experience; Judaism; Modernity; Benjamin; Kafka.

¹ Doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL – UnB). E-mail: flavio.b.faria123@gmail.com.

Introdução

Benjamin, cronologicamente, foi um dos primeiros autores a descobrir a extraordinária obra de Kafka. O seu único ensaio publicado em vida sobre o autor, *Franz Kafka: a propósito do décimo aniversário de sua morte*, no *Jüdische Rundschau*,² reconhece a habilidade do escritor em assimilar o judaísmo fragmentado, as cidades modernas e o autoritarismo recrudescente. As cartas de Benjamin para o amigo e teólogo Gershom Scholem mostram o interesse do pensador pelo escritor tcheco. Contudo, assumimos que Benjamin não teve tempo, possivelmente por conta de sua morte precoce, de elaborar seu projeto de pesquisa sobre Kafka. Nas cartas a Scholem se subentende que o pensador alemão estava somente no início de suas considerações sobre o autor.

O ensaio *Franz Kafka* resguarda contribuições de grande alcance para a crítica de Kafka. Ademais, as cartas deixam pistas importantes do que Benjamin entendia ser a extensão completa do termo kafkiano. Assim, o caminho percorrido deve identificar os aspectos primordialmente qualitativos da recepção de Benjamin sobre Kafka.

As características dessa recepção estão inscritas também no contexto histórico em que ambos os autores estão inseridos. Por isso, o princípio metodológico desta pesquisa advém da noção de *afinidades eletivas*, sistematizada por Michael Löwy e iniciada por Max Weber (1864-1920). Esta metodologia orienta a leitura sistemática dos autores, no sentido de encontrar afinidades de pensamento entre eles. Tais afinidades se reúnem em torno de concepções historicamente compartilhadas pelo grupo. Löwy sustenta que o messianismo judaico e as utopias libertárias formaram um grupo intelectual específico, no início do século XX, com características próprias e produção intelectual similares em vários aspectos. Dentre eles vemos Benjamin, Kafka, Karl Mannheim (1893-1947) e Georg Lukács (1885-1971). Partimos do mesmo princípio metodológico. Entretanto, concentramos esforços em Benjamin, Kafka e Scholem, apesar de transitarmos por outros autores. O método de Löwy, exposto em *Redenção e*

² Jornal publicado na Alemanha, dedicado aos estudos judaicos. Este jornal era “o órgão oficial dos sionistas na Alemanha, cujo redator-chefe era justamente de Praga e amigo de Max Brod: Robert Weltsch” (SCHOLEM, 1993, p. 48).

Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central (2020^a [1989]), contribuiu para que pudéssemos localizar o contexto histórico-intelectual de Benjamin e Kafka e as ideias compartilhadas por eles como judeus assimilados do início do século XX. Contudo, privilegiamos as características do pensamento de Benjamin e o observamos em diálogo com as narrativas kafkianas. Ademais, em alguns momentos, buscamos nas narrativas do escritor tcheco a fundamentação do pensamento de Benjamin.

Nesse contexto, são notáveis os diálogos de Löwy com Karl Mannheim. A *Weltanschauung* (*visão de mundo* ou *cosmovisão*) de Mannheim delimita a história sociológica das ideias. O conjunto de ideias forma a cosmovisão de um tempo, e assim visualizamos o compartilhamento simbólico dos referidos intelectuais. Neste artigo, o método de Mannheim nos instigou a buscar as origens do pensamento de Benjamin e Kafka; e as encontramos em grande medida no messianismo judaico.

Por fim, é importante mencionar o grupo de pesquisa em *Arte, Sociedade e Interpretações do Brasil*, liderado pelo professor Eduardo Dimitrov (Universidade de Brasília), orientador desta pesquisa. Deste grupo, absorvemos a postura metodológica de historicizar as ideias. Se podemos distinguir uma sociologia da literatura ou sociologia da arte, pelo menos para o grupo de pesquisa que guiou este trabalho, encontraríamos não a arte propriamente dita, mas as ideias, críticas, *comentários*, impressões, traduções e teorizações que a cercam. E todos esses aspectos devidamente amparados pela história.

Uma mensagem imperial

A tradição em Walter Benjamin e Franz Kafka está fortemente marcada pelo judaísmo. Michael Löwy argumenta que um dos pontos de inflexão entre ambos os autores é o *messianismo judaico*, bem como suas transformações no início do século XX. Por sua vez, o início desta discussão está na noção de *tradição judaica* e o seu poder de instrução milenar.

Gershom Scholem no ensaio *Revelation and tradition as religious categories in judaism* [Revelação e tradição como categorias religiosas no judaísmo] (SCHOLEM, 1995a) afirma que o judaísmo é um “exemplo clássico de tradicionalismo religioso” [classical example of religious traditionalism] (SCHOLEM, 1995^a, p. 357). O teólogo

indica que a doutrina judaica está direcionada ao passado longínquo, a começar pela *revelação* de Deus para o homem, principalmente o que diz respeito aos diálogos de Moisés com Deus no monte Sinai, e que mais tarde produziram o *Velho Testamento* ou a *Torá* – comumente chamadas de *escrituras sagradas*.³ A tradição é, para Scholem, o movimento de retorno constante às escrituras, estas constituem o código civil dos judeus, o conjunto de regras que deve guiar as futuras gerações.

A comunicação com o passado da tradição, no entanto, é atravessada pelo progresso da história. O caminhar histórico afasta o contato das comunidades judaicas com a antiga lei. O *messias*, nesse contexto, seria a imagem *redentora* do passado, sua vinda traria o antigo reino de Israel e suas leis para o centro da história novamente, na medida em que fortalece a *tradição*. Löwy, em diálogo com Scholem, retoma a corrente *apocalíptica* do messianismo judaico.

O apocalipse está nas origens do próprio messianismo (SCHOLEM, 1995b, p. 24 e 25). Löwy descreve o caráter apocalítico dos intelectuais judeus da *mitteleuropa*⁴ – este é um dos grandes fatores, para o autor, que aponta para as *afinidades eletivas*⁵ desses intelectuais. Georg Lukács, Gershom Scholem, Walter Benjamin e Franz Kafka são alguns dos principais autores desse grupo, cada qual com sua particularidade ao lidar com a questão judaica e messiânica (LÖWY, 2020b, p. 25–27).

O messianismo de caráter apocalíptico possui duas variações – *utópica* e *restauradora*. Para a vertente restauradora, a força messiânica retira seu ânimo do passado, e procura a restauração da terra dos velhos profetas para os dias atuais – a

³ O livro máximo dos judeus, a *Torá*, também conhecido como *Velho Testamento* ou *Pentateuco*, retoma as descobertas de Moisés ao estabelecer contato direto com Deus no Sinai. Nestes diálogos com Deus, é revelado a Moisés a *lei*, o código civil que deveria ser seguido pelo povo judeu (EISENBERG, 2008, p. 4317)

⁴ “Uma geração de intelectuais nascidos no último quarto do século XIX e cujos escritos recorrem ao mesmo tempo a fontes alemãs (o romantismo) e judaicas (o messianismo).” (LÖWY, 2020^a, p. 9 [1988]).

⁵ O volume *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central* (1988), de Michael Löwy, encontra suas bases metodológicas no conceito de *afinidades eletivas*. Este conceito foi primeiramente explorado por Goethe, em um romance homônimo de 1809. No entanto, sua origem se encontra no campo de estudos da química (HOLLINGDALE, 2014, p. 14 e 15). Posteriormente, Max Weber (1864-1920) captura o conceito no sentido de construir as pontes entre a *ética protestante* e o *espírito do capitalismo*. Tal como Weber, Löwy busca os nexos *não causais* entre os autores de origem judia da época, bem como o encontro de ideias específicas. Não se trata de construir nexos causais, pois esse método procura *aproximações* entre autores, conceitos ou ideias, e não objetos produzidos por cadeias de causa e efeito. As aproximações entre autores e ideias são impulsionadas por contextos históricos específicos, como frisa Löwy.

fundação do paraíso. Para tanto, o Messias rompe com toda história e seu progresso. A leitura de Scholem e Löwy desse rompimento é destrutiva. O julgamento divino separa precisamente o bem e o mal. Sob a corrente utópica existe o ideário de construção de outra sociedade, no futuro, ainda que a nova configuração reflita a vinda do Messias.

Ambas as variações, aparentemente independentes, reproduzem a tensão dialética entre *restauração* e *utopia* (LÖWY, 2020b, p. 15–21). Ambas dificilmente se separam por completo. O passado é retomado no sentido de estender-se para o futuro glorioso. A antiga era do Messias, erigida sobre a antiga Israel, deve renovar suas forças no presente e, assim, construir a utopia de volta do Messias no futuro. O futuro, por outro lado, não representa a volta ao passado tal como era, e sim a renovação do glorioso passado messiânico.

A pesquisa de Löwy argumenta, a começar pelo trabalho de Scholem, a existência de *afinidades eletivas* entre messianismo, formado pela sinergia entre as correntes restauradora e utópica, e as *utopias libertárias*. Para o sociólogo, o fator restaurador e utópico presente no messianismo judaico, no contexto do início do século XX, criou laços com os movimentos intelectuais e políticos libertários. Dentre eles, o *socialismo* e o *anarquismo* (LÖWY, 2020b, p. 20 e 21).

Distante de todas as correntes (a fórmula é de um artigo de Adorno sobre sua obra) e na encruzilhada de todos os caminhos, ligado ao mesmo tempo aos dois grupos, encontra-se aquele que personifica, melhor do que ninguém, essa cultura judaico-alemã messiânico libertária: *Walter Benjamin*. (LÖWY, 2020b [1988], p. 27).

Benjamin está entre o messianismo e as utopias libertárias, representadas principalmente pelo anarquismo, de ambas as correntes ele retira substância teórica para seu projeto intelectual. Kafka, por outro lado, está mais próximo das correntes anarquistas, como nos aprofundaremos adiante. De todo modo, a interpretação benjaminiana de Kafka, bem como as narrativas kafkianas, transita entre o messianismo judaico e o impulso das utopias libertárias. A crítica ao mundo da técnica e à barbárie parte das interações entre ambas as linhas de pensamento. O conto *Uma Mensagem Imperial* (KAFKA, 1990a [1918]) de Kafka, abordado por Benjamin durante uma

conferência de rádio, sintetiza o esforço do pensador alemão ao ler as narrativas kafkianas.

O imperador – assim consta – enviou a você, o só, o súdito lastimável, a minúscula sombra refugiada na mais remota distância diante do sol imperial, exatamente a você o imperador enviou do leito de morte uma mensagem. Fez o mensageiro se ajoelhar ao pé da cama e segredou-lhe a mensagem no ouvido; estava tão empenhado nela que o mandou ainda repeti-la no seu próprio ouvido. Com um aceno de cabeça confirmou a exatidão do que tinha sido dito. E perante todos os que assistem à sua morte – todas as paredes que impedem a vista foram derrubadas e nas amplas escadarias que se lançam ao alto os grandes do reino formam um círculo – perante todos eles o imperador despachou o mensageiro. Este se pôs imediatamente em marcha; é homem robusto, infatigável; estendendo ora um, ora o outro braço, ele abre caminho na multidão; quando encontra resistência aponta para o peito onde está o símbolo do sol; avança fácil como nenhum outro. Mas a multidão é tão grande, suas moradas não têm fim. Fosse um campo livre que se abrisse, como ele voaria! – e certamente você logo ouviria a esplêndida batida dos seus punhos na porta. Ao invés disso porém – como são vãos os seus esforços; continua sempre forçando a passagem pelos aposentos do palácio mais interno; nunca irá ultrapassá-los; e se o conseguisse nada estaria ganho: teria de percorrer os pátios de ponta a ponta e depois dos pátios o segundo palácio que os circunda; e outra vez escadas e pátios; e novamente um palácio; e assim por diante, durante milênios; e se afinal ele se precipitasse do mais externo dos portões – mas isso não pode acontecer jamais, jamais – só então ele teria diante de si a cidade sede, o centro do mundo, repleto da própria borra amontoada. Aqui ninguém penetra; muito menos com a mensagem de um morto. – Você no entanto está sentado junto à janela e sonha com ela quando a noite chega (KAFKA, 1990a [1918], p. 39-40).

O conto de Kafka *Uma Mensagem Imperial* (1990a [1918]), reproduzido aqui integralmente, publicado no volume *Um Médico Rural* (1990b [1918]), toca a questão da *tradição*. Benjamin, na conferência de rádio transcrita sob o título *Franz Kafka: Beim Bau der Chinesischen Mauer* (1931), nota, em primeiro lugar, o estilo *parabólico* do escritor tcheco, cujo sentido está em acessar as escrituras sagradas de algum modo. A parábola, ou *Haggadah*, possui a função de explicar e atualizar a doutrina judaica escrita, a *Halacha* (BENJAMIN, 1999, p. 496 [1931]). Desse modo, a *tradição* não é construída somente com a *revelação* plasmada na Torá, em sua forma escrita. Existem outras formas narrativas, próximas da oralidade, igualmente transmitidas entre as gerações, que contribuem para explicar o conteúdo revelado, reunidas sob a *Tradição Oral*. Para Benjamin, os contos de Kafka adotam a forma parabólica no sentido de acessar as escrituras sagradas a seu modo.

Cabe questionar se o acesso às escrituras é de fato possível. Neste conto, o mensageiro do rei encontra obstáculos quase intransponíveis até o receptor da mensagem. Sob a ótica da interpretação benjaminiana, a mensagem nunca recebida é como a *tradição* cuja transmissibilidade está em crise. Ao final do conto, o narrador menciona “só então ele teria diante de si a cidade sede, o centro do mundo, repleto da própria borra amontoada. Aqui ninguém penetra [...]”; a cidade remete às dificuldades de perpetuação da tradição nas metrópoles modernas, algo muito discutido por Benjamin. A carta de 12 de junho de 1938, enviada para Scholem, expõe as principais reflexões do pensador sobre a presença das metrópoles em Kafka:

A obra de Kafka é uma elipse cujos focos, bem afastados um do outro, são definidos de um lado pela tradição mística (que é antes de tudo a experiência da tradição), de outro pela experiência do habitante moderno da grande cidade (BENJAMIN, 1993^a, p. 104).

Neste excerto, aparece o conceito de *experiência* (*Erfahrung*), central para a interpretação benjaminiana de Kafka. A *experiência*, enquanto tradição filosófica, é a própria transmissibilidade da tradição e dos ensinamentos antigos que a encerram, transmitidos oralmente, cuja força reside nas *experiências* formativas do caráter humano. Portanto, a *experiência* é narrável na medida em que revive o poder de instrução da tradição para as futuras gerações. As narrativas kafkianas, de outro lado, mostram as transformações desse poder de instrução com a formação das metrópoles. A *experiência da tradição* enfraquece progressivamente ao se deparar com o mundo da técnica, cujo palco são as grandes cidades: “Kafka escutou a tradição e quem escuta com muito esforço não vê” (BENJAMIN, 1993^a, p. 105). A escuta da tradição está atravessada pela atividade ruidosa das metrópoles, assim, Kafka, sob a crítica de Benjamin, experiencia a tradição apenas em fragmentos.

A inspiração messiânica redentora, de retorno às escrituras antigas, parece estar ainda mais distante com o despontar da vida moderna. Entra em curso o *esquecimento* da tradição, cuja expressão Benjamin encontrou nas narrativas de Kafka. O aspecto parabólico da escrita kafkiana é como a tentativa de reabilitar a *Tradição Oral* por meio da literatura moderna. Desse modo, a tradição não desaparece por completo, como se o desenrolar histórico a substituisse totalmente, inversamente, ela sobrevive *doente*. A

tradição doente possui características próprias, distantes de seu antigo poder de instruir as gerações. Resta a ela apenas a autoridade opressiva, encarnada na figura paterna.

Por fim, o termo kafkiano gravita em torno da experiência cindida e os impulsos da metrópole. Benjamin observa as adaptações narrativas de Kafka em meio aos produtos da técnica, que propõem novos parâmetros para a construção do texto literário. A crítica do pensador alemão não somente extrai do termo kafkiano sua rica significação, mas também aufere dele a crítica à noção moderna de progresso e a ascensão da barbárie que dela advém.

Os animais de Kafka

Até o momento, mobilizamos características-chaves para a relação entre Benjamin e Kafka, a saber, *messianismo*, *tradição* e *esquecimento*. Interessa-nos agora o ensaio *Franz Kafka* (2012a [1934]), principalmente a categoria de *mundo intermediário*; esta categoria está imiscuída ao diálogo com o romantismo da época e, ademais, contribui para a crítica ao progresso em Kafka. Para Benjamin, as narrativas do escritor tcheco delimitam as raízes longevas dos conteúdos esquecidos – elas atravessam o subsolo e tocam o mundo pré-capitalista (BENJAMIN, 2012a [1934], p. 150 e 151). Se seguirmos o longo caminho de volta ao presente fragmentado das metrópoles, palco do *esquecimento*, encontraremos o mundo das narrativas de Kafka: o *mundo intermediário* (BENJAMIN, 2012a [1934], p. 170). Este mundo está entre os sussurros anteriores ao capitalismo, possivelmente inaudíveis, e o *mundo redimido*.

O mundo pré-capitalista de Kafka, para Benjamin, ultrapassa o judaísmo, apesar de tê-lo como fundamento. O *mundo intermediário* recolhe os ecos dos conteúdos esquecidos, como se deles restassem apenas a nostalgia romântica por algo nunca experienciado. O passado cobra tributos constantes nas narrativas de Kafka, na medida em que esse representa o caminho para o mundo redimido. Mas os sinais enviados pelo mundo pré-capitalista são demasiadamente fracos para construir guia seguro até a redenção.

A nostalgia pré-capitalista, como atesta Löwy, possui raízes românticas (LÖWY, 2020c, p. 24 e 25). Muito possivelmente, o contato de Benjamin com Goethe tenha

inspirado essa nostalgia. Benjamin enquanto crítico escreveu dois ensaios sobre o autor, a saber, *As afinidades eletivas de Goethe* (2009a [1922]) e *Goethe* (2009b [1926-1928]).

Willie Bolle, em um pequeno posfácio para *Os sofrimentos do jovem Werther* (2011 [1774]), diz: “A elaboração e codificação estética da sensibilidade burguesa foi a principal realização do Romantismo” (BOLLE, 2011, p. 138). Esta sensibilidade procura capturar subjetivamente a natureza sem, no entanto, deixar de perceber as relações aristocráticas de sua época. As desventuras de Werther são um protesto contra a sociedade controlada por classes dominantes. Nobreza ou burguesia, ambas as classes estavam destinadas a acumular riquezas indefinidamente. O amor irracional de Werther e seu fascínio pela natureza estavam continuamente atravessados pelas obrigações de sua própria classe. Em Werther, começamos a desconfiar que as promessas de liberdade do capitalismo industrial são falsas: “amor e trabalho burguês são incompatíveis” (BOLLE, 2011, p. 142). Resta a nostalgia de uma era pré-capitalista, *tradicional* por natureza.

Possivelmente, o mundo pré-capitalista de Kafka, para Benjamin, seja parte da nostalgia romântica. Assim, observamos o deslocamento desse mundo para o centro da narrativa, sob a forma de personagens que são animais ou objetos falantes: o inseto monstruoso, Gregor Samsa, de *A Metamorfose* (2012 [1912]); o carretel falante, Odradek, de *Tribulações de um pai de família* (KAFKA, 2008 [1918]); a toupeira, de *A Construção* (2002a [1922-1924]); o animal metade gato metade cordeiro. O conto *Um cruzamento* (KAFKA, 2002b [1914-1924]) revela a matriz dialética entre mundo intermediário e mundo pré-capitalista:

Tenho um animal singular, metade gatinho, metade cordeiro. É uma herança dos bens do meu pai. Mas ele só se desenvolveu depois de ficar comigo, antes era muito mais cordeiro que gatinho. Agora no entanto possuí, sem dúvida, características iguais dos dois. Do gato, cabeça e garras; do cordeiro, tamanho e forma; de ambos, os olhos, que são flamejantes e selvagens; o pelo, macio e aderente à pele; os movimentos, que tanto podem ser pulos como gestos furtivos (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 98).

O conto *Um cruzamento* passa por três características principais na obra de Kafka: a presença central de um animal; a estranha criatura é dotada de características

humanas; ela está na casa de um pai de família, comerciante, e, ademais, a própria criatura é herança paterna.

O narrador nos diz que o animal desenvolveu características de gato e cordeiro depois que foi herdado – a confusão de viver entre duas espécies faz parte da herança. O comportamento dúbio do gato-cordeiro é pusilânime: foge de gatos, quer atacar cordeiros, ronda o galinheiro, mas nunca matou galinhas, e as ratazanas o fazem medo. O lado cordeiro do animal contamina a astúcia do gato, e o seu lado felino é igualmente tímido. Os vizinhos questionam se o animal “se sente sozinho” (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 99) por não encontrar ninguém similar a ele. Com efeito, o animal não se reconhece em gatos ou cordeiros: “os animais miraram-se com seus olhos de bicho e o manifesto é que aceitavam a existência uns dos outros como um fato disposto por Deus” (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 99). A própria identificação do animal é motivo de profundos questionamentos no conto.

A família parece ser sua única fonte de acolhimento. Não existe outro parente do animal. Ele está mais próximo do herdeiro que de outros animais. O gato-cordeiro chora quando os negócios vão mal, eis o impulso que o coloca no âmago das preocupações do pai de família: “Será que aquele gato com alma de cordeiro tinha também ambições humanas? – Não herdei muita coisa de meu pai, mas esta parte da herança é algo que conta” (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 100). O gato-cordeiro é a consequência do cruzamento entre pai, herança e herdeiro.

O peculiar animal se esforça para transmitir uma mensagem ao comerciante: “Às vezes salta para a poltrona ao meu lado, afunda as patas das pernas dianteiras no meu ombro e conserva o focinho junto ao meu ouvido. É como se dissesse algo [...] Para ajudá-lo faço como se tivesse entendido alguma coisa e aceno com a cabeça” (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 100). Esta passagem se assemelha ao que vimos em *Uma mensagem imperial*, novamente observamos a mensagem cuja transmissibilidade está comprometida. Em *Um cruzamento*, se retomarmos a interpretação benjaminiana, os sussurros do animal são como sopros do mundo pré-capitalista, a procura de ser compreendido pelos herdeiros das gerações futuras.

Na profunda obra de Tieck, *Der Blonde Eckbert* (O louro Eckbert), o nome esquecido de um cãozinho – Strohmian – figura como símbolo de uma culpa enigmática. Podemos entender assim por que Kafka não se cansava de escutar os animais para deles recuperar o que fora esquecido (BENJAMIN, 2012a [1934], p. 170).

Esquecimento e culpa. O sussurro do gato-cordeiro nos ouvidos do pai de família é um convite à *rememoração*, e o ato de rememorar deve ir até o passado longínquo. O mundo intermediário de Kafka é o arranjo das mensagens sussurradas, quase inaudíveis e difíceis de serem codificadas. “Talvez uma solução para esse animal fosse a faca do açougueiro, mas tenho de recusá-la por ser ele uma herança minha” (KAFKA, 2002b [1914-1924], p. 100), diz o personagem narrador ao final do conto. A herança paterna mostra seu duplo sentido neste conto, ela desafia o narrador a se lembrar, e este é o seu fardo opressor. Antes, a herança seria o mundo da experiência, repleto de instruções para as gerações futuras, contudo, ela se converte em fardo pesado sob a ordem paterna.

Assim, existe em Benjamin certa nostalgia ao rememorar o mundo da tradição. De certo modo, o retorno ao passado pré-capitalista, aqui representado pela escuta confusa do animal, remonta o desejo nostálgico-romântico de sair do contexto metropolitano no sentido de recuperar os conteúdos formativos do caráter humano. Esse passado muito possivelmente nunca existiu, ele é em si uma forma alegórica destinada a dividir a era das tradições da era da técnica. Portanto, as leituras benjaminianas de Kafka conduzem para a formação de uma teoria mais ampla da história.

O conceito de história entre Benjamin e Kafka

Seria duvidoso afirmar que a crítica benjaminiana aborda o termo kafkiano como fuga para o passado intangível. Não se trata propriamente de fugir à barbárie, e sim de se adaptar a ela. O conceito de história de Benjamin é a síntese final das múltiplas correntes, elas delimitam como o autor extraiu o potencial crítico das narrativas de Kafka:

É nesse contexto que surge a ideia de pensarmos a obra benjaminiana no decênio de 1930 na chave da indisciplina. O termo indisciplinado serve tanto

para marcar as aventuras (e desventuras) de Benjamin com as mais diversas correntes de pensamento quanto, também, para acentuar a condição de insubordinação face às especializações que marcam as produções acadêmicas no contexto de modernidade. Ele é um pensador indisciplinado na medida em que, mesmo sob a influência de três visões de mundo totalmente distintas em sua obra tardia, conseguiu incorporar ao seu pensamento o núcleo de significados delas, sem, no entanto, se subordinar a qualquer uma delas. Não é à toa que Adorno o caracteriza como um intelectual que tinha como procedimento romper criticamente as convenções e, desse modo, se resignou como filósofo nada tradicional (SANTOS, 2018, p. 12).

O pensamento de Walter Benjamin possui, segundo o pesquisador Wanderson Barbosa dos Santos, três principais fontes de inspiração distintas, além do romantismo: “a teoria crítica da sociedade, o messianismo judaico e o teatro épico” (SANTOS, 2018, p. 14). Portanto, o pensamento de Walter Benjamin, para o pesquisador, é *indisciplinado* (SANTOS, 2018, p. 12). Os teóricos da Escola de Frankfurt e o amigo dramaturgo Bertolt Brecht foram as fontes do pensamento dialético e crítico de Marx para Benjamin (SANTOS, 2018, p. 185). E, de outro lado, para completar a indisciplina de Benjamin, observamos o contato com Scholem e Kafka sob o amparo do messianismo judaico:

O que Scholem informa a Benjamin foi um judaísmo herético oriundo das mais diversas *experiências* de tradução, reinterpretação e transvalorização dos pressupostos tradicionais que, durante muitos séculos, relegados como tradição de segunda espécie, tiveram com os esforços intelectuais de Scholem seu lugar de valor e merecimento como elemento fundamental para a história da religião. É nesse sentido que uma incorporação do messianismo judaico, concebido a partir da contracorrente religiosa se entrelaça nos ensaios de Benjamin, em especial aqueles que possuem como tema a obra de Kafka (SANTOS, 2018, p. 185).

O judaísmo herético, cujo sentido é a reinterpretação das escrituras sagradas, mistura-se ao pensamento dialético marxista ao longo das investigações de Benjamin sobre Kafka e a modernidade: “[...] à luz da tradição judaica, para Benjamin, Kafka foi o escritor que melhor retratou a *experiência* moderna. Em seu *retrato da modernidade* o pintor utilizou dois pincéis: o primeiro direciona a política e o segundo a mística.” (SANTOS, 2018, p. 186). A mistura de mística e política permitiu que as escrituras sagradas, já distantes, fossem interpretadas ainda que em fragmentos. A interpretação em fragmentos é central para a teoria da história benjaminiana. Esse tipo de interpretação, como argumenta Löwy, está acompanhada do pensamento socialista,

próxima ao anarquismo. De todo modo, a expressão dialética de Benjamin retoma também os escritos de Marx e, por conseguinte, a crítica ao capitalismo moderno, como podemos observar em dois importantes textos do autor, a saber, *Sobre o conceito de História* (2012b [1940]); e o texto de abertura da obra *Passagens*, a *Exposé ou Paris, capital do século XIX* (2018a [1935]).

Esse conjunto de textos apontam para dois polos específicos. O primeiro polo é a formação de um parâmetro metodológico para o estudo da história, cujas bases estão no questionamento do historicismo alemão e no positivismo corrente que o englobava: a leitura de Kafka sugeriria que a história não cabe nos métodos positivistas historiográficos. O segundo polo é o próprio palco moderno da história: as metrópoles e a formação das massas. Esses dois polos, além de se entrelaçarem a todo instante, definem a crítica de Benjamin ao mundo moderno. É importante lembrar que, nesse esquema teórico de Benjamin, outros autores integram o espaço. Dentre eles, Charles Baudelaire (1821-1867), Marcel Proust (1871-1922), Edgar Allan Poe (1809-1849) e Louis Aragon (1897-1982). Não teremos condições de caminhar por todos eles. Porém, como o diálogo com peças literárias se fez presente até o momento, o conto *O Homem da Multidão* (2020 [1840]), de Poe, nos ajudará a compreender o cenário observado por Benjamin. Nos afastaremos de Kafka apenas brevemente.

“Este velho homem”, eu disse finalmente, “é o tipo e o gênio do crime premeditado. Ele se recusa a estar sozinho. Ele é o homem da multidão; eu não saberia mais dele ou de suas intenções [...]”. (POE, 2020 [1845], p. 336 [tradução nossa]).

Este conto de Poe integra as reflexões de Benjamin sobre a origem do capitalismo e da modernidade. Neste conto, o personagem narrador observa, detrás da janela de um café, a multidão passar apressada, na Londres do século XIX. A reação inicial do narrador é categorizar em grupos os transeuntes, talvez numa tentativa desesperada de compreender a multidão. O personagem não consegue se deparar com a estranha aglomeração sem se inquietar. Ele cria tipos e subtipos para cada grupo: homens de negócios, profissionais liberais, operários, miseráveis etc. As multidões são, portanto, formadas pela pulverização de papéis sociais, cada vez mais volumosos no século XIX. E o homem moderno, representado pelo narrador personagem, vale-se de

categorias, tal como propõe a ciência, para entender a realidade caótica que avança sobre suas retinas. Ao final do conto, o narrador personagem retém seu olhar fascinado para um idoso, e o segue por vários cantos da cidade, até o raiar do novo dia. A conclusão desta longa perseguição é a reflexão do narrador personagem: aquele senhor era o verdadeiro “homem da multidão”. Em sua caminhada se dirigia sempre para o interior das multidões, até mesmo durante a alta madrugada. O conto marca as características do capitalismo em sua forma avançada e, por conseguinte, do mundo moderno.

Certamente, é difícil delimitar um momento histórico específico e defini-lo como o início da modernidade. Entretanto, Benjamin e outros intelectuais de seu círculo de judeus libertários (Georg Lukács, Ernst Bloch e Siegfried Kracauer) dirigem seus esforços de pesquisa para os acontecimentos do Segundo Império francês, durante o século XIX, a primeira ditadura da modernidade. A Paris do dezenove é o laboratório de Benjamin para pensar a vida moderna. Pelas nossas leituras, o conjunto de textos supracitados deslindam quatro caminhos principais do pensamento de Benjamin sobre a Paris do dezenove: a hipertrofia da técnica com o avanço da ciência; as transformações sistemáticas da arte, da filosofia e da própria produção do saber; a sociedade de massas; a produção de *fantasmagorias*, provenientes da alienação no século XIX. O entrelaçamento desses quatro aspectos forma a metrópole parisiense. O conto *O Homem da Multidão* aparece no ensaio inacabado sobre Baudelaire,⁶ de Benjamin. Ele busca posicionar o poeta francês no centro das transformações da França no século XIX. Baudelaire é como o bardo da modernidade, o primeiro escritor, para Benjamin, a definir precisamente *modernidade*. O fundo dessa aproximação de Benjamin ao poeta francês é a sociedade de massas, e isto é o que nos interessa: o homem da multidão existe enquanto membro da sociedade de massas, e Baudelaire era um deles.

O texto de abertura das *Passagens* se aproxima de diversos fatores históricos da Paris do século XIX. Escolheremos um deles para ilustrar o pensamento de Benjamin sobre o período – as *exposições universais*. As *passagens* são estruturas construídas em concreto, ferro e vidro. Nelas estão instaladas lojas de produtos industrializados, e as grandes vitrines em vidro os expõem ao público. A arquitetura deixa de ser arte para

⁶ Ver: BENJAMIN, W. **Benjamin e a Modernidade**. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

cumprir os desejos do capital, e assim a vida metropolitana desfruta da miscelânea de mercadorias, dotadas de uma vida especial. O fetichismo da mercadoria, como discute Marx no primeiro capítulo do primeiro livro *O Capital* (2011a [1867]), é central nesta análise das *Passagens*. Benjamin salienta: “Marx expõe a conexão causal entre economia e cultura” (BENJAMIN, 2018b, p. 763 [N1a,6]). Se a mercadoria lança um feitiço sobre o indivíduo moderno, transformações profundas na nossa cultura são experienciadas e a construção das passagens é uma delas – caminhar pelas passagens se torna mais um hábito e gosto. As *exposições universais* aparecem neste mesmo contexto. Estruturas em ferro, temporárias, são montadas ao ar livre para que as novidades industriais possam ser expostas, como um parque de diversões. Para Benjamin, as passagens e as exposições universais são transitórias. Portanto, a arquitetura, antes incorporada à arte, aproxima-se da técnica pura e simples, cujo objetivo é *reproduzir* rapidamente os conteúdos artísticos e mobilizá-los para a circulação de mercadorias.

As exposições universais caracterizam o fascínio da circulação de mercadorias em um único local. Ali, pessoas e objetos se misturam – as massas se divertem em meio aos produtos da técnica. A arte passa por transformações de caráter estrutural. Primeiramente, a técnica e a ciência se apropriam dela para que seja facilmente reproduzível, e, por fim, a colocam ao lado dos desejos do capital. Arte e mercadoria se tornam cada vez mais indistintas – esta é a principal inquietação de Benjamin. Devemos nos lembrar de que o pensador alemão se qualificava como crítico literário e nos seus ensaios mostrava profundo apreço pelas formas artísticas, desde aquelas pertencentes à Antiguidade Clássica até as da Idade Moderna. Muito possivelmente foi com espanto que o escritor observou o contínuo sequestro da arte pela técnica. Não se trata de um desaparecimento da arte propriamente. Como Benjamin discute no ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (2012c [1935-1936]), a arte sofre transformações estruturais, e começa a ser desenvolvida para a reprodução. A própria montagem das exposições universais reflete a arte largamente reproduzível, a Paris do século XIX mobiliza a arquitetura no sentido de criar vivências efêmeras no mundo das mercadorias.

O homem da multidão nasce também nas exposições universais. Ele integra as massas atraídas pela mercadoria. Esta reflexão de Benjamin, como ele mesmo recupera

na *exposé*, está próxima da estrutura dialética entre *valor de uso* e *valor de troca*, presente no primeiro capítulo do *Livro I d'O Capital*. Marx discute as transformações históricas do *valor*, desde o escambo até a era da mercadoria na grande indústria. O pensador crítico estuda a supervalorização sistemática, ao longo da história, do valor de troca em detrimento do valor de uso. A mercadoria imprime a todo instante seu valor de troca e a sua utilidade aparece em segundo plano (MARX, 2011a [1867], p. 146–158). Os efeitos disso para a cultura são observados por Benjamin nas *exposições universais*. Nestes espaços, o domínio do valor de troca sobre o valor de uso é proporcional ao domínio do inorgânico sobre o orgânico. As massas se confundem com a própria mercadoria, e assim o fetiche da mercadoria atinge seu ápice: o todo orgânico das massas está subordinado ao mundo inorgânico das mercadorias. Em suma, as exposições universais inauguram *fantasmagorias*: “Trata-se de um desdobramento original de Benjamin do conceito de ‘fetichismo da mercadoria’ (Marx), como também do conceito de reificação (*Verdinglichung*) de Lukács de História e consciência de classe” (MACHADO, 2006, p. 54). A mercadoria impõe desafios ao conhecimento das massas, é o que Marx chama de reificação: a mercadoria é antes produto de *relações sociais*, e nunca o contrário; contudo, essa importante conclusão passa longe da consciência das classes. As fantasmagorias que rondam as exposições universais atribuem vida própria às mercadorias, como se elas fossem a fonte primária de nossa cultura.

A Paris do século XIX, sob o olhar crítico de Benjamin, é a cidade em que as fantasmagorias estavam distantes de serem transparentes. Nossa leitura do pensador alemão mostra, no entanto, que para ele não se tratava de um fenômeno isolado em Paris. Não é mera coincidência que a cidade era chamada por ele de *capital do século XIX* (BENJAMIN, 2018a [1935], p. 53). De certo modo, as novas tendências da cultura europeia, em plena interação com a técnica, convergiam para Paris. Portanto, o estudo do cenário intelectual da época, bem como a historiografia do século XIX de Paris, segundo nossas investigações, objetivava compreender os deslocamentos da vida moderna de modo articulado com a história universal. Isto seria outro ponto de contato com o marxismo. Marx também estudou a ascensão de Luís Bonaparte no século XIX e, com isso, procurava compreender a ascensão da burguesia (MARX, 2011b [1852]). Investigamos que Benjamin parte dos trabalhos e pressupostos marxistas para refletir

diretamente sobre os efeitos do capitalismo na cultura moderna, enquanto a leitura crítica das narrativas de Kafka o apoiou nesse projeto de interpretação do capitalismo avançado.

O que de fato — e num sentido preciso — é maluco em Kafka, é que este recentíssimo mundo de *experiência* lhe foi confidenciado justamente pela tradição mística. Naturalmente isso não foi possível sem processos devastadores (aos quais logo eu chego) dentro dessa tradição. A dimensão exata da coisa é que evidentemente foi necessário apelar a nada menos que às forças dessa tradição para que um indivíduo (que se chamava Franz Kafka) pudesse se defrontar com a realidade que se projeta como a nossa, teoricamente, por exemplo, na física moderna, e em termos práticos, na técnica da guerra. Quero dizer que essa realidade quase não é mais passível de *experiência* para o indivíduo isolado e que o mundo de Kafka, tantas vezes sereno e entretecido por anjos, é o complemento exato de sua época, que se prepara para suprimir os habitantes deste planeta em massas consideráveis. A *experiência* que corresponde à de Kafka enquanto pessoa sem dúvida só poderia ser adquirida pelas grandes massas na hora da sua supressão (BENJAMIN, 1993a [1938], p. 105).

A *experiência* de dissolver-se nas massas é própria da modernidade, distante da *experiência da tradição*. Desse modo, o pensador identifica mundos da experiência distintos, tal como a obra de Kafka permite observar. O escritor tcheco, como vimos nos contos *Uma Mensagem Imperial* e *Um cruzamento*, expõe as características fragmentárias da experiência na modernidade. Por conseguinte, a experiência de Kafka ao se imiscuir às massas corresponde à tradição mística fragmentada, ela é justamente a mensagem nunca recebida e a herança paterna incompreensível. O palco principal desse processo histórico são as metrópoles, permeadas de fantasmagorias. As grandes cidades, nessa perspectiva, fazem parte do amadurecimento do capitalismo enquanto modo de produção imperante. Benjamin aborda, na medida em que analisa a literatura kafkiana, os aspectos estruturais da economia moderna.

Nesse contexto, o vício pelo valor de troca (fetiche da mercadoria) substitui o valor de instrução da tradição – visitar as exposições universais desperta o fascínio distinto que não cabe nas escrituras sagradas. O tempo histórico que Benjamin encontra em Kafka é aquele em que a força milenar é gradativamente substituída pela novidade constante imposta pela circulação de mercadorias. Assim, a leitura histórica marxista de Benjamin se aproxima de sua interpretação do termo kafkiano:

O cinema e o gramofone foram inventados na era da mais profunda alienação dos homens entre si, em que as relações mediatizadas ao infinito são as únicas que subsistiram. No cinema, o homem não reconhece seu próprio andar e no gramofone não reconhece sua própria voz. Esse fenômeno foi comprovado experimentalmente. A situação dos que se submetem a tais experiências é a situação de Kafka. (BENJAMIN, 2012a [1934], p. 176).

Perder-se nas massas explica a alienação observada ao não reconhecer a própria voz no gramofone, como Benjamin explicita nas páginas conclusivas do ensaio de *Franz Kafka* (BENJAMIN, 2012a [1934], p. 176). Em suma, submeter-se às experiências da técnica delimita o enfraquecimento da experiência milenar. Os personagens deslocados de Kafka indicam justamente os efeitos desse caminhar histórico.

Logo, esta pesquisa indica que se de fato existem os gestos marxistas em Benjamin, e se eles estão sugeridos em sua leitura de Kafka, o indivíduo deslocado seria o fio condutor desta crítica. Ele adentra nas massas, perde sua personalidade e com isso sofre metamorfoses sistemáticas, até atingir a forma do animal metade gato e metade cordeiro, ou o inseto monstruoso de *A Metamorfose*. As criaturas de Kafka, segundo a leitura benjaminiana, são produtos ou subprodutos de individualidades feridas, desintegradas dos antigos referenciais da tradição.

Portanto, o *mundo complementar* de Kafka é aquele em que a *experiência da tradição*, que conecta a vida íntima à coletividade histórica, é suprimida juntamente às massas.

Os animais de Kafka são personagens que foram forjados nos ecos interrompidos da tradição, e talvez por isso assumam formas não completamente humanas. Entretanto, as estranhas figuras kafkianas resistem aos auspícios da *tradição doente* e sua autoridade, elas são a própria possibilidade de reinterpretação da antiga *sabedoria humana*, justamente por serem produtos de sua desintegração. A proposta teórica sobre a história de Benjamin não objetiva a reconstrução do passado tal como foi, e sim observá-lo em fragmentos, como sintetiza o pensador alemão na sexta tese de *Sobre o conceito de História*:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no

momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012b [1940], p. 243-244).

A tradição que cai doente está aprisionada pelo conformismo, qual seja, encontra-se aprisionada pelas dinâmicas da técnica, que a transformam estruturalmente. A tarefa do materialismo, nesse sentido, é se voltar para o passado consciente de que o mesmo deve ser observado dialeticamente, na medida em que busca alguma coerência entre os fragmentos.

Portanto, nossa leitura da recepção de Kafka por Benjamin começa pelo judaísmo e chega na leitura crítica da história. O interesse de Benjamin no escritor tcheco não é mera obra do acaso. Ao contrário, a arquitetura narrativa de Kafka questiona a ascensão da barbárie, em que a velha *sabedoria humana* perde o poder de instrução e se transforma em autoritarismo, e faz desse ambiente espaço criativo. O *mundo intermediário*, ainda que distante da idílica realidade pré-capitalista, deixa caminhos livres para a produção do texto literário. A *tradição doente*, sob as afinidades entre Benjamin e Kafka, inspira a crítica ao capitalismo moderno pois não mais exerce sua função de instrução. O estilo kafkiano, como mencionamos, é livre para seguir a prosa moderna, novelística e, a um só tempo, adotar a forma parabólica. Kafka seria, para Benjamin, um dos exemplos de autor capaz de produzir obras críticas, dedicadas a pensar os fenômenos das grandes cidades bem como a ascensão da técnica, ainda que em meio à barbárie.

Considerações finais

As afinidades eletivas entre Benjamin e Kafka terminam, para este artigo, com uma ambiguidade. A escalada autoritária que marcou o início do século XX é, nesse contexto, resultado da *tradição doente* e seus efeitos na vida moderna. A teoria da

história de Benjamin tenciona a formação da barbárie e o processo de esquecimento da *tradição*, quando o poder de instrução da *sabedoria humana* enfraquece. O próprio alcance das obras de Kafka reside no olhar crítico para o esfacelamento da tradição. Por outro lado, o nada de tradição legada a ele é o meio narrativo: “tentei mostrar como Kafka procurou, tateando, a salvação do reverso desse ‘nada’, no seu forro, se é que posso expressar-me nesses termos.” (BENJAMIN, 1993b [1934], p. 180). O nada de judaísmo legado é também meio estético para suas narrativas.

Mas como reproduzir o nada? Benjamin destaca que esse é o intento kafkiano: tatear o nada na medida em que constrói sua narrativa por intermédio de fragmentos. Kafka transformou o nada numa ascese pessoal, cristalizada em seus romances e contos. O judaísmo deixa, portanto, de ser ponte entre as gerações, entre pai e filho. Assim, o escritor busca superar de alguma forma a perda dos referenciais simbólicos ancestrais por meio da reinterpretação das *escrituras sagradas*, ainda que sob os estilhaços que restaram da *Tradição Oral*.

A própria narrativa de Kafka é fragmentada, o autor tcheco coloca no centro da narrativa animais ou seres estranhos, além de construir personagens deslocados, estrangeiros; e as narrativas são estimuladas pelo nada de judaísmo, de difícil compreensão. Ademais, a rigidez impositiva da tradição estava longe de ser interessante para Benjamin e Kafka. Ambos estavam livres para incorporar a estrutura simbólica europeia, mais especificamente germânica, e afiná-la em tom parecido ao que seria o messianismo judaico em fragmentos. Para além disso, permitiu a eles que ajustasse a obra criticamente em relação às consequências históricas da noção de progresso e à técnica desenfreada. Em síntese, nossas investigações mostraram que a reinterpretação da tradição habilita novamente a tradução das escrituras sagradas.

Por fim, as teses sobre a história são a síntese do projeto de pesquisa de Benjamin sobre Kafka. Nesse texto ele concatena, além de outros aspectos, as discussões sobre a *tradição*, auferidas das narrativas de Kafka, e sua crítica da história. O progresso técnico, a ascensão burguesa, solapou diversos arcabouços simbólicos tradicionais, o judaísmo está no centro deles. O caminhar histórico até a era da burguesia é o espaço da *experiência* em declínio. Kafka é um dos autores, escolhidos por Benjamin, capaz de

plasmar esse desenrolar histórico em sua obra. O autor incorporou em suas narrativas visões críticas do progresso técnico.

Referências

BENJAMIN, W. CARTA A GERSHOM SCHOLEM. WALTER BENJAMIN. **Revista Novos Estudos**, v. 35, p. 7, 1993a.

BENJAMIN, W. Carta de 20 de Julho de 1934. In: SCHOLEM, G. (Ed.). . **Correspondência Walter Benjamin – Gershom Scholem**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993b.

BENJAMIN, W. Franz Kafka: Beim Bau der Chinesischen Mauer. In: JENNINGS, M. W.; EILAND, H.; SMITH, G. (Eds.). . **Walter Benjamin: Selected Writings**. Selected writings. Tradução: Rodney Livingstone. 1ª ed. Cambridge, Massachusetts, and London, England: THE BELKN AP PRESS OF HARVARD UNIVERSITY PRESS, 1999. v. 2.

BENJAMIN, W. As Afinidades Eletivas de Goethe. In: **Coleção Espírito crítico**. Tradução: Monica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. 1 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2009a. p. 185.

BENJAMIN, W. Goethe. In: **Coleção Espírito crítico**. Tradução: Monica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. 1 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2009b. p. 185.

BENJAMIN, W. Franz Kafka: a propósito do décimo aniversário de sua morte. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sérgio P. Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012c.

BENJAMIN, W. Paris, a capital do século XIX. In: BOLLE, W (Ed.). **Passagens**. Tradução: Irene Aron e Cleonice Mourão. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018a.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Tradução: Cleonice Mourão e Irene Aron. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b.

BOLLE, W. Posfácio. In: **Os Sofrimentos do Jovem Werther**. 1 ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

EISENBERG, R. L. **Dictionary of Jewish Terms: A Guide to the Language of Judaism**. 1 ed. Rockville, MD: Schreiber Publishing, 2008.

GOETHE, J. W. VON. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Tradução: Leonardo César Lack. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

HOLLINGDALE, R. J. Introdução. Em: **As afinidades eletivas**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

KAFKA, F. Uma mensagem imperial. Em: **Um médico rural**. Pequenas narrativas. Tradução: Modesto Carone. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

KAFKA, F. **Um médico rural**. Pequenas narrativas. Tradução: Modesto Carone. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990b.

KAFKA, F. **Um artista da fome e A construção**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

KAFKA, F. Um cruzamento. In: **Narrativas do espólio: (1914-1924)**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

KAFKA, F. Conto “A tribulação de um pai de família”. In: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 178.

KAFKA, F. **A Metamorfose**. Tradução: Modesto Carone. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÖWY, M. **Redenção e Utopia**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020a.

LÖWY, M. Messianismo Judaico e Utópia Libertária: Das “Correspondências” à “Attractio Ellectiva”. In: LÖWY, M. **Redenção e Utopia**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020b.

LÖWY, M. Distante de Todas as Correntes e no Cruzamento dos Caminhos: Walter Benjamin. In: LÖWY, M. **Redenção e Utopia**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020c.

MACHADO, C. E. J. Notas sobre Siegfried Kracauer, Walter Benjamin e a Paris do Segundo Império: pontos de contato. **História (São Paulo)**, v. 25, n. 2, p. 48–63, 2006.

MARX, K. A Mercadoria. In: MARX, K.; ENGELS, F. **O Capital**. 2 ed. [s.l.: s.n.], 2011a.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

POE, E. A. The man of the crowd. Em: **Complete Tales and Poems**. [s.l.] LHN Books, 2020.

SANTOS, W. B. DOS. **O pensamento indisciplinado de Walter Benjamin: teoria crítica, messianismo judaico e o teatro épico nos escritos de 1930 a 1940**. 25 set. 2018.

SCHOLEM, G. **Correspondência Walter Benjamin – Gershom Scholem**. Tradução: Soliz Neusa. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

SCHOLEM, G. Revelation and tradition as religious categories in judaism. In: **The messianic idea in Judaism and other essays on Jewish spirituality**. 1 ed. New York: Schocken Books, 1995a. p. 376.

SCHOLEM, G. Toward an understanding of the messianic idea in judaism. In: **The messianic idea in Judaism and other essays on Jewish spirituality**. New York: Schocken Books, 1995b. p. 376.

Divisão sexual do trabalho: articulando conceitos em um diálogo com o filme “Que horas ela volta?”

Vivian Hatsumi Makia¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade, em diálogo com uma análise do filme brasileiro *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert. A partir do conceito de divisão sexual do trabalho desenvolvido por Hirata, Kergoat e outras autoras, analisa-se a dificuldade das mulheres em lidar com as demandas simultâneas da vida profissional e da vida familiar, e as soluções oferecidas a esse problema. Este artigo busca realizar uma articulação entre teoria e relações sociais contemporâneas, concluindo com reflexões sobre a necessidade de reconhecer o trabalho doméstico e o cuidado, e de realizar políticas públicas de qualidade com transversalidade de gênero.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho; Gênero; Desigualdade social; Cinema brasileiro.

Sexual division of labor: articulating concepts in a dialogue with the movie “The second mother”

ABSTRACT

This article reflects on current forms of the sexual division of labor in a dialogue with *The second mother* (*Que horas ela volta?*), a 2015 Brazilian film written and directed by Anna Muylaert. The concept of sexual division of labor developed by Hirata, Kergoat and other authors is the basis to analyze the difficulties women have in dealing with simultaneous professional and familiar responsibilities, and the solutions that are offered to solve this problem. This article aims to articulate theory and current social relations. At the conclusion, it affirms that recognizing domestic work and care work, and carrying out quality public policies with gender mainstreaming are necessary.

Keywords: Sexual division of labor; Gender; Social inequality; Brazilian cinema.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), Especialista em Estudos Brasileiros: sociedade, educação e cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo-SP, Brasil. vmakia@gmail.com.

Introdução

Nas ciências sociais, a partir dos anos 1970, intelectuais feministas de países ocidentais impulsionaram estudos abordando o trabalho doméstico como trabalho simultâneo ao profissional, e essas reflexões estão na gênese do conceito de divisão sexual do trabalho.

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão sobre o tema, discorrendo sobre o conceito e suas formas na contemporaneidade. A principal questão que selecionamos é a dificuldade das mulheres em lidar com as demandas simultâneas da vida profissional e da vida familiar e, principalmente, as soluções que se oferecem a esse problema.

Para isso, estabelecemos um diálogo entre a teoria sobre a divisão sexual do trabalho e o filme brasileiro *Que horas ela volta?* (2015), escrito e dirigido por Anna Muylaert, abordando-o como um produto cultural ficcional, cujo conteúdo pode ajudar na compreensão dos conceitos, em articulação com questões referentes a classe, gênero e políticas sociais que correspondem ao contexto histórico de sua produção. Nos limites do presente trabalho, nossa análise se atenta ao conteúdo do filme e não considera a forma e demais aspectos técnicos que compõem a obra.

O filme conta a história de Val (Regina Casé), mulher pernambucana que migrou para a cidade de São Paulo e trabalha como empregada doméstica de uma família branca de classe alta, formada pelo casal Bárbara (Karine Telles) e Carlos (Lourenço Mutarelli) e o filho deles, Fabinho (Michel Joelsas). Val mora no serviço, em um quartinho dos fundos, na casa dos patrões no bairro do Morumbi. Após dez anos de separação, a filha de Val, Jéssica (Camila Márdila), vai a São Paulo para prestar o vestibular da Universidade de São Paulo (USP) e necessita se hospedar na residência de Val, ou seja, na casa dos patrões. A chegada de Jéssica altera a ordem vigente na casa, ao colocar em evidência as diversas tensões existentes nesse lugar: a relação entre patrões e empregada doméstica, o atrito entre classes sociais, os conflitos do casal e as relações entre mães e filhos, marcadas pela ausência das mulheres que precisam delegar o cuidado das crianças a outras mulheres, para poderem conciliar a maternidade com o trabalho remunerado e a vida profissional.

A relevância deste trabalho consiste em recuperar a teoria sobre a divisão sexual do trabalho, buscando contribuir com o debate contemporâneo sobre a igualdade de gênero, acionando uma perspectiva histórica e voltada à mudança social.

Além desta introdução e das conclusões finais, o trabalho está organizado em duas seções. Na primeira seção, apresentamos o conceito de divisão sexual do trabalho e, na segunda, realizamos um diálogo entre a teoria, mais especificamente, três formas contemporâneas da divisão sexual do trabalho e a análise do conteúdo do filme *Que horas ela volta?*.

O conceito de divisão sexual do trabalho

Nos países ocidentais, o movimento feminista colocou o trabalho doméstico em debate a partir dos anos 1960 e impulsionou novas elaborações científicas e políticas no campo das ciências sociais (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Segundo Hirata e Kergoat, o ponto de partida foi a contestação do trabalho doméstico como atribuição natural das mulheres:

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

Ou seja, o questionamento do que se costuma estabelecer como “é assim mesmo” está no princípio do movimento das mulheres. Os debates do movimento feminista sobre o reconhecimento dos afazeres domésticos como trabalho impulsionaram estudos sobre as diferenças entre homens e mulheres em vários países, e no início dos anos 1970, na França, foram elaboradas as bases teóricas para o conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

Hirata e Kergoat (2007) definem a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais entre homens e mulheres. Segundo as autoras, o termo “divisão sexual do trabalho” se aplica à constatação das

desigualdades entre os sexos, como a diferenciação de homens e mulheres no mercado de trabalho e a relação com a distribuição desigual do trabalho doméstico.

De acordo com Sousa e Guedes (2016), a divisão sexual do trabalho se consubstanciou na dicotomia entre a esfera pública e a privada: os espaços públicos seriam de direito dos homens, no papel de provedores financeiros e chefes de família, enquanto as mulheres estariam designadas ao espaço privado, exercendo o papel de cuidadoras e responsáveis pela educação dos filhos e pela formação moral das crianças dentro dos lares. A produção material conta com prestígio social, resultando em poder dentro da sociedade, enquanto a reprodução social, que inclui o cuidado do lar, é considerada de pouco valor social e frequentemente invisibilizada. Portanto, a separação entre esfera reprodutiva/mulheres e esfera produtiva/homens determina uma relação assimétrica entre os sexos, que resulta na criação e reprodução das desigualdades de papéis e funções na sociedade; e assim, “[...] as relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro.” (Ibidem, p.125).

Em contraposição à ideia de “destino natural dos sexos”, a teorização sobre a divisão sexual do trabalho afirma que os papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade não são determinados pelo sexo biológico, e sim resultados de relações sociais (KERGOAT, 2009). Isso significa ir em sentido oposto à ideologia naturalista, que limita as práticas sociais a papéis sociais sexuais “[...] que remetem ao destino natural da espécie [...]” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599), e na qual se apoia a noção tradicional de família composta pelas figuras de pai provedor, mãe cuidadora e seus dependentes. Hirata e Kergoat (Ibidem) afirmam que o paradigma da divisão sexual do trabalho contribuiu para ampliar as visões sobre o trabalho socialmente produzido, pois através da oposição à ideologia naturalista decai a concepção tradicional de família e emerge o entendimento da mesma como lugar de exercício do trabalho doméstico. O resultado é uma nova forma de pensar o trabalho, a partir da afirmação de que o trabalho doméstico é uma atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho profissional (SOUSA; GUEDES, 2016).

Pensar a divisão sexual do trabalho implica analisar os movimentos de mudanças e permanências nas relações sociais entre os sexos. Para Sousa e Guedes

(2016), o surgimento de novas configurações sociais, que fragilizam a dicotomia entre esferas pública e privada, e o padrão homem provedor e mulher cuidadora, ocorre devido às transformações socioeconômicas, revoluções culturais e força do movimento feminista no século XX. Porém, a autora e o autor observam que as mulheres continuam sendo praticamente as únicas encarregadas das atividades no espaço privado, e assim perdura a divisão sexual do trabalho desigual e desfavorável para elas e, nesse sentido, “[...] a saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta [...]” (Ibidem, p.125).

A desigualdade é um aspecto que também está presente nos empregos das mulheres. Segundo Hirata e Kergoat (2007), de um lado estão as mulheres com acesso à educação de qualidade e mais oportunidades, que conseguem empregos com melhores salários e reconhecimento social; do outro, há um contingente de mulheres atingidas pela precariedade, que trabalham em serviços muito mal remunerados e socialmente desvalorizados, como o trabalho doméstico. De acordo com as autoras, a alta dedicação pessoal cobrada por empregadores é concomitante à usual desconsideração do trabalho doméstico nas sociedades mercantis. Diante disso, para que consigam dar conta das demandas profissionais, as mulheres mais bem posicionadas no mercado de trabalho possuem a necessidade e os recursos para delegar os afazeres domésticos e familiares a outras mulheres: empregadas domésticas, babás, diaristas etc.

No Brasil, a desvalorização e a falta de reconhecimento do trabalho doméstico como atividade de trabalho se relacionam às dimensões históricas da colonização e da escravidão. Nesse contexto, o debate sobre os direitos das trabalhadoras domésticas envolve vários aspectos e tensões na sociedade brasileira. Por exemplo, as reações negativas à “PEC das Domésticas” (STRECK, 2013) e os diversos relatos de mulheres negras trabalhadoras domésticas sobre violações de direitos em todo o Brasil (RARA, 2019) ilustram a persistência da herança escravagista em demarcar lugares de subalternidade.² Também destacamos os episódios ocorridos em 2020, com Mirtes Renata Santana de Souza e Madalena Gordiano, ambas mulheres negras e trabalhadoras

² A Emenda Constitucional 72 ficou conhecida como “PEC das Domésticas” (PEC 66/2012). Para mais informações a respeito da legislação brasileira sobre o trabalho doméstico em nível nacional e internacional ver: <https://www.domesticalegal.com.br/pec-das-domesticas-5-anos-de-uma-conquista>. Acesso em: 12 abr. 2021.

domésticas na época dos acontecimentos: a morte de Miguel, filho de Mirtes, aos cinco anos de idade, no local de trabalho de sua mãe (PRANGE, 2021); e o resgate de Madalena após viver 38 anos em situação de trabalho escravo (GORTÁZAR, 2021). Trabalho doméstico, escravismo, racismo, patrimonialismo e desigualdade social são elementos presentes nesses dois casos que dizem tanto sobre o arcaico que persiste dolorosamente no Brasil contemporâneo.

Em suma, o Brasil é “[...] um país fundado sobre a normalização da morte e do sofrimento humano, do genocídio indígena à miséria e violência das periferias, passando por quatro séculos de escravidão.” (NUNES, 2021). Esses aspectos contribuem para que a existência de pessoas desprovidas de direitos, consideradas cidadãs e cidadãos de segunda categoria, seja tratada com normalidade e indiferença em diversos níveis em nosso país.

Na literatura brasileira, as personagens sinha Vitória, do romance *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, e Macabéa, de *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector, são exemplos de cidadãs de segunda categoria. Sinha Vitória e Macabéa são mulheres que andam para o sul, empurradas pela urgência de sobreviver à miséria e à falta de oportunidades; sua origem é o sertão hostil que manda homens brutos para a cidade, e seu destino é a cidade toda feita contra elas (RAMOS, 2019; LISPECTOR, 1998). Essas obras de ficção foram adaptadas ao cinema brasileiro — *Vidas secas*, por Nelson Pereira dos Santos (1963) e *A hora da estrela*, por Suzana Amaral (1985) — e podemos imaginar que as personagens Val e Jéssica, de *Que horas ela volta?* (2015), fazem parte dessa linhagem de mulheres movidas por sonho e necessidade, que se dirigem aos centros urbanos em busca de uma vida melhor. Porém, diferente das demais personagens, a história de Val e Jéssica é produzida em uma conjuntura de “[...] mudanças ocasionadas por um contexto de grande influência de políticas públicas de cunho social” (NADALETO; DE CASTRO, 2018, p.246) realizadas principalmente durante o governo Lula (2003-2011). Mudanças sociais experimentadas, na vida real, pelas mulheres brasileiras de modo significativo, considerando, por exemplo, os efeitos de programas como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, ao estabelecerem as mulheres pobres como titulares desses benefícios (REGO; PINZANI, 2014; LANA, 2016).

A articulação entre mudanças e permanências é uma chave importante para compreender a divisão sexual do trabalho e suas implicações. É por isso que conectamos a divisão sexual do trabalho ao filme *Que horas ela volta?*, com o objetivo de apoiar a compreensão dos conceitos apresentados neste trabalho, enfatizando que o filme não deve ser entendido como ilustração ou reprodução da realidade, e sim, como uma obra produzida em determinado contexto histórico, que reconstrói a realidade em uma linguagem própria (KORNIS, 1992).

A divisão sexual do trabalho e o filme “Que horas ela volta?”

A divisão sexual do trabalho não é um dado imutável; ela possui plasticidade e suas modalidades concretas variam muito no tempo e no espaço (HIRATA; KERGOAT, 2007). Isso significa que as situações nas quais se dá a divisão sexual do trabalho variam, enquanto a distância entre homens e mulheres permanece, apesar de a condição das mulheres ter melhorado em geral, quanto à escolaridade e participação no mercado de trabalho (Ibidem). Portanto, compreender a divisão social e sexual do trabalho envolve o entendimento das relações sociais, de poder e econômicas, que são moduladas pela cultura no transcurso da história (SOUSA; GUEDES, 2016).

Prosseguimos na discussão, apresentando três formas contemporâneas da divisão sexual do trabalho, conforme proposto por Hirata e Kergoat (2007): o *modelo tradicional*, com as mulheres completamente encarregadas das responsabilidades familiares e do trabalho doméstico, enquanto aos homens se atribui o papel de provedor, com pouco ou nenhum envolvimento nos afazeres domésticos; o *modelo de conciliação*, no qual compete somente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional; e o *modelo da delegação*, em que as mulheres externalizam o trabalho doméstico para outras mulheres, para operar a conciliação entre vida familiar e vida profissional. Para apoiar a compreensão dos modelos propostos pelas autoras, estabeleceremos relações entre eles e a análise do filme *Que horas ela volta?*.

O modelo tradicional

Na divisão sexual do trabalho na forma do modelo tradicional persistem a ideia do cuidado como naturalmente feminino, e a figura do homem provedor cuja obrigação é essencialmente o trabalho na esfera produtiva. Nesse contexto, os empregos remunerados das mulheres não equilibram as funções atribuídas aos sexos, uma vez que elas compartilham o sustento financeiro da família com os homens, que se acumula com o trabalho não remunerado que recai sobre elas na esfera reprodutiva (SOUSA; GUEDES, 2016).

Com relação ao filme *Que horas ela volta?*, utilizando o modelo tradicional como referência, é possível analisar o relacionamento dos personagens Bárbara e Carlos. Enquanto Bárbara se envolve com as questões familiares e gerencia o trabalho doméstico remunerado executado por Val, Carlos não compartilha e tampouco assume responsabilidades correspondentes. As decisões e providências do lar estão atribuídas a Bárbara, desde as cotidianas até as extraordinárias, como planejar as refeições da família, autorizar a estada de Jéssica na casa, ordenar a manutenção da piscina, tomar a iniciativa de conferir o gabarito da FUVEST com o filho, providenciar a viagem do rapaz para o intercâmbio na Austrália etc. Bárbara exerce seu trabalho remunerado, como profissional do ramo da moda, simultaneamente ao trabalho doméstico não remunerado, na função de mulher cuidadora do lar. Carlos, por sua vez, é um artista plástico que há anos parou de trabalhar. Ele herdou de seu pai a renda que é o sustento principal da família e a casa onde residem. Carlos não realiza afazeres domésticos e limita-se a seguir e reproduzir as decisões da esposa quanto à educação e formação moral do filho, o que denota uma sobrecarga de responsabilidades familiares para Bárbara.

Quanto à dicotomia entre público e privado e ao binário trabalho remunerado e não remunerado (SOUSA; GUEDES, 2016), como Carlos não trabalha, ele se encontra fora do espaço público tido como de direito dos homens e circunscrito ao espaço privado destinado às mulheres. O personagem, portanto, estaria deslocado do “lugar de homem” e da figura de provedor e de chefe de família, ainda mais sendo casado com uma mulher bem-sucedida profissionalmente. Porém, aqui é necessário incluir um recorte de classe aplicado ao “lugar de homem”, pois a titularidade da casa e de recursos financeiros

garante a cota de poder masculino no espaço privado a Carlos –nesse caso, para ser provedor, basta ser herdeiro, e assim o personagem goza da isenção das responsabilidades familiares, não sendo questionado nem cobrado quanto ao seu comportamento. Por fim, a relação desigual de poder entre o casal fica evidente quando Carlos faz investidas para cima de Jéssica e Bárbara não o confronta, apesar de demonstrar seu descontentamento com a situação.³

O modelo de conciliação

Segundo Laufer (1995, p.164 *apud* HIRATA; KERGOAT, 2007, p.604), o modelo de conciliação propõe compatibilizar a vida profissional com as atividades domésticas não remuneradas e familiares, como condição para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres especialmente na esfera profissional, de maneira que um eventual rearranjo e uma nova divisão de papéis entre homens e mulheres seriam de benefício comum e acabariam com as desvantagens para elas.

Para Hirata e Kergoat (2007), o modelo de conciliação envolve um princípio de parceria, que presume a igualdade de estatutos sociais entre homens e mulheres; porém isso não corresponde à realidade das práticas sociais porque, de modo geral, cabe somente às mulheres realizar a conciliação entre responsabilidades profissionais e domésticas. Segundo as autoras, estudos sobre a utilização do tempo mostram que a divisão de tarefas domésticas não remuneradas entre homens e mulheres é desigual, resultando em posição de desvantagem e sobrecarga para elas. Por exemplo, no Brasil, em 2019, a média de horas semanais dedicadas a atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos foi de 21,4 horas por semana para as mulheres e 11,0 horas por semana para os homens - uma diferença de quase o dobro de tempo (IBGE, 2021).

Para compreender a falta de envolvimento dos homens nas tarefas domésticas, é importante considerar que as diferentes inserções de homens e mulheres na esfera

³ Para uma análise sobre a relação de classe e o filme *Que horas ela volta?*, incluindo aspectos como propriedade, hereditariedade, desigualdade de gênero e relações entre patrões e empregados domésticos, ver: FERREIRA, R. F. C.; MUNIZ, R. M.; ALMADA, L. O conceito do ócio vicário no filme "Que horas ela volta?": revisitando Thorstein Veblen em uma perspectiva dos fenômenos socioeconômicos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 2, p. 305-323, abr./jun. 2019.

pública e na esfera privada resultam em diferentes visões e percepções sobre o trabalho doméstico (CYRINO, 2009). Em sua pesquisa sobre representações sociais de gênero e a articulação entre trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado, Cyrino (2009) observou que os homens participantes do estudo encaravam o trabalho remunerado como eixo estruturante de suas vidas, e assim, eles tendiam a ver atividades não remuneradas como lazer, ou seja, como algo opcional e desprovido da obrigatoriedade inerente ao trabalho remunerado. Logo, havia uma tendência de que os homens não vissem as atividades de cuidado de pessoas e afazeres domésticos como trabalho e tampouco como atividades que também lhes coubessem exercer. Afinal, na divisão sexual do trabalho, o papel de provedor estabelece o trabalho remunerado como principal função dos homens, da porta de casa para fora, enquanto o papel de cuidadora reserva o trabalho não remunerado de cuidar de pessoas e realizar afazeres domésticos às mulheres, da porta de casa para dentro. Nesse sentido, Cyrino afirma que “romper com a associação do feminino com o doméstico não é tarefa fácil, pois implica em se desmontar pressupostos morais, crenças e valores estabelecidos sobre as diferenças entre homens e mulheres.” (Ibidem, p.89).

As diferenças entre homens e mulheres que se manifestam nas práticas sociais fazem com que os conflitos e as contradições sejam inerentes às relações de gênero. Por isso, o princípio de parceria não corresponde à realidade das práticas sociais, uma vez que aborda as relações entre homens e mulheres mais em termos de igualdade do que de poder; portanto, o modelo de conciliação representa uma tentativa de apaziguar relações que são fundamentalmente conflituosas e desiguais (HIRATA; KERGOAT, 2007). Ao comparar o princípio de parceria com as práticas sociais, fica evidente o quanto o modelo de conciliação busca atender sobretudo às demandas do mercado de trabalho nas sociedades mercantis. Ou seja, na divisão sexual do trabalho na forma do modelo de conciliação admite-se a participação das mulheres no mercado de trabalho, porém, o questionamento sobre as condições nas quais ocorre essa participação é deixado de lado, uma vez que se mantém o trabalho doméstico desarticulado do trabalho remunerado. Dessa forma, o modelo de conciliação contribui para manter o trabalho remunerado na centralidade e o trabalho doméstico invisibilizado e desvalorizado.

Há décadas, as estudiosas das relações de gênero têm contribuído para desvelar a complexidade do trabalho doméstico. Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.257), por exemplo, define o trabalho doméstico como “[...] um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal ou parentela - trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. Para Cyrino (2009, p.75), o trabalho doméstico “[...] se compõe não apenas de uma multiplicidade de tarefas como limpeza, arrumação, vestuário, mas inclui a socialização das crianças e a manutenção dos laços familiares [...]”. Sendo assim, o trabalho doméstico envolve dimensões emocionais e intelectuais e implica, novamente segundo Fougeyrollas-Schwebel (Ibidem, p.258), “[...] a disponibilidade permanente do tempo das mulheres a serviço da família”. A divisão sexual do trabalho elucida o vínculo entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado (SOUSA; GUEDES, 2016), e isso nos possibilita compreender que o trabalho doméstico designado às mulheres produz e reproduz a força de trabalho (FEDERICI, 2019), fornecendo a mão de obra e mantendo-a alimentada, asseada, descansada, disciplinada, enfim, devidamente preparada para o trabalho produtivo, dia após dia.

No filme *Que horas ela volta?*, as atividades da protagonista Val compõem uma rotina do trabalho doméstico remunerado. Ela aparece realizando muitas e diversas tarefas: estender roupas, preparar e servir refeições, cuidar da cadela de estimação da família, limpar objetos e os cômodos da casa, regar o gramado etc. Val também supervisiona e atende colegas que trabalham na casa: o jardineiro, Antônio (Luís Miranda), o motorista, Vandrê (Theo Werneck) e a diarista, Edna (Helena Albergaria).

Talvez pareça estranha a necessidade de uma diarista, pois a limpeza faz parte das tarefas de uma empregada doméstica. Porém, é possível analisar a presença da personagem Edna no sentido de que os afazeres domésticos demandam muito tempo e trabalho para serem cumpridos por somente uma pessoa, ainda mais em uma casa grande habitada por mais três pessoas e um animal de estimação. Como diarista, o trabalho de Edna se concentra em tarefas de limpeza e tem a temporalidade limitada a um dia por semana, diferente de Val, que realiza múltiplas tarefas e mora no serviço, com o tempo livre regulado pelos dias de folga. Assim, ao observarmos as duas personagens, a empregada doméstica e a diarista, é possível traçar uma distinção entre

tarefas manuais e as dimensões emocionais e intelectuais do trabalho doméstico, que são importantes na trajetória de Val.

Neste ponto, agregamos ao debate o conceito de cuidado, que Araújo e Scalon (2005 *apud* CYRINO, 2009, p.76) definem como “[...] a provisão diária de atenção social, psíquica e emocional às pessoas”. Segundo as autoras, o cuidado é associado tradicionalmente às mulheres, e por muito tempo esteve pouco visível nos estudos de gênero, o que reafirma a relevância de trazer o conceito à tona. Além da esfera doméstica, o cuidado é um aspecto fundamental no debate sobre políticas públicas com transversalidade de gênero, quanto a equipamentos públicos, como creches e asilos, e ações em diversas áreas, como segurança alimentar, mobilidade urbana, combate à violência de gênero etc.

Com relação ao filme *Que horas ela volta?*, o cuidado pode ser compreendido como a primeira e principal tarefa de Val na casa de Bárbara e Carlos. Na primeira cena do filme, Val está à beira da piscina, tomando conta de um menino que brinca na água; essa criança é Fabinho, que aparenta ter cerca de quatro anos de idade. Val está vestida com uniforme de babá e conversa ao telefone enquanto supervisiona o menino. Do outro lado da linha, em outra cidade, está a sua filha, Jéssica. A cena nos conta há quanto tempo Val trabalha para a família de Bárbara e Carlos, marcando as mudanças no trabalho e o acúmulo de tarefas ao longo dos anos. O relacionamento dos personagens Val e Fabinho é a face mais terna do complexo papel afetivo da empregada na casa dos patrões. Quando a história passa aos dias atuais, vemos gestos espontâneos de carinho, cumplicidade e acolhimento entre Val e Fabinho, que não ocorrem entre ele e Bárbara, enquanto mãe e filho, e tampouco entre Val e Jéssica, pois, num primeiro momento, o reencontro de mãe e filha é uma reunião de duas estranhas.

Estabelecer um diálogo entre a divisão sexual do trabalho, na forma do modelo de conciliação, e a representação do trabalho doméstico remunerado e não remunerado em *Que horas ela volta?* nos possibilita pensar sobre a inviabilidade da conciliação entre vida familiar e vida profissional recair em apenas uma pessoa da família. No filme, esse papel cabe à personagem Bárbara, e também a Val, que se separou de forma não amigável do pai de Jéssica quando a filha era criança.

Na vida real, as práticas sociais demonstram que esse encargo continua atribuído às mulheres. Cabe observar que a ideia de maternidade geralmente está acompanhada da tradicional figura das mães como cuidadoras por natureza, imprescindíveis e decisivas para a boa educação e o bom desenvolvimento das crianças (CYRINO, 2009). Apesar do discurso socialmente aceitável sobre a igualdade entre homens e mulheres e a divisão de tarefas, os pais não são considerados da mesma forma no cuidado das crianças, ou seja, como atores indispensáveis do trabalho reprodutivo. Esse é um exemplo de como o modelo de conciliação fala mais à esfera pública, no plano do desejável, do que efetivamente descreve e promove práticas sociais igualitárias em casa e no trabalho.

O modelo da delegação

No modelo da delegação, as mulheres delegam para outras mulheres o trabalho doméstico e o cuidado, diante da necessidade de operar a “[...] incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares [...]” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.604).

Há uma articulação clara entre o modelo da delegação e o modelo de conciliação, pois externalizar o trabalho doméstico e o cuidado a outras mulheres seria uma solução para a sobrecarga decorrente, em geral, da falta de envolvimento dos homens nos afazeres domésticos, da exigência das empresas por dedicação pessoal concomitante à desconsideração do trabalho doméstico nas jornadas de trabalho e da escassez de políticas públicas de cuidado. Portanto, o modelo da delegação traria soluções para os problemas que as mulheres enfrentam na esfera privada e na esfera pública, no contexto de sua participação no mercado de trabalho.

No entanto, o modelo da delegação se relaciona à desigualdade social e econômica e a polarização do emprego das mulheres. Segundo o IBGE (2021), no Brasil, em 2019, as mulheres que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos domiciliares *per capita* dedicaram em média 24,1 horas semanais para tarefas de cuidados e afazeres domésticos, em comparação com as mulheres localizadas nos 20% da população com os maiores rendimentos, que dedicaram em média 18,2 horas

semanais para essas atividades; esses dados indicam a desigualdade de acesso a serviços de cuidado e maior sobrecarga de trabalho doméstico para uma parte das mulheres:

Essa diferença mostra que a renda é um fator que impacta no nível da desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado, uma vez que permite acesso diferenciado ao serviço de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, possibilitando a delegação das atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, sobretudo a outras mulheres (IBGE, 2021, p.3).

As mulheres brasileiras com maior renda possuem mais condições para externalizar o trabalho doméstico e o cuidado, e isso lhes dá melhores possibilidades de participação no mercado de trabalho. Sousa e Guedes (2016, p.128) indicam que “quanto maior a desfamiliarização dos cuidados da figura feminina, maior tende a ser a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em empregos formais e de jornadas integrais”. A escassez de serviços públicos de cuidado no Brasil, descrita a seguir pela autora e pelo autor, afeta especialmente as mulheres pobres, que não têm condições de pagar por serviços privados para aliviar a carga do trabalho reprodutivo e facilitar sua inserção e dedicação aos estudos e aos empregos de qualidade:

No Brasil não existem instituições públicas para atender todas as crianças desde a tenra idade, nem educação em tempo integral para todas as faixas etárias. Há ainda menos serviços públicos que atendam a demanda de cuidados e atenção exigida pela população idosa e deficiente, o que penaliza as mulheres que decidem pela inserção no mercado de trabalho com jornadas remuneradas menores, empregos mal remunerados, e com excessiva carga de trabalho quando somado o trabalho reprodutivo ao trabalho produtivo (SOUSA; GUEDES, 2016, p.131).

Diante dessa carência de serviços públicos, uma saída frequentemente adotada pelas mulheres pobres é a delegação de trabalho reprodutivo a outras mulheres (familiares, amigas, vizinhas etc.) em caráter de ajuda, ou seja, uma relação que envolve troca e favores, e não necessariamente salário ou renda fixos (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020). Esse processo está em conformidade com a afirmação de Fontoura *et al* (2010 *apud* SOUSA; GUEDES, 2016, p.128), de que “o Estado de Bem-Estar Social brasileiro se organizou com base num arranjo familiar que utiliza o trabalho feminino doméstico para suprir as lacunas dos serviços públicos e das políticas sociais”.

No filme *Que horas ela volta?* a personagem Bárbara trabalha fora e delega o cuidado de seu filho e o trabalho doméstico para Val, a empregada doméstica. Val, por sua vez, delega o cuidado de sua filha para Sandra, pessoa de sua confiança.⁴ Por fim, quando viaja a São Paulo para prestar o vestibular, Jéssica também precisa delegar o cuidado de seu bebê, Jorge, para outra pessoa. Bárbara, Val, Jéssica e Sandra são os elos de uma cadeia, que podemos relacionar ao modelo da delegação. Mais adiante, Val propõe a Jéssica que traga seu neto Jorge a São Paulo e, assim, a jovem poderá conciliar os futuros estudos na universidade com a maternidade sem a necessidade de repetir a experiência da separação. Essa proposta ocorre depois que Jéssica passa na primeira fase do vestibular da FUVEST, quando Val sai da casa da família de Bárbara para morar com a filha, e pede demissão do emprego.

Colen (1995 *apud* BRITES, 2007; LANA, 2016) denomina de “reprodução estratificada” o processo de complementariedade entre famílias pobres e ricas na realização do trabalho reprodutivo, no qual as trabalhadoras domésticas deixam seus filhos aos cuidados de outras pessoas (familiares, amigas, vizinhas etc.) para prestar serviços domésticos e de cuidado para famílias de classe mais alta. Nessa relação, as famílias de classe mais alta garantem para si os cuidados da casa, das crianças e das pessoas idosas, enquanto a falta de reconhecimento do valor social do trabalho doméstico pesa sobre as famílias das trabalhadoras domésticas, sendo percebida, em geral, como um abandono dos filhos dessas mulheres. Portanto, a especificidade de classe é importante para compreender as diferentes consequências do modelo da delegação.

Em relação ao filme *Que horas ela volta?*, é possível analisar como o reencontro de Val e Jéssica após um hiato de dez anos expõe as feridas no relacionamento das duas mulheres pois, diferentemente de Bárbara e seu filho, Fabinho, no caso delas houve de fato uma separação pela impossibilidade de Val conciliar o trabalho remunerado com o cuidado de Jéssica.

Para Hirata e Kergoat (2007, p.607), “mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto

⁴ Sandra é uma personagem presente nas falas de Val e de Jéssica; porém, ela não aparece no filme, e não fica claro se é amiga ou parente de Val e Jéssica.

do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam”. Isso significa que, mesmo quando há condições de pagar por serviços domésticos, a responsabilidade de administrar o trabalho realizado por empregadas domésticas, babás, diaristas etc. recai sobre as mulheres, como consequência da divisão sexual do trabalho que avaliza a falta de envolvimento dos homens no trabalho doméstico e familiar e posiciona o trabalho remunerado no centro da vida deles.⁵ Por fim, as autoras afirmam que a externalização do trabalho doméstico também possui uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses, além de possibilitar maior flexibilidade das mulheres quanto ao envolvimento pessoal demandado por empregadores. Consequentemente, o modelo da delegação contribui para que as sociedades não encarem a questão do trabalho doméstico, resultando no mascaramento e na negação de conflitos e das relações de poder. Segundo Hirata e Kergoat, “[...] essa pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não ajuda a avançar nem um pouco na luta pela igualdade.” (Ibidem, p.602).

Analisar o filme *Que horas ela volta?* em relação às referências teóricas nos ajuda a refletir como o modelo da delegação implica a manutenção de desigualdades de gênero, classe, raça etc., reproduzindo a lógica de exploração das mulheres. Quando voltado à esfera pública, esse modelo atende às demandas do mercado de trabalho mantendo as estruturas de desigualdade de gênero e mascarando o problema da desigualdade social e da falta de políticas públicas de bem-estar social. No âmbito privado, ele mantém os papéis tradicionais de gênero e contribui para que a desigualdade social permaneça como algo conveniente para a garantia de mão de obra barata para o trabalho doméstico remunerado.

Por fim, ao relacionar as formas contemporâneas da divisão sexual do trabalho propostas por Hirata e Kergoat (2007) com a análise do filme *Que horas ela volta?*, é possível compreender que os modelos tradicional, de conciliação e da delegação podem se articular de modo complexo e diverso, ao mesmo tempo em que não esgotam a realidade das práticas sociais.

⁵ O conceito de “carga mental”, cunhado por Monique Haicault, descreve o constante cansaço das mulheres devido à simultaneidade das obrigações profissionais, responsabilidades familiares e trabalho doméstico (CASTRO; CHAGURI, 2020).

Considerações finais

Neste artigo, recuperamos a teoria sobre a divisão sexual do trabalho, elaborada na década de 1970, com o intuito de reforçar a atenção para o caráter coletivo dessas reflexões, que têm origem no movimento feminista de países ocidentais nos anos 1960.

Entendemos que oportunidades e iniciativas individuais não bastam para promover a mudança social e há experiências comuns e construções coletivas no campo intelectual e no campo da mobilização social que precisam ser articuladas, especialmente diante da crescente adesão ao feminismo neoliberal que reduz a igualdade de gênero a conquistas individuais, assim como, segundo Lana (2016), a recorrente utilização do termo “empoderamento” para se referir à busca de autonomia de modo despolitizado.⁶

É nesse sentido que buscamos conectar a teoria com a análise do filme *Que horas ela volta?*, considerando o contexto histórico de mudanças e permanências no qual a obra foi produzida, e a reflexão sobre a importância e necessidade de realizar políticas públicas de qualidade com transversalidade de gênero no Brasil.

Quanto às relações entre divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e políticas sociais, é necessário mencionar as políticas de austeridade e como elas atingem especialmente as mulheres. No Brasil, a Emenda Constitucional 95 aprovada em 2016 afeta diretamente o caráter redistributivo e de provisão de bens públicos do Estado (ROSSI; DWECK, 2018).⁷ Nesse sentido, a falta de investimento em equipamentos públicos como creches e asilos, por exemplo, prejudica principalmente as mulheres (WIECKO, 2016), pois o encargo de cuidar de crianças e pessoas idosas dificulta a dedicação aos estudos e o acesso e permanência em empregos formais, de tempo integral e com melhores remunerações.

⁶ Sobre as críticas ao feminismo neoliberal, ouvir: ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: Feminismo liberal deixa os 99% para trás, diz Heloisa Buarque de Hollanda. [Locução de]: Eduardo Sombini. [S.I.]: Folha de São Paulo, 23 jan. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/33wrNCCEtltGs4YYIs8WF>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁷ A EC 95/2016 impõe um teto de gastos públicos declinante durante um período de 20 anos, em termos do Produto Interno Bruto (PIB) e do quanto se gasta por pessoa em políticas sociais no Brasil (ROSSI; DWECK, 2018).

Por fim, é importante refletir sobre o quanto as políticas de austeridade vão reduzindo o Estado à utilização dos meios de coação, e como isso torna ainda mais complexa a carga do trabalho reprodutivo sobre as mulheres, a exemplo de tantas mulheres, sobretudo negras, e das mães de migrantes que se veem frequentemente obrigadas a lidar com a morte e o desaparecimento de seus filhos em razão da violência institucional que, em diversas formas, ceifa vidas nas periferias brasileiras (VIANNA; FARIAS, 2011) e nas fronteiras mundo afora (RUIZ, 2018) como se fosse “assim mesmo”, ou seja, uma sina de “cidadãs e cidadãos de segunda categoria” e não um efeito de escolhas políticas de sujeitos detentores de poder que insistem em perpetuar o racismo e a injustiça social.⁸

Referências

- BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, n.92, p.79-104, ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-64452014000200004. Acesso em: 17 abr. 2021.
- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007.
- CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. **Blog DADOS**, Rio de Janeiro, 22 mai. 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.21, p.66-92, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2020.
- FEDERICI, Silvia. A reprodução da força de trabalho na economia global e a revolução feminista inacabada (2009). In: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. p.194-232.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.256-262.

⁸ Nos referimos ao conceito de Estado em Max Weber (BIANCHI, 2014).

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. *El País*, São Paulo, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.34, n.98, p.7-24, abr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARE, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67-75.

KORNIS, Mônica A. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

LANA, Lígia. “Da porta da cozinha pra lá”: gênero e mudança social no filme *Que horas ela volta?*. *Rumores*, v.10, n.19, p.121-137, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/110278>. Acesso em: 09 mar. 2022.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 87 p.

NADALETO, Natália Regina Silva; DE CASTRO, Maria Luiza Almeida Cunha. Questionando o poder simbólico no espaço apropriado: uma visão do filme “Que horas ela volta” sob a perspectiva de Bourdieu. *Sociedade E Cultura*, v.21, n.1, p.232-249, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/54883>. Acesso em: 09 mar. 2022.

NUNES, Rodrigo. Bolsonarismo como identidade coletiva, a lógica sacrificial e a brutalização dos afetos. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 09 abr. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/608123-bolsonarismo-como-identidade-coletiva-a-logica->

sacrificial-e-a-brutalizacao-dos-afetos-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes. Acesso em: 12 abr. 2021.

PRANGE, Astrid. A luta da mãe de Miguel por justiça. **Deutsche Welle**, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3qM4X>. Acesso em: 13 abr. 2021.

QUE HORAS ELA VOLTA?. Direção de Anna Muylaert. Brasil, 2015, 110 minutos, cor.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 140. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. 174 p.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho de empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212 p.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2014. 256 p.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. EC 95: um passo à frente no abismo social. **Folha de São Paulo**, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://pedrorossi.org/ec95-um-passo-a-frente-no-abismo-social/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

RUIZ, Mónica Vázquez. Cumbre Mundial de Madres de Desaparecidos en México: ellas nunca se dan por vencidas. **Deutsche Welle**, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://p.dw.com/p/37hXl>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.30, n.87, p.123-139, mai./ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2020.

STRECK, Lenio Luiz. A PEC das Domésticas e a saudade dos “bons tempos”. **Consultor Jurídico**, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-abr-11/senso-incomum-pec-domesticas-saudade-bons-tempos>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.37, p.79-116, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-83332011000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2021.

WIECKO, Ela. “Mulheres serão as vítimas preferenciais da PEC do Teto”, diz subprocuradora da República. **Revista Azmina**, 19 dez. 2016 [atualizado em 12 jun. 2018]. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-serao-as-vitimas-preferenciais-da-pec-do-teto-diz-subprocuradora-da-republica/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

O conflito federativo no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte

Renata de Leorne Salles¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

A pandemia de Covid-19 evidenciou uma federação brasileira desequilibrada no que tange às relações intergovernamentais, cujo dissenso em torno das políticas públicas de enfrentamento à doença foi notório, agravando os efeitos negativos da pandemia. Para explicitar o conflito federativo instaurado no Brasil, trataremos do caso de Belo Horizonte, Minas Gerais, relacionando os problemas de governança identificados às condições institucionais pré-existentes, com base na literatura, além de analisar algumas das políticas adotadas, com base em dados divulgados pelos órgãos institucionais.

Palavras-chave: Covid-19; Federação; Crise de governança; Relações intergovernamentais.

The federative conflict in Brazil during the Covid-19 pandemic: reflections on the case of Belo Horizonte

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic highlighted an unbalanced Brazilian federation about intergovernmental relations, whose dissent around public policies to combat the disease was notorious, aggravating the negative effects of the pandemic. To explain the federative conflict established in Brazil, we will deal with the case of Belo Horizonte, Minas Gerais, relating the governance problems identified to the pre-existing institutional conditions, based on the literature, in addition to analyzing some of the policies adopted, based on published data by institutional bodies.

Keywords: Covid-19; Federation; Governance crisis; Intergovernmental relations.

Introdução

A crise sanitária causada pela pandemia mundial de Covid-19, que se instalou no Brasil em março de 2020 num contexto já de crise política e socioeconômica, evidenciou o desequilíbrio da federação nacional no que tange às relações

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Minas, Belo Horizonte/ MG, Brasil. Pesquisadora do Lab-Urb (UFMG) e do INCT Observatório das Metrôpoles. renatasalles2020@gmail.com. Bolsista PROSUC/Capes.

intergovernamentais, cujo dissenso em torno da construção de políticas públicas de enfrentamento à doença foi notório e problemático. A ausência de coordenação do governo federal dificultou a implementação de medidas emergenciais de saúde pública por parte de alguns governos estaduais e municipais, provocando uma série de efeitos negativos sobre a população, como o grande número de mortes e internações. Acrescenta-se a esse cenário a negligência e o negacionismo do presidente da nação, Jair Bolsonaro, na adoção de protocolos sanitários indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e na vacinação, prejudicada tanto pela compra atrasada de doses quanto pela administração e distribuição das mesmas. Consequentemente, o Brasil contabilizou mais de 10% das mortes mundiais por Covid-19 (ultrapassando 600 mil mortes em out./2021), além de uma média de óbitos quase cinco vezes maior do que a média mundial (MIRANDA, 2021), sendo uma das piores situações do mundo.

Além de maior incidência de óbitos, a falta de articulação entre os entes federados contribuiu, ainda, com a sobrecarga no sistema de saúde em diversas localidades e com o aumento da vulnerabilidade entre os setores mais pobres da população. A ausência de medidas socioeconômicas voltadas para esses segmentos, no âmbito federal, fez com que Estados e municípios atuassem de formas variadas com relação à promoção de políticas de proteção social, ademais dos protocolos sanitários. Contudo, essas medidas foram insuficientes e sem o alcance necessário para garantir as condições básicas de saúde, higiene, moradia e alimentação para os setores mais vulnerabilizados, os mais atingidos pelos efeitos da pandemia (Ibid., 2021).

Diante do conflito federativo que se instaura com a pandemia, este artigo tem como objetivo investigar algumas das relações intergovernamentais estabelecidas nesse contexto e sua conexão com o desenho institucional federativo do país, com base na literatura, tendo como foco a implementação de políticas públicas de saúde. O caso de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, será investigado através da análise de algumas medidas de controle adotadas pelo município (*lockdown/quarentena*, funcionamento de serviços e/ou atividades comerciais etc.), identificadas através de canais oficiais da prefeitura (*site* institucional, decretos etc.) e outros meios de comunicação (como matérias em jornais). Os efeitos dessas políticas serão tratados com base em dados

disponibilizados pelos órgãos de saúde responsáveis, como no caso da Secretaria de Saúde de Minas Gerais e/ou do Ministério da Saúde.

Pretende-se ressaltar os problemas de governança identificados a partir das condições institucionais pré-existentes, ou seja, do sistema federativo brasileiro, no qual os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) são autônomos e interdependentes, levando à politização da pandemia e acirrando a competitividade entre os distintos poderes. Em Belo Horizonte, o problema de gestão da pandemia foi evidenciado em alguns momentos específicos diante da ausência de articulação municipal com os governos estadual e federal, criando disputas políticas que afetou, inclusive, a dinâmica de vacinação no município (SALLES *et. al*, 2021), além de outras implicações no âmbito das políticas públicas e sanitárias promovidas, como veremos.

Após essa seção introdutória, trataremos de discutir, de forma sintética, as características gerais da federação brasileira abordando o Sistema Único de Saúde (SUS) do país e as relações governamentais estabelecidas durante a pandemia. Então, abordaremos a problemática existente em torno da descentralização do sistema federativo pós-1988 e, logo, da necessidade de cooperação entre os diferentes níveis de governo para uma governança eficaz. Em seguida, será proposto o debate sobre o caso de Belo Horizonte na tentativa de identificar possíveis fatores que facilitaram ou dificultaram a cooperação intergovernamental nesse atual momento de crise sanitária mundial, analisando os desdobramentos de determinadas medidas de controle adotadas pelo poder municipal.

A federação brasileira, o SUS e a governança na pandemia

O Federalismo ou Estado Federal corresponde a uma forma de organização política democrática cuja autoridade é compartilhada entre um governo central (federal) e outros governos intermediários, no caso brasileiro, governos estaduais e Distrito Federal e governos municipais, conformando a República Federativa do Brasil. Desse modo, a distribuição de poder entre os entes federados (ou atores institucionais) é definida por um pacto federativo, a Constituição de 1988, visando garantir a autonomia e, ao mesmo tempo, a interdependência das partes (ROCHA, 2011; SANO e

ABRUCIO, 2009). É o denominado federalismo tripartido baseado na União, nos Estados e Municípios, no qual o poder político de cada ente federado é independente e soberano (ARRETCHE, 1999).

Promove-se, assim, uma autoridade compartilhada entre as distintas instâncias cujo poder é distribuído conforme as prerrogativas que lhes são cabidas que, no Brasil, são iguais entre os estados e entre os municípios (federalismo simétrico), remetendo à ideia de Madison de poder para contrabalancear o poder tirânico e arbitrário (KRAMNICK, 1993). Em outras palavras, as políticas públicas são construídas de acordo com a distribuição das prerrogativas entre os três níveis de governo, os quais são autônomos porém interdependentes.

Mas há nesse modelo duas dimensões, uma formal e outra sociológica. A primeira correspondente à estrutura (arranjo institucional), ou seja, às regras e prerrogativas escritas, enquanto a outra refere-se ao processo (ação ou práxis), logo, à aplicação dessas regras e prerrogativas, além das normas não escritas (ROCHA, 2011). Nesse sentido, as configurações federativas possíveis irão depender da forma de interação entre o governo nacional e os subnacionais em cada uma das áreas de políticas públicas. Assim, o tipo de federação dependerá dos arranjos intergovernamentais estabelecidos entre os entes federados.

No caso do Brasil, a área da saúde é federalizada, ou seja, o sistema é estruturado em termos da federação, mas com autonomia para os estados e municípios. Assim, apesar do papel coordenador exercido pelo governo central, cuja obrigatoriedade constitucional é garantir a gratuidade e universalidade do atendimento na área, as interações entre os diversos níveis de governo são negociadas, havendo uma interdependência entre as autoridades, que colaboram entre si e compartilham algumas prerrogativas e políticas relativas, por exemplo, às operações do SUS (ROCHA, 2016). Trata-se de uma espécie de federalismo cooperativo, o que pode causar problemas, pois as capacidades técnico-administrativa e financeira dos governos estaduais e municipais são diversas, gerando algumas limitações e desigualdades regionais.

O sistema público de saúde do Brasil foi implementado pela Constituição de 1988. É reconhecido mundialmente pela sua boa estruturação, além de ter uma cultura

de vacinação consolidada, inserindo o Brasil em segundo lugar no *ranking* dos países com maior cobertura vacinal do mundo, em 2016.² Conforme relatório do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPES), para que o SUS amplie suas capacidades e seja efetivo na gestão de riscos advindos de momentos de crise e emergências, como é o caso da pandemia de Covid-19, é necessário que haja cooperação entre todos os níveis de poder para uma boa governança a nível federal. Torna-se imprescindível, portanto,

[...] a participação de todo o sistema de saúde em seus diferentes níveis (municipal, regional, estadual e federal), como mais ampla colaboração intersetorial e participação da sociedade, em particular dos movimentos e representações dos grupos e populações mais vulneráveis com base nos princípios do SUS de Universalidade, Integralidade e Equidade (FREITAS *et al.*, 2020, p. 3)

Nesse sentido, além do protagonismo adquirido pela área de saúde nesse momento de crise sanitária, ressalta-se a participação ativa de outros setores e da própria sociedade civil para o fortalecimento da governança de riscos, sendo essencial a “*coordenação e cooperação vertical e horizontal* entre os diferentes níveis de governo, [...] assim como o papel e a responsabilidade das autoridades locais no combate às emergências e na garantia da prestação dos serviços essenciais.” (FREITAS *et al.*, 2020, p. 7, grifo nosso).

Na contemporaneidade, com o aumento da sobreposição de políticas entre os três níveis de governo, além da necessidade de maior coordenação no âmbito federal, a cooperação tornou-se um elemento fundamental para o alinhamento de decisões, acordos, entre outros. Contudo, a competitividade intergovernamental é um legado da política centralizadora característica do período republicano brasileiro da Era Vargas ou, ainda, fruto da ditadura militar (SANO e ABRUCIO, 2009), cuja ideia de federação dissimulava o Estado unitário. Tal herança parece corroborar com a ocorrência de jogos políticos e de mecanismos de barganha, tão comuns no Brasil, prejudicando a eficácia da gestão no país, como temos visto ocorrer durante a pandemia.

² A Agência Brasil, segundo dados do Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde (IHME) da Universidade de Washington, informa que em 2016 a cobertura vacinal do país era de 99,7%, ficando atrás somente da China (99,9%). Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/brasil-e-um-dos-paises-com-maior-cobertura-de-vacinacao>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Fica claro, desse modo, a importância não só de uma coordenação nacional como da cooperação entre todos os níveis e setores do governo e da população para que haja coerência no âmbito das ações tomadas visando a redução dos efeitos negativos da pandemia, dentre eles as mortes e internações, além do risco de sobrecarga e colapso do sistema de saúde. Mas o que tem ocorrido no atual cenário pandêmico vai na contramão desses princípios. Além de não coordenar, o governo federal vem agindo sob uma perspectiva negacionista e incoerente, difundindo, por meio de canais oficiais do governo federal, desinformação com relação à Covid-19 e as medidas sanitárias recomendadas por órgãos internacionais,³ negligenciando a vacinação⁴ e, ainda, promovendo tratamentos ineficazes e sem comprovação científica no combate ao novo coronavírus.⁵

O comportamento irresponsável e omissivo do presidente Jair Bolsonaro, em especial, quando aparece publicamente sem máscara de proteção, promove aglomerações e desencoraja a vacinação como um meio eficaz de combate à doença, não só prejudica a gestão dos riscos da pandemia e as medidas de isolamento social recomendadas, como aumenta os impactos negativos acarretados, corroendo a confiança da população no governo federal (FREITAS *et al.*, 2020), que não sabe como agir diante da calamidade instalada. Além disso, conforme aponta relatório da PNUD (2021), as condições ou características federativas pré-existentes na América Latina, de modo geral, corroboraram com a crise de governança instalada (ou agravada) com a pandemia, especialmente nos países cujo histórico remete à polarização política e social, baixo nível de confiança nas instituições, fragilidade dos partidos políticos e percepção de captura do Estado. Parece ser o caso do Brasil.

Nesse sentido, temos um quadro de enfrentamento parcial da pandemia no país, com os estados e municípios assumindo papéis de liderança e agindo de forma isolada, divididos entre as recomendações mundiais e as sugestões do presidente. Com

³Fonte: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/desinformacao-do-governo-bolsonaro-ampliou-mortes-por-covid-indica-relatorio/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

⁴Fonte: <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/05/27/negligencia-do-governo-bolsonaro-com-vacina-do-butantan-foi-maior-do-que-com-a-pfizer-diz-calheiros.ghml>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁵Fonte: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/15/bolsonaro-insiste-em-tratamento-precoce-sem-comprovacao-contra-a-covid-estudos-mostram-que-nao-ha-prevencao-contra-a-doenca-com-ajuda-de-medicamentos.ghml>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

isso, instituiu-se um cenário de tensões e disputas políticas que tende a desfavorecer a governança eficaz da pandemia, além de prolongar os malefícios causados pela doença.

Para exemplificar os problemas de gestão no âmbito federal, basta analisar as disputas internas ocorridas no próprio Ministério da Saúde, principal órgão responsável pela administração da saúde pública do país. Desde o início da pandemia houve a troca de quatro ministros.⁶ O primeiro, Nelson Mandetta, foi demitido logo na fase inicial da pandemia, em abril de 2020, por defender medidas de isolamento social contrárias às opiniões do presidente. Nelson Teich assumiu o posto e se demitiu antes mesmo de completar um mês no cargo em função de discórdias com o governo central, que o pressionava para liberar cloroquina para o tratamento de Covid-19, medicamento sem eficácia científica comprovada. O general Eduardo Pazuello, sem qualquer experiência na área da saúde, assumiu, então, o ministério, onde atuou por menos de um ano (junho/2020 a março/2021). Em seguida entrou Marcelo Queiroga, que, alinhado com as ideias do presidente, se manteve no cargo até o momento (junho/2022).

Além disso, as denúncias de corrupção, negligência na compra de vacinas e formação de um comitê paralelo da saúde para assessorar o presidente, vieram à tona com o Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, explicitando ainda mais a crise política em curso.⁷ O Supremo Tribunal Federal (STF), principal órgão do poder judiciário do país, tornou-se mais atuante diante da desgovernança promovida pelo Executivo federal reafirmando, publicamente, a autonomia dos estados e municípios para legislar sobre medidas de saúde pública frente ao cenário de crise sanitária, visando encorajar as lideranças na tomada de decisão e, com isso, atenuar os danos negativos causados pela pandemia. Nesse sentido, foi suspendida a Medida Provisória 926/2020 que centralizava as prerrogativas referentes à pandemia (medidas de isolamento, quarentena, funcionamento de atividades essenciais/não essenciais etc.) ao governo central.⁸ O STF também atuou

⁶Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁷Fonte: <<https://www.dw.com/pt-br/relat%C3%B3rio-da-cpi-exp%C3%B5e-estrat%C3%A9gia-macabra-de-bolsonaro-na-pandemia/a-59566825>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁸Fonte: <<https://www.poder360.com.br/justica/stf-decide-que-estados-e-municipios-tem-autonomia-para-impor-isolamento/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

contra o governo central através da suspensão de alguns decretos do presidente contrários às recomendações médicas e científicas.⁹

A crise de governança explicitada evidencia, portanto, um governo federal unilateral que não coordena, não lidera, tampouco desempenha o papel de autoridade decisória, pelo contrário. Assim, demonstra-se uma federação distante do modelo consagrado pela Constituição de 1988, com o esvaziamento das arenas de negociação na direção de uma autoridade central autoritária.

A problemática da descentralização federativa

Com a Constituição de 1988, os municípios foram incluídos como entes federados com *status* similar aos da União, Estados e Distrito Federal, todos estes com limites sobre as prerrogativas constitucionais, o que denominamos federalismo tripartido (ARRETCHE, 1999). Nesse período de redemocratização do país, a descentralização político-administrativa da federação era tida como um meio de ampliar a democracia e a eficiência da gestão pública e, ainda, superar a centralização do poder no governo central que caracterizava o período autoritário ditatorial (ROCHA, 2016), no qual as relações intergovernamentais eram parecidas às daquelas de um Estado unitário. Nesse sentido, a maioria dos prefeitos e governadores não tinham autonomia política, detinham pouca autonomia fiscal, além de os estados não terem autoridade sobre suas próprias bases militares (ARRETCHE, 1999).

A implementação desse sistema hierárquico e da divisão de responsabilidades entre os três níveis de poder consolidou as bases da competitividade no federalismo brasileiro, corroborando a centralização financeira e administrativa institucional (ARRETCHE, 1999), uma vez que havia poucos estímulos para que os municípios (autônomos) desenvolvessem medidas de cooperação em relação aos demais atores institucionais (DANIEL, 2001 *apud* ROCHA, 2016). Conforme Arretche (1999, p. 114), “resguardados pelo princípio da soberania, estados e/ou municípios assumem a gestão de políticas públicas sob a prerrogativa da adesão, precisando, portanto, ser

⁹ Fonte: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/governo-federal-nao-pode-derrubar-decisoes-de-estados-e-municipios-sobre-isolamento-decide-ministro-do-stf.ghml>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

incentivados para tal.” Desse modo, ressalta-se a importância da União ou dos estados em criar mecanismos de incentivo que promovam a cooperação dos governos locais à determinadas proposições

[...] reduzindo os custos financeiros envolvidos na execução das funções de gestão; minimizando os custos de instalação da infra-estrutura necessária ao exercício das funções a serem descentralizadas; elevando o volume da receita disponível; transferindo recursos em uma escala em que a adesão se torne atraente; e, finalmente, revertendo as condições adversas derivadas da natureza das políticas, do legado das políticas prévias e [...] dos atributos estruturais de estados e municípios.”(ARRETCHE, 1999, p. 115).

Como já mencionado, o tipo de federalismo no Brasil varia conforme a área de políticas públicas. No caso da saúde, o sistema é federalizado (coordenado pela União), havendo, na primeira década de sua criação, um processo de municipalização que transferiu recursos e jurisdições para dar maior autonomia a os municípios visando a ampliação da gestão dos serviços no âmbito local e, portanto, a hierarquização da saúde (ROCHA, 2016). Desse modo, o processo de descentralização dessa área foi se consolidando no país, fazendo emergir alguns problemas. Um deles diz respeito à heterogeneidade de capacidades administrativa, técnica e financeira dos municípios que, em tese, deveriam cooperar com os outros poderes para uma governança competente a nível nacional. Contudo, na prática, a autonomia instituída, tanto política quanto fiscal, tende a elevar o poder decisório nos âmbitos estadual e municipal e gerar uma desigualdade na oferta de serviços – que varia conforme a capacidade técnica e/ou fiscal, o perfil socioeconômico e político local etc. –, desequilibrando o princípio de equidade do SUS e a lógica cooperativa dos arranjos intergovernamentais entre os três níveis de governo, principalmente quando o governo central não exerce um papel coordenador.

Uma das consequências desse cenário é a emergência de tensões e conflitos políticos cuja competição federativa torna-se a base condutora das ações, na maioria dos casos, como ocorreu em Belo Horizonte, conforme veremos adiante. Nesse sentido, a descentralização promovida na área da saúde com a redemocratização do país, levou à fragmentação do sistema de saúde público, ao invés de gerar maior cooperação vertical e horizontal entre os entes federados. Segundo Arretche (1996), diante das

desigualdades regionais presentes no Brasil e visando minimizá-las, seria necessário tanto promover uma coordenação federativa quanto uma cooperação intergovernamental – entre os governos nacionais e subnacionais, governos estaduais e municípios e ainda, no âmbito intermunicipal –, o oposto do que temos visto ocorrer na atualidade.

A Covid-19 em Belo Horizonte

Podemos dizer que um conflito federativo de grandes proporções vem caracterizando as relações intergovernamentais estabelecidas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. Como vimos, temos um governo federal que, além de não realizar a coordenação nacional desejada, promove discursos negacionistas e contraditórios que só agravam os efeitos negativos provocados pela doença.

Frente a esse quadro, diversos prefeitos e governadores assumiram a liderança no combate à pandemia sem o respaldo do governo central, acirrando as tensões nas relações com a União e assumindo a regulamentação e a fiscalização de múltiplas tarefas, desde regras de isolamento social e funcionamento do comércio à logística de atendimentos hospitalares e de vacinação. A partir do caso de Belo Horizonte, foi possível levantar alguns fatores que corroboraram ou prejudicaram a cooperação intergovernamental e a proposição de políticas públicas de saúde coordenadas.

Com relação ao governo do estado de Minas Gerais, o descaso é evidenciado em vários momentos, inclusive através do programa *Minas Consciente: retomando a economia do jeito certo*, lançado em maio de 2020. O próprio nome do plano aponta seu viés econômico, com foco para a adoção de medidas visando a retomada escalonada da economia. Nesse sentido, a ação do Executivo estadual tem sido, prioritariamente, a de “ordenar a liberação das atividades econômicas de forma progressiva [...], avaliando o cenário de cada microrregião de saúde do estado e a taxa de evolução da Covid-19.” (SALLES et. al, 2021, p. 19). Levando em conta que grande parte dos municípios do estado possuem pequeno porte populacional, baixa densidade econômica e pouca autonomia política e fiscal, o poder estadual poderia ter contribuído com a minimização dos danos causados pela pandemia através de uma

gestão coordenada, compensando a baixa capacidade político-administrativa dos governos locais e suas limitações fiscais.

No âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que possui 34 municípios, nos deparamos também com a ausência de uma coordenação, a denominada governança metropolitana, que poderia ter sido efetivada pela Agência de Desenvolvimento da RMBH, cuja competência é desenvolver “funções públicas de interesse comum” (AGÊNCIA RMBH, [201-]), através da articulação da gestão da pandemia por meio de políticas de solidariedade territorial entre os municípios, na área da saúde, seja para otimizar os atendimentos hospitalares, seja para prestar apoio aos segmentos mais vulneráveis da população através da promoção de medidas emergenciais de proteção social.

Nesse sentido, o prefeito de Belo Horizonte, buscando um modo de cooperação intermunicipal, se articulou com prefeitos de municípios limítrofes à capital para tentar estabelecer medidas preventivas que garantissem a manutenção do isolamento social através do *Comitê de Enfrentamento à Covid-19*.¹⁰ Diante da autonomia dos municípios e da heterogeneidade de suas capacidades técnicas e financeiras, foi possível observar cenários diversos no âmbito metropolitano. Alguns municípios, alinhados com o discurso negacionista do governo federal, praticamente não adotaram medidas de isolamento e/ou distanciamento social, enquanto outros promoveram o fechamento do comércio e seguiram as restrições recomendadas pela ciência. No caso de Belo Horizonte, as atribuições estruturais do governo municipal permitiram que a gestão da pandemia fosse realizada de maneira autônoma, ou seja, “sem incentivos derivados de estratégias de indução advindas dos níveis mais abrangentes de governo.” (ARRETCHE, 1999, p. 136).

O prefeito Alexandre Kalil implementou diversas políticas públicas contrárias àquelas defendidas pelos poderes executivos estadual e federal, como a obrigatoriedade do *lockdown* parcial (fechamento de todos os serviços considerados não essenciais, ficando abertos apenas supermercados, farmácias e equipamentos de saúde), ainda na fase inicial da pandemia (março/2020), sendo essa medida considerada uma das mais

¹⁰ Fonte: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-cria-comite-para-enfrentar-epidemia-da-covid-19>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

impopulares e severas para conter a disseminação do vírus. Em alguns momentos houve divergência, também, no âmbito intramunicipal através do posicionamento de entidades ligadas a área da saúde. Foi o caso do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMSBH), que se posicionou contra a sinalização do prefeito sobre a flexibilização do comércio durante uma fase de *lockdown* em 2021, justificando que havia novas cepas mais letais em circulação, altos índices de ocupação das UTIs e insuficiência de medicamentos para a intubação de pacientes (SALLES et. al, 2021).¹¹ Contudo, não foram identificados maiores tensões ou conflitos. A Secretaria Municipal de Saúde acatou as recomendações e o caso foi levado à discussão no *Comitê de Enfrentamento à Covid-19*.

No caso da vacinação contra à Covid-19, algumas dinâmicas estabelecidas prejudicaram a população. Nesse sentido, a disputa política entre as lideranças municipal e estadual tornou-se evidente num período específico da pandemia: junho de 2021. No referido mês houve, inclusive, a paralisação da campanha de vacinação na capital por uma semana devido à escassez de doses, cuja distribuição é de responsabilidade do estado. Conforme o Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado, em entrevista coletiva (15/06/2021), 50 mil doses não foram entregues pelo governo do estado, o que impossibilitou a ampliação da vacinação para novos grupos naquele momento, já que haviam sido recebidas somente 19 mil doses (3,3% das doses que chegaram no estado). Conforme o critério adotado pelo Ministério da Saúde, a capital deveria ter recebido 14% dessas doses. O prefeito atribuiu o não envio das doses de vacina ao Estado e a União, enquanto o governador argumentou se tratar de uma medida compensatória, uma vez que Belo Horizonte já havia recebido o montante total das primeiras remessas de doses do imunizante da Pfizer (SALLES et. al, 2021). Num momento em que a vacinação na capital mineira era a segunda mais atrasada em comparação às outras capitais do país,¹² os mais prejudicados com o conflito político em voga foram a população. Após uma semana de paralisação, o prefeito informou em

¹¹Fonte: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-de-sa%C3%BAde-de-bh-recomenda-lockdown-pelas-pr%C3%B3ximas-tr%C3%AAs-semanas-na-capital-1.83306>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

¹²Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/06/19/interna_gerais,1278412/vacinacao-em-bh-e-a-segunda-mais-atrasada-entre-as-capitais-brasileiras.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2022.

entrevista ao jornal Estado de Minas (22/06/2021) que o embate por mais vacinas estaria “apaziguado”.¹³

Ademais das divergências intergovernamentais, é possível demonstrar a relação entre determinadas políticas públicas e o aumento/diminuição da quantidade de casos e óbitos por Covid-19. Para isso, analisamos o período do primeiro *lockdown* parcial implementado na capital mineira: entre 20/março e 25/maio de 2020 (pouco mais de 2 meses).¹⁴ Com base nos dados divulgados pela PBH sobre a taxa de crescimento de casos confirmados de Covid-19, entre 01/maio até 13/junho de 2020 (período que abarca parte do *lockdown*), podemos dizer que o fechamento dos serviços não essenciais, durante quase todo o mês de maio, contribuiu com a baixa taxa de contaminação (e, logo, de mortes) observada na capital. Isso, provavelmente, ocorreu em função da diminuição do fluxo de circulação de pessoas na cidade, durante a restrição imposta.¹⁵ Através da Figura 1 é possível visualizar esse cenário. A curva endêmica de casos confirmados de Covid-19 é menos acentuada em Belo Horizonte (média de 4,0% por dia), tanto em comparação à média diária dos demais municípios da RMBH (6,1%), quanto em relação à média diária do estado de Minas Gerais (6,2%), ambas acima da média diária nacional (5,7%).

¹³Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/06/22/interna_gerais,1279356/kalil-sobre-disputa-por-mais-vacinas-com-zema-esta-apaziguada.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2022.

¹⁴Fonte: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/19/interna_gerais,1258602/linha-do-tempo-confira-quantas-vezes-kalil-fechou-bh-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹⁵Fonte: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/medidas-de-combate-ao-coronavirus-garantem-bh-menor-indice-de-contaminacao>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FIGURA 1 – Curva endêmica de casos confirmados de Covid-19, entre 01/05/2020 e 13/06/2020, apontando a média de crescimento por dia.



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de MG - elaborado por SMPU/PBH (15/06/2020).

Com relação às mortes por Covid-19, dados do Ministério da Saúde, do início da pandemia (17 de março) até 03/julho de 2020, apontam o menor índice de óbitos (por milhão de habitantes) em Belo Horizonte, em comparação a outras grandes cidades do Brasil, conforme mostra a Figura 2.¹⁶ Levando em conta que esse período abarca o primeiro *lockdown* parcial na cidade, podemos dizer que há uma relação direta entre a medida de controle implementada e o número reduzido de mortes nesse período, já que o cenário é mais grave em diversas outras capitais. Belém/PA e Fortaleza/CE, por exemplo, registraram as mais altas taxas de mortes (mais de 1.240) até 03/julho de 2020, porém adotaram o *lockdown* em maio por um período mais curto (cerca de 12 dias).¹⁷

¹⁶Fonte: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/06/mortalidade-por-covid-e-alta-nas-grandes-cidades.ghtml>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

¹⁷Fonte: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FIGURA 2 - Mortes por Covid-19 em algumas metrópoles brasileiras até 03/julho/2020.



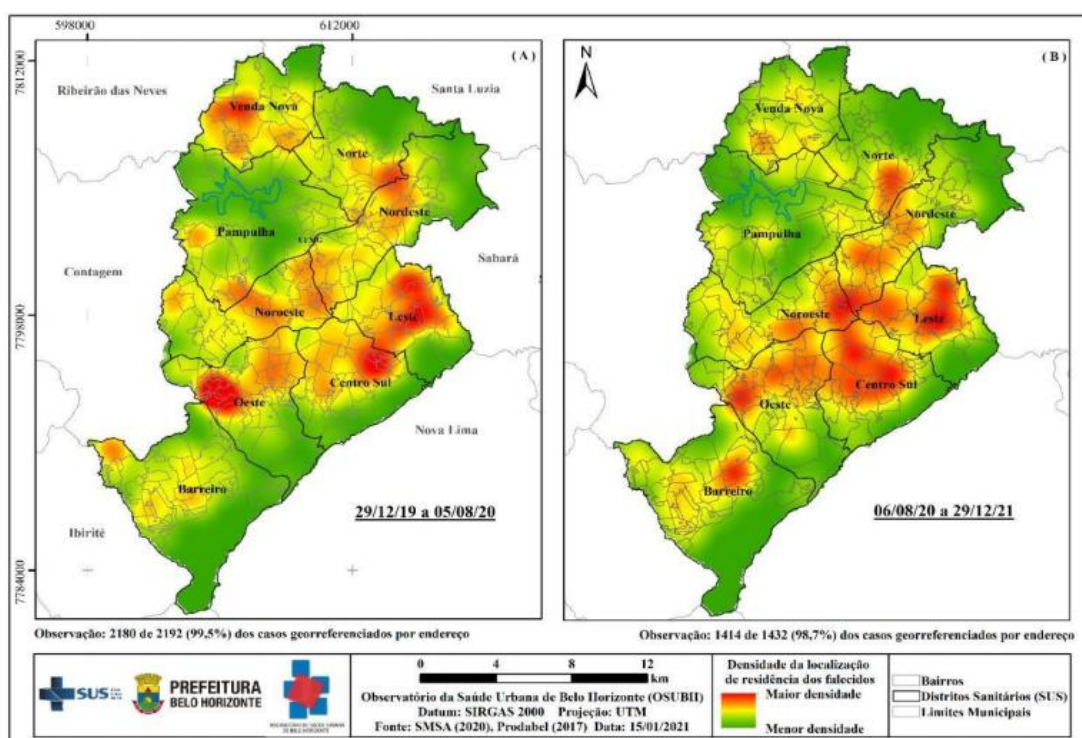
Fonte: Ministério da Saúde – elaborado por Valor Econômico (06/07/2020).

Outro aspecto a ser observado diz respeito ao período posterior ao segundo *lockdown*, estabelecido de 29/junho a 06/agosto de 2020, quando a prefeitura municipal flexibilizou algumas medidas de restrição, possibilitando a reabertura gradual do comércio que, conseqüentemente, aumentou a mobilidade urbana. Os efeitos podem ser vistos nos mapas a seguir, que contemplam os óbitos do fim de dezembro de 2019 até o início de janeiro de 2021, demarcando os períodos anteriores e posteriores a esta flexibilização, respectivamente: 29/12/2019 a 05/08/2020 (mapa A) e 06/08/2020 a 02/01/2021 (mapa B) – Figura 3. A partir do mês de agosto houve mudança no padrão de distribuição espacial dos óbitos, provocando um agravamento da pandemia. Tal fato é explicitado pelo espraçamento das manchas vermelhas pelo território, como se vê nos mapas da Figura 3.

A análise desses mapas aponta um outro fato relevante. A concentração das manchas vermelhas no mapa A, referente ao período anterior a segunda fase de flexibilização, coincide com as áreas de vilas e favelas nas regiões Oeste e Centro-Sul, ou seja, onde reside a população mais vulnerável há uma maior densidade de óbitos.

Nesse caso, o espreadamento e/ou deslocamento da mancha vermelha e, portanto, dos óbitos, para outras localidades se dá apenas a partir de agosto de 2020, atingindo a população dos bairros de maior renda. O aumento da densidade de mortes também é vista nas regiões Norte, Nordeste, Leste e Noroeste. No Barreiro, a situação parcialmente controlada também se agravou após esse período, principalmente nas proximidades de áreas de ocupação urbana. Já em Venda Nova, a intensidade de óbitos diminuiu significativamente com relação às outras zonas da cidade. A Pampulha seguiu sendo a região menos atingida pela Covid-19 no que diz respeito aos óbitos.

FIGURA 3 - Mapas da densidade de óbitos por Covid-19 em Belo Horizonte de 29/12/19 a 05/08/20 (A) e 06/08/20 a 02/01/21 (B)



Fonte: INFOCOVID OSUBH, 2021.

Essa análise torna evidente que, mesmo durante as medidas mais restritivas impostas pelo poder municipal, como no caso do *lockdown*, quem sofreu as consequências mais graves da pandemia foi a população mais vulnerável, situada nas áreas de vilas/favelas e ocupações urbanas. Uma hipótese levantada, além da ausência de políticas públicas de assistência social para esses grupos, é a impossibilidade do cumprimento de algumas medidas de prevenção devido à precariedade das próprias

condições de habitação, que dificultam o distanciamento social em função da alta densidade de edificações, ou ainda pela falta de recursos financeiros para a compra de itens de higiene (máscara de proteção e álcool gel). Além disso, a carência de condições básicas de acesso à saúde, saneamento, e outros, contribuem para que os grupos mais vulneráveis permaneçam expostos aos efeitos negativos da doença.

Considerações finais

Além da grave crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, temos vivenciado uma crise de governança de grandes proporções e fortemente influenciada pelas condições institucionais pré-existentes no Brasil, que diz respeito a distribuição do poder federativo entre a União, Estados e Municípios. Nesse sentido, o legado da concepção centralizadora da atuação do governo central tem sido utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro para implementar mecanismos administrativos unilaterais e politizar diversas áreas de políticas públicas, como é o caso da saúde, ciência, educação, entre outras. Assim, instaura-se o conflito federativo em voga. Ademais do negacionismo, da difusão de informações falsas e contraditórias sobre a doença e da negligência em relação à vacinação e às medidas sanitárias recomendadas pela ciência, o principal líder da nação vem promovendo um quadro de insegurança que impacta diretamente no funcionamento da democracia.

Diante da falta de coordenação do Executivo federal e, em muitos casos, também do Executivo estadual, vários desafios foram impostos às administrações públicas municipais. No caso de Belo Horizonte, o governo municipal, em divergência com o presidente e com o governador do estado, se uniu com outras lideranças da região metropolitana buscando uma cooperação intermunicipal que, portanto, dependeu da articulação autônoma dos governos locais para o alinhamento de medidas emergenciais. Como se não bastasse a desgovernança nacional, a competitividade entre os três níveis de governo foi evidenciada pelas diversas disputas políticas que vieram à tona ao longo da pandemia, como no caso da paralisação da vacinação na capital mineira. No caso de algumas medidas restritivas, como o *lockdown* implementado em distintos momentos, vimos surtir alguns efeitos positivos,

como o baixo índice de mortes contabilizadas em Belo Horizonte, no período analisado, em comparação com outras cidades brasileiras. Contudo, tornou-se evidente os impactos negativos sofridos pela população mais vulnerável que, mesmo durante essa política de controle, sofreram com as mortes, estas concentradas nas áreas de vilas e favelas.

É de extrema importância refletirmos sobre as condições fragmentadas do sistema federativo do nosso país e a importância do papel coordenador do Estado, tanto para a promoção de uma efetiva articulação vertical entre governos federal, estaduais e municipais, quanto para a criação de mecanismos eficazes de cooperação intermunicipais e estaduais, no sentido horizontal. Como aponta Rocha (2016), isso demandaria um novo desenho do federalismo tripartido brasileiro.

Referências

AGÊNCIA RMBH – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. [201-]. Missão e valores. Belo Horizonte: Agência RMBH. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/missao-e-valores/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ARRETCHE, Marta. 1996. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 31 (11), p. 44-66.

ARRETCHE, Marta. 1999. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 14 (40), p. 111-141. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9pWSrg88KpMy7N6mY8PpBhw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FREITAS, Carlos *et. al.* 2020. **A gestão de riscos e governança na pandemia por covid-19 no brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês**. Rio de Janeiro: CEDEPES. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41452/2/relatorio_cepedes_gestao_riscos_covid19_final.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KRAMNICK, Isaac. 1993. Apresentação. In: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas** – 1787-1788. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MIRANDA, Livia. 2021. Introdução. In: MIRANDA, Livia (Org.). **As metrópoles e a Covid-19: dossiê nacional** volume II. Rio de Janeiro: INCT Observatório das

Metrópolis. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/12/Dossie-COVID_v2_semISBN.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

INFOCOVID OSUB. 2021. **Coronavírus** BH – Informe 11. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/91/2021/01/InfoCOVID11-22-01-2021.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PNUD - **PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**. 2021. América Latina y el Caribe: Gobernanza efectiva, más allá de la recuperación. Nueva York: PNUD. Disponível em: <[file:///C:/Users/reres/Downloads/UNDP-RBLAC-GobernanzaEfectivaSPA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/reres/Downloads/UNDP-RBLAC-GobernanzaEfectivaSPA%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ROCHA, Carlos. 2011. Federalismo: dilemas de uma definição conceitual. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, 11 (2), p. 323-338. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8343/6612>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

ROCHA, Carlos. 2016. A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, 18 (36), p. 377-399. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/jh7yyc9PV4f3JDq9GGvgdJk/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SALLES *et al.* 2021. Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). In: MIRANDA, Livia (Org.). **As metrópoles e a Covid-19: dossiê nacional** volume II. Rio de Janeiro: INCT Observatório das Metrópoles. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/12/Dossie-COVID_v2_semISBN.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANO, Hironobu; ABRUCIO, Fernando Luiz. 2009. **Federalismo e relações intergovernamentais: aprendizados e desafios da coordenação interestadual**. XXXIII Encontro da EnANPAD 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/APS3070.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

XLV ENCONTRO NACIONAL ANPOCS. 2021. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação. Sessão 1. Federalismo e separação de poderes**. Evento online: 45º Encontro Nacional da ANPOCS, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJ-6JEH2cg8>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Políticas públicas de direito à alimentação no sistema prisional do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19

Marilha Gabriela Reverendo Garau¹
Joyce Abreu de Lira²
Vanessa Kopke³

Recebido em março de 2022
Aceito em junho de 2022

RESUMO

Fruto de uma abordagem qualitativa com base em pesquisa de campo, o presente artigo tem por objetivo analisar e evidenciar a lacuna existente entre o direito fundamental à alimentação e a consolidação das políticas públicas de direito à alimentação em unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro no cenário de pandemia da Covid-19. Partindo da problemática da suspensão das visitas no sistema prisional carioca, o trabalho irá apresentar a relação que envolve Estado, apenado e familiar em tempos de *dita normalidade*. As entrevistas realizadas com apenados, familiares e profissionais vinculados às instituições prisionais permitem refletir sobre o direito à alimentação no período antes e durante a Covid-19. A análise evidencia que a relação Estado *versus* família extrapola o princípio da individualização da pena, passando para o familiar parte do ônus da alimentação dos apenados. Apesar das mais diversas normativas voltadas para a regulação do direito à alimentação, as entrevistas revelam que o Estado é precário naquilo que se refere à implementação de políticas públicas de acesso à alimentação nas unidades prisionais, de modo que parcela de tal obrigação é compartilhada com os familiares dos apenados. Resta evidente a importância destes atores na subsistência dos presos, sobretudo no contexto de pandemia, já que houve reflexos no que se refere ao fornecimento de alimentos a partir da suspensão das visitas nas unidades penitenciárias.

Palavras-chave: Alimentos sociais; Direito à alimentação; Políticas Públicas; Cárcere; Covid-19.

Public Policies on the right to food in the prison system in Rio de Janeiro in Covid-19 times

ABSTRACT

Result of a qualitative research with empirical inspiration, this article aims to analyze how public policies on the right to food are consolidated in prison units in the State of Rio de Janeiro in the pandemic scenario. Starting from the problem of suspension of visits in the Rio prison system, the work will present the relationship that involves the State, convicted and family in times of normality. Interviews with inmates, family members and professionals linked to prison institutions allow us to reflect on the right to food in the period before and during Covid-19. The analysis shows that the relationship between State and family

¹ Pesquisadora de Pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense (UFF).

goes beyond the principle of individualization of the penalty, passing on to the family member part of the burden of feeding prisoners. Despite the most diverse regulations aimed at regulating the subject, the interviews reveal that the State is precarious with regard to the implementation of public policies on access to food in prison units, so that part of this obligation is shared with the relatives of the prisoners convicted. It remains evident the importance of these actors in the prisoner's subsistence, especially in the context of a pandemic since there were repercussions with regard to the supply of food from the suspension of visits to prison units.

Keywords: Social foods; Right to food; Public policy; Prison; Covid-19.

Introdução

Nos últimos anos o Brasil galgou a terceira posição no ranking mundial dos países que mais encarceraram.⁴ Atualmente o sistema carcerário brasileiro administra mais de 800 mil pessoas privadas de liberdade em todos os regimes de cumprimento de pena.⁵ Os corpos encarcerados estão à disposição do Estado, de modo que tal condição gera responsabilidade objetiva de tratamento digno, por força do artigo 5º, inciso XLIX que assegura aos presos respeito à integridade física e moral.

Apesar dos dizeres constitucionais e legais com relação ao tratamento de indivíduos privados de liberdade é de conhecimento público que as prisões brasileiras não cumprem a proposta de tratamento digno destinado ao preso. Tal discrepância entre a norma e a realidade foi identificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF n. 347 reconhecendo o denominado “estado inconstitucional das coisas” já que as prisões brasileiras enfrentam problemas de superlotação, dificuldade de acesso à justiça, sanções ilegítimas e privação de acesso a direitos sociais: saúde, educação e alimentação.

No Brasil, o direito à alimentação como um direito social está atrelado à implementação de políticas públicas de acesso à saúde, voltada para a mitigação das profundas raízes históricas desse problema no país. Os direitos sociais brasileiros estão previstos, inicialmente, no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil. Bobbio defendia que tais direitos são parte dos direitos fundamentais de segunda dimensão (BOBBIO, 1992). É possível considerá-los prestacionais, e não meros anseios

⁴ Dados do World Prison Brief (2018). Disponível em: <<https://www.prisonstudies.org/news/icpr-launches-12th-edition-world-prison-population-list>>. Acesso: 05/10/2020.

⁵ Dados do Cadastro Nacional de Presos do CNJ (2019). Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/cadastro-nacional-de-presos-bnmp-2-0/>>. Acesso: 05/10/2020.

constitucionais, pois a cada um desses direitos sociais corresponde o dever estatal de garantir a sua prestação, por meio da implementação de políticas públicas. O Estado é o sujeito passivo dessa relação jurídica (FERREIRA FILHO, 2010). Dentre os direitos sociais destacam-se os direitos à alimentação e à saúde. Concretizar os direitos sociais em um país em desenvolvimento, com histórico de colonização e escravidão, não é tarefa fácil.

Somam-se às dificuldades ordinárias outras oriundas da pandemia da Covid-19, cujo primeiro caso fora reportado na China, no final de 2019, sendo declarado o estado de pandemia mundial em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As recomendações e os principais procedimentos para evitar a propagação do vírus foram expressos: evitar aglomerações e reduzir o contato social, intensificação da higienização, sobretudo das mãos, ventilação dos ambientes e isolamento total daqueles que apresentam sintomas da doença.⁶

Ao refletir sobre o cenário das prisões no Brasil é possível observar a dificuldade de efetivação de tais recomendações, uma vez que os problemas com superlotação e insalubridade são realidades na maior parte das unidades prisionais do país (MELLO, 2020). Dados da Rede do Observatório da Segurança do INFOPEN destacam que no Rio de Janeiro as prisões têm 70% de presos acima das vagas disponíveis.⁷ Para além disto, o ambiente prisional apresenta fortes sinais de insalubridade e problemas de higienização relacionados à precariedade no fornecimento de água. A dificuldade de acesso a atendimento médico também é uma realidade, o que favorece o contágio de diversos tipos de doenças.⁸

Evidente, portanto, a urgência de análise, em tempo real, das questões empíricas que tocam às políticas públicas de alimentação social no contexto prisional. Explorando, assim, a forma como são conduzidas as políticas públicas focalizadas no problema público nesse objeto de análise: o direito à alimentação das pessoas encarceradas e o papel da família como ator não estatal nessa dinâmica.

⁶ Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso: 05/10/2020.

⁷ Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/SAUDEPRISIONALSEI_MJ11406541NotaTcnica.pdf>. Acesso: 20/04/2020.

⁸ Relatório Mecanismo de Combate à Tortura RJ. Disponível em: <<http://mecanismorj.com.br/>>. Acesso: 20/04/2020.

O presente trabalho pretende apresentar as dificuldades de consolidação do direito à alimentação em unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro considerando a apresentação e análise do fenômeno em tempos de “normalidade”, bem como contrastando-o com o período de pandemia. O exame considera a centralidade dos familiares dos indivíduos privados de liberdade no que se refere ao fornecimento de alimentos, já que o Estado não cumpre efetivamente seu dever de prestar uma alimentação digna ao apenado, transferindo às próprias famílias a posição de estado na garantia da alimentação.

Posto que um preso no sistema penitenciário estadual custar aos cofres públicos cerca de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) mensais,⁹ o valor da despesa não parece ser suficiente para concretizar o direito à alimentação digna dos presos. Ao contrário, a família precisa complementar ou mesmo suprir o fornecimento de alimentos seja materialmente, levando comida às unidades prisionais, seja fornecendo dinheiro para as *lojinhas* ou *cantinas* mantidas no interior das unidades prisionais.

A abordagem, inicialmente, visa compreender as categorias de análise utilizadas na pesquisa abstratamente. Para tanto, serão apresentados dados oriundos de uma pesquisa de natureza qualitativa que considera o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1983). Ao longo dos últimos meses, de março a julho de 2020, foram realizadas uma série de entrevistas, de forma online, com o objetivo de corroborar com a pesquisa. Ao total foram entrevistados 20 atores que circundam o sistema prisional, sendo eles: familiares e apenados (em regime de prisão domiciliar e Prisão albergue domiciliar) do sistema prisional e profissionais da justiça criminal do sistema carcerário (profissionais da saúde, agentes penitenciários, policiais penais, advogados e defensores públicos).¹⁰ Como forma de preservar o anonimato foram atribuídos números para os agentes interrogados.

Salienta-se que para todas as entrevistas, que se deram através das plataformas online como *zoom* e *google meet*, foram utilizados questionários semi-estruturados para conduzir às questões pertinentes à temática. Entretanto foram as exposições

⁹ Dados do Ministério da Justiça de 2014. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/370301>> Acesso em: 22 de jul. de 2020.

¹⁰ Os dados empíricos apresentados ao longo desse texto são parte da pesquisa COVID-19: impactos da pandemia sobre o processo de precarização da vida e naturalização da morte na metrópole carioca, desenvolvido pelo Laesp (Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública). Disponível em: <<https://laesp.org/pesquisas>>. Acesso: 05/10/2020.

espontâneas obtidas em campo que revelaram outras questões importantes sobre o tema.

A análise é orientada pela metodologia proposta pela antropologia jurídica (LIMA, 2008) que relativiza a teoria (o *dever ser*) a partir da realidade (o *ser*) (GEERTZ, 1998). O estudo do Direito, bem como das práticas institucionais e suas respectivas tradições, sob uma perspectiva empírica, permite identificar que a prática está muito distante daquele Direito idealizado na legislação e nos manuais. É nesse sentido que olhar para a realidade tal qual ela se apresenta, possibilita enxergar em que medida esse abismo se configura. O objetivo não é julgar tais discrepâncias enquanto certas e/ou erradas, morais e/ou imorais. Ao contrário, esse olhar permite refletir sobre a realidade buscando formas de alteração desses cenários destoantes (LIMA; BAPTISTA, 2014).

Vale ressaltar, no contexto da pandemia de covid-19 os métodos e técnicas de pesquisas foram rearranjados, assim o uso das tecnologias permitiu uma maior integração entre pesquisador e interlocutores com os quais se constrói os objetos de estudos, sem a necessidade da produção de deslocamentos físicos. Por conta disto, as entrevistas apresentadas ao longo deste trabalho foram realizadas através de plataformas virtuais e os interlocutores foram alcançados a partir da mobilização de malhas preexistentes (LIMA, 1995). A *netnografia*, portanto, é um método de pesquisa baseado na observação participante e no trabalho de campo online, que utiliza as diferentes formas de comunicação mediada por computador como fonte de dados para a compreensão e a representação etnográfica dos fenômenos culturais e comunitários (CORRÊA e ROZADOS, 2017). A condução das entrevistas acompanhou o período de isolamento social, em março de 2020, e se estendeu até a flexibilização, em setembro de 2020.

Direito à alimentação nas prisões brasileiras

Historicamente a Lei nº. 7.210 de 1984, a Lei de Execução Penal (LEP), enfrenta obstáculos na aplicação de muitos de seus dispositivos. Como preceito legislativo do primeiro artigo do documento, apresenta-se o objetivo de “efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração

social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). A legislação tem por objetivo, de um lado, garantir a dignidade e a humanidade da execução da pena, tornando expressa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos, e, de outro, assegurar as condições para a sua reintegração social.

Nas disposições gerais do texto, nos artigos 10 e 11 está explícita a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo-se esta ao egresso. Além disso, a LEP prevê, entre as atenções básicas que devem ser prestadas aos presos: assistência psicológica, educacional, jurídica, religiosa, social, material e à saúde.

Especificamente no que se refere ao direito à alimentação no espaço prisional, também a LEP, em seus artigos 12 e 41 inciso I, assegura que o preso é titular de alimentação suficiente enquanto estiver sob proteção do Estado. Esse direito encontra-se de igual modo materializado como norma desde o Decreto Estadual do Rio de Janeiro, com seu número 8.897/86, o qual regulamenta o Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro e atribui a seus detentos dignidade no âmbito carcerário.

Em que pese a existência de um vasto arcabouço legislativo nacional, fez-se necessária a incorporação e implementação das *Regras mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Reclusos*, também conhecida como *Regras de Mandela* (UNODC, 2015; CNJ, 2016), as quais estabelecem um conjunto de princípios e boas práticas no tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais, em consonância com a atualidade e, assim, contribua para melhoria dos benefícios e direitos previstos aos apenados.

De acordo com os princípios básicos da legislação internacional, em sua primeira regra, assegura-se aos reclusos tratamentos que respeite a sua condição humana, sem o mínimo de ofensa a sua honra, integridade física ou psíquica, um sistema de segurança que os ampare, e ampare também a quem lhes forem visitar. Essas regras internacionais, com propósito humanista, conseguem diante da realidade dos presídios brasileiros servir como parâmetro de fundamentação para a segurança dos direitos dos aprisionados. A exemplo, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 518. Sobre o direito dos acautelados, por exemplo, a regra 22 de Nelson Mandela explicita que todo preso deve receber da administração prisional, em horários

regulares, alimento com valor nutricional adequado à sua saúde e resistência, de qualidade, bem preparada e bem servida. Todavia, essa regra internacional e as demais normas nacionais não conseguem ser efetivadas nos presídios do Estado do Rio de Janeiro (SOUZA; RIBEIRO, 2016), restando evidente que de fato existe muita norma para pouco direito.

A questão da alimentação está relacionada ao contexto adverso da prisão e os problemas de saúde no sentido mais estrito. A APNAISP¹¹ se refere à alimentação adequada como condição de saúde e a Resolução nº 14 da ANVISA, que, desde 2004, estabelece que “a alimentação será preparada de acordo com as normas de higiene e de dieta, controlada por nutricionista, devendo apresentar valor nutritivo suficiente para manutenção da saúde e do vigor físico do preso”.

O IPEA divulgou um relatório (ANDRADE *et al*; 2015), sobre diversas instituições prisionais estaduais em diversas regiões do país e apresentou resultados que revelam que nas unidades pesquisadas não havia fornecimento de kits de higiene pessoal e roupas de cama (*ibidem*). Para suprir esta necessidade, os presos, geralmente, dependiam de seus familiares. Especificamente com relação à alimentação, a pesquisa demonstrou que embora os alimentos não fossem escassos, a comida apareceu como motivo de queixas, sendo sua má qualidade apontada, inclusive, como razão de rebeliões. Em um dos casos apresentados, foi constatado que, os alimentos recebidos por ocasião de licitações prévias, o transporte e armazenamento da comida alterava seu pH, chegando às mãos dos presos, muitas vezes estragada, com mau cheiro e aspecto de podre. Nos casos em que a comida era preparada no próprio estabelecimento prisional, as cozinhas ainda estavam em atividade nas unidades do complexo prisional, mas estas eram antigas e mal conservadas, não passavam por manutenção e apresentavam sinais de precariedade nas condições de higiene. Mesmo os compartimentos e estruturas destinadas ao estoque de mantimentos eram sujos, podendo servir de local de moradia de insetos e animais pestilentos, como ratos e baratas (*ibidem*).

Especificamente no contexto do Rio de Janeiro, Maria Cecília de Souza e Adalgisa Peixoto Ribeiro (2016) identificaram que o fenômeno se reproduz em escala

¹¹ Ministério da Saúde (MS). Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003.

estadual. Ao apresentarem os resultados de um estudo que mobilizou técnicas qualitativas e quantitativas para investigar sobre as condições de vida e saúde da população carcerária das penitenciárias do Rio de Janeiro, agrupando as entrevistas de 25.570 presos distribuídos nas 33 unidades, as autoras refletem sobre a saúde dos presos como resultado das condições ambientais e de vida, com ênfase para a superlotação, o ócio e os problemas com alimentação:

Os presos consideram que *a comida é perigosa a ponto de matar*. As presas assinalaram que execram a alimentação que tem gosto insípido e frequentemente lhes chega estragada. Os homens enfatizaram que: *a comida é ruim, não tem variedade e às vezes está azeda e misturada com bichos mortos, moscas, baratas e cabelo*. Também se queixam de que *a última refeição é servida às três horas da tarde, deixando a todos, o resto do tempo, com muita fome*. É importante ressaltar que as refeições servidas aos presos, na própria cela, são elaboradas por empresas especializadas e entregues acondicionadas em marmitas descartáveis de alumínio. Várias pessoas que têm problemas de saúde disseram não serem atendidas em suas dietas (MINAYO; RIBEIRO, 2016, p. 45, grifos das autoras).

Sendo assim, a pesquisa demonstrou que em todas as unidades a alimentação foi mal avaliada pela repetição das reclamações dos presos sobre a baixa qualidade, por conter muitos produtos industrializados e ser pouco saudável. Destaca-se também o precário abastecimento ou mesmo a falta de água e a rotina de servirem a refeição dentro das celas – o que atrai insetos – foram ressaltadas para qualificar a insalubridade do ambiente. Tudo isso leva os presos a se sentirem dolorosamente empobrecidos e humilhados (ibidem).

Tendo em vista o cenário alimentar, os juízes de execução penal passaram a liberar a entrada de gêneros alimentícios levados por familiares, o que gerava conflito com os agentes de segurança, na medida em que exigia maior fiscalização. Em razão da dificuldade para consolidação do fornecimento pleno de acesso à alimentação, passa a ser autorizado o funcionamento de cantinas, locais onde os presos gastavam a maior parte de seu dinheiro, que por sua vez também é disponibilizado, em sua maioria por seus familiares. A existência desses sistemas alternativos ao previsto na legislação está relatada nas entrevistas que embasaram a pesquisa, assim como podem ser considerados fatos notórios a quem vivencia a experiência nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro.

Recentemente, o Relatório Anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (2018) demonstrou que são intermináveis as reclamações quanto à alimentação. Segundo informado pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), os presos recebem 5 refeições por dia, compreendendo café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia. Entretanto, em diversas unidades os presos destacam que a comida é servida fria, muitas vezes já azeda com cardápio repetitivo e pouco nutritivo.

Em casos mais extremos, reportam reclamações de comida estragada e com impurezas ou até insetos. Em uma unidade específica o Mecanismo constatou que estavam implementando um programa de reciclagem através do reaproveitamento de “quentinhas”, uma atividade que era desenvolvida no banheiro das celas a partir da lavagem das embalagens para que sejam reaproveitadas pela empresa que fornece os alimentos em outras refeições. A prática favorece o acúmulo de restos de comida no local o que agrava as condições de insalubridade, atraindo moscas, ratos, baratas e outros insetos.

A questão que perpassa por todos os campos de pesquisa é a baixa qualidade nutritiva dos alimentos fornecidos pelo Estado. Ao entrevistar agentes da saúde das unidades penitenciárias do Rio de Janeiro (entrevistas 6, 7, 8 e 9) chamou a atenção o fato de todos os entrevistados identificarem que nos presídios onde atuam não há nenhum profissional da área da nutrição. A carência de um profissional da área fortalece o argumento de que as unidades não atendem a um padrão nutricional, tampouco às especificidades e demandas nutricionais individuais de cada um dos apenados.

Além do exposto anteriormente, os *bandecos* (quentinhas) são servidos em horários diferentes dos de uma alimentação padrão, e por isso, muitas vezes chegam aos detidos azedas. Uma das entrevistadas, presa em uma unidade prisional de regime semiaberto (entrevista n.16) contou que onde ela está atualmente são servidas duas refeições ao dia, almoço, mais ou menos às 11 da manhã e jantar por volta das 4 da tarde. Ela relatou que não gostava muito da comida porque além do fato de nem sempre estar própria para o consumo, o cardápio é pouco diversificado:

Tem dias que a comida é tão ruim que se jogar lá no pátio nem os cachorros comem. E eu fico um pouco enjoada também porque é praticamente arroz, macarrão e salsicha todo santo dia. Carne só colocam de vez em quando. Não vem um feijão junto pra dar sustância. Muito ruim (Entrevista n. 16 – apenada.)

Dessa forma, o alimento que já possui baixo valor nutricional é recebido por seus consumidores em condição indigna, podendo ser claramente taxados como prática de tortura. Dessa maneira, muitos dos apenados se recusam a consumir os alimentos fornecidos pelo Estado, que carece do mínimo para ser tragável, e assim, submetem-se quando não passam fome, a viverem da alimentação fornecida pelos familiares, em dias de visita, ou pela aquisição de mercadorias nas cantinas dos presídios. Nesse âmbito, procuramos também observar listas de alimentos permitidos em diversos presídios do Estado do Rio de Janeiro.¹²

Chama atenção os principais produtos que se encontravam em boa parte das listas, sendo eles: biscoitos salgados e doces, sucos, refrigerante, pão de forma, achocolatado, açúcar, dentre outros. Tais produtos se assemelham na carência de propriedades nutricionais, e que são ingeridos como forma de substituição das refeições principais do dia, e são principalmente, utilizados como meio de sobrevivência nas unidades e, podem resultar em danos à saúde, como *diabetes*, aumento do colesterol ruim e obesidade dentre os presos (FERREIRA, 2014), reflexo da ausência de uma política pública que priorize a segurança alimentar e a educação para a saúde alimentar e nutricional.

A centralidade dos familiares na consolidação ao direito à alimentação de presos e as dificuldades decorrentes da Covid-19 no Rio de Janeiro

Tendo como referência o conhecimento previamente disposto já construído sobre o assunto, no que se refere à consolidação do direito à alimentação no ambiente prisional, bem como o cenário anteriormente apresentado, buscamos compreender de que forma se efetiva o direito à alimentação no sistema prisional do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19. Para tanto, foi pensado um instrumento de pesquisa de natureza

¹² As listas de itens externos a serem fornecidos por familiares permitidos no sistema prisional variam de unidades para unidades. Trataremos mais detidamente do assunto no tópico pertinente.

qualitativa que valoriza o *ser* em detrimento do *dever ser*. Revelou-se que as famílias, enquanto entidades socioafetivas (CALDERÓN, 2017) e atores não estatais, assumem o protagonismo da ação de enfrentamento ao problema público da fome em todos os seus aspectos no contexto prisional pandêmico no Rio de Janeiro.

Tão logo declarado o estágio de pandemia, a primeira medida de contenção para propagação do vírus nos presídios cariocas foi a suspensão das visitas em todo o sistema prisional fluminense. O Decreto n. 46.970 de 13 de março de 2020, editado pelo governo do estado suspendeu todas as visitas nas unidades prisionais no estado, inclusive íntimas.¹³ A suspensão das visitas permaneceu até setembro de 2020, quando a Seap/RJ apresentou novas regras de visitação nas unidades prisionais. Durante este período os apenados do Rio de Janeiro permaneceram não apenas isolados em relação aos seus respectivos familiares e amigos, mas incomunicáveis, já que não se consolidou no estado um sistema que permitisse a comunicação online, tal qual ocorreu em outros estados da federação.¹⁴

Resta evidente a centralidade dos familiares dos apenados no sistema prisional. Ora, os familiares figuram enquanto vasos comunicantes (GODOI, 2015) do sistema, seja no momento destinado à visita e/ou realizando a custódia, oferecem abastecimento e amparo do ponto de vista material, a partir do fornecimento de insumos de primeira necessidade para subsistência, que nem sempre são fornecidos pelo Estado. A entrega dos insumos possui ainda, uma dimensão afetiva (DUARTE, 2013) que é um elemento essencial do componente ressocializador da pena.

Considerando a centralidade dos familiares na consolidação plena do acesso à alimentação digna. Passamos a refletir sobre as possíveis mudanças na consolidação do direito à alimentação em um cenário de pandemia onde as visitas foram suspensas, em virtude da necessidade de isolamento social. No sentido de responder à essa questão, durante os últimos meses foi feito um esforço de entrevistar familiares de presos e presos colocados em liberdade após a declaração do estágio de pandemia da Covid-19, mas que vivenciaram a pandemia durante algum período dentro do sistema.

¹³ Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/covid19/estadual/decretos>>. Acesso: 02/09/2020.

¹⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/26/unidades-prisionais-da-regiao-de-campinas-tem-26-mil-visitas-virtuais-durante-pandemia.ghml>>. Acesso em: 27/08/2020.

De igual modo, entrevistamos profissionais do sistema prisional, inclusive profissionais da saúde e da segurança. Valorizamos assim o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1998) na busca por melhor entender a relação entre os fatos e o significado das ações sociais, já que a produção de sentido de determinado fazer social se dá na própria ocorrência da situação, amparada, por sua vez, por lógicas e valores pré-estabelecidos. O objetivo é compreender de que maneira está configurado o direito à alimentação dos presos diante dos impactos decorrentes da imposição do isolamento social, e, principalmente, qual relação desses sujeitos sociais com o fenômeno sociológico como um todo. Tal objetivo leva em consideração, ainda, o fato de que tal direito já encontrava consolidação de forma muito precária em períodos ditos de *normalidade*.

Ao que restou verificado, as pessoas que recebem visita são atingidas em menor escala pela precariedade da alimentação viabilizada pela máquina do sistema prisional. Todavia, com a pandemia que assolou o mundo, uma das medidas de prevenção do novo coronavírus foi exatamente a suspensão das visitas dos presos, conforme recomendação 62/2020 do CNJ, a qual dita medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Em seu artigo 9º, IV, e caput, aduz que a Administração Pública deve fornecer alimentos aos detidos e, em caso de suspensão de visita, não limitar o fornecimento de alimentos.

A decisão de suspensão das visitas impactou também essa relação de envio e recebimento de alimentos para os apenados em unidades prisionais, já que essa prática, denominada *custódia* ou *sucata*, não possui uma regulamentação padrão para todas as unidades prisionais. Logo, esses familiares, que já tinham seu direito restrito de estar fisicamente próximo ao preso, também perderam a única opção legal de contato que havia restado (KOPKE; MARTINS; SOUZA, 2021).

Mais especificamente no Rio de Janeiro, que tem ao todo 56 unidades de cumprimento de penas em funcionamento, gerindo um total de mais de 50.000 mil apenados para aproximadamente 28.000 vagas,¹⁵ que estão em fases diversas de cumprimento de pena, as transferências de massa carcerária entre unidades, como parte

¹⁵ Dados da inspeção geral do CNJ. Relatório disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario>>. Acesso em: 19 de jul.2020.

do remanejamento da população carcerária em tempos de Covid-19, é uma realidade desde março de 2020. Numa das entrevistas com membros de Mecanismo de Combate à Tortura do Rio de Janeiro (entrevista n.2) realizada por ocasião da pesquisa, cujos dados são aqui apresentados, foi demonstrada a preocupação com esse tipo de práticas, bastante recorrente no atual momento: *“As grandes transferências são uma característica dessa nova gestão da SEAP e apenas se intensificaram depois da Covid-19”* (Entrevista n.2 - Mecanismo de Combate à Tortura RJ).

Um familiar de preso (entrevista n. 4) cujo marido foi sentenciado a 6 anos de prisão pela prática de crime de tráfico de drogas e que cumpria a sentença em uma unidade prisional de regime semiaberto quando foi declarado estágio de pandemia, em março de 2020 contou sobre os problemas que vem enfrentando desde o início da pandemia. É que o homem foi transferido de uma unidade do interior do estado, próxima à sua residência, para uma unidade da capital. A mulher contou que teve muita dificuldade ao identificar para qual unidade prisional seu esposo havia sido enviado. Não houve nenhuma comunicação sobre o paradeiro do preso à família, tampouco sobre a transferência, seja por parte da administração penitenciária ou da defensoria pública, hoje responsável pelo acompanhamento da execução penal do caso.

Passado um mês de muita angústia e inúmeras ligações tarifadas, haja vista o DDD diferenciado na capital do Rio e no interior, ela recebeu uma informação sobre a localização de seu esposo. Dada a dificuldade e os custos de um deslocamento de quase 200 km, optou por enviar a custódia ao marido via SEDEX. Ela organizou o pacote tendo como referência os itens que levava para a antiga unidade prisional nos dias de visita, acrescentando quantidade dobrada de sabonetes, já que as orientações sobre combate ao vírus preveem o reforço da higiene.

Coloquei dois pacotes de farofas, uns pacotes de biscoito sem recheio doce e salgado, duas barras do chocolate que ele gosta... leite em pó, achocolatado e um pacote de pão. Duas garrafinhas de guaraná... uma dúzia de sabonetes. Nada demais, tudo igual mando sempre. Deu duas sacolas. Tudo igual. Nada novo. Eu queria mandar mais, já estava há dois meses sem mandar nada, não sei se ele estava passando fome, não sei nada. Mas ficou muito caro e normalmente só pode entrar com duas bolsas, então imaginei que podia não entrar (Entrevista n.4 - familiares de preso.)

O tipo de alimentação recebido nos presídios do Rio de Janeiro não segue uma cartilha ou recomendação geral da secretaria. Ao contrário, varia de localidade para localidade, pautando-se em resoluções que podem ser ampliadas pelos policiais penais/agentes penitenciários, conforme nos explicou o chefe de segurança de uma Unidade Penitenciária do Rio de Janeiro (entrevista n. 12). Tal característica evidencia discricionariedade que resulta em arbitrariedade (MUNIZ, 2006) desses espaços controlados por uma relação hierarquicamente construída.

A mulher do exemplo da entrevista n. 4 pagou R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) pelo envio dos alimentos via SEDEX. Como fez questão de ressaltar, a entrega via correios foi mais custosa do que os alimentos em si, mas ainda assim, mais barato do que os custos de uma passagem de ida e volta para a capital. Quinze dias depois ela foi surpreendida por uma carta/aviso. A encomenda não havia sido retirada pelo estabelecimento prisional e ela deveria comparecer aos correios para pagar uma taxa de reenvio da encomenda ao destinatário.

Segundo o INFOPEN¹⁶ o perfil carcerário é composto majoritariamente por pessoas pobres, o que reflete em seus familiares. Essa parcela da população que vive à margem da miséria luta continuamente pela sua sobrevivência e a de seus semelhantes que se encontram em situação de privação de liberdade. Diversos são os empecilhos relatados pelos familiares de presos entrevistados para visitar e entregar mantimentos aos encarcerados. Além de desgastes físicos e emocionais da condição inerente ao fato de terem um familiar preso em instituições prisionais que remontam verdadeiras masmorras, os familiares relatam que enfrentam horas de condução para conseguirem chegar ao destino das unidades prisionais situadas em diversas regiões do estado, raramente próximas da residência originária do apenado. Elas dizem preparar “com todo carinho e amor” (Entrevistas n. 2, 4, 18) as bolsas com os alimentos, muitas vezes tirando-os de suas próprias mesas para reforçar a precária alimentação oferecida nos presídios. Apesar dos esforços e do enfrentamento de barreiras financeiras, são subordinados a tratamentos vexatórios e autoritários nos espaços prisionais.

¹⁶ Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen.>> Acesso em: 23 de jul. de 2020.

Outro familiar de preso (entrevista n.2) explicou que nos dias de visita os funcionários sem paciência e com ignorância constantemente impedem a entrada de alguns mantimentos, sem, todavia, justificar a razão:

Aquele que entrou semana passada, essa semana já não entra. Não explicam o porquê, só dizem inibem a entrada. O alimento que foi preparado com tanto zelo e que possui um significado aquém do financeiro, perde a sua essência fazendo parte de um todo que preenche as latas de lixo colocadas à frente das unidades penitenciárias no fim do dia. É a nossa luta e o nosso dinheiro que está ali na lixeira (Entrevista n. 2 - familiares de presos.)

Evidente, portanto, o tratamento tirânico destinado aos familiares de presos por parte do Estado, a partir da submissão dessas pessoas a humilhações e constrangimentos frequentes. As situações apresentadas ao longo do trabalho, inclusive a narrativa que inaugura o presente artigo, evidenciam que ao familiar do preso é destinado um tratamento orientado por práticas punitivas. Ainda que, sem terem cometido qualquer crime, a pena é compartilhada com os condenados (TANNUSS; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018). Um dos entrevistados (entrevista n. 5), um apenado do sistema que está em liberdade em função de uma decisão da VEP do Rio de Janeiro que liberou todos os presos em condição de prisão do albergado,¹⁷ também contou sobre as dificuldades dos parentes familiares ao enviar os alimentos no período de pandemia. Já que essas pessoas só estão autorizadas a entregar alimentos e (fazer visitas nos períodos de normalidade), a partir de um cadastro prévio que gera uma *carteirinha*, nem todos estão autorizados ao envio de alimentos para os presos. No entanto, em função da pandemia, essa repartição não está funcionando regularmente no Rio de Janeiro para cadastro de novos visitantes e/ou renovação de autorizações, inobstante o fato de a entrada de novos presos permanecer em fluxo regular:

Sem o protocolo e sem a carteirinha a família não consegue levar alimentos, aí a família tem que recorrer ao serviço do Sedex, que é bem mais salgado, então pesa né, porque a família tá aqui fora com problema, se você for olhar pro

¹⁷ No texto da decisão de 18 de março de 2020, assinada pelo juiz da Vara de Execuções Penais do RJ o magistrado concedeu o benefício da prisão em Albergue Domiciliar para todos os apenados em cumprimento de pena em regime aberto nas unidades estaduais, independente de apresentação ou comprovação de endereço. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/511210/7098638>>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

efetivo da massa carcerária a maioria é pobre, a maioria é pobre, não tem condição financeira né (...)

Então a pessoa não tem condições de mandar um Sedex, esses dias eu fui lá pôr um Sedex porque eu tenho um familiar agora que foi privado... agora há pouco tempo. Problema de família, então eu fui lá pôr um Sedex a pedido da minha tia que é mãe dele. O Sedex custou 50 reais, cara! Pra poder mandar de um bairro pro mesmo bairro. Foi pro mesmo lugar! 50 reais!!! (...)

Fora que pra um Sedex atender as necessidades básicas de quem chega no sistema prisional a pessoa tem que gastar no mínimo aí 150 reais, mais 50 do Sedex vai pra 200 (Entrevista n. 5 – apenados.)

Todas as dificuldades enfrentadas pelos familiares, sejam econômicas e/ou de ordem burocrática, parecem alinhadas com os efeitos de um sistema de justiça criminal onde a punição ultrapassa o corpo do preso, alcançando seus respectivos familiares (TANNUSS; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018; CYTRYNOWICZ, 2019), uma vez que a família é um mundo de relações (SARTI, 2003) e não há por parte do Estado uma noção individualizada e objetivada do fenômeno da privação de liberdade. Essa negação de direitos pode causar danos emocionais aos familiares diante da preocupação com a contaminação e da impossibilidade não só de ajudar o preso, mas também de tomar conhecimento sobre o seu bem-estar, o que potencializa a sensação de violência sofrida e suas dores (KOPKE; MARTINS; SOUZA, 2021). Tais fatores demandam a reorganização da unidade familiar em torno da instituição prisional, que passará a exercer uma relação de poder disciplinar (FOUCAULT, 1987) também sobre os familiares. Desta forma, aqueles que se relacionam diretamente com o indivíduo condenado à pena privativa de liberdade são diretamente submetidos aos reflexos da pena privativa de liberdade. Há, portanto, estigmatização (GOFFMAN, 2008), daquelas pessoas que tem parte de sua vida e existência destinada a um outro alguém privado de liberdade.

O estigma, por sua vez, reforça uma permanente suspeição com relação ao visitante pois, institucionalmente, esses indivíduos são encarados como propensos a cometer crimes, ainda que não exista nenhum fato cometido por eles que corrobore tais práticas (DUARTE, 2009). A premissa se revela evidente na fala de E (entrevista n. 11), agente do sistema prisional, ao tempo ocupante de um cargo de gestão. Quando questionado sobre as mudanças na rotina de atuação devido à ausência de visitantes e o envio de insumos via Sedex na instituição prisional onde ele trabalha, prontamente associou a questão ao envio de drogas e chips de celulares, fato que levou à suspensão

do recebimento do Sedex naquela unidade prisional específica, sem a comunicação prévia aos familiares, de modo que as encomendas destinadas a unidade, não eram recebidas ou retiradas nos Correios. Para ele, a possibilidade do envio de sucata nessa modalidade também atrapalhava a rotina do sistema prisional.

A observação empírica mostra que a maioria desses familiares que realizam visitas são mulheres, principalmente mães e esposas/companheiras, esse grupo acaba recebendo alcunhas, como “mulher de bandido” e sendo visto não dentro de suas próprias subjetividades, “a categoria “mulher de bandido” é aqui entendida como um conjunto de caracteres imputados, pelo senso comum, às visitantes, em função da marginalidade a que permanecem socialmente vinculadas: a figura do detento” (SPAGNA, 2008, p. 205).

No atual cenário mundial, os familiares sofrem com os reflexos da crise econômica, e além de suas preocupações de subsistência, sofrem com as adversidades impostas pelo Estado. O mesmo Estado que deixa faltar itens de primeira necessidade nos espaços prisionais é o que determina a suspensão da visita, majora o valor estipulado para gastos alimentares no mercado prisional e leva como método para combater a disseminação do vírus a entrega de mantimentos via Sedex.

Além dos novos gastos, essa parcela da população, que tem parte de sua vida e existência destinada a um outro alguém privado de sua liberdade, sofre com a falta de informações sobre os apenados e, raramente, recebem confirmações sobre os produtos enviados, como por exemplo, se sua encomenda teve como certo o destinatário informado no envelope. Isso é reforçado na atual conjuntura, já que no Rio de Janeiro os presos não estão apenas isolados por ocasião do coronavírus, mas incomunicáveis.

Haja vista a falta de assistência material da Administração Pública nos espaços controlados, foi assentido, além da entrada de insumos de subsistência pelas visitas, a implementação de um comércio local nas unidades penitenciárias, as chamadas cantinas, também conhecidas como *jumbo*. As cantinas das unidades penitenciárias do Rio de Janeiro estão previstas no Decreto Estadual 8.897/86.¹⁸ O Estado que deveria ser

¹⁸ “Art. 25. Os estabelecimentos possuem cantinas para venda de produtos não fornecidos pela administração. § 1º - O preço dos aludidos produtos não será superior ao cobrado nas casas comerciais do mundo livre;(...)”.

o maior provedor dos insumos de primeira necessidade dos acautelados falha em fornecer, até artigos de higiene pessoal de suma necessidade, como papel higiênico, vestimentas e lâmpadas estão disponíveis nas *vendinhas*. Assim, ao que parece, o Estado mobiliza as cantinas como meio de abonar a sua responsabilidade e trazer de forma indireta mais dignidade àqueles que se encontram em situação de privação de liberdade, inobstante os altos custos da manutenção de um preso no sistema carcerário. A prática evidencia uma nova dimensão da violência estatal para com os apenados e seus respectivos familiares.

Por exemplo, em dezembro de 2018 a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro investigaram a cantina do Presídio Evaristo de Moraes e a interditaram pela confirmação de venda de produtos por valores até dez vezes maiores do que os de mercado.¹⁹ Nesse mesmo sentido, queixas sobre os preços abusivos são recorrentes entre os internos das unidades penais do Rio de Janeiro, conforme pode ser apurado pelo relato de um entrevistado (entrevista n.1), apenado do sistema penal.

Apenado: As pessoas vivem lá dentro a poder de sobreviver, dependendo dos familiares e mais do que nunca do dinheiro em espécie.

Entrevistadora: Por que do dinheiro em espécie?

Apenado: Porque existem as cantinas internas, com preços elevadíssimos, salgadíssimos. Uma Coca-Cola que custa aqui fora 9 reais, é... 3 reais, 4 reais, 5 reais, lá dentro é o dobro, entende? (Entrevista n.1 – apenado.)

Diante dessa premissa fica evidente que para viver com condições dignas no espaço prisional é necessário auxílio material, financeiro e alimentar de terceiros. Nesse sentido, é direito do preso, consoante artigo 56, IV, do Decreto 8.897/86, portar, no interior do estabelecimento prisional, importância não superior a 10% do salário-mínimo vigente. Valor que poderá ser utilizado nas cantinas da unidade prisional. Tal valor é entregue pelos familiares dos presos em dias de visita e de entrega de custódia, e deverão ser gastos no comércio local, ou seja, nas cantinas no interior da unidade. A alimentação proporcionada pelas cantinas é composta por itens diversos, os quais variam em preços

¹⁹ Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/68912>>. Acesso em 23 de jul. de 2020.

e propriedades nutricionais, artigos de higiene pessoal e coletiva, mas que possuem como único reflexo a negligência do Estado para com aqueles que deveriam estar sob sua proteção.

Como consequência das medidas de proteção da Covid-19 a suspensão das visitas, antes mencionada, impactou negativamente na subsistência dos apenados. Tendo em vista a perda do principal meio de entrada de alimentos nas unidades. A Seap do Rio de Janeiro, através da Circular Interna n. 50 em conjunto com o gabinete de crise, autorizou que os presos passassem a receber um valor mensal de até 80% do salário-mínimo, como forma de viabilizar maior sustentabilidade no período de pandemia. Essa medida foi estipulada no sentido de restringir a entrada do novo vírus no sistema penal e suprir a necessidade alimentar dos presos. De maneira que o dinheiro seja fracionado e que o detento poderá usar semanalmente o valor de 10% do salário-mínimo para utilização na cantina das unidades.

Em que pese o precedente com aumento de peso de *jumbo* e aumento na quantidade de mantimentos entregues nas unidades nesse período, os familiares de presos seguem lutando com a precariedade de suas condições financeiras para sobreviverem a esse momento em que o desemprego e a miserabilidade assolam o país. De certa forma, essas dificuldades se intensificam ainda mais diante das regulamentações e restrições de acesso ao benefício social emergencial destinado à parcela mais vulnerável da população brasileira que sofre com as medidas de isolamento social.

No que se refere à implementação do Auxílio Emergencial, familiares de presos foram prejudicados no momento de implementação do benefício, já que na primeira parcela de implementação do auxílio o Ministério da Cidadania vetou o recebimento por pessoas que tenham familiares apenados, ainda que preencham todos os requisitos objetivos para cadastro. Posteriormente, o próprio Ministério reconheceu o erro e explicitou que mais de 40 mil pessoas foram prejudicadas.²⁰ Tal medida, ainda que declaradamente equivocada, reforça o estigma com relação às pessoas relacionadas aos presos, gerando uma relação de descrédito que encontra melhor espaço para

²⁰ Disponível em: <<https://portal2.dataprev.gov.br/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

consolidação em sociedades desiguais. Se as prisões enquanto instituições de controle servem à reprodução das misérias sociais (KILDUFF, 2010; WACQUANT, 2007) a partir da exclusão de sujeitos sociais dos espaços de discussões políticas (PERROT, 2017), na sensibilidade jurídica brasileira este processo se intensifica, uma vez que os direitos fundamentais estão associados a bens raros cujas associações estão destinadas apenas aos sujeitos morais dignos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; MOTA, 2005).

Nessa perspectiva de sujeitos morais dignos como destinatários de bens essenciais, o antropólogo Lenin Pires (2011) percebeu na legislação brasileira espaços para a desconstrução do sujeito de direito, uma vez que as iniciativas que deveriam promover a dignidade em prol da mobilidade do mercado não se consolidam. Resta em seu lugar a promoção de formas institucionais de controle mais atentatórias aos direitos civis. Assim, ele constrói uma interpretação sobre a categoria “precariedade”, a partir do intercâmbio de significados dispostos no âmbito das chamadas ciências jurídicas. Assim, a condição de precariedade que é própria dos objetos, migram gradativamente para os sujeitos sociais, atingindo a necessária confiança prévia em seus propósitos de participarem dos esforços por viver em sociedade. Consequentemente, a adoção de regras legais para o tratamento de pessoas em realidades desiguais, representadas genericamente como “precárias”, acabam atingindo-as em suas integridades e dignidades.

Ao refletir sobre a maneira como o direito administrativo conjuga a noção de precariedade, é possível aferir que o Estado define que certos atores sociais não são passíveis de estabelecer para com ele um contrato que, por exemplo, resulte na ocupação do espaço público. Nestas situações se proclama que o desenvolvimento humano, social e econômico desses sujeitos não é passível de gerar direitos, havendo uma suspeição prévia de que esse ator irá romper qualquer espécie de contrato, por menos duradouro que seja. Desta forma, a relação entre precariedade e vulnerabilidade é estruturante na condução da relação entre o Estado e os familiares do preso, e revelou-se ainda mais latente no período de pandemia.

Sendo assim, sujeitos *vulnerabilizados* pela própria incapacidade administrativa estatal, entregues à pobreza e miséria, são transformados, também, em sujeitos *precarizados*, pela negação de reconhecimento da subjetividade jurídica, da sua

capacidade de participar juridicamente da realidade social. Ou seja, presos (apenados ou não) e seus familiares, ainda que sejam pessoas sob a tutela integral do Estado, na prática administrativa, não são mais que objetos da restrição de direitos, nunca reconhecidos como sujeitos deles.

Considerações finais

Num contexto em que as práticas do próprio sistema estatal não estão conectadas com o direito, ou seja, em que há crise de (i)legalidade, com as graves e generalizadas omissões e ações do Estado, pensar em direito à alimentação do preso como o mínimo de dignidade é pensar inexoravelmente no papel dos atores não estatais envolvidos no cumprimento compartilhado da pena. Existe uma centralidade na figura de indivíduos e grupos de interesse que atuam no sentido da garantia aos alimentos sociais, muitas vezes se auto-organizando e se desenvolvendo à margem do eixo público-estatal.

Especialmente de familiares e pessoas ligadas aos presos, que de forma autônoma e (in)voluntária assumem um papel prioritário e legalmente cabe ao Estado, pois este é quem assume a posição de garantidor ao impor a privação de liberdade aos sujeitos. Desse modo, a realidade material aponta para o protagonismo dos familiares na concretização do direito à alimentação dos presos, haja vista que a sua ausência pode gerar danos irreparáveis para os apenados.

O protagonismo, porém, não é consciente do ponto de vista político e jurídico, tampouco se trata de ação direcionada voluntariamente. É possível compreender que a omissão estatal no cumprimento de seus deveres mais elementares representa, nessa mirada, coação ilegítima contra as famílias dos apenados, que passam a cumprir duras penas juntamente com seus entes aprisionados. Sacrificam sua própria subsistência e alimentação com o financiamento do sistema alimentar prisional do Rio de Janeiro e, ainda assim, como narrado no prólogo introdutório, muitas vezes são simplesmente humilhadas e subtraídas dos seus próprios meios de tentar garantir dignidade alimentar e nutricional para os indivíduos sob custódia do Estado. É imensurável o custo, não somente o econômico, para as famílias, neste cenário de múltiplas violações.

Tal problemática deve ser levada em consideração para as medidas de avaliação e reprogramação de políticas públicas alimentares no sistema prisional. A entrega de mantimentos ultrapassa a esfera sentimental, é basicamente o sistema de sobrevivência e tutela da dignidade e existência do ser humano que se encontra aprisionado por ação estatal. A proposta é que seja urgentemente redesenhada a política pública alimentar prisional, não apenas no seu aspecto jurídico, mas principalmente no que tange à gestão governamental do problema.

Conforme demonstrado ao longo do trabalho, a transferência do encargo público alimentar para a família e para os outros indivíduos em relação com a pessoa encarcerada, muitas vezes, representa a escassez alimentar para esses próprios sujeitos, que precisam optar entre a garantia à alimentação do ente querido e a própria subsistência básica. A alimentação, diga-se, que também no campo prisional é tratada enquanto renda, já que existe a relação baseada nas transações econômicas com a cantina, bem como há alto valor econômico aos alimentos em si, mesmo que de baixa qualidade nutricional, abrindo as portas para outras problemáticas quanto à saúde.

Pode-se concluir que o sistema carcerário, que possui como vertentes os elementos retributivos e ressocializadores da pena, utiliza de sua precariedade como método de punição de forma a restringir os direitos básicos dos apenados. Punição esta que se estende ao familiar. Assim, tendo em vista o direito fundamental, de qualquer cidadão, à alimentação, consagrado pelo artigo 6º da Constituição Federal, observamos que no âmbito penitenciário, apesar de juridicamente positivado, não existe política pública determinantemente estatal que o garanta, assim como os atores que buscam garantir alternativas para o problema público enfrentam adversidades recorrentes, que se agravaram ainda mais com a proliferação da pandemia.

Resta evidenciada mais uma face de extensão de punições àqueles que orbitam a pessoa encarcerada. Dessa vez, a punição pode ser considerada de caráter econômico, com a cobertura dos custos de manutenção privada da alimentação das pessoas sob custódia. Diante de tal conjuntura o que a pesquisa demonstra, em cumprimento aos seus objetivos, é o resultado nulo no que tange à consolidação dos mecanismos de concretização do direito aos alimentos sociais dos presos. Tal afirmação resta comprovada diante da ausência de políticas públicas focalizadas na dita consolidação do

direito à alimentação dos presos, um fenômeno social que foi amplificado em tempos de pandemia. Há, portanto, deficiência na implementação das políticas públicas que deveriam decorrer dos mandamentos jurídicos e pouca ou nula efetividade dos recursos geridos para a garantia de alimentação digna dos presos. De outro lado, no cenário pandêmico, observou-se a desmobilização dos grupos de interesse e atores não estatais – familiares na concepção socioafetiva – com a ampliação dos fatores que dificultam o acesso à justiça alimentar.

Referências

- ANDRADE, C.C.; OLIVEIRA, A.; BRAGA A. A. **O desafio da reintegração social do preso**: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais [Internet]. Brasília: IPEA; 2015.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Elsevier, 1992.
- BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). 2014. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso 23/07/2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Portaria Interministerial n.º 1.777/2003, de 09 de setembro de 2003. Brasília, 2003.
- CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro, Forense, 2017.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Direito legal e insulto moral**: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, Dados da inspeção geral. Relatório disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario>.
- CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, H. B. F. . A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli (UFSC)**, v. 22, p. 1, 2017.
- CYTRYNOWICZ, Luisa. **Quando a punição ultrapassa o preso e afeta as famílias**. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-quando-a-punicao-ultrapassa-o-presos-e-afeta-as-familias/>. Acesso 05/10/2020.

DUARTE, Thais Lemos. AMOR, FIDELIDADE E COMPAIXÃO: “sucata” para os presos. **Revista Sociologia e Antropologia**, v.3, p. 621-641, 2013.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

FERREIRA, M. C. O. **Desafios no manejo do Diabetes Mellitus em pacientes de uma penitenciária do Distrito Federal**. Brasília, Universidade de Brasília, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 12. ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local: Fatos E Leis Em Uma Perspectiva Comparativa. In: **O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa**, pp. 249-356. Petrópolis, Vozes, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford . **From the native's point of view**: On the Nature of Antropological Understanding in Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology. New York: Basic Books, 1983.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, 2008.

IOKEN, Sabrina Nunes. **O controle compartilhado das políticas públicas**: uma nova racionalidade para o exercício democrático pela sociedade da desconfiança. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Rev. Katál**, Florianópolis n v. 13 n. 2 p. 240-249 jul./dez. 2010.

KOPKE, Vanessa; MARTINS, I. M.; SOUZA, R. A. Implicações das medidas de prevenção à Covid-19 nos presídios do estado do Rio de Janeiro: Suspensão de visitas e direito à informação e comunicação. **Revista Dilemas IFCS-UFRJ**, v. 1, p. 1-13, 2021.

LIMA, R. K. de; BAPTISTA, B. G. L. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**, 39(1), 9-37, 2014.

LIMA, R. K. de; BAPTISTA, B. G. L. “Por uma Antropologia do Direito no Brasil”. In: **Ensaio de Antropologia e de Direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumens Juris. pp. 01-38, 2008.

LIMA, Roberto Kant. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense. 2.ed, 1995.

MELLO, Kátia Sento Sé. O sistema prisional brasileiro no contexto da pandemia de COVID-19. **Conexão UFRJ**. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2020/03/31/o-sistema-prisional-brasileiro-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 01/09/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2031-2040, 2016.

MOTA, Fabio R. O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia. In: Kant de Lima, Roberto (Org.). **Antropologia e direitos humanos** (pp. 133-184). Niterói: EdUFF. 2005.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Discrecionalidade Policial e a aplicação seletiva da lei na democracia**: algumas lições extraídas de Carl B. Klockars. São Paulo: NEV – USP, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** — Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense-EdUFF, 2011.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: A. R. Acosta & M. A. Vitale (Org.), **Família: laços, redes e políticas públicas** (pp. 21-36). São Paulo: IEE-PUCSP, 2003.

SPAGNA, L. M. N. Mulher de Bandido: a construção de uma identidade virtual. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 7, p. 203-228, 2008.

TANNUSS, Rebecka Wanderley; SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant’Ana; OLIVEIRA, Isabel Maria Fernandes de. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, V. 6, N. 2, 2018.

O problema da alienação do trabalho em Marx e a necessidade de sua supressão

Arthur Guilherme Monzelli¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Este artigo analisa o problema da alienação do trabalho em Karl Marx e como essa discussão se desenvolve nos *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* [Manuscritos econômico-filosóficos], rascunho monográfico escrito por esse autor durante seu exílio em Paris no ano de 1844. Além disso, o problema da alienação do trabalho foi examinado em virtude das contribuições teóricas de István Mészáros, para quem a chave de interpretação da alienação do trabalho marxiana é justamente a necessidade de sua supressão [*Aufhebung*] por meio do comunismo. Finalmente, a fim de entender como o comunismo foi interpretado por Marx e Engels como alternativa de supressão da alienação do trabalho, realiza-se o estudo de *Die heilige Familie* [A sagrada família] (1845), de *Die deutsche Ideologie* [A ideologia alemã] (1846) e de *Das kapital* [O capital] (1867).

Palavras-chave: Alienação do Trabalho; Supressão; Comunismo; Karl Marx; Friedrich Engels.

The problem of the work's alienation in Marx and the necessity of his superseding

ABSTRACT

This article analyses the problem of work's alienation in Karl Marx and how this discussion is developed in the *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* [Economic-philosophical manuscripts], monographic draft written by this autor during his exile in Paris in 1844. In addition, the problem of work's alienation was examined in virtue of the theoretical contributions of István Mészáros, for whom the key of interpretation of the Marxian work's alienation is precisely the need for its superseding [*Aufhebung*] through the communism. Finally, in order to understand how the communism was interpreted by Marx and Engels as the alternative of the superseding of the work's alienation, carry out the study of *Die heilige Familie* [The holy family] (1845), of *Die deutsche Ideologie* [The ideology German] (1846) and of *Das Kapital* [The capital] (1867).

Keywords: Work's alienation; Superseding; Communism; Karl Marx; Friedrich Engels.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCLAr-UNESP), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCLAr-UNESP). ORCID: 0000-0001-9461-9338. Professor de Educação Básica II, disciplina de sociologia, na rede pública de ensino estadual. O presente artigo se desdobra de uma pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). São Carlos – Brasil. E-mail: arthurmonzelli.agm@gmail.com.

Introdução

[...] enquanto no reino animal da natureza os zangões são mortos pelas abelhas operárias, no reino animal do espírito as abelhas operárias são mortas pelos zangões, e isso precisamente por meio do trabalho.

Os despossuídos, Karl Marx

Este artigo se desdobra da discussão sobre o problema da alienação do trabalho em Marx, desenvolvida no segundo capítulo da dissertação *A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo* (2020), quando se investigou a categoria trabalho, o problema de sua alienação e a necessidade de sua *suprassunção* [*Aufhebung*], a partir das contribuições teóricas de Karl Marx e Friedrich Engels.

Contudo, antes de adentrar na análise do problema da alienação do trabalho, é importante esclarecer qual tradução foi utilizada para se referir às palavras *Entfremdung*, *Entäußerung*, e *Aufhebung*. Este artigo e a dissertação da qual ele origina-se adotaram as seguintes traduções: *Entfremdung* como alienação; *Entäußerung* como exteriorização e *Aufhebung* como suprassunção. Posto isso, é válido discutir os porquês de cada uma dessas difíceis escolhas.

Pode-se começar explicando a opção pela tradução de *Entfremdung* como alienação e *Entäußerung* como exteriorização. Essa escolha difere da tradução de *Entfremdung* como *estranhamento* e *Entäußerung* como *alienação*, realizada por Jesus Ranieri. Para justificar sua tradução, Ranieri argumenta acertadamente que *Entfremdung* e *Entäußerung* “são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx”, embora, “no capitalismo, os dois conceitos estariam identificados” quando expressam a realidade histórica das “formas de apropriação do excedente de trabalho” alheio e do problema da “desigualdade social” (RANIERI, 2010b, p. 15). Além disso, Ranieri ainda ressalta que realizou tal tradução para ser “o mais fiel possível ao texto original” e garantir “o vínculo

intelectual de Marx com o idealismo alemão, principalmente com a filosofia de Hegel” (RANIERI, 2010b, p. 15).

Com efeito, neste artigo há total acordo de que os termos *Entfremdung* e *Entäußerung* tenham significados diferentes na obra de Karl Marx, apesar disso, considera-se também que a tradução de Ranieri, embora explicitamente as influências substanciais do pensamento hegeliano em Marx, produz algumas dificuldades na compreensão do pensamento marxiano propriamente dito. Em primeiro lugar, segundo Sergio Lessa (2015), traduzir *Entfremdung* como estranhamento mostra-se adequado quando aquilo que se estuda é o pensamento de Hegel, embora isso também não seja um consenso entre os seus tradutores, uma vez que estranhamento pode ser considerado “um fenômeno da consciência no qual algum mal-estar se faz presente”, ou seja, “é uma relação em que alguma consciência se sente estranhada”, justamente por isso, “não faz sentido um estranhamento que seja absolutamente inconsciente: ser estranho ou estranhado é qualidade de uma sensação ou estado subjetivo [...] na relação entre uma consciência e um dado objeto” e, aliás, em Hegel, “a humanidade estranhada de si própria geraria, na consciência, o desconforto que conduz à busca da superação desse estado...” (LESSA, 2015, p. 487-88). Contudo, em Marx, a tradução de *Entfremdung* como estranhamento não se sustenta, pois a alienação do trabalho “não é a ‘perda’ da humanidade de si própria, mas a constituição de relações sociais desumanas por obra da própria humanidade”, portanto, “sua existência não depende de os indivíduos e suas consciências sentirem-se (ou não) estranhos ou estranhados”, em vez disso, “a objetividade” do problema da alienação do trabalho realiza-se no fato “de ser obstáculo ao desenvolvimento humano, tenham ou não” os seres humanos “consciência desse fato” (LESSA, 2015, p. 488). Ademais, “as alienações, em Marx, são determinações objetivas de existência”, por isso, não podem ser suprassumidas “nos complexos ideológicos sem que uma alteração correspondente se verifique” em suas bases materiais fundantes” (LESSA, 2015, p. 488). Portanto, de acordo com Lessa (2015), traduzir *Entfremdung* como alienação preserva o caráter objetivo desse processo e evita interpretações demasiado hegelianizantes do pensamento de Marx.

Em segundo lugar, a tradução de *Entäußerung* como alienação, opção de Ranieri para evitar que a confusão entre os termos *Entäußerung* e *Entfremdung*, acabou,

paradoxalmente, produzindo o resultado contrário ao esperado pelo seu tradutor. “*Entäußerung* significa *remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto*” e também tem o significado de “*despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo, portanto, o sentido de exteriorização...*” (RANIERI, 2010b, p. 16), ou seja, um processo próprio da atividade produtiva humana que realiza-se a partir da objetivação/exteriorização de teleologias, de ideias, planos e projetos pensados pelos seres humanos, portanto, é um processo que pode atuar de forma alienada ou não. Ainda segundo Ranieri, *Entfremdung* tem um significado distinto, pois é uma relação socioeconômica contrária a realização dos seres humanos, ou seja, é uma oposição “socioeconômica à realização humana”, pois seu conteúdo está determinado pela lógica da propriedade privada. Apesar disso, Ranieri traduz *Entäußerung* como alienação, produzindo a impressão de que toda *Entäußerung* [exteriorização] seja também *Entfremdung* [alienação], o que não é válido dentro do pensamento de Marx, mas é plausível apenas no pensamento hegeliano. O processo de alienação em Hegel consiste em “um dos momentos fundantes da contradição sujeito-objeto que conduz o *Geist* do em-si ao para-si” (LESSA, 2015, p. 474). Além disso, a fim de superar tal contradição, em-si *versus* para-si, o *Geist*, Espírito Absoluto hegeliano, objetiva-se, ou seja, exterioriza-se em um objeto/sujeito, alienando-se. Em síntese, em Hegel, alienação e exteriorização são duas faces de uma mesma moeda. O mesmo não acontece no pensamento marxiano.

Já em Marx, alienação e exteriorização são processos sócio-históricos e econômicos diferentes, por isso são grafados por palavras diferentes. A *Entäußerung* [exteriorização] é um momento próprio do processo de trabalho que se realiza quando os seres humanos objetivam suas ideias, planos, projetos, etc., durante o processo vital de satisfação de suas necessidades na transformação da natureza. A *Entfremdung* [alienação] do trabalho, por sua vez, é um processo que surge de exteriorizações/objetivações humanas, mas que atua no seu empobrecimento e em sua reificação, ainda que, paradoxalmente, seja produzido pela própria humanidade. Em outras palavras, “como todo ato humano é mediado pela objetivação e exteriorização, todos os processos de alienação envolvem objetivações e interferem nos processos de exteriorizações. O inverso, contudo, não é verdadeiro” (LESSA, 2015, p. 486). Pois, se assim o fosse, o ser humano já teria se autodestruído.

Em resumo, a tradução *Entfremdung* como alienação e de *Entäußerung* como exteriorização garante que o momento de exteriorização/objetivação do processo de trabalho não seja confundido com o problema da alienação do trabalho, como também evita que o trabalho alienado perca sua consistência enquanto problema histórico concreto e confunda-se com um processo que se expressa puramente no âmbito da consciência.

Encaminhando para o fim desta introdução, resta discutir como foi que se traduziu o termo *Aufhebung*. Aqui vale um destaque, apesar de não se ter adotado a tradução de Jesus Ranieri para com os termos *Entfremdung* e *Entäußerung*, concorda-se com Marcelo Backes (2011) quando ele afirma que a tradução de *Aufhebung* como *suprassunção*, levada a cabo por Ranieri, é a mais adequada, pois chega mais próximo do conteúdo dialético do termo original. Entretanto, a escolha da tradução de Ranieri não foi fácil, principalmente porque a palavra *suprassunção* não tem um uso corriqueiro na língua portuguesa, ainda assim, foi uma escolha acertada, uma vez que, segundo Ranieri (2010b), o termo *Aufhebung* tem diversos significados simultâneos que escapam das formas como comumente tem sido traduzida para supressão ou superação, ou ainda, transcendência, como destaca Backers (2011). Portanto, avançando para além dessas traduções, pode-se afirmar que “o verbo *aufheben* [...] significa, a um só tempo, o ato de erguer (algo do chão), o de guardar (um objeto, para que se conserve) e o de suspender (por exemplo, a vigência de um ato jurídico)” (RANIERI, 2010b, p. 16). Ademais, a tradução de Jesus Ranieri compreende *Aufheben* como *suprassumir* e *Aufhebung* como *suprassunção*, pois aquilo que se deve frisar neste termo alemão “é a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo ou foi superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que supra-sume” (RANIERI, 2010b, p. 16). Em outras palavras, o necessário processo que pode por fim ao problema da alienação do trabalho em Marx não será um processo de pura negação, abolição, supressão, mas, para além disso, pode vir a ser um processo histórico concreto que visa, ao mesmo tempo, *suspender* a relação alienada, *elevando* a história da humanidade a um patamar qualitativamente novo e, por fim, *guardando* algumas conquistas históricas da era burguesa, só que as libertando de sua limitação à lógica de reprodução do capital.

Posto isso, vale comentar, por fim, que este artigo se divide em duas principais partes. Primeiramente, faz-se uma análise do problema da alienação do trabalho tal como foi desenvolvido por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844). Em seguida, reflete-se sobre o cerne da teoria marxiana da alienação do trabalho, ou seja, a necessidade de sua supressão, segundo é discutido por Marx e Engels n'A *sagrada família* (1845) e n'A *ideologia alemã* (1845-46²) e por Marx no capítulo 24 d'O *capital* (1867), intitulado "A assim chamada acumulação primitiva".

O problema da alienação do trabalho em Marx

A compreensão do problema da alienação do trabalho é indissociável do entendimento da categoria trabalho. Contudo, este artigo concentra-se apenas na exposição marxiana do problema da alienação do trabalho. Sabe-se que Marx elaborou a categoria trabalho e, ao mesmo tempo, diagnosticou o problema de sua alienação quando estudou o processo de desenvolvimento histórico, econômico, político e social do Ocidente Europeu. Além disso, quando Marx engendrou a categoria trabalho ele destacou o seu caráter social, frutivo, vital e enriquecedor, no entanto, também percebeu que a humanidade é perfeitamente capaz de produzir realidades sociais nas quais a miséria assola a maioria dos seres humanos, ao passo que a riqueza, paradoxalmente produzida por essa imensa classe de sujeitos em situação de miserabilidade, está concentrada nas mãos de uma classe numericamente insignificante, porém, econômica e politicamente dominante. Além disso, consciente ou inconscientemente, os seres humanos por meio de seu próprio trabalho (alienado) são também capazes de promover a paulatina destruição da natureza (fauna e flora) o que, conseqüentemente, contribui também para sua própria extinção. Uma discussão mais aprofundada sobre esse caráter autodestrutivo e ambientalmente insustentável do movimento expansivo do capital pode ser encontrada na *magnum opus* de István Mészáros, *Beyond capital* (1995) ou *Para além do capital*, como

² Marx e Engels escreveram *A ideologia alemã* entre 1845 e 1846, mas sua obra não foi publicada. No prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (1859), Marx afirma que essa obra foi condenada a ser apreciada pela crítica roedora dos ratos. Somente em 1926, após a morte de seus autores, a primeira parte dessa obra, as reflexões sobre Feuerbach, ainda inacabadas diga-se de passagem, é pulicada em alemão por David Rjazanov, diretor do Marx-Engels-Institut em Moscou e editor da Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA).

é conhecido no Brasil. Nessa obra, Mészáros estuda, dentre outras coisas, as tendências socioeconômicas de destruição produtiva e autorreprodução destrutiva no modo de produção capitalista.

Também inspirado em Mészáros e em Georg Lukács, Sergio Lessa compreende o problema da alienação do trabalho em Marx como um processo no qual “as relações sociais se tornam entraves ao desenvolvimento humano [...] são desumanidades criadas e reproduzidas pelos próprios humanos, são desumanidades socialmente postas” (LESSA, 2015, p. 479). Para ilustrar o problema da alienação do trabalho marxiano, Lessa (2015) cita a maneira como as sociedades tribais pré-capitalistas lidavam com as pandemias que as acometiam, ou seja, praticando jejuns, sacrificando animais e aglomerando-se em multidões para clamar por auxílio divino. Atualmente, em contrapartida, acumulou-se conhecimento histórico suficiente para afirmar que “esse comportamento, em vez de fortalecer os humanos contra a epidemia, provavelmente resultou no oposto”, pois os membros das civilizações tribais pré-capitalistas fragilizam-se “ao se alimentarem pior”, suas “defesas biológicas foram debilitadas ao sacrificarem seus melhores animais” e “as aglomerações nas cerimônias religiosas” favoreceram “a generalização da epidemia” (LESSA, 2015, p. 479).

Lessa analisa mais dois exemplos históricos do problema da alienação do trabalho, um deles é a prática da escravidão nas sociedades da Antiguidade que consistiu um bloqueio à condição de humanidade a grande parte dos sujeitos sociais daquela época, os quais, por sua vez, foram encarados apenas como “instrumentos de trabalho que falam e se locomovem, diferentes dos animais que apenas se locomovem e das ferramentas, que nem falam nem se locomovem” (LESSA, 2015, p. 485).

O segundo exemplo de alienação do trabalho discutido por Lessa diz respeito ao comportamento dos sujeitos sociais perante a pandemia da peste bubônica que assolou a Europa durante o século XIV. De acordo com Lessa (2015), o incipiente desenvolvimento das forças produtivas daquela época e o elevado obscurantismo científico atrelaram a causa da doença a ideia de punição divina, levando a população, que estava imersa na alienação do trabalho, a apelar ao autoflagelo, ao jejum e às orações de penitência, realizadas em comitivas nas quais se aglomeravam inúmeras pessoas com o único objetivo de clamar ao deus cristão pela cura. Em 1956, o cineasta sueco Ingmar Bergman retratou

essa prática alienante em seu filme *Det sjunde inseglet* (O sétimo selo), mais especificamente em uma cena na qual as personagens principais, dois templários desencantados pelas Cruzadas, deparam-se com uma procissão guiada por dois sujeitos vestidos com longas túnicas pretas, agitando turíbulos para esfumçar o caminho que percorriam. Nessa procissão chama atenção o fato de as pessoas carregarem em suas costas cruces gigantescas de madeira e imagens religiosas cristãs, ao mesmo tempo que se flagelavam, clamando pela cura da peste. Em síntese, todo esse assustador espetáculo amparava-se na convicção de que pandemia da peste bubônica era resultado da fúria divina contra os supostos pecados cometidos pela população daquela época.

Após introduzir a discussão sobre o problema da alienação do trabalho em Marx, a partir de Mészáros e Lessa, chega-se ao momento de analisar como o próprio Karl Marx desenvolveu tal questão em 1844, nos manuscritos rascunhados para o seu próprio estudo, postumamente publicados no Brasil sob o título de *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844). Todavia, antes de qualquer coisa, é preciso levar em conta, a fim de atenuar possíveis dificuldades e confusões interpretativas, a seguinte observação: não há nos *Manuscritos econômico-filosóficos* uma síntese teórica acabada sobre o problema da alienação do trabalho, análogo ao que Marx posteriormente fará em sua exposição do trabalho abstrato e do fetichismo da mercadoria no Livro I d'*O capital* (1867). Em vez disso, existe nos *Manuscritos* um ensaio de teorização do problema da alienação a partir do estudo da realidade histórica e concreta da Europa Ocidental, por isso, durante a apresentação desse problema, pode parecer que ora Marx expõe uma questão geral da humanidade, ora parecerá que ele está discutindo algo específico da sociedade capitalista europeia do século XIX.

A título de exemplo, quando Marx introduz a discussão do problema da alienação do trabalho em seus *Manuscritos* afirmando partir “de um fato nacional-econômico, presente” (MARX, 2015, p. 304, grifos nossos), o que induz seu leitor a pensar que ele está analisando o trabalho alienado na sociedade capitalista de sua época, contudo, em outros momentos desta discussão, Marx compara as características do trabalho alienado com a relação social religiosa, a qual, por sua vez, se desenvolve antes do modo de produção capitalista. Além disso, ao chegar no final deste capítulo, Marx novamente afirma que o problema da alienação do trabalho é anterior ao sistema do capital, mas, apesar disso,

fundamenta esse sistema, uma vez que representa a base da propriedade privada, ou melhor, em suas palavras, “A *propriedade privada* resulta, portanto, por análise, [...] a partir [...] do trabalho alienado, da vida alienada, do homem *alienado*” (MARX, 2015, p. 317). Tais confusões e imprecisões decorrem do caráter próprio dos manuscritos produzidos por Marx em 1844, ou seja, o fato de serem fruto de um trabalho não revisado e destinado, ao menos em um primeiro momento, apenas ao esclarecimento e a pesquisa de seu próprio autor. Levando essa ressalva em consideração, recomenda-se ao leitor de Marx considerar mais a pretensão dos *Manuscritos econômico-filosóficos* do que se ater nas confusões que sua leitura possa apresentar, principalmente porque neles há uma das primeiras empreitadas teóricas de grande envergadura de Marx,³ no entanto, não se pode perder de vista que, posteriormente, tal tentativa se expressa de forma mais acabada durante o desenvolvimento intelectual marxiano.

Posto isso, pode-se começar sublinhando que a alienação do trabalho torna-se perceptível a partir do momento em que o sujeito transformador da natureza passa a empobrecer a si mesmo durante o processo de produção da riqueza social, em outras palavras, “com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta” (MARX, 2015, p. 304, grifos nossos). Mas de que maneira acontece essa desvalorização humana, ou seja, a alienação do trabalho? Quando, no desenvolvimento histórico europeu ocidental, desenvolvem-se quatro processos sociais.

O primeiro deles manifesta-se a partir do momento que o resultado do processo de trabalho, ou seja, o produto engendrado pelo trabalhador, “enfrenta-o como um ser alienado [*ein fremdes Wesen*], como um poder independente do [seu] produtor” (MARX, 2015, p. 304). De acordo com Marx (2015), a efetivação do trabalho acontece por meio do processo de objetivação, ou melhor, como será posteriormente melhor explicado n’*O capital*, é através da concretização de um projeto ideal de transformação da natureza, elaborado prévia e mentalmente com a finalidade de satisfazer necessidades humanas materiais e/ou espirituais, que os seres humanos realizam trabalho. Em seguida, após a realização do trabalho, o trabalhador pode se apropriar do produto de sua atividade

³ Já na introdução da *Teoria da alienação em Marx* (1970), de Mészáros, encontra-se a caracterização do problema da alienação do trabalho nos *Manuscritos econômico-filosóficos* como uma síntese *in statu nascendi*, ou seja, uma síntese ainda em estado embrionário na obra de Karl Marx.

produtiva. Contudo, o problema da alienação faz com que “essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho” comporte-se “como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador”, a objetivação, por sua vez, expresse-se “como *perda do objeto e servidão ao objeto*” e, por fim, “a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäußerung*]” (MARX, 2015, p. 304-305, grifos nossos). Como se não bastasse a alienação do trabalho fazer o trabalhador sentir que o produto do seu próprio trabalho já não lhe pertence mais, ela ainda torna o resultado do seu trabalho algo hostil e opressivo para com ele. Além disso, o trabalho alienado fratura o processo de objetivação a tal ponto que o trabalhador se vê privado não só dos meios necessários à sua vida, mas também percebe que foi expropriado dos meios imprescindíveis à realização de seu trabalho, ou melhor, “o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual ele só pode se apoderar com o máximo de esforço e com os intervalos os mais erráticos (*Unregelmäßigsten Unterbrechungen*)” (MARX, 2015, p. 305). Dessa forma, “quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se tornam ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui” (MARX, 2015, p. 305). Em suma, Marx afirma que o primeiro aspecto do problema da alienação do trabalho é a alienação do ser humano perante o *resultado do seu próprio trabalho* e toma como exemplo a questão da religião, sobretudo, o fanatismo religioso, uma vez que “quanto mais o” ser humano “põe em deus com tanto menos fica em si próprio”, portanto, “o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto” (MARX, 2015, p. 306).

O segundo aspecto do problema da alienação do trabalho expressa-se no fato de o ser humano também encontrar-se alienado perante sua própria *atividade produtiva*, pois “como poderia o trabalhador defrontar-se com o produto da sua atividade como algo de *alienado* se no próprio ato da produção ele próprio não se alienasse?” (MARX, 2015, p. 308, grifos nossos). Então é possível indagar: em que consiste o fato de estar alienado perante a própria atividade produtiva? Significa que uma atividade produtiva alienada não permite ao trabalhador afirmar-se a partir de seu trabalho, ao contrário, nega-se neste último, “não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physis*) e arruína o seu espírito” (MARX, 2015, p. 308). Além disso, a atividade produtiva alienada não se apresenta como algo

“voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho *forçado* (*Zwangsarbeit*)”, por isso, “logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste” (MARX, 2015, p. 308-309, grifos nossos). Em síntese, o que geralmente caracteriza uma atividade produtiva alienada é o fato de aqueles que nela estão envolvidos sentirem que suas produções parecem não lhes pertencer, mas, em vez disso, aparentam pertencer a outro sujeito, embora, na realidade, sejam eles mesmos os agentes por excelência da produção. E aqui novamente Marx recorre ao exemplo da religião, pois é exatamente assim que ela opera. Em outras palavras, a religião é um resultado da “autoatividade da fantasia humana, do cérebro humano e do coração humano” (MARX, 2015, p. 309), que escapou do controle da humanidade e exigiu ser cultuada, isto é, se tornou um processo social alienado.

O terceiro aspecto do problema da alienação do trabalho talvez seja o mais complexo de ser explicado, pois Marx (2015) afirma que além de sofrer alienação perante o resultado de seu próprio trabalho e dentro de sua própria atividade produtiva, o trabalhador também está alienado perante o seu *ser genérico* [*Gattungswesen*]. A dificuldade de compreender o terceiro aspecto da alienação do trabalho expressa-se no significado da categoria *ser genérico* e no problema de os trabalhadores estarem alienados perante ela. Apesar disso, para entender o que é ser genérico, sem rodeios ou mistificações, é preciso, antes de mais nada, ter em mente que os seres humanos têm duas dimensões formativas. Uma delas é a dimensão singular, ou seja, cada ser humano desenvolve características fenotípicas (estatura, cor dos olhos, cor dos cabelos, cor da pele, etc.) e sociais (linguagem, modos de produção, sistemas políticos, entre outros) os quais variam, evidentemente, de sociedade para sociedade. No entanto, a humanidade também tem uma dimensão universal, ou seja, os seres humanos desenvolvem características provenientes da síntese dos sujeitos singulares. E essas propriedades gerais sintéticas (abstratas) da humanidade se modificam historicamente, bem como necessitam ser transmitidas por meio da educação às novas gerações de seres humanos para que elas possam vir a se tornar, de fato, humanas (SAVIANI, 2013).

Do ponto de vista de Lessa (2015), para Marx, as propriedades universais de um objeto/sujeito são tão reais e plenas de determinações quanto a singularidade deles, portanto, embora o ser humano não se alimente, por exemplo, da categoria fruta, mas, ao

contrário, das existências singulares e concretas dessa categoria, tal como peras, maçãs, pêssegos, etc., ainda assim, isso não significa que a universalidade dos objetos/sujeitos não exista ou possa ser considerada menos importante do que a sua singularidade. Dentre as diversas propriedades humanas genéricas, Marx destaca a importância da capacidade de tornar “toda a natureza o seu corpo *inorgânico*” (MARX, 2015, p. 311, grifos nossos), ou seja, a potencialidade de o ser humano transformar a natureza através do seu próprio trabalho, sempre segundo suas necessidades, ao mesmo tempo que modifica livremente a si mesmo durante esse processo. Todavia, Marx igualmente percebe que a alienação do trabalho ameaça esse caráter genérico da humanidade quando reduz o trabalho, concebido enquanto “*atividade vital, a própria vida produtiva*” do ser humano, a somente “um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física” (MARX, 2015, p. 311, grifos nossos). Como foi bem discutido, o ser humano depende da natureza para realizar o seu processo de trabalho e para subsistir, tal como qualquer outro animal. Entretanto, seus instintos e seus limites para com a natureza podem ser superados, ou seja, os seres humanos podem transformar as suas determinações naturais (isso para o bem ou para o mal). Tal característica propriamente humana é considerada por Marx uma vantagem com relação aos demais membros do mundo animal. Contudo, quando o resultado da atividade produtiva humana é arrancado de seu produtor (o trabalhador) sua vida genérica também lhe é expropriada, assim, sua possível vantagem perante os demais animais desaparece, e ele se depara com uma assustadora desvantagem (MARX, 2015). Aliás, vale ressaltar que essa desvantagem diante do animal, causada pela alienação do ser humano perante seu ser genérico, expressou-se no problema da reificação desencadeado pelo capitalismo industrial do século XIX. Por exemplo, n’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita por Engels um ano após os *Manuscritos* de Marx, mais especificamente quando são analisadas as condições miseráveis da habitação do proletariado inglês, torna-se perceptível a condição em que os seres humanos vivem alienados do seu próprio ser genérico. Em outras palavras,

[...] foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém-liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como *coisa*, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva

da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão (ENGELS, 2010, p. 96).

O quarto e último aspecto do problema da alienação do trabalho consiste na alienação do ser humano perante *outro ser humano*. Em poucas palavras, se o produto do labor do trabalhador parece não lhe pertencer; se a sua atividade produtiva aparenta ser uma tortura e se a sua condição de trabalho é tão miserável e reificada que ele sente como se não fizesse mais parte do gênero humano, então a quem pertence os frutos do seu trabalho? A quem sua atividade produtiva gera fruição? E quem está enriquecendo sua humanidade às custas do trabalho dos outros? Marx responde com ironia a essas perguntas, novamente questionando seus leitores se seria alguma divindade? De fato, nas sociedades tribais ocidentais os grandes monumentos e templos foram muitas vezes encarados como produto do trabalho dos deuses e até mesmo eram interpretados como uma espécie de propriedade divina (MARX, 2015). Contudo, tal como está explícito nos *Manuscritos*, “sozinhos os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco da natureza” (MARX, 2015, p. 315, grifos nossos). Justamente por isso, aquele que frui, se enriquece e se desenvolve humanamente a partir da exploração do trabalho alheio “só pode ser o próprio homem. [...] outro homem fora o trabalhador” (MARX, 2015, p. 315, grifos nossos). Aliás, essa máxima é nitidamente observável na história. Por exemplo, quem se apropriava do trabalho agrícola autossuficiente nas sociedades tribais arcaicas? Geralmente um déspota ou um conjunto de chefes tribais. Quem se apropriava do trabalho agrícola autossuficiente dos plebeus e do trabalho dos escravizados na Antiguidade, ao mesmo tempo que vivia confortável e luxuosamente sem trabalhar? Os aristocratas gregos e os patrícios romanos. Quem se desenvolveu explorando o trabalho rural dos servos na Idade Média, bem como tinha condições suficientes para requisitar a seu bel-prazer os serviços dos artesãos nas corporações de ofício? A aristocracia medieval nobiliária. E, por fim, quem se apropria da riqueza socialmente produzida a partir do auxílio da maquinaria moderna, fornecendo aos que realizam essa produção apenas o mínimo necessário para a sua subsistência? O assim chamado “capitalista – ou como se queira chamar ao senhor do trabalho” (MARX, 2015, p. 317).

O comunismo como alternativa para supressão da alienação do trabalho

A teoria da alienação do trabalho elaborada em meio a pesquisa histórica marxiana, levada a cabo durante a primeira metade da década de 1840, apesar de seu caráter fragmentário e inacabado, mostra-se válida para entender o desenvolvimento intelectual de Marx, mas, sobretudo, fornece ferramentas capazes de interpretar e transformar a realidade existente. Contudo, a originalidade do pensamento de Marx, segundo o filósofo húngaro István Mészáros, não se encontra na forma com que esse autor descreveu as mazelas do trabalho nas diversas fases do capitalismo ocidental europeu, mas, em vez disso, expressa-se na sua compreensão da possibilidade e da necessidade de supressar a alienação do trabalho de uma maneira prática. Na realidade, tanto Marx quanto Engels perceberam a necessidade da supressão prática da alienação do trabalho por meio do comunismo.

Marx admite n’*O capital* que até mesmo Adam Smith, economista político clássico e ideólogo do capital, percebeu que a divisão do trabalho restringe o trabalhador a execução de tarefas demasiado simplistas, a ponto de torná-lo extremamente ignorante e, inclusive, entorpece sua mente de tal maneira que o impossibilita “saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno...” (SMITH, 1996, p. 244). Além disso, antes das investigações de Marx e Engels, surgiram exposições das mazelas do trabalho no modo de produção capitalista vindas não apenas de ideólogos do capital, mas também de pensadores críticos. Por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, em seus *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), apresenta críticas contra a sociedade alicerçada na defesa da propriedade privada, uma vez que ela promove o problema da desigualdade social. Tal como é possível observar nesta passagem:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “Evitai

ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!” (ROUSSEAU, 1999, p. 203).

Em síntese, Smith, Rousseau, entre outros autores que sucederam Marx e Engels, sejam aqueles que propunham naturalizar o capital, procurando apenas atenuar os problemas dele decorrentes; sejam aqueles que visavam reformar o modo de produção capitalista para combater suas mazelas, de qualquer modo, ambos incidiam no mesmo problema, a saber: produziam o que Mészáros (2016) denomina como *soluções morais*,⁴ ou seja, alternativas que não atingem o cerne dos problemas próprios do modo de produção capitalista, patinando em sua superfície ao tentar corrigir seus defeitos sistêmicos sem sequer tocar as suas raízes. Marx e Engels, em contraponto, foram os primeiros a analisarem radicalmente o modo de produção capitalista, destacando a possibilidade e a necessidade de suprássumí-lo por meio do comunismo. Inclusive, segundo Mészáros (2016), é justamente a defesa da necessidade de suprássunção prática da alienação do trabalho por meio do comunismo que representa a chave que abre as portas da percepção das indivíduos ao pensamento de Marx e Engels, como também interliga, na totalidade da obra de Marx, a categoria trabalho e o problema de sua alienação.

Para entender como Marx e Engels chegaram a conceber o comunismo como alternativa para suprássunção do problema da alienação do trabalho, é necessário retomar brevemente a biografia desses autores. Antes de qualquer coisa, ambos os autores nem sempre foram porta-vozes do comunismo, Marx, por exemplo, quando era editor da *Rheinische Zeitung* [Gazeta Renana] nos primeiros anos da década de 1840, era um pensador liberal radical e não um comunista, o que não o impediu de ser avesso à arbitrariedade do Estado prussiano, ao fanatismo religioso e à mesquinharia das classes dominantes alemãs. Apesar disso, mesmo sem aderir ainda ao comunismo, Marx “já era um homem interessado no comunismo como tendência e como filosofia” (COGGIOLA, 2010, p. 20). E não é à toa que quando o jornal alemão *Augsburger* atacou ideologicamente

⁴ Para o aprofundamento dessa discussão recomenda-se a consulta da *Teoria da alienação em Marx* de István Mészáros, sobretudo o quarto subitem do primeiro capítulo, intitulado “o fim do positivismo acrítico” e o segundo subitem do último capítulo, denominado “crise da educação”. Outra fonte importante é a palestra ministrada por Mészáros para inauguração do III Fórum Mundial de Educação, sediado em Porto Alegre no ano de 2004 que, posteriormente, tornou-se o livreto *Educação para além do capital* (2005).

o comunismo, Marx logo manifestou-se em sua defesa dizendo que não tinham o direito de atacá-lo, pois, apesar de não conhecê-lo não podiam desconsiderá-lo sem mais nem menos, uma vez que os comunistas se colocaram do lado da luta dos oprimidos (COGGIOLA, 2010). Em 1843, entretanto, a *Gazeta Renana* foi fechada, após ser censurada diversas vezes pelo Estado prussiano, o que acarretou a saída de Marx da Alemanha e o seu autoexílio na cidade de Paris em 1844. Entre os franceses, Marx foi convidado a frequentar reuniões proletárias organizadas sigilosamente por membros de movimentos sociais, sindicalistas, organizações clandestinas, socialistas e comunistas. Nesse meio tempo, na Inglaterra, Engels também acumulou informações provenientes de relatos de primeira mão provenientes de proletários/as sobre suas condições de vida e trabalho que seriam posteriormente, em 1845, compiladas na sua primeira obra-prima intitulada *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. A partir de então, Marx e Engels assumiram para si o desafio de se tornarem os porta-vozes teóricos do comunismo, ou seja, aqueles que viriam a elaborar uma teoria sólida para dar corpo as reivindicações práticas do movimento social comunista internacional, cujos desdobramentos variam de acordo com as especificidades históricas de cada país no qual se desenvolveu.

Já no campo da atuação teórica, mais especificamente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx defende a tese de que o “comunismo”, na qualidade de movimento social, é a expressão da supressão “positiva da propriedade privada, enquanto *autoalienação humana*”, desencadeando uma espécie de “regresso completo, consciente e advindo dentro de toda riqueza do desenvolvimento até agora, do homem a si próprio como um homem social, i. é, humano” (MARX, 2015, p. 344, grifos nossos). Esse *regresso consciente* à riqueza histórica acumulada no Ocidente europeu respeita o sentido dialético do termo *Aufhebung* [supressão], ou seja, de *eleva*r a sociedade da época de Marx a um patamar qualitativamente novo, ao mesmo tempo que se *salvaguarda* às conquistas históricas até então acumuladas e *suspende-se* a vigência do modo de produção capitalista. Além disso, Marx também destaca o fato de o comunismo só ser “possível de um modo *prático*, só através da energia prática do homem, e por isso a sua solução não é de modo nenhum apenas uma tarefa do conhecimento, mas é uma tarefa vital *real*...” (MARX, 2015, p. 353, grifos nossos). E, por fim, há mais duas observações importantes nos *Manuscrito econômico-filosóficos*: primeiramente, o comunismo deve

ser entendido como uma “negação da negação, por isso, o momento *real*, necessário para o próximo desenvolvimento histórico, da emancipação e recuperação humanas” e, em seguida, é explicitado que o comunismo “é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo”, contudo, “não é, como tal, o final (*Ziel*) do desenvolvimento humano...” (MARX, 2015, p. 359).

Engels, em seu *Anti-Dühring* (1877), corrobora a noção de comunismo discutida por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, quando discute a forma dialética com que a forma da propriedade vem se desenvolvendo no Ocidente Europeu. Segundo Engels (2015), nas populações originais do Ocidente europeu, tanto a produção quanto a distribuição da riqueza social era coletiva, no entanto, com o surgimento da agricultura, desenvolveram-se obstáculos à apropriação coletiva da produção social. Isso abriu margem para o surgimento da propriedade privada dos resultados do trabalho dos indivíduos. Entretanto, a apropriação privada da produção social logo também se tornou um entreve à própria produção, abrindo margem para a necessidade de negar-se a apropriação privada e novamente desenvolver uma forma de apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida.

Contudo, essa exigência não significa a restauração da antiga propriedade comum original, mas a produção de uma forma de posse comum bem mais elevada, bem mais desenvolvida, que, longe de constituir uma barreira para a produção, muito antes a desencadeará e lhe permitirá o pleno aproveitamento das modernas descobertas químicas e invenções mecânicas (ENGELS, 2015, p. 168).

Ademais, Marx e Engels não só conceberam o comunismo como alternativa de supressão da alienação do trabalho e, conseqüentemente, da sociedade fundamentada pelo capital, mas também destacaram quem seria o sujeito social cuja forma própria de ser (historicamente determinada) assume para si esse desafio histórico. Esse sujeito social é o assim chamado proletariado. É na introdução à obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel* que o proletariado aparece pela primeira vez nos escritos de Marx e é concebido como classe social responsável pela emancipação da sociedade alemã, pois é “um estamento que” representa “a dissolução de todos os estamentos”, é “uma esfera que” tem o “caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não” reivindica

“nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência* [...] uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade” (MARX, 2010a. p. 162, grifos nossos). Posteriormente, n’A *sagrada família*, o potencial revolucionário comunista do proletariado apresenta-se com ainda mais nitidez:

Nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também [...] foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem suprassumir suas próprias condições de vida. Ele não pode suprassumir suas próprias condições de vida sem suprassumir *todas* as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria situação (MARX; ENGELS, 2011, p. 49, grifos nossos).

Historicamente o proletariado surge na era da maquinofatura, especialmente quando se generaliza o emprego das mulheres e das crianças nas engrenagens vis e implacáveis do trabalho assalariado industrial, o que desencadeou o rebaixamento geral do valor do salário, pois os capitalistas deixaram de remunerar a força de trabalho masculina segundo o tempo de trabalho socialmente necessário à manutenção de seus respectivos núcleos familiares, passando a pagar um salário miserável para cada membro individual da família proletária (MARX, 2013). Além disso, o rebaixamento do valor geral do salário acarretou também a necessidade de os trabalhadores manterem todos os membros de suas respectivas famílias empregadas para conseguir sobreviver. E essa é a origem do termo proletariado, usada por Marx e Engels para fazer menção aos trabalhadores que têm de manter toda a sua *prole*, ou seja, seus filhos, empregados para assim juntar a quantidade de renda necessária à subsistência de sua família. Analisando o termo etimologicamente, chega-se a um resultado análogo, pois proletariado origina-se do termo latino *proletari* que significa uma camada social apartada da participação política na Roma Antiga, cuja única forma de sobreviver era gerando prole para engrossar as fileiras das legiões militares romanas (BOBBIO, 1998).

Vale ressaltar que nos primeiros escritos de Marx e Engels tanto o comunismo quanto o potencial revolucionário do proletariado aparecem de forma enérgica,

produzindo a impressão de que o capitalismo, naquela época, pudesse ruir a qualquer momento. Isso acontece, porque na primeira metade da década de 1840, Marx e Engels fundiam sua produção científica com sua atuação política em um momento histórico no qual diversos movimentos sociais e revoltas operárias emergiam a luz do dia (DUAYER, 2011). A título de contextualização, na década de 1830, os tecelões franceses revoltaram-se contra a exploração que sofriam de seus empregadores; na Inglaterra, por sua vez, a partir de 1838, surge o movimento cartista, exigindo a redução da jornada de trabalho e a acessibilidade dos trabalhadores ao Parlamento; e, por fim, em 1844 explode a revolta de tecelões na Silésia⁵ que se levantaram contra suas condições miseráveis de trabalho. Tendo isso em mente, não é de se espantar que Marx e Engels tenham enxergado a possibilidade, pelo menos em um primeiro momento, de os violentos processos de pauperização desenvolvidos na Europa indignarem uma massa organizada de trabalhadores ao ponto deles abalarem as estruturas do capitalismo, pois, em suas palavras, para que a dominação capitalista “se torne um poder ‘insuportável’, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente ‘sem propriedade’, e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente...” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38). Do mesmo modo, era perfeitamente plausível supor naquela época se, evidentemente, compartilhava-se da indignação e do ponto de vista dos trabalhadores, a hipótese de que o comunismo se expressava como uma espécie de espectro rondando a Europa e, portanto, que era preciso atender ao seu chamado, sintetizado na máxima do *Manifesto comunista*: “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69). Contudo, a ofensiva contrarrevolucionária da burguesia reprimiu a totalidade dos movimentos operários e guerrilhas urbanas desenvolvidos desde a década de 1830 até os anos finais da década de 1840, o que, segundo Duayer (2011), forçou Marx a exilar-se na Inglaterra e concentrar-se no estudo da estrutura e da dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista, cuja compreensão se mostra imprescindível para fundamentar a luta política pela revolução social, até que se chegue o momento de uma nova crise econômica desencadear a necessidade de novas revoluções comunistas.

⁵ Região industrial que hoje englobaria áreas da Polônia, da República Tcheca e da Alemanha.

Dessa forma, quando o comunismo é exposto n’*O capital* ele aparece de forma mais científica e menos entusiasmada, ou melhor, como um processo de expropriação dos expropriadores, um momento histórico em que “quem será expropriado, agora, não” será “mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 2013, p. 832). Inclusive, Marx (2013) constata que no decorrer do próprio movimento acumulativo e predatório do capital, suas forças de produção e intercâmbio entram em contradição consigo mesmas, acarretando, paradoxalmente, a seguinte tendência: torna-se cada vez mais reduzida a parcela da população que monopoliza a riqueza produzida socialmente e, ao mesmo tempo, aumenta exponencialmente a classe de indivíduos cuja própria reprodução depende da garantia da riqueza e dos privilégios daqueles que os exploram. Nesse sentido, tal relação tende a se tornar insustentável, explodindo em revolução e a sociedade capitalista embasada na propriedade privada será supprassumida pela sociedade comunista fundamentada na propriedade social. É evidente que essa tendência não é natural, em vez disso, depende de uma contínua práxis comunista. Além disso, o comunismo não tem nada a ver com um retorno romântico às sociedades pré-capitalistas, tal como alguns vulgarizadores ou ideólogos do capital costumam interpretá-lo. Na realidade, o comunismo consiste em processo de apropriação comum daquilo que o modo de produção capitalista produziu de melhor como, por exemplo, a “cooperação” e os “meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” (MARX, 2013, p. 832), capazes de engendrar excedentes produtivos por meio dos quais se possa saciar as necessidades dos sujeitos sociais de uma maneira global. Portanto, o comunismo, em Marx e Engels, se desenvolve supprassumindo o capital, em toda a riqueza dialética desse termo, ou seja, é uma tentativa prática de *eleva*r o modo de produção capitalista a um momento histórico posterior, *mantendo* algumas das conquistas históricas nele desenvolvidas e suprimindo a mesquinha lógica de acumulação de capital, cuja única preocupação é a produção de mais-valor.

Considerações finais

Considerou-se pertinente começar este artigo apresentando ao leitor a razão da escolha da tradução de *Entfremdung* como alienação, *Entäußerung* como exteriorização

e *Aufhebung* como supressão. Ainda que seja impossível se esquivar de polêmicas quando se trata de escolher a tradução mais adequada para esses três termos alemães, faz-se necessário destacar que o único objetivo por detrás das traduções aqui escolhidas é a elucidação da maneira como o autor deste artigo realizou a análise do problema da alienação do trabalho em Marx e da necessidade de sua supressão.

Em seguida, uma parte considerável deste artigo foi dedicada à exposição do problema da alienação do trabalho nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx, inclusive destacando as dificuldades interpretativas que essa teoria embrionária apresenta nesses rascunhos escritos, sobretudo, para o próprio entendimento de seu autor. Em outras palavras, esmiuçou-se a caracterização da alienação do trabalho em Marx, que foi dividida em quatro aspectos nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a saber: a alienação do ser humano perante o objeto de seu próprio trabalho; alienação do ser humano perante sua atividade produtiva; alienação do trabalho perante o ser genérico e alienação do ser humano perante o ser humano.

Por fim, discutiu-se a originalidade da análise marxiana sobre a alienação do trabalho, ou seja, a necessidade de sua supressão por meio do comunismo. Aqui novamente o objetivo central foi concentrar-se o máximo possível na exposição do próprio entendimento de Marx e Engels sobre a possibilidade de supressão o trabalho alienado e, com ele, o modo de produção capitalista, através do movimento social comunista e de seu principal sujeito, o proletariado. Nesse sentido, não coube aqui aprofundar a investigação dos limites e das possibilidades do comunismo, muito menos criticar ou atualizar a sua expressão na segunda metade da década de 1840 – ainda que tal tarefa não só seja digna, mas, sobretudo, esteja na ordem do dia –, em vez disso, este artigo se concentrou no reconhecimento de que não é possível compreender a categoria trabalho e o problema de sua alienação sem entender a inter-relação dessas teorias com a concepção teórico-política de Marx e Engels sobre o comunismo.

Referências

BACKES, Marcelo. *De alguns conceitos fundamentais*. IN: MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família*. São Paulo, Boitempo: 2011.

DUAYER, Mario. *Apresentação*. In: MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 11-24.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

LESSA, Sergio. *Alienação e estranhamento*. IN: MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 449-91.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MONZELLI, Arthur Guilherme. **A categoria trabalho nos cadernos de sociologia do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

RANIERI, Jesus. *Apresentação*: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 11-17.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Clássicos).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas (col. Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996, v. II.

Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola: análise da definição da agenda política

Chocolate Adão Brás¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Este estudo analisa o processo de definição da agenda política do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola, a partir de modelos analíticos do campo da Ciência Política referentes a *agenda setting*, buscando compreender os elementos considerados para a formulação desse projeto e identificar os participantes visíveis e invisíveis que terão intervindo e/ou influenciado o processo. Com viés qualitativo, sustentada em documentos e referenciais bibliográficos, o estudo enquadra-se no domínio das pesquisas sobre políticas e programas, fundamentada na análise do processo de formulação de políticas. A análise política do projeto sinaliza que a modalidade adotada para a definição da agenda política foi *top-down*, ou seja, tendo o Estado como o componente principal, como participantes visíveis através dos políticos, nomeadamente, o Presidente da República e seus órgãos auxiliares, com destaque para o Gabinete do Ministro de Estado para a Coordenação Económica, o que sinaliza algum desvio no padro de formulação das políticas públicas do governo angolano, atendendo que essa responsabilidade cabe ao Ministério da Educação, na interação com os seus parceiros sociais. Por outro lado, constatou-se que para a formulação do projeto o governo teve em consideração elementos ligados a necessidade de democratização do acesso à escola e de melhoria da qualidade do ensino no país, para responder as agendas internacionais por si subscritas.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Agenda política; Escolas angolanas; Acesso e qualidade educativa.

Project to create reference schools in Angola: analysis of the definition of the political agenda

ABSTRACT

This article analyzes the agenda setting process of the Projeto de Criação de Escolas de Referência in Angola, based on analytical models from the field of Political Science referring to agenda setting, seeking to understand the elements considered for the formulation of this project and identify the visible and invisible participants that intervened or influenced the process. With a qualitative bias, supported by documents and bibliographic references, the study fits into the field of research on policies and programs, based on the analysis of the policy-making process. The results indicate that the modality adopted for defining the political agenda of the project was top-down, that is centralized, with the only visible participants being politicians, namely the President of the Republic and his auxiliary staff, especially the Minister of State for Economic Coordination, which signals some deviation in the pattern of formulating public policies of the Angolan government, because it should be the Ministry of Education responsibility,

¹ Aluno do Doutorado em Educação, na linha pesquisa políticas educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Administração Educacional pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (2019). Possui graduação em Ensino de Psicologia pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (2015). Atualmente é Assistente de Investigação no Centro de Investigação Sol Nascente, Huambo – Angola. chocolatebras@gmail.com.

in the interaction with its social partners. On the other hand, it was found that, for the formulation of the project, the government took into account the indicators related to the need to democratize access to school and to improve the quality of education in the Country, in order to respond to the international agendas it subscribed to.

Keywords: Educational policies; Policy agenda; Angolan schools; Access and educational quality.

Introdução

O objeto do presente estudo fundamenta-se na análise da definição da agenda política (*policy agenda-setting*) do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola (PCER), buscando compreender os elementos considerados para a formulação desse projeto e identificar e descrever as atribuições dos participantes visíveis e invisíveis, olhando sobretudo na sua influência no processo de formulação do projeto.²

Trata-se de um estudo que se enquadra no domínio da pesquisa sobre políticas e programas, fundamentada na análise do processo de elaboração de políticas, (MAINARDES, 2018). A sua realização importa referenciais teórico-metodológicos de análise do campo da Ciência Política, por se entender que este campo específico tem produzidos modelos explicativos que permitem melhor entendimento de como e por que um governo faz ou deixa de fazer alguma ação que tenham implicações na vida dos seus cidadãos (SOUZA, 2002). A escolha por este campo fundamenta-se igualmente na intenção de se analisar o papel das instituições na decisão e na formulação de políticas públicas, compreendendo o contexto, os sujeitos, os desdobramentos e os direcionamentos da política.

O estudo se fundamenta numa metodologia qualitativa, sustentada em documentos e referenciais bibliográficos. No essencial, o estudo privilegiou a análise documental, enfocada na Constituição da República de Angola, na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2017-2030, Despacho Presidencial n.º 11/21,

² O estudo foi realizado como critério de avaliação final da disciplina de Análise de Políticas Públicas, ministrada pelo Prof. Dr. Marco Cavalieri, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, onde estivemos como aluno especial durante o I Semestre de 2021, no âmbito da frequência do curso de doutorado em educação da referida universidade.

de 22 de Janeiro e no Termos de Referência do Projeto de Criação de Escolas de Referência. A opção por estudar essa política através de documentos justifica-se considerando a importância de se analisar as políticas públicas voltadas para educação, tendo em conta os aspectos económicos, social, políticos.

As políticas públicas neste estudo são entendidas como respostas das autoridades governamentais aos problemas identificados e apresentam-se como fundamentais na ação pública e ação governativa. Essas políticas buscam dar respostas às demandas definidas por uma multiplicidade de fatores e agentes. Enquanto conceito, as políticas públicas não são fáceis de definir, pelo facto de não existir apenas uma definição para a sua interpretação. Ainda assim, diferentes autores, tais como Ribeiro e Bembe (2019); Fialho e Moreira (2018); Agum, Riscado e Menezes (2015), apontam como a mais consensual a definição proposta por Thomas Dye (1984) em que a política pública seria o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Dito de outro modo, a ausência de uma política é em si uma política.

Fialho e Moreira (2018, p.2) referem que a ideia defendida por Dye expandiu-se incorporando o argumento de Subirats *et al.* (2008), uma vez que “tais (in)ações têm o intuito de regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios e/ou arrecadar impostos (ou todos esses casos ao mesmo tempo), a fim de resolver, de maneira pontual, um problema politicamente definido como coletivo”. Os autores consideram que essas (in)ações referem-se, ao conjunto de diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e metodologias para as relações sociais, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

É importante referir que, apesar do consenso que há em relação à definição de política pública proposta por Dye, de acordo com Souza (2006) a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1956), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Ribeiro e Bembe (2019) socorrendo-se de Andrey Heywood (2002) fazem constar que política pública é o aspecto da política que afeta a maioria das pessoas e que em termos práticos, ela consiste nas saídas (*outputs*) do processo político. Já Agum *et al.* (2015) apontam que David Easton (1953) descreveu as políticas públicas como a

manifestação do processo político, logo transformando *inputs* em *outputs*, isto é, apoios ou demandas transformadas em ações práticas ou mesmo decisões tomadas.

Neste estudo, coloca-se o foco nas políticas educacionais, olhando as formas pelas quais se definem as políticas públicas no âmbito da educação, considerando as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil visando a garantia do direito à educação e o direito à uma educação de qualidade. Segundo Souza (2011) no campo de pesquisa em política educacional, há a complexidade quando se fala em qualidade, sobretudo considerando as disputas políticas sobre a escola, os interesses político-partidários e os grupos de pressão. A propósito o autor refere que tal complexidade:

[...] se revela na necessidade de compreendermos melhor o que e como se constitui a agenda política (a pressão social), o que é como se institui a política propriamente dita (as decisões governamentais), a sua execução e os resultados desse processo, com vistas a se saber os desenhos e os movimentos da ação do Estado ante as demandas, mesmo as pouco reconhecidas, por educação. (SOUZA, 2011, p.16).

O autor leva a compreender que uma política é um constructo social e um constructo de pesquisa que no caso específico da educação, representa a existência de uma construção social do problema educacional. É a partir deste entendimento que se buscará em primeira instância fazer um enquadramento sobre a agenda política da educação em Angola neste estudo, de seguida se abordar como se dá o processo de elaboração de políticas públicas, observando as diferentes formas e perspectivas em que a mesma é discutida, faz-se uma descrição histórica dos estudos sobre a definição da agenda de políticas públicas, para chegar-se as considerações finais, fazendo inferências sobre como se deu a definição da agenda política do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola.

Tendo em conta que se pode entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas, tal como sugerem Agum *et al.* (2015) e a análise de políticas públicas como uma atividade política e social na lógica de Bardach (1998), realiza-se este estudo como o foco na *agenda setting* do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola, enquanto

um programa da política pública de Educação, fundamentado no estudo do ciclo de políticas públicas.

Para Bell e Stevenson (2006) citado por Ball e Mainardes (2011), os estudos de política educacional tendem a tomar uma das três formas que seguem: (i) o desenvolvimento de modelos analíticos através dos quais as políticas podem ser analisadas e interpretadas; (ii) a análise de um conjunto de questões relacionadas às políticas; e (iii) a análise crítica de políticas específicas. Ball e Mainardes (2011) apontam a existência de dois grupos distintos nas pesquisas e publicações brasileiras sobre políticas educacionais:

- (i) Estudos de natureza teórica sobre questões mais amplas do processo de formulação de políticas, abrangendo discussões sobre mudanças no papel do Estado, rede de influências no processo de formulação de políticas, abordagem históricas das políticas educacionais brasileiras (geralmente vinculadas à análise dos contextos socioeconómico e político), entre outros aspetos. (ii) Análise e avaliação de programas e políticas educacionais específicas (BALL; MAINARDES, 2011, p.12).

O presente estudo, apesar de tratar de uma realidade não brasileira, no caso específico, da realidade angolana, ele pode enquadrar-se no primeiro grupo, ou seja, é um estudo de natureza teórica que busca discutir um ciclo do processo de formulação de políticas, no caso a definição da agenda do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola, a partir da perspectiva de vários teóricos da área de estudo das políticas públicas.

Processo de Formulação de Políticas Públicas

A discussão sobre o processo de formulação de políticas públicas não é fácil de ser realizada pelo facto de os teóricos que a estudam divergirem muito e/ou mesmo em quase tudo. Apesar das várias divergências destaca-se a compreensão quase comum de que é mais recomendado estudá-la por ciclos com distintas fases. É essa abordagem que se busca adotar no presente estudo. Neste sentido, e para uma melhor compreensão de como este processo decorre descrever-se-á alguns modelos de elaboração de políticas públicas.

Ao perscrutar a literatura sobre o estudo das políticas públicas (*policy*) compreende-se que o primeiro teórico a trabalhar sobre o processo de elaboração de políticas públicas e a construir uma sistematização das suas fases foi Harold Lasswell (1956), identificando 7 fases: (i) *Informação*, que se fundamenta na recolha de dados relevantes para a política pública, bem como da previsão e planificação do plano de ação; (ii) *Iniciativa*, que é a aprovação da política pública em alternância a vigente; (iii) *Prescrição*, que se refere a emissão de normas gerais para a aplicação da política pública; (iv) *Invocação*, que busca uma qualificação provisória das condutas com base nas normas gerais; (v) *Aplicação*, onde se dá uma qualificação definitiva das condutas com base nas prescrições; (vi) *Avaliação*, fundamentada na estimativa do sucesso ou insucesso das decisões; (vii) *Cessação*, é onde se põe termo a vigência das prescrições e extinção dos institutos criados no ordenamento em cumprimento das normas adaptadas.

Já Lindblom (1959) identifica os seguintes passos na elaboração de uma política pública: (i) *Definição da agenda*, em que os diferentes problemas e exigências, sociais ou de governo, chegam ao processo decisório, convertendo-se em temas da agenda política; (ii) *Formulação*, no qual as pessoas e atores envolvidos neste processo concebem, formulam ou descrevem os temas que são objeto da ação governamental; (iii) *Planeamento*, que é a fase em que é planeada a ação futura, considerando os riscos e potencialidades envolvidas, as alternativas, os objetivos previstos e os resultados esperados; (iv) *Operacionalização*, é nesta fase em que os técnicos ou agentes operacionalizam a política formulada; (v) *Avaliação*, em que é construída uma metodologia específica para a análise de determinada política pública.

É importante referir que Lindblom apresenta uma sistematização que pode ser compreendida como uma atualização em relação ao modelo de Lasswell e que certamente sinaliza o encaminhamento para o modelo adotado por Dye (2005) que é assumida como o modelo paradigmático deste estudo. Para uma melhor compreensão das razões que terão levado a adotar o modelo de Thomas Dye importa diferenciá-lo de outros modelos de elaboração de uma política pública definidas por Hogwood e Gunn citados por Ribeiro e Bembe (2019); Randall Ripley citado por Ribeiro e Bembe (2019); Bardach (2000); e Dunn (2004), conforme descrito no quadro que se segue:

Quadro n.º 1 – Descrição sintética de fases de elaboração de política pública segundo vários teóricos

Teóricos	Hogwood e Gunn	Randall Ripley	Bardach	Dunn	Dye
FASES DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	Definição da Agenda	Definição da Agenda	Definição do problema a ser enfrentado	Definição da agenda política	Identificação do problema
	Filtragem de assuntos	Formulação e legitimação dos objetivos e do programa	Reunir informação	Formulação da política pública	Definição da agenda
	Definição de assunto	Operacionalização do programa	Construção de alternativas	Adoção da política pública	Formulação
	Previsão	Avaliação da operacionalização e impactos	Seleção de critérios para avaliar alternativas	Operacionalização da política pública	Operacionalização
	Definição de objetivos e prioridades	Decisões acerca do futuro da política pública e do programa	Projeção dos resultados	Avaliação da política pública	Avaliação
	Análise de opções		Confrontação de custos	Adaptação da política pública	
	Operacionalização		Tomada de decisão	Sucessão da política pública	
	Avaliação e revisão		Argumentação e defesa da proposta: comunicação	Término da política pública	
	Mudança, sucessão e finalização				

Fonte: elaboração do autor (BRÁS, 2022).

Do modelo de Hogwood e Gunn, sobressai a ideia de que é fundamental primeiro que se defina a agenda e aquilo sobre o qual se vai decidir, devendo-se filtrar os assuntos a analisar e sobre os quais se buscam aplicar uma política pública, definindo como se decidir sobre eles, tendo em atenção a previsão de como o assunto pode se desenrolar para que se passe as outras fases, pegar nos elementos já reunidos e definir objetivos e prioridades da política pública, de seguida fazer-se análise de opções para a operacionalização da política pública, monitorizando e avaliando os resultados para

saber se é necessário uma reformulação ou se se pode passar para a fase de manutenção, sucessão e finalização da política pública.

Em relação ao modelo de Randall Ripley, destacam-se a necessidade de percepção e definição do problema, bem como a mobilização de apoio para incluir o problema na agenda política, caracterizando-se como um processo que produz a agenda do governo. Neste modelo produz-se declarações de política pública, incluindo objetivos de desempenho e *design* de programas para as alcançar, com frequência sob a forma de estatuto, sendo um produto que resulta de informação, recolha, análise e disseminação, do desenvolvimento de alternativas, defesa e construção de coligações, compromisso, negociação e decisão. Na operacionalização do programa, urge adquirir recursos, planificar, organizar, fornecer benefícios, serviços entre outros, ou seja, se constituem como ações políticas, que deverão estimular e/ou conduzir ao desempenho e impactos da política pública e do programa.

Quanto ao modelo de Bardach, que segundo Ribeiro e Bembe (2019) desvia significativamente dos anteriormente analisados, sobressai a ideia de que deve-se sempre começar por tentar definir o problema e a comunicação da proposta de resolução, sendo quase inevitavelmente, a etapa final do processo. A construção de alternativas e seleção de critérios para as avaliar são igualmente determinantes em todo processo de elaboração de política pública, que na ótica desses autores deve ser “compreendido como cíclico, e por isso, devem repetir-se estes passos, algumas vezes mais do que uma vez” (RIBEIRO e BEMBE, 2019, p.121). É importante destacar que Bardach chama atenção para o facto de considerar que todas as 8 fases do seu modelo estão interligadas e que não precisam de ser desenvolvidas, exatamente na ordem que sugere, tal como nem todas são necessariamente significativas em todo e cada problema.

Já no modelo de William Dunn, destaca-se a inserção dos problemas na agenda política, observando que muitos deles não são sequer abordados enquanto outros só o são após bastantes atrasos. De seguida formulam-se políticas públicas alternativas para fazer face ao problema identificado, que podem assumir as formas de ordens executivas (muito comum no caso angolano onde usualmente são apresentados em forma de decretos presidenciais), sentenças de tribunal ou atos legislativos. Esta fase é seguida da adoção da política pública com o apoio de uma maioria legislativa, através do consenso

dos seus principais agentes, avançando para a operacionalização gerida por unidades administrativas que mobilizam os recursos humanos, financeiros e outros para a sua efetivação.

A fase de avaliação é marcada pela determinação por parte das unidades de auditoria e contabilidade do governo, se as instituições executivas, as legislativas e os tribunais estão em conformidade com os requisitos legais de uma política pública e se estão a atingir os objetivos. A seguir, as mesmas unidades do governo informam as instituições responsáveis pela formulação, adoção e operacionalização das políticas públicas a eventualidade de existência de regulamentos mal escritos, recursos insuficientes, treinamentos inadequados e outras insuficiências que podem perigar a implementação da política pública. Já a sucessão tende a ocorrer quando as instituições responsáveis pela avaliação e pela formulação percebem que a política pública já não é necessária porque o problema já foi resolvido ou desapareceu e conseqüentemente a fase de término se dá quando as instituições responsáveis pela avaliação e supervisão determinam que uma política pública, ou mesmo toda uma instituição, deve ser encerrada por já não ser necessária.

Tal como acima fez-se referência, o modelo de elaboração de políticas públicas que se adotou para este estudo é definido por Thomas Dye. A adoção de um paradigma que ajude a elaborar ou a refletir sobre uma política pública específica afigura-se como um passo relevante, pois na ótica de Ribeiro e Bembe (2019) após a investigação de diferentes propostas, o *policy maker* é chamado a adotar um modelo. Neste sentido, a escolha pelo modelo de Dye justifica-se pelo facto de se entender que as suas cinco etapas (identificação do problema, definição da agenda, formulação, operacionalização e avaliação) estão presentes de uma forma mais ou menos clara e detalhada nos modelos já apresentados, independentemente das diferenças de sequência.

Na lógica de Dye na fase de identificação do problema procura-se saber quem decide acerca do que será decidido, de onde vêm os assuntos de política pública, sem descurar da indagação do porquê que alguns assuntos são ignorados, enquanto a outros é dada a atenção, bem como buscar compreender como é que um assunto tem acesso ao sistema política e como é que surgem as propostas de política pública. Quanto a definição da agenda, o autor faz compreender que ela acontece após os formuladores de

política pública terem identificado o problema, sentirem a necessidade de o governo o abordar e de procurarem uma solução para o mesmo, sendo esta a versão oficial, a partir da qual irá nascer a política pública.

Já a formulação trata do desenvolvimento de alternativas para resposta aos problemas em agenda política. Assim, a partir do momento em que o assunto recebe apoio político, ele entra no sistema para formulação, configurando-se num processo democrático e participativo ou autoritário e de gabinete, com abordagem ascendente ou descente, etc. Em relação a operacionalização impõe-se pontuar que ela agrega todas as atividades fundamentais para a efetivação das políticas públicas formuladas pelos órgãos oficiais. Trata-se de um processo que deve ser visto como uma evolução.

Por fim a avaliação, destinada a medir, de forma sistemática a capacidade da política pública atingir os objetivos previamente fixados. Ribeiro e Bembe (2019, p.159) afirmam que os formuladores de políticas públicas e demais atores que intervêm no seu processo de elaboração, tais como o Governo, os grupos de interesse, os burocratas, os média, os *think tanks* e os partidos políticos, podem “procurar apurar se as políticas públicas atingem os objetivos predeterminados, com quais custos e com que efeitos sobre a sociedade”.

Definição da Agenda das Políticas Públicas

O estudo sobre a definição da agenda de políticas públicas (*agenda-setting*) vem sendo feita por diferentes áreas do conhecimento. Capella e Brasil (2015) apontam que as áreas originárias são a Comunicação e a Ciência Política. Os autores descrevem as diferentes tradições nas abordagens destas duas áreas ao referirem:

Enquanto os estudos na Comunicação desenvolveram-se mais voltados para a compreensão da relação entre a comunicação de massa e a opinião pública, ou seja, na relação entre a agenda midiática (*media agenda-setting*) e a agenda pública (*public agenda-setting*), na Ciência Política o foco foi deslocado para o entendimento de outras questões vinculadas ao poder político e à atenção governamental. (CAPELLA e BRASIL, 2015, p.5).

Os autores referem ainda que entendida como a *policy agenda-setting*, ou a agenda das políticas públicas, essa tradição de estudos desenvolve-se como um

desdobramento de análises voltadas à investigação de processos de participação política e seus limites no contexto da teoria democrática, avançando para a teorização sobre a formação da agenda governamental (CAPELLA e BRASIL, 2015).

No campo da Ciência Política, os primeiros estudos realizados por Cobb e Elder (1971, 1972), caracterizaram-se por uma forte relação entre o processo de formação da agenda governamental e a ampliação da democracia via participação popular. Marcado, sobretudo, pelo debate advindo da Ciência Política tradicional, a grande inovação desses estudos está na diferenciação entre a agenda sistêmica e a agenda governamental (CAPELLA e BRASIL, 2015).

O crescimento da temática é fortalecido pelos estudos de Anthony Downs (1972) acerca do ciclo de atenção e da relação existente o papel e o funcionamento da opinião pública para a emergência de temas e formulação de políticas públicas.

A segunda fase, segundo Capella e Brasil (2015) é de 1980-1990 que foi marcada pelo surgimento de importantes modelos teóricos que buscaram analisar não somente os momentos de mudanças pequenas e graduais (*incrementalismo*), mas também os momentos de rápida e significativa mudança na agenda governamental. Os modelos de Múltiplos Fluxos de John Kingdom (2003) e de Baumgartner e Jones (1993) surgem, então, como as principais inovações teóricas e metodológicas nos estudos da formação e da mudança da agenda governamental nos Estados Unidos. Já a terceira fase é compreendida pela difusão desses modelos e sua aplicação em diversos casos, sobretudo em políticas estadunidenses. A consolidação dos modelos e os ajustes realizados durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 caminharam para a experimentação empírica na análise do processo de formação das agendas e para explicações mais sistemáticas sobre a dinâmica das políticas e seus processos de mudanças (CAPELLA e BRASIL, 2015).

A quarta e mais recente fase dos estudos, de acordo com Capella e Brasil (2015) apresenta tanto avanço metodológicos quanto a superação de limites territoriais com a ampla difusão dos modelos para análises dos mais distintos sistemas políticos ao redor do globo. A criação do CAP – *Comparative Agendas Project* – que conta com a participação de mais de quinze países de quatro continentes diferentes marca o início da década de 2010 como um momento de avanço nos estudos comparados, baseados na adoção de uma metodologia comum.

Fialho e Moreira (2018, p.3) apontam que para melhor entender a realidade política que circunda o estabelecimento de agenda, autores propuseram modelos conceituais sendo o mais influente, conforme indica Birkland (2007), o de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Framework*), desenvolvido pelo norte-americano John Kingdom. Dois outros modelos também são utilizados na *agenda-setting*: o Modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium*) de Baumgartner e Jones e o Modelo de Coalizões de Advocacia (*Advocacy Coalition Framework*), sugerido por Sabatier e Jenkins-Smith.

Pelas características e objetivos deste estudo não são aprofundadas as abordagens em relação a cada um dos modelos acima apresentados, focando-se unicamente na análise da definição da agenda que, é um processo complexo e multifacetado. Por isso, Ribeiro e Bembe (2019) advertem que para compreender esse processo se deve olhar não só para a dinâmica do processo, mas também para as interações e papéis dos vários participantes governamentais e não-governamentais. Neste sentido, um importante contributo é o de John Kingdom (2003) que operacionaliza quatro conceitos que formam um modelo de construção da agenda política nos seguintes moldes:

1. Em primeiro lugar, a definição da agenda deve ser vista como um caixote de lixo, que consiste na combinação de correntes problemas, políticas, soluções, participantes e oportunidades de escolha;
2. Em segundo lugar, as ideias de políticas públicas são recombinadas e incubadas, ao longo dos anos, em comunidades de políticas públicas, de peritos e de especialistas;
3. Em terceiro lugar, os organizadores de políticas públicas (defensores que estão dispostos a empenhar-se na promoção de uma ideia, funcionários eleitos, funcionários públicos, *lobbyists*, académicos ou jornalistas) fornecem a ligação entre as ideias e os formuladores de políticas públicas;
4. Por fim, há estruturas de oportunidades, para que as ideias se tornem parte da agenda política.

É importante referir que Kingdom (2003) considera que estas estruturas são “janelas” de políticas públicas, que os organizadores de políticas públicas, pois neste sentido, tanto podem continuar abertas ou fechar como resultado das mudanças no problema e nas correntes políticas.

Caracterização das Políticas Educacionais em Angola

Angola é uma República soberana e independente desde 11 de Novembro de 1975, cujo Estado tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social (ANGOLA, 2010). Situa-se na costa ocidental da África Austral, a sul do Equador, na África subsaariana. Tem fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia e a sul com a Namíbia.

O país tem uma dimensão de 1.246.700 km², sendo política e administrativamente, constituído por 18 províncias (estados na realidade brasileira), 162 municípios e 559 comunas. De acordo com os resultados definitivos do Censo 2014, a população em Angola, à data do momento censitário, 16 de Maio de 2014, era de 25.789.024 pessoas, sendo 12,5 milhões do sexo feminino (53% da população), dos quais residem na área urbana 63% e na área rural 37% (ANGOLA, 2016).

Depois do alcance da independência em 1975, o país mergulhou por um período de guerra civil que conheceu o seu término apenas em de Abril de 2002, dando-se início a um conjunto de transformações políticas e sociais, nomeadamente, o estabelecimento da paz e reconciliação nacional, a transição de economia de orientação socialista para uma economia de mercado, a aprovação da Constituição da República de Angola (CRA) pela Assembleia Nacional em 2010, a institucionalização do Estado democrático e de direito com a realização de eleições gerais frequentes nos anos 2008, 2012 e 2017.

Estas transformações foram acompanhadas de alterações igualmente na política educacional que podem ser compreendidas tendo como referência a implementação da primeira Lei de Bases do Sistema de Educação, aprovada por meio da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro de 2001, que surgiu da necessidade de readaptação do sistema educacional com vista a responder as novas exigências da formação de recursos humanos, necessários

ao progresso socioeconómico da sociedade angolana (ANGOLA, 2001); a reforma da anterior lei do sistema educacional com a aprovação de uma nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, em 2016, por meio da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, tendo como pano de fundo a sua adequação ao novo quadro constitucional em consequência da aprovação da CRA no ano 2010 e aos novos desafios macroeconómicos do país (ANGOLA, 2020a).

Desde o alcance da paz, a educação em Angola tem sido eleita como uma área de relevância vital quer no plano das políticas e das práticas. A partir de Silva (2016) se compreende que a educação em Angola é uma área estratégica para o desenvolvimento social, não apenas pelo que representa em termos de escolarização e formação de recursos humanos, mas fundamentalmente, pela possibilidade de qualificar a população para a cidadania e a participação na reconstrução nacional. Isto implica considerar que o acesso à cidadania, no que respeita à assunção de direitos e deveres e a fruição de uma vida condigna, se faz por via de uma intervenção educativa a todos os níveis e em todas as circunstâncias da vida.

Falar da educação em Angola no contexto atual e da prioridade que ela vem tendo a nível das políticas do executivo, impõe que se faça um roteiro das medidas de política adotadas no pós-guerra civil. A partir deste roteiro se poderá compreender que o governo vê na educação a possibilidade de superação do atraso nos mais diversos sectores, económico, social, político, só para citar alguns, cuja qualificação dos recursos humanos se apresenta como primordial. Nos anos a seguir a paz alcançada em Abril de 2002 foram aprovados programas específicos no sector bastante pertinentes.

Tais programas são, nomeadamente, o Plano de Educação para Todos, aprovado em 2004, a Estratégia para a Melhoria do Sistema de Educação de 2001 a 2015, definida em 2001, a Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar de 2006 a 2015, aprovada no ano de 2005, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, gizado em 2017 e o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente, aprovado em 2018.

Todos estes programas buscam e/ou buscavam reverter não só o quadro de atraso educativo em que o país se encontra e/ou encontrava, mas o de garantir a adequação das suas políticas públicas de educação às agendas internacionais subscritas

e adotadas por Angola com destaque para a Agenda 2030 que estabelece os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e a Agenda 2063 da União Africana.

Tendo em conta a pertinência do sector da educação, os principais documentos de planeamento do estado angolano, nomeadamente, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, a Estratégia de Longo Prazo Angola 2050 elegem a educação básica e o ensino superior como prioritárias, com objetivo de promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos (ANGOLA, 2020b).

Para implantação da política pública de educação, o governo aprovou um conjunto de programas específicos, nomeadamente: (i) Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar; (ii) Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente; (iii) Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário; (iv) Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral; (v) Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-profissional; (vi) Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos; e (vii) Ação Social, Saúde e Desporto Escolar.

Ainda no âmbito das políticas no sector da educação, o governo angolano no ano letivo 2020-2021, lançou o Projeto de Criação de Escolas de Referência que pretende aprovisionar 51 (cinquenta e uma) escolas da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário de todo país, e 6 (seis) Centros de Formação Profissional das províncias de Cabinda, Luanda, Lunda Sul e Moxico, de condições humanas, materiais e financeiras que “garantam a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem”. O mesmo surge na sequência de um conjunto de políticas sociais que o governo angolano vem implementando nos últimos 18 (dezoito anos), destinadas à “contínua expansão dos sistemas de educação e ensino e de formação profissional e à consequente elevação dos níveis de qualificação da população” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, p.4).

Com estes programas o governo angolano tem pretendido atingir os objetivos inscritos nas agendas internacionais por si subscritas, com destaque a Agenda 2030, no intuito de garantir uma educação de qualidade, inclusiva, equitativa e ao longo da vida para todos os angolanos. Importa observar neste contexto histórico a influência das organizações e agendas internacionais na política educacional angolana que vem sendo estudada por alguns autores nacionais, tais como Nguluve (2010), Ngaba (2012) e Brás

(2019). Estes autores indicam que a política educativa angolana sofreu ao longo do processo evolutivo e reformas, influências de forças externas “*transnacionalismo*”.

Sendo assim, na 1ª República, bem como na 2ª e 3ª República registaram-se influências diversas. Na 1ª República que vai do período entre a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, à introdução, em 1992, de alterações profundas na Lei Constitucional, consagrando a instauração em Angola de um Estado Democrático de Direito, pluralista e assente numa economia livre de mercado, o sistema educativo, por um lado, foi fundamentalmente influenciado por um carácter político e ideológico, que partia da visão de partido único, legitimando, com isso, um certo poder que nega o outro – o diferente politicamente falando. Por outro lado, indicam uma adesão, por parte de Angola às definições educacionais, modelos e padrões normativos internacionais estabelecidos pelo então Bloco do Leste, liderado pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, aderindo assim, tanto à conformidade estrutural como ao isomorfismo organizacional dos Estados socialistas. Esta aplicação dos princípios socialistas contou com a colaboração de peritos dos países do Bloco do Leste, com destaque para a República de Cuba (NGULUVE, 2010; NGABA, 2012; BRÁS, 2019).

A 2ª República, que inicia com a revisão constitucional de 1991, com o propósito de diminuir a carga ideológica e viabilizar um novo sistema político e económico no país. Com a promulgação da Lei Constitucional de 16 de Setembro de 1992, não só ampliou os direitos fundamentais dos cidadãos e a sua participação organizada na vida política nacional e na direção do Estado, como consagrou a democracia multipartidária e o capitalismo em Angola, depois de 16 anos de monopartidarismo e de economia centralizada, registou-se uma alteração da perspectiva de organização política do sistema educativo, com o ensaio da democracia e verificou-se que Angola aderiu às definições educacionais, modelos e padrões normativos internacionais estabelecidos pelas Organizações Internacionais como a UNESCO, UNICEF e pela CPLP, onde Portugal ocupa um lugar de destaque. A cooperação com estas organizações teve como denominador comum a implementação dos objetivos do Marco de Dakar 2000 (NGABA, 2012; BRÁS, 2019).

Já na 3ª República, que nasceu com a entrada em vigor da Constituição da República de Angola aprovada a 5 de Fevereiro de 2010, registou-se a manutenção da

influência das organizações internacionais, associada à realidade económica e social do país. É nesta fase que se verificam as principais reformas no sistema educacional, cujos fundamentos assentam na promoção de condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino das línguas de Angola, bem como para a inserção e o alargamento do ensino das principais línguas de comunicação internacional, a coparticipação dos pais e encarregados de educação no financiamento das escolas, por meio do pagamento de serviços e a problemática da monodocência e formação de professores, além da relação entre a formação académica e o exercício profissional.

Projeto de Criação de Escolas de Referência

O Projeto de criação de escolas de referência é um programa do setor da Educação que insere-se na estratégia do Executivo angolano de promover, simultaneamente, a democratização do acesso ao ensino, através do alargamento da sua base de recrutamento, e a elevação da sua qualidade, mediante a disponibilização dos recursos necessários à melhoria das condições de ensino e da aprendizagem (ANGOLA, 2021).

Graças a um conjunto de intervenções devidamente estruturadas, espera-se que o projeto contribua para o fortalecimento de um total de 51 (cinquenta e uma) escolas e 6 (seis) centros de formação profissional selecionadas em todos as províncias do país, dos diferentes subsistemas de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário (ensino médio), com vista a prosseguir a melhoria da qualidade do ensino.

No termo de referência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021) sobre o projeto de criação de escolas de referência, os gestores entendem que o referido projeto promoverá boas práticas pedagógicas e de gestão escolar e disponibilizará os indispensáveis recursos materiais para o efeito, nomeadamente os recursos tecnológicos que permitirão novas abordagens de ensino e o aumento de materiais pedagógicos digitalizados. Irá igualmente proporcionar aos alunos um ambiente educativo que os motive e estimule a desenvolver o máximo das suas capacidades, através da descoberta e da experimentação,

e os trate com carinho tendo em consideração as dimensões psicossociais do trabalho da escola.

De acordo com o termo de referências, foram selecionadas para integrar o projeto escolas e centros de formação profissional das 18 (dezoito) províncias do País, estando subdivididas pelos seguintes subsistemas e sistema: educação pré-escolar (2), pré-escolar e ensino geral (1), ensino geral (8), ensino secundário pedagógico (4), ensino secundário técnico-pedagógico (36); formação profissional (6), que constam do quadro abaixo.

Quadro n.º 2 – Relação Nominal das Escolas de Referência

N.º	Escola/Instituto	Subsistema	Província
1	Escola de Formação de Técnicos de Saúde do Bengo	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Bengo
2	Instituto Médio Politécnico do Bengo		
3	Complexo Escolar da Graça n.º 1109	Ensino Geral	Benguela
4	Colégio “11 de Novembro” da Canjala - Lobito		
5	Instituto Médio de Administração e Gestão da Catumbela	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
6	Instituto Médio Industrial de Benguela		
7	Instituto Médio Politécnico do Lobito	Ensino Geral	Bié
8	Complexo Escolar n.º 291 “Simione Mucune”		
9	Colégio n.º 67 “Manguxi”	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
10	Instituto Médio Agrário do Andulo		
11	Instituto Médio de Administração e Gestão do Kuito	Ensino Geral	Cabinda
12	Liceu de Cabinda		
13	Escola de Formação de Técnicos de Saúde de Cabinda	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
14	Instituto Médio de Economia de Cabassango		
15	Escola de Formação de Técnicos da Saúde de Menongue	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Cuando Cubango
16	Instituto Médio Politécnico de Ambiente de Menongue		
17	Escola de Formação de Técnicos de Saúde do C. Norte	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Cuanza Norte
18	Instituto Médio Agrário do Cuanza Norte		
19	Escola de Magistério “Comandante Benedito”	Formação de Professores	
20	Instituto Nacional de Petróleos (Sumbe)	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Cuanza Sul
21	Instituto Médio Agrário do Waku Kungo		
22	Escola “11 de Novembro” - Xangongo	Ensino Geral	Cunene
23	Escola de Formação de Técnicos de Saúde de Ondjiva	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
24	Instituto Médio de Administração e Gestão de Ondjiva		
25	Instituto Médio Agrário de Caála	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Huambo
26	Instituto Médio Politécnico do Catchiungo		
27	Paula Frassinetti	Educação Pré-Escolar	
28	Complexo Escolar n.º 454 - Chibia	Ensino Geral	

29	Instituto Médio Agrário Tchivinguiro	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Huíla
30	Instituto Médio de Economia do Lubango		
31	Escola de Magistério "Comandante Liberdade" Lubango	Formação de Professores	
32	Complexo “Sagrada Família” – Kilamba Kiaxi	Educação Pré-Escolar	Luanda
33	Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL)	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
34	Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL)		
35	Instituto Nacional de Telecomunicações (ITEL)		
36	Instituto Médio Técnico de Hotelaria e Turismo		
37	Escola de Magistério “Mutu-Ya-Kevela”	Formação de Professores	
38	Instituto Médio Politécnico do Dundo "28 de Agosto"	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Lunda Norte
39	Escola de Magistério “11 de Novembro”	Formação de Professores	
40	Escola Secundária "Mona Quimbundo"	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Lunda Sul
41	Instituto Médio Politécnico de Saurimo		
42	Instituto Médio Agrário de Malanje	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Malanje
43	Instituto Médio de Administração e Gestão do Luena	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Moxico
44	Complexo “Nossa Senhora de Fátima”	Educação Pré-Escolar e Ensino Geral	Namibe
45	Complexo Escolar n.º 37M anexo ao Magistério	Ensino Geral	
46	Complexo Escolar Marítimo "Hélder Neto"	Ensino Secundário Técnico-Profissional	
47	Instituto Médio Técnico Agrário de Kapangombe		
48	Instituto Médio Agrário do Negage	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Uíge
49	Instituto Médio Politécnico do Uíge		
50	Instituto Médio Politécnico do Soyo	Ensino Secundário Técnico-Profissional	Zaire
51	Escola de Formação de Técnicos da Saúde de Mb. Kongo		

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2021, p.8).

O projeto abrange alguns centros de formação profissional do Sistema Nacional de Formação Profissional de 4 (quatro) províncias do país, sendo 2 destes da capital do país, Luanda, e restantes 4 das províncias de Cabinda, Lunda Sul e Moxico, como apresentado no quadro 3.

Quadro n.º 3 – Relação Nominal dos Centros de Formação Profissional integrados no Projeto

N.º	Escola/Instituto	Subsistema	Província
1	Liceu de Cabinda	Sistema Nacional de Formação Profissional	Cabinda
2	CINFOTEC Talatona		Luanda
3	CINFOTEC Rangel		
4	Cidadela “Jovens do Sucesso de Kalakala		
5	Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Saurimo		Lunda Sul
6	Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional “Dr. António Agostinho Neto”		Moxico

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2021, p.9).

Nas 57 (cinquenta e sete) instituições de ensino e formação profissional do país, o projeto fará intervenção em 5 (cinco) áreas, nomeadamente: (i) Elaboração do Projeto Educativo de Escola; (ii) Melhoria das condições materiais e orçamentais das escolas; (iii) Melhoria de competências profissionais e de condições de trabalho dos professores; (iv) aperfeiçoamento dos processos de gestão escolar; e (v) a promoção da avaliação externa das aprendizagens dos alunos. Em cada uma das 5 (cinco) áreas de intervenção do projeto de criação de escolas de referência estão definidos e previstos ações específicas e prioritárias a desenvolver em 5 (cinco) anos, tal como se pode compreender no seu Termos de Referência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, pp.4-5):

1. Elaboração do Projeto Educativo da Escola. Neste importante documento de planeamento estratégico e de gestão democrática da escola, que permite identificar os princípios, a missão, os valores, os objetivos, os resultados, as metas e os prazos da sua assunção e as estratégias segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa, o projeto de criação de escolas de referência pretende intervir de modo que os projetos educativos de escola a elaborar fundamente o orçamento a aprovar para a escola e contemple prioritariamente as intervenções que se seguem na medida em que a sua implementação depender da atuação das escolas.

2. Melhoria das Condições Materiais e Orçamentais das Escolas. Nesta área de intervenção, o projeto de criação de escolas de referência pretende que sejam alocadas mais verbas para as escolas. Parte do pressuposto de que as

escolas devem dispor de espaços, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, material informático, acesso à internet, manuais e outros materiais pedagógicos necessários para assegurar aos alunos oportunidades de aquisição de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes correspondentes aos perfis de saída de cada Subsistema de Educação e Ensino e do Sistema de Formação Profissional. Entre os materiais e meios a serem alocadas as escolas, o projeto destaca os meios tecnológicos, de modo que se criem novas oportunidades de ensino e aprendizagem que permitam à comunidade escolar desenvolver as suas atividades num ambiente mais global de trocas e assegurem a sua fácil integração no mercado trabalho. Se estabelece nesta área de intervenção como desafio a digitalização dos recursos pedagógicos. Para tanto, o projeto propõe que, o conceito de orçamento destas escolas deve obedecer a ideia do custo por aluno (oposto ao gasto por aluno) em que primeiro se projeta a formação ideal, e depois são determinados os custos necessários para se garantir essa formação.

3. Melhoria de Competências Profissionais e de Condições de Trabalho dos Professores. Considerando a importância de professores bem formados para a melhoria da qualidade educativa, o projeto prevê implementar as medidas inscritas no Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente, nomeadamente: (i) Atrair e selecionar para a formação inicial de professores candidatos com melhor preparação; (ii) Garantir que, nos cursos de formação inicial de professores, sejam proporcionadas as adequadas oportunidades de aquisição da qualificação profissional exigida pelo futuro desempenho docente e só obtenham certificação profissional para a docência os que a tiverem adquirido; (iii) Recrutar para a docência, em número suficiente, os melhores candidatos de entre os que possuem qualificação profissional, devidamente certificada e obtida em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação como habilitação para a docência; (iv) Criar condições de trabalho indispensáveis para tornar possível o desempenho profissional docente de qualidade; (v) Efetivar a supervisão pedagógica como processo de análise reflexiva das práticas do trabalho quotidiano dos professores e de construção de alternativas que respondam às reais necessidades de melhoria do seu

desempenho docente, bem como mecanismo de circulação das boas práticas entre os pares; e (vi) Proporcionar aos docentes em serviço oportunidades de formação, centradas na melhoria de práticas de ensino e de coordenação pedagógica na escola e com uma valência significativa de apoio tutorial.

4. Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Escolar. Nesta área de intervenção, se pretende garantir que as escolas de referência sejam dirigidas por profissionais conhecedores do processo educativo, com formação específica, sobretudo em gestão escolar. Também prevê determinar um modelo de acesso ao cargo de diretor da escola, que em princípio, deverá ser o modelo de concurso público para acesso ao cargo de diretor da escola, de modo a promover transparência no processo, ao mesmo tempo garantir uma seleção baseada na qualidade da proposta de trabalho que os candidatos propõem desenvolver na escola.

5. Promoção da Avaliação Externa das Aprendizagens dos Alunos. Nesta área o projeto prevê a institucionalizar a avaliação externa, no sentido de identificar vantagens da criação de escolas de referência nas aprendizagens dos alunos.

Essas áreas de intervenção e suas ações estratégicas foram definidas numa das fases de implementação do Projeto de Criação de Escolas de Referência, especificamente na segunda fase que se refere a caracterização e planificação. No seu todo, o projeto prevê 4 (quatro) fases de implementação, nomeadamente: (i) lançamento, (ii) caracterização e planificação, (iii) desenvolvimento e (iv) conclusão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, p.7) cujos períodos e objetivos estão descritos no quadro que segue.

Quadro n.º 4 – Fases de implementação do projeto de criação de escolas de referência

Fases do projeto	Designação	Período	Objetivo
PRIMEIRA	Lançamento	3º Trimestre do ano 2020 até final do 1º trimestre de 2021	Preparação do processo de implementação, nomeadamente as de criação das estruturas executivas do projeto, seleção das Escolas a abranger e primeiros momentos de informação sobre e divulgação do Projeto
SEGUNDA	Caracterização e planificação	Até ao 1º trimestre de 2022.	Planificação do projeto e, especificamente, da intervenção em cada uma das Escolas de Referência
TERCEIRA	Desenvolvimento	4.º Trimestre de 2021 até o ano de 2026.	Implantação no terreno
QUARTA	Conclusão	4.º Trimestre do ano 2026	Sistematização das lições aprendidas do PCER tendo em vista o processo de adaptação e generalização das experiências pedagógicas outras escolas

Fonte: elaboração do autor com base no Termos de Referência do projeto.

Análise da Agenda Setting do Projeto de Criação de Escolas de Referência

Para fundamentar a nossa análise sobre a definição da agenda do projeto de criação de escolas de referência, nos amparamos em Souza (2006) que na análise do ciclo de uma política pública enfatiza o processo de definição de agenda e pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas.

A autora destaca que algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública. Cada participante em cada processo podem atuar como um incentivo ou como um ponto de veto. Nesta linha de pensamento refere que à pergunta de como os governos definem suas agendas são respondidas de três formas (SOUZA, 2006):

A primeira focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda. A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo esta visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso. A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas (SOUZA, 2006, p. 30).

Para analisar o projeto em estudo, optámos por duas formas de análise das três definidas por Souza (2006), nomeadamente, focalizando (i) os problemas que motivaram a formulação da política, isto é, a transformação da situação em um problema público e (ii) nos participantes do processo decisório. Assim, buscamos compreender que elementos foram considerados para a formulação do projeto de criação de escolas de referência e identificar os participantes visíveis e invisíveis que intervieram e/ou influenciaram na definição da sua agenda.

Análise da definição do projeto a partir de um problema público

Analisando o termo de referência do projeto constatamos que o mesmo visa responder a dois principais problemas da educação em Angola que são a democratização do acesso à escola e a melhoria da qualidade de ensino. Em relação ao acesso à escola, o projeto integra um conjunto de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas para a expansão do sistema de ensino de modo a elevar os níveis de qualificação dos angolanos:

Durante os últimos dezoito anos, o Governo Angolano implementou várias políticas sociais destinadas à contínua expansão dos Sistemas de Educação e Ensino e de Formação Profissional e à consequente elevação dos níveis de qualificação da População. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, p.2).

A garantia do direito à educação, mediante maior oferecimento de matrículas para a população em idade escolar, sobretudo a crianças e adolescentes é uma preocupação evidente, pelo que o problema da democratização do acesso à escola vindo sendo caracterizada como antiga (PAXE e BRÁS, 2021). Esses autores apontam que há ainda “pouca capacidade na oferta por falta de salas de aulas para turmas de 36 (trinta e seis) alunos, carência de professores qualificados para atendimento das crianças tanto na educação infantil quanto no ensino primário” (PAXE e BRÁS, 2021, p.489). Acrescido a isso, os autores aponta a questão da exígua oferta de salas de aulas para atender crianças até 11/12 anos e o facto de as poucas salas que existem não estarem preparadas para as particularidades deste segmento etário.

A preocupação com o problema do acesso à escola é também levantada no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2030 (PNDE-2030). Apesar do documento trazer dados que sinalizam uma melhoria neste quesito nos últimos anos mantém-se a preocupação. Por exemplo, os dados sobre a escolarização do período 2004-2011 revelam o aumento dos números dos alunos que atinge o universo de 40.729.056. Se dessegregados estes números, constatamos que o Ensino primário cresce em 61,3%, de 3.022, 461 para 4.875.868. O primeiro ciclo do ensino secundário geral, os seus efetivos crescem em 68,1%, especificamente de 197.735 para 619.841. Por sua vez, o segundo ciclo do ensino secundário técnico profissional cresce 51%, na razão de 67.328 para 139.350. A formação de professores cresce 37,3% com números que vão de 61.616 para 98.234. Realçamos a modalidade da educação especial com um crescimento de 50,34% - de 11.710 para 23.593 alunos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Segundo Paxe (2021) este crescimento de pessoas que buscam pela escola sinaliza a tendência de democratização do acesso à escola quando investimentos em infraestruturas (salas de aulas) e professores, por exemplo, é garantido pelo Estado. Para o período dos dados em referência (2004-2011), o número total de salas de aulas disponíveis passou de 36.011 em 2004 para 56.857; e a evolução do corpo docente passou, no geral, de 113.523 para 233.160, num aumento de 51,3%. A estes dois fatores, realça-se também a legislação favorável à garantia do acesso à educação.

Na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de 2001 (Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro), correspondente ao período dos dados, a gratuidade referente a matrícula,

acesso aos materiais para o ensino primário (Iniciação – 6ª classe), é a isenção de pagamento de qualquer taxa ou serviços prestados na escola (PAXE, 2021). Sobre o acesso, as lições universais existentes são geralmente funcionais, cabendo assim o dever da governação de atender as crianças, ainda hoje, não atendidas pelo sistema de educação, ou aquelas cujas famílias consentem esforços financeiros onerosos para mante-las em instituições privadas de ensino.

Esses esforços que devem ser contínuos podem encontrar no projeto de criação de escolas de referência uma força para a democratização do acesso ao ensino. Essa democratização que é necessária na medida em que continua a ser preocupante o número de crianças que não têm acesso à escola ou que a abandonam. Por exemplo, em 2019 o número de crianças que terão ficado de fora do sistema de ensino em todo país seja mais de um milhão e trezentas e duas mil e setecentas e sessenta (1.302.760) crianças (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019). Portanto, o projeto pretende melhorar o direito das crianças e jovens ao ensino de qualidade, no sentido de se cumprir com o estabelecido no artigo 14.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, alterada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, visto que a notória expansão da rede escolar não ter sido acompanhada com a devida qualidade do ensino-aprendizagem.

No que se refere à qualidade de ensino como um dos elementos considerados na definição da agenda do projeto em análise, pelo seu termo de referência se percebe que a preocupação vai no sentido de conferir as escolas as condições materiais, financeiras e humanas para a melhoria da qualidade do ensino que é reconhecida pelo governo como um direito dos cidadãos e previsto na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino:

[...] o direito à educação de qualidade é o direito à aprendizagem significativa, o Governo de Angola consagra, no artigo 14.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, alterada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, que no exercício da atividade educativa, as instituições de ensino devem observar elevados padrões de desempenho e alcançar os melhores resultados no domínio científico, técnico, tecnológico e cultural e na promoção da qualidade, da excelência, do mérito e da inovação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, p.2).

Fica evidente, nestes termos, a preocupação do proponente do projeto em análise – o governo de Angola, através do Presidente da República e seus órgãos

auxiliares – da formulação de uma política que considera um problema que pode ser caracterizado como público, porquanto a garantia da democratização do acesso à escola e a melhoria da qualidade educativa afeta o público, pois a educação é vista igualmente como um bem público ligado ao projeto de país.

Identificação dos participantes visíveis e invisíveis na definição da sua agenda

O segundo elemento da nossa análise neste estudo tem a ver com a identificação dos participantes visíveis e invisíveis do processo de definição do projeto de criação de escolas de referência. Para essa identificação consideramos a perspectiva de Sousa (2006) que caracteriza os participantes visíveis como sendo os políticos, a media, os partidos, os grupos de pressão, enquanto os invisíveis, podem ser os académicos e a burocracia. Segundo a autora, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas.

No contexto do projeto em análise, partindo tanto do seu termo de referência quanto do Despacho Presidencial n.º 11/21, de 22 de Janeiro que cria a sua Comissão de Gestão se pode compreender que a definição da agenda do projeto teve como participantes visíveis os políticos, isto é, o Presidente da República e um dos seus órgãos auxiliares, nomeadamente, o Gabinete do Ministro de Estado para a Coordenação Económica. A iniciativa foi presidencial e depois o projeto foi submetido ao Ministério da Educação no sentido de melhorá-lo e operacionalizá-lo, considerando a necessidade de o governo angolano formular políticas tendentes a “atingir os objetivos inscritos quer na agenda da “Educação Para Todos”, quer na agenda 2030 para *“uma educação de qualidade, inclusiva, equitativa e educação ao longo da vida para todos”*, fixados pela UNESCO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, p.2).

É importante observar que de acordo com a organização e funcionamento dos órgãos auxiliares do Presidente da República de Angola, o Gabinete do Ministro de Estado para a Coordenação Económica é o órgão auxiliar do Presidente da República responsável pela assistência, assessoria e apoio técnico vinculados ao setor produtivo e da economia. Do ponto de vista da gestão política e processual, este órgão coordena as

políticas e programas do Ministério da Finanças e do Ministério da Economia e Planeamento (ANGOLA, 2019).

Neste sentido, e considerando que as políticas e programas de educação e o ensino fazem parte do setor social e como tal são objetos de coordenação do Gabinete da Ministra de Estado para a Área Social, se pode conjecturar a ocorrência de algum desvio no padrão de formulação de políticas públicas no contexto do governo de Angola, o que de certa pode ser analisado como uma potencial imposição de agenda deste órgão auxiliar do Presidente da República, ignorando os técnicos e burocratas do setor da educação, bem como os seus parceiros sociais. Dito de outro modo, se se considerar a organização e funcionamento do governo de Angola, a “missão de definir, propor, coordenar, executar e controlar a política educativa dos níveis de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário” é do Ministério da Educação (ANGOLA, 2020c).

A análise nos permite ainda considerar que não houve intervenção de outros participantes visíveis tais como: a media, os partidos políticos, e dos grupos de pressão, com principal realce para os sindicatos, apesar do fato de que a media, principalmente a pública, tem sido utilizada simplesmente para publicitar o projeto e o seu proponente (no caso o Presidente da República de Angola). Trata-se de um programa concebido porque o governo pretende que as instituições de ensino observem elevados padrões de desempenho e alcancem os melhores resultados no domínio científico, técnico, tecnológico e cultural e na promoção da qualidade, da excelência, do mérito e da inovação.

Entendemos que talvez fosse produtivo identificar uma eventual intervenção de mais participantes visíveis e/ou mesmo de participantes invisíveis com destaque para a intervenção de académicos e pesquisadores na definição da agenda deste programa da política educacional angolana, mas a ausência de documentos acessíveis³ ao público sobre este projeto não permite tal abordagem no momento.

³ Um dos principais problemas de estudar as políticas e os programas do governo de Angola atualmente é o acesso à informação, por não existirem banco de dados de acesso aberto quer da legislação quanto de relatórios oficiais. No contexto desse estudo, o acesso ao termo de referência (TdR) do projeto e ao despacho presidencial que cria a sua comissão de gestão não foi igualmente fácil, sobretudo o TdR que não é público.

Todavia, é possível a partir do termo de referência do projeto e do despacho presidencial que cria a sua comissão de gestão perceber que trata-se de mais uma política pública formulada na modalidade *top-down*, isto é, centralizado, começando num órgão central para os locais, que no contexto de Angola é aceita-se, tendo em conta que o país possui uma política de centralização e concentração na administração pública, em que a formulação de uma política pública habitualmente é de iniciativa do governo central.

É importante afirmar que apesar disso, no contexto da educação, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino prevê no seu artigo 10.º o princípio geral da democraticidade estabelecendo que “todos os indivíduos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na qualidade de agente da educação ou de parceiro, têm direito de participar na organização e gestão das estruturas, modalidades e instituições afetas à educação”. Paxe (2014), aponta que na realidade, tanto do sistema educacional quanto da escola, os processos de gestão assentam na cultura centralizadora, que condiciona a apropriação dos processos da educação escolar formal como uma questão coletiva, e também a busca permanente dos meios adequados para se efetivar a educação.

De certo modo, a modalidade adotada para a formulação do projeto escolas de referência fere o preceito constitucional de participação sociopolítica dos cidadãos, conforme vem expresso no art.º 52.º da Constituição da República “todo cidadão tem o direito de participar na vida política e na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, e de ser informado sobre os atos do Estado e a gestão dos assuntos públicos” (ANGOLA, 2010). Fica, assim evidente que essa modalidade do topo a base desfavorece a participação sociopolítica que é essencial para a democracia em educação.

Considerações finais

Este estudo buscou realizar uma análise da definição da agenda política do Projeto de Criação de Escolas de Referência em Angola, a partir de modelos analíticos do campo da Ciência Política referentes à *agenda setting*, buscando compreender que elementos foram considerados para a formulação da política (transformação do projeto

em um problema público) e identificar os participantes visíveis e invisíveis que intervieram e/ou influenciaram o processo de definição da sua agenda, através da análise documental, fundamentada na legislação do setor da educação e no termo de referência do projeto.

A ausência de documentos acessíveis ao público relacionado ao projeto de criação de escolas de referência condicionou grandemente o objetivo a que nos propusemos lograr tendo limitado significativamente a nossa análise. Todavia, podemos compreender que o projeto visa prover 51 escolas dos diferentes subsistemas da educação pré-escolar ao ensino médio e 6 centros de formação profissional das 18 províncias do país de condições humanas, materiais e financeiras para a garantia de um maior atendimento aos cidadãos em idade escolar, através do acesso à educação de qualidade, mediante (i) o reforço de competências profissionais dos professores; (ii) melhoria das condições materiais e orçamentais das instituições de ensino, dos processos de gestão escolar; e (ii) a promoção da avaliação externa das aprendizagens dos alunos.

De modo geral, o projeto reforça as ações do governo angolano para a concretização dos objetivos inscritos na agenda “Educação Para Todos”, e na Agenda 2030, ou seja, para a garantia de uma educação de qualidade, inclusiva, equitativa e educação ao longo da vida para todos. A intervenção nas escolas e centros de formação profissional abrangidas pelo projeto será realizada durante 5 (cinco) anos, sendo implementado em 4 (quatro) fases, que vai do lançamento do projeto no terceiro trimestre do ano 2020, a caracterização e planificação durante o ano 2021, o desenvolvimento através da implantação do programa no terreno, durante o quarto trimestre de 2021, até a sua conclusão no último trimestre de 2026.

A análise da definição da agenda deste projeto permite-nos concluir que do ponto de vista teórico se pode considerar que a modalidade adotada para a definição da agenda política do Projeto de Criação de Escolas de Referência foi *top-down*, isto é, centralizada, tendo tido como únicos participantes visíveis os políticos, nomeadamente o Presidente da República e seus órgãos auxiliares, com destaque para o Gabinete do Ministro de Estado para a Coordenação Económica, configurando um desvio no padrão de formulação de políticas públicas do governo angolano. Quanto à transformação do assunto em problema público, podemos constatar que para a formulação da projeto o

governo teve em consideração dois dos principais problemas do sistema de educação ensino que são a democratização do acesso à escola e a necessidade de melhoria da qualidade educativa.

De modo geral, fica evidente a necessidade de realização de mais estudos sobre as políticas educacionais em Angola, sobretudo no âmbito do ciclo de políticas públicas, de modo a compreender como as diferentes fases e etapas do processo de formulação de políticas são planeados e observados nas diferentes políticas, programas e projetos do setor da educação e ensino. Por outro lado, faz-se necessário que o Ministério da Educação disponibilize em acesso aberto no seu sitio da internet e/ou num banco de dados as informações, relatórios e demais documentação sobre os programas e projetos públicos do setor da educação e ensino.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**. Vol.2. Julho/Dezembro. (p.12-42), 2015.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Diário da República, I série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

ANGOLA. Decreto Legislativo Presidencial n.º8/19, de 19 de Junho – **Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República**. Diário da República I Série, N.º 81. Luanda: Imprensa Nacional, 2019.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 205/18, de 3 de Setembro – **Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente**. Diário da República I Série, N.º 135. Luanda: Imprensa Nacional, 2018.

ANGOLA. Lei n.º 32/20, de 12 de agosto - **Lei que altera a lei n.º 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Diário da República, I Série, n.º123. Luanda: Imprensa Nacional, 2020a.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 313/20, de 10 de dezembro - **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Diário da República I Série, N.º 199. Luanda: Imprensa Nacional, 2020b.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 222/20, de 20 de Agosto – **Estatuto Orgânico do Ministério da Educação**. Diário da República, I Série, n.º132. Luanda: Imprensa Nacional, 2020c.

ANGOLA. Despacho Presidencial n.º 11/21, de 22 de Janeiro – **Criação da Comissão de Gestão do Projecto de Criação de Escolas de Referência**. Diário da República, I Série, n.º15. Luanda: Imprensa Nacional, 2021.

ANGOLA. Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro – **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Diário da República, I Série, n.º170. Luanda: Imprensa Nacional, 2001.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDACH, E. **Los ocho pasos para el análisis de políticas públicas**. Editorial Miguel Angel Porrua. Primera edición, 1998.

BARDACH, Eugene. **A Practical Guide for Policy Analysis: the eighthfold path to more effective problema solving**. Nova Iorque: Chatam House Publishers of Seven Bridges Press, 2000.

BRÁS, Chocolate. **Papel da Escola na Formação para a cidadania em Angola**. 1ª Edição, Luanda: ECO7, 2019.

CAPELLA, Ana Cláudia N. BRASIL; Felipe G. A. Trajetória dos Estudos sobre a Agenda de Políticas Públicas. **Teoria e Pesquisa: revista de ciência política**, vol. 24, n. 2, 2015.

DUNN, William. **Public Policy Analysis: an introduction**. 3.ª ed. Nova Jérсия: Pearson Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11.ª ed. Nova Jérсия: Pearson Prentice-Hall, 2005.

FIALHO, N. S.; MOREIRA, V.S. **Agenda de políticas públicas: análise da produção académica brasileira**. EnANPAD. Curitiba, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014**. Luanda: INE, 2016.

KINGDOM, J. **Agendas, alternatives and public policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, [1936] 1956.

LINDBLOM, C. E. The Science of Mudding Though. **Public Administration Review**. 1959.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, v. 4, p. 186-201, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Termos de Referência do Projeto de Criação de Escolas de Referência**. Luanda: documento não editado, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2019). **Número de alunos foram do sistema de ensino**. Documento não editado.

NGABA, A. V. **Políticas Educativas em Angola (1975-2005. Entre o global e o local: o sistema educativo mundial**. Mbanza-Kongo: SEDIECA, 2012.

NGULUVE, A. K. **Educação Angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educacional**. 1ª ed. S. Paulo: Biscalchin, 2010.

PAXE, Isaac. Gestão Democrática da Escola Pública: Propostas à reforma educacional em Angola. **Revista Educação e Fronteiras On-line**, Dourados, MS, 4, 39-52., 2014.

PAXE, Isaac. ANGOLA 1975-2020: 45 Anos de Peregrinação no Direito à Educação In: Vera Cruz, Elisabete. (Org.). **Angola 45 anos: o político, o social, o económico e o cultural**. 1ed. Luanda: Mayamba Editora, 2021.

PAXE, Isaac.; BRÁS, Chocolate. **A Educação Infantil em Angola em tempos de Covid-19: makas antigas em outros tempos**. In: Maria Aparecida Guedes Monção; Luciane Muniz Ribeiro Barbosa. (Org.). **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg**. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, v. 1, p. 483-514.

RIBEIRO, António Silva.; BEMBE, Miguel Domingos. **Manual de Elaboração de Políticas Públicas**. Luanda: Mayamba, 2019.

SILVA, Eugénio Alves. **Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e desafios rumo à qualidade**. Luanda: Mayamba, 2016.

SOUZA, Ângelo, Ricardo. Por que estudar políticas educacionais? In SOUZA, A; GOUVEIA, A. B; TAVARES, T. **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/o01-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 11.10.2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, (p. 20-45), 2006.

De escrava sexual e ama de leite à docente na Casa-Grande: percepções e vivências de mulheres negras no ensino superior em uma universidade da Amazônia

Isabelle de Oliveira Costa¹
John Henry de Oliveira Vale²
Livia Cristinne Arrelias Costa³

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Este trabalho propõe-se a refletir sobre as percepções de docentes negras no ensino superior, explorando os marcadores de raça e gênero. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, tendo como técnica a entrevista semiestruturada, de modo a resgatar, através de memórias, as experiências constitutivas da trajetória das entrevistadas até a chegada na docência. Também buscou-se analisar as vivências dessas mulheres no espaço docente a partir da perspectiva do racismo e sexismo, fazendo uma análise não só teórica, mas principalmente política de suas vidas. Evidenciou-se que a presença de mulheres negras na docência superior ainda é escassa, atrelada ao fato de o espaço docente universitário ser mais um ambiente segregador. A realidade vivida por essas mulheres no ensino superior expõe o mito da democracia racial e como o racismo, junto ao sexismo, exibe sua faceta nesse âmbito.

Palavras-Chave: Docência Superior; Mulheres Negras; Vivência; Racismo.

From Sexual slave and wet-nurse to a professor in the “Casa-Grande”: perceptions and experiences of black women in the university education at a college in the Amazon

ABSTRACT

This work proposes to reflect about the perceptions of black women in university education, exploring the race and gender markers. Methodological qualitative research procedures were used, having semi structured

¹ Fisioterapeuta formada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), especialista em Terapia Intensiva Adulto pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Salvador, Bahia. Email: isabellecosta414@gmail.com.

² Fisioterapeuta, docente efetivo da Universidade do Estado do Pará (UEPA), mestre em Ensino e Saúde na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), especialista em Saúde da Família pela AVM Faculdade Integrada. Santarém, Pará. Email: fisiojh@yahoo.com.br.

³ Psicóloga, doutoranda em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente substituta na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Email: liviacristinne@gmail.com.

interviews as a technique, in order to retrieve, through remembrances, the constitutive experiences of the interviewed women trajectory until their arrival in teaching. Were also sought to analyze these women's livings in the teaching space from the perspective of racism and sexism, making not only an theoretical analysis, but mainly political of their lives. Were evidenced that the presence of black women in university education is still scarce, attached to the fact that the university teaching space is another segregating environment. The reality lived by these women in university teaching exposes the myth of racial democracy and how racism, together with sexism, displays its facets in this context.

Keywords: University Teaching; Black Women; Living; Racism.

Introdução

Este artigo buscou analisar as percepções de docentes negras sobre as suas vivências na inserção profissional no ensino superior. Os processos - tanto em âmbito pessoal como profissional- servem como ponto de partida para gerar discussões efetivas sobre os marcadores de raça e gênero dentro da universidade sob a égide da interseccionalidade, termo cunhado pela advogada e feminista negra Kimberlé Crenshaw, em 1989, que o define como

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Quando se trata das mulheres negras, por muitos anos houve um obstáculo no acesso à educação. Em virtude desse cenário, tais mulheres estariam muito distantes do mercado formal de trabalho. No contexto em questão, Maria Simone Euclides *et al.* (2015) ressaltam que a posse de um diploma ainda é uma das principais vias de formação e oportunidades para a maioria da população que deseja uma ocupação trabalhista regulamentada.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) em uma pesquisa denominada “A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação” feita em 2005, no papel de babá ou empregada doméstica, durante o século XX, a mulher negra viabilizou a emancipação da mulher branca por possibilitar a sua saída de casa para ocupar as universidades e os postos de trabalho. Em função desta construção histórica, as mulheres negras sofrem dupla discriminação de gênero e cor no Brasil: são as mais pobres, trabalham precariamente, recebem menos e figuram estatisticamente nas mais altas taxas de desemprego.

Em relação à docência no ensino superior, a presença de mulheres negras ainda é escassa. Tal fato se dá como resultado de um contexto histórico, social, econômico e cultural pautado na desigualdade, hierarquização e inferiorização raciais. Segundo Jerry Dávila (2006), a seleção de professores através de processos hostis e sistemáticos mascarados de discursos profissionalizantes e técnicos causaram gradual embranquecimento da profissão docente.

Além disso, faz-se necessário pensar no contexto da docência superior na Amazônia, pois a região é permeada por dificuldades relacionadas ao incentivo à qualificação dos recursos humanos e infraestrutura para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico (PEREIRA; SANTOS, 2020). Nesse cenário, desde 2008, a Academia Brasileira de Ciência sinalizou desafios urgentes para promover o desenvolvimento científico e tecnológico na região amazônica, dentre eles: a criação de novas universidades públicas e institutos científico-tecnológicos atendendo as mesorregiões que possuem densidades populacionais que justifiquem tamanho investimento. Também é pautada a ampliação e fortalecimento da pós-graduação, expandindo de forma expressiva a formação, atração e fixação de profissionais altamente qualificados em C&T, além do fortalecimento das redes de informação na região.

Sob essa perspectiva, em 2012, a Regional Norte do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP/NORTE) propôs um projeto à bancada da Amazônia no Congresso Nacional de inclusão no orçamento da União de recursos necessários para

prover apoio aos pesquisadores da região para buscar-se superar as desigualdades entre as regiões do país em relação à pesquisa científica e tecnológica, bem como em relação à pós-graduação, proposta está fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), dentre outras instituições.

Sob essa ótica, também se torna importante analisar as vivências dos profissionais que estão inseridos na realidade amazônica, considerando as suas particularidades. Sendo assim, esta pesquisa se fundamenta nas percepções das mulheres negras na docência a partir das indagações que geraram a motivação inicial deste trabalho: de que maneira gênero e raça interferem na trajetória de mulheres negras na docência dentro de uma universidade e quais são os desafios encontrados?

Metodologia

Esse estudo é fruto do Trabalho Científico Anual (TCA)⁴ e parte da escrevivência, termo cunhado pela intelectual Conceição Evaristo (2017) para designar a escrita que surge da vivência negra. Sob essa ótica, é importante salientar que essa pesquisa parte do olhar de uma mulher preta que era discente do curso de fisioterapia da instituição à época. Nesse contexto, ao perceber um número tão reduzido de docentes negras na universidade, a autora propõe-se a refletir criticamente sobre tal realidade. Nesse ínterim, segundo Lia Vainer Schucman *et al.* (2012), tanto a paridade quanto a assimetria racial na interação de quem pesquisa com os diferentes sujeitos nos estudos de relações raciais pode ser importantes para emergir diferentes aspectos destas. Sob essa ótica, torna-se válido salientar que a identidade do pesquisador deve ser considerada, pois ela imprime marcas ou tem o poder de o fazer em suas interações com os entrevistados e, conseqüentemente,

⁴ Trabalho Científico Anual trata-se de uma atividade em forma de relatório científico ou artigo científico de complexidade crescente, obrigatório anualmente e é realizado sob a supervisão de um orientador. Esse está presente em algumas universidades como forma de incentivar a produção científica nos diversos cursos de graduação. Núcleo de Pesquisa de Medicina (NUPEM, 2019). Disponível em: <http://portaldocam.blogspot.com/p/tca.html>. Acesso em: 20. Abr 2022.

em suas pesquisas, mormente quando estas se relacionam com temas ligados à raça, mas não exclusivamente nesses casos.

A pesquisa foi realizada em 2018 na Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Campus XII, localizada na cidade de Santarém. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição com o parecer sob o número 3.023.814 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) numerado em 00380818.7.0000.51.68.

No que diz respeito ao público da pesquisa, dentre um universo de 146 docentes da instituição na época, incluindo homens e mulheres, havia apenas duas mulheres autodeclaradas pretas através do Censo da Educação Superior⁵ realizado naquele ano. Foram excluídas da pesquisa todas as pessoas do corpo docente que não eram mulheres e nem se autodeclaravam negros.

A autora já havia tido contato previamente com as docentes por comungarem do mesmo espaço acadêmico, então as convidou a fazerem parte do estudo. Após o aceite, foi solicitado a elas que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que concede a permissão de participação na pesquisa e garante aos participantes a plenitude dos seus direitos. As integrantes do estudo eram do curso de fisioterapia e são identificadas como participantes A e B no decorrer do texto.

Este estudo valeu-se do método qualitativo de pesquisa, pois, segundo Arilda Schmidt Godoy (1995), através dele, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva ampla. Tal método parte de vastas questões que vão se elucidando no decorrer da investigação e pode ser conduzido através de diferentes caminhos. É necessário que o pesquisador vá a campo em busca da perspectiva das pessoas que estão inseridas no fenômeno a ser estudado,

⁵ O Censo da Educação Superior é o instrumento de pesquisa utilizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para coletar informações sobre as instituições de educação superior (IES). Dentre as informações adquiridas estão: infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes, docentes, organizações acadêmicas e a categoria administrativa. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 Abr 2021.

considerando todos os pontos de vista relevantes. Então, diversos dados são coletados e analisados para que haja a compreensão da dinâmica do fenômeno.

Como técnica de pesquisa utilizou-se a entrevista semiestruturada, que preconiza a utilização de um roteiro previamente elaborado, com pontos pré-estabelecidos, complementados por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, gerando respostas livres e não condicionadas a um padrão de alternativas. Para Eduardo Manzini (1990; 1991), a entrevista semiestruturada traz à tona informações de forma livre e fluida. Nesse ínterim, há de se fazer um planejamento da coleta de informações por meio da construção de um roteiro com perguntas-chave para alcançar os objetivos pretendidos para, além de coletar as informações básicas, ser também um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante (MANZINI, 2003).

Nesse contexto, de acordo com Augusto Triviños (1987) esta técnica tem como característica questionamentos básicos advindos de teorias e hipóteses que se relacionam ao tema estudado. As indagações dariam frutos a novas hipóteses provenientes das respostas dos informantes. O foco principal seria posto pelo investigador-entrevistador ao se valer da sua presença consciente e atuante no processo de coleta de informações. Além disso, o autor salienta que essa metodologia favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também os explica, levando à compreensão da sua totalidade (TRIVIÑOS, 1990; 1991).

Este estudo se utilizou de um roteiro previamente elaborado agrupado em três grandes categorias: trajetória acadêmica, racismo e sexismo. Tais temas eram anunciados e, em seguida, as participantes eram convidadas a refletir sobre os tópicos e discorrer sobre as intersecções dos temas propostos com as suas vivências. Inicialmente as entrevistadas foram indagadas acerca do seu percurso acadêmico, destrinchando as dificuldades encontradas nesse meio, ao fazer uma descrição dos caminhos trilhados até aquele momento. Posteriormente as docentes foram questionadas acerca das suas percepções sobre o racismo e sexismo na academia, trazendo à tona aspectos das suas vivências que julgavam ser relevantes. As entrevistas foram realizadas em locais sugeridos pelas

participantes, de acordo com a disponibilidade das mesmas e tiveram uma duração de aproximadamente 30 minutos.

Após as coletas, foi realizada a transcrição e posterior análise do conteúdo por meio do método de Laurence Bardin (2006), que consiste em uma forma de avaliação de dados qualitativos comumente utilizada por facilitar a sequência de tarefas e atividades a serem seguidas para tratar os dados obtidos. Tal método constitui-se de três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados e interpretação.

A etapa de pré-análise consiste nos seguintes passos, respectivamente: leitura flutuante do material; escolha dos documentos que serão analisados (inicialmente) ou seleção dos documentos que foram coletados para a análise (posteriormente); constituição do *corpus* com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; formulação de hipóteses e objetivos; e, por fim, preparação do material.

Na fase de exploração do material tem-se as etapas de codificação e categorização. Na primeira destas deve ser feito o recorte das unidades de registro e de contexto. As unidades de registro figuram-se em palavras, temas, objetos, personagens, acontecimentos ou o documento propriamente dito. Já para selecionar as unidades de contexto, deve-se levar em consideração o custo e a pertinência. Há de se fazer também a enumeração dessas unidades através da presença (ou ausência), frequência, intensidade, direção, ordem, frequência ponderada e co-ocorrência (análise de contingência). A segunda etapa consiste na categorização, que seguirá um dos seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo.

A etapa final, nomeada de tratamento dos resultados e interpretação, pode ser feita por meio da inferência. Para Bardin (2006), a inferência é imbuída dos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação, compostos pela mensagem - significação e código - e o seu suporte ou canal; e também pelo emissor e o receptor. Nessa fase é preconizado atentar-se para o emissor ou produtor da mensagem, o indivíduo (ou grupo) receptor da mensagem, a informação propriamente dita e o canal por onde a mensagem foi enviada.

Após o tratamento do material coletado, os resultados da pesquisa foram agrupados em três categorias analíticas dispostas em dois grandes grupos, sendo o primeiro destes a trajetória acadêmica, subdividido em: ingresso na carreira docente e dificuldades na formação profissional; e o segundo intitulado racismo e sexismo.

Trajetória acadêmica

As participantes foram questionadas acerca do seu percurso acadêmico, destacando como se deu a entrada no âmbito da docência superior e as dificuldades encontradas nas suas trajetórias profissionais.

Ingresso na carreira docente

Inicialmente as participantes foram questionadas acerca das suas trajetórias acadêmicas discentes e o ingresso na carreira docente. Como ideias centrais extraídas dos relatos, observou-se a admiração pela docência, a presença do racismo na graduação e as dificuldades da população negra no acesso a esses espaços.

Silva *et al.* (2017) pontuam que ser professor implica em entender que deve haver tanto apropriação do conhecimento quanto das ações necessárias para desenvolver seu ofício de forma que possa ser um agente ativo nas tomadas de decisões no âmbito educacional e, por conseguinte, na sociedade em que está inserido. Em conformidade com esta perspectiva, as participantes apontam como a admiração pela carreira docente se dá pelo poder transformador intelectual e social que a figura do professor exerce dentro do ambiente educacional. Nesse contexto, a figura docente se torna extremamente necessária, principalmente em tempos socialmente sombrios.

[...] A decisão partiu de uma oportunidade de cursar o mestrado na área do ensino. Nunca tive pretensão de ser professora, na verdade. [...] eu resolvi aceitar o desafio e durante o curso do mestrado foi que eu fui me atentando, digamos assim, ao brilhantismo que é ser docente, né? De ser um educador, de ser um agente, de

alguma forma, transformador de futuros profissionais da minha área [...] poder participar da formação desses profissionais, colocando, imprimindo, de alguma forma, a minha impressão, a minha percepção enquanto ser humano na assistência fisioterapêutica (PARTICIPANTE A).

Segundo Luciane Freitas e André Freitas (2011), a figura docente precisa ter clareza da dimensão política de sua prática, a qual está a serviço de um determinado projeto social, seja ele para manutenção ou transformação. O professor necessita desenvolver pedagogias contra-hegemônicas, as quais contribuem para a construção de habilidades sociais fundamentais para a sua atuação como agente capaz de intervir crítica e criativamente no âmbito social. A docência, em si, é um ato político.

A trajetória das mulheres negras docentes deve ser interpretada de maneira crítica a partir da percepção do caminho trilhado por elas como uma forma de se manifestarem politicamente na quebra de estruturas sociais racistas e não somente a partir da caminhada docente pela perspectiva da vocação e do dom. Como aponta Evaristo (2017, p. 137): “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara”. Sob este cenário, a participante B expõe o seguinte relato:

[...] eu sempre fui a única mulher negra da minha turma, sempre. Eu estudava numa faculdade particular, eu era bolsista da faculdade [...] isso sempre me forçava a estudar mais [...] sempre acabei me destacando muito nas melhores notas, mas sempre fui muito isolada dos outros porque todo mundo tinha muito dinheiro [...] eu pegava quatro ônibus pra ir, quatro ônibus pra voltar [...] não adianta dizer que não existe racismo porque ele existe sim. Eu nunca me esqueço que teve uma situação de um professor que sempre falava que nunca ninguém ia conseguir tirar dez na prova dele, eu fui a única que consegui tirar dez e quando ele soube “ah, é você?”, entendeu? Então esse “ah, é você?” (PARTICIPANTE B).

A universidade reflete uma desigualdade presente fora da sala de aula, prova disso é a quantidade de pessoas negras nos espaços majoritariamente brancos, em geral, fato explicado pelo racismo estrutural existente na sociedade, que, para Silvio de Almeida (2018), é parte de um processo social, histórico e político que opera criando mecanismos para que

haja discriminação sistemática de determinadas pessoas ou grupos. Este cenário é exemplificado na fala da participante B, ao dizer que:

[...] eu acabei me destacando muito, tanto prova que no dia da minha formatura, no dia da minha outorga eu recebi a grande surpresa de ter sido a melhor aluna dos quatro anos na universidade, eu ganhei um prêmio e eu nunca me esqueci das palavras do reitor “olhe bem pra ela” [...] eu vendia marmita na universidade, eu vendia Natura, eu vendia tudo pra tentar ajudar pagar. Quase ninguém sabe disso, quase ninguém mesmo [...] eu não tinha condição, então eu tinha que me virar. Eu nunca me esqueço do dia que o reitor falou “olhem só, uma mulher negra, uma jovem negra tirou as melhores notas na universidade, numa universidade particular” [...] eu lembro perfeitamente que era o ano da discussão sobre questão de cotas e eu tava saindo da universidade (PARTICIPANTE B).

Ainda segundo Almeida (2018), tendo a perspectiva do racismo como regra e não exceção, para haver alguma mudança nesse cenário é necessário adotar práticas antirracistas, como a criação de políticas internas nas instituições. Além disso, perceber o racismo como integrante da estrutura social não exime a responsabilidade dos indivíduos que cometem ações de discriminação racial. Ao compreender a ordem racista que estrutura a sociedade, os indivíduos tornam-se ainda mais responsáveis pelo enfrentamento de práticas discriminatórias e preconceituosas, considerando o silêncio nessa questão como um dispositivo de manutenção do racismo. Tal ótica é evidenciada no relato de uma das participantes, ao pontuar o seguinte:

[...] logo em seguida eu estudei pra fazer a minha residência em São Paulo e passei [...] também sempre a única negra [...] numa população de estudantes brancos eu sempre era a negra. [...] eu conheci uma professora lá na pós-graduação e eu falei pra ela “professora, meu sonho é ser professora. Eu queria ser assim, ter título, ser elegante que nem você, poder ser reconhecida”. [...] fiz a residência, fiz o mestrado [...] eu falei assim “ah, eu estudei, eu quero ser alguém, quero ser conhecida”, eu queria ser professora. Aí que surgiu o concurso pra cá [...] lembro que quando eu vim fazer a prova, eu tava terminando e uma professora chegou [...] que ia me receber “ah, você que é a (participante B)? Nossa, ainda é negra, né?” falou desse jeito “ah, eu olhei todo o teu currículo. Já tem mestrado, né?” e eu falei “é, tenho mestrado e tô ingressando no doutorado” [...] eu senti o ódio, a gente sente no olhar das pessoas. Passei no concurso daqui em primeiro lugar [...] com a maior nota, ou seja, você tem que fazer o maior esforço pra tentar se destacar (PARTICIPANTE B).

A venda instalada nos olhos da sociedade para o racismo é explicada pelo mito da democracia racial, que pode ser compreendido, segundo Nilma Lino Gomes (2005):

Como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Enquanto discurso, o mito da democracia racial, elege alguns negros “bem-sucedidos” para reforçar sua lógica perversa. Sendo assim, é muito comum ouvirmos no Brasil (ou até mesmo proferirmos nós mesmos) que no Brasil não existe racismo e desigualdade racial, pois caso contrário alguns negros(as) nunca teriam ascendido socialmente (GOMES, 2005, p. 57).

Segundo Kanbegele Munanga (2003), o mito da democracia racial no Brasil atrelado ao do sincretismo cultural bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ações afirmativas” e a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, o racismo estrutural destina às pessoas negras determinados espaços e as priva de ocuparem outros; e quando estas o fazem tal comportamento é tido como uma quebra anti-hegemônica, exigindo muito mais delas para permanecerem naquele local pelo fato da sociedade duvidar das suas capacidades intelectuais e pelo próprio desafio econômico, atrelado a uma sólida estrutura psicológica que é exigida para manter-se em uma universidade, como aponta uma das entrevistadas. Todos os espaços com oportunidade de ascensão social ocupados pela população negra são sempre conquistados. Segundo Dilvo Ristoff (2014), é grande o número de estudantes que têm dificuldades de se manter na universidade sem políticas de permanência.

De acordo com Dyane Brito Santos (2009), chegar ao ensino superior é somente uma etapa dos desafios da juventude negra sem tradição universitária. A etapa seguinte diz respeito à permanência, que são de dois tipos: a permanência material, que requer condições materiais objetivas para vivenciar a universidade, tais como dinheiro para alimentação, moradia, transporte, compra de equipamentos e aquisição de material bibliográfico; e a forma simbólica, que está associada a uma constância do indivíduo no

ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário.

Segundo Santos (2017), há pouco mais de uma década, as políticas de ações afirmativas trouxeram ao ensino superior uma parcela significativa de jovens antes excluídos da universidade. Para o negro ter acesso à universidade ou a qualquer espaço hegemonicamente branco é travada uma luta coletiva, de comunidade. Existe o peso da expectativa familiar — no incentivo ao estudo como quebra de imposições racistas de qual é o lugar do negro — e social, de forma geral, de ver na educação uma oportunidade de mudança, fazendo-o ter que se esforçar muito mais para permanecer nesse espaço.

Para bell hooks (2000), a educação é vista pela população negra como um meio de mobilidade de classe, mas os índices de acesso da população negra à educação ainda são rasos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma pesquisa denominada “Percentual de negros na educação de 2005 a 2015”, a porcentagem de negros no nível superior quase dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005 apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, mas o percentual ainda é inferior ao de brancos, que eram 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005. Os dados foram apontados na Síntese de Indicadores Sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira. Na idade que deveriam estar na faculdade, 53,2% dos negros estão cursando nível fundamental ou médio, ante 29,1% dos brancos. Na última década, o Brasil conseguiu aumentar o número de estudantes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio de 81,6% para 85%. No entanto, a instituição avalia que o crescimento foi tímido e destaca o impacto da evasão escolar entre os mais pobres.

Dificuldades na formação profissional

Ao serem questionadas acerca das dificuldades na formação profissional, observou-se relatos sobre sobrecarga feminina com as extenuantes jornadas de trabalho dentro e fora

dos seus lares, o machismo manifestado no incômodo da sociedade ao ver mulheres pretas em espaços de liderança e a percepção da solidão da mulher negra. A seguir, há um breve relato da experiência da participante A no que diz respeito à sobrecarga feminina:

[...] acho que a minha maior dificuldade seria gerir o meu tempo entre docência, assistência e a vida pessoal, né. Ser mãe, ser esposa, ser empresária, ser servidora pública. [...] tava finalizando o meu mestrado e eu escutei de um professor que eu não ia dar conta “como é que você vai? [...] você tem que trabalhar, você tem que coletar, você tem que dar conta do marido, do filho”. [...] pelo acúmulo de funções que a mulher naturalmente já tem. O fato de ser mãe, tem também a questão emocional [...] a mulher tem uma carga emocional, essa estrutura psicológica pra dar conta, pra cumprir com os meus afazeres (PARTICIPANTE A).

A forma de atuação das mulheres na sociedade sofreu e vem sofrendo modificações ao longo do tempo, uma delas foi a entrada no mercado de trabalho formal. Sob este cenário, é importante destacar que esse processo de entrada deu-se de formas diferentes para as mulheres negras e brancas, como pontua Lélia Gonzalez (1988), ao criticar as teorias feministas centradas na branquitude.

Sob este panorama, para Gonzalez (1988), existem dois tipos de dificuldades para as mulheres negras: por um lado, a inclinação eurocêntrica do feminismo brasileiro constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao omitir o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores da cultura ocidental para o conjunto das mulheres, sem mediá-los na base da interação entre brancos e não brancos. Por outro lado, há um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista. Nesse contexto, a autora faz o seguinte questionamento: quais seriam os novos conteúdos que as mulheres negras poderiam aportar à cena política para além do “toque de cor” nas propostas de gênero? Adicionalmente, Collins (2004) argumenta que o pensamento feminista negro seria:

[...]um conjunto de experiências e ideias compartilhadas [...] que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade [...] ele envolve

interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem (COLLINS, 2004, p. 123).

Ao discutir o feminismo deve-se questionar de qual feminismo está se falando, pois, para Carneiro (2003), mulheres são diversas e há a necessidade de não universalizar essa categoria, pois há um risco de invisibilizar aquelas que combinam ou entrecruzam opressões. Segundo a autora, o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial ainda permanece vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma sociedade supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão.

A mulher branca passou a desempenhar múltiplas jornadas de trabalho na sociedade e teve que conciliar todas elas por conta da imposição da figura frágil, materna e doméstica, atribuições que são refutadas por Simone de Beauvoir (2009) ao trazer reflexões acerca do papel “natural” da mulher na sociedade, que é criado pelo machismo. Porém, como salienta Djamila Ribeiro (2018):

Podemos apontar diversas propagandas que glorificam a mulher moderna, aquela que consegue dar conta de tudo e ainda manter um sorriso no rosto. Ela trabalha, é bem-sucedida, cuida da casa, dos filhos e consegue estar bonita – leia-se magra, para o marido. De fato, o que mudou? Muitas mulheres sentem-se antenadas por possuir um smartphone, aplicativos que a avisam quando será o dia da menstruação, a geladeira de inox com dispositivo de gelo do lado de fora, fogão que desliga o forno sozinho, sem se darem conta de que são ainda as responsáveis por fazer as compras, limpar a geladeira e cozinhar, por mais moderno que o eletrodoméstico seja. Há aqui a confusão de atrelar valores democráticos a valores capitalistas. De confundir emancipação com ascensão econômica. Ela trabalha fora, mas quando chega em casa ainda é responsável por cuidar dos filhos e precisa se ocupar dos afazeres domésticos. A mentalidade de fato não mudou, os mecanismos de opressão tão somente se atualizaram. Fora isso, e mais prejudicial: cria-se a ideia de que ser bem-sucedida é possuir os mesmos direitos que o homem branco e não romper com as lógicas da opressão. É fazer parte do sistema sem transformá-lo de fato (RIBEIRO, 2018, p. 85).

Ribeiro (2017) ainda pontua o fato de que essas mulheres que almejam o ideal de transformação do papel da mulher na sociedade não estão necessariamente preocupadas

com as negras e pobres que trabalham em suas casas ou em discutir as várias possibilidades de ser mulher e enxergar seus privilégios.

Como aponta Carneiro (2003), quando se fala do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis.

Para Ribeiro (2017), as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras e prostitutas. São mulheres que não entenderam nada quando as feministas brancas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Quando fala-se em propor as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, seria para que tipo de mulher? Para as mulheres negras nos anúncios de emprego destaca-se a frase: “Exige-se boa aparência”, a qual se refere às características brancas europeias. É nesse contexto que surge o incômodo da sociedade racista ao ver mulheres pretas ocupando espaços de liderança, pois este é tido como um “não lugar” para elas, tornando a vivência solitária, exemplificado no relato de uma das entrevistadas, a seguir:

[...] Eu senti muita dificuldade em relação à recepção dos professores [...] nunca foram bem receptivos a mim, nunca. Eu não sei se é em relação à minha personalidade [...] eu sempre sou muito na minha, mas eu sempre gosto de fazer tudo que é meu muito bem feito. Logo que eu entrei na universidade eu fui coordenadora do curso e eu tinha que mandar nas pessoas, e isso incomodava muito, principalmente professores homens [...] não aceitavam [...] em seguida, seis meses depois eu fui eleita coordenadora da unidade [...] fisioterapeuta, negra, mulher [...] eu tinha que mandar nos médicos e eles não aceitavam. Então, assim, a principal dificuldade que eu tenho até hoje, não vou mentir, talvez seja pessoal, não sei, mas os professores não me recebem bem na universidade. Os alunos já me recebem, assim, com um amor gigante [...] eu não lembro que eu sou negra. Eu amo o fato que eu sou negra, mas eu já ouvi vários comentários de pessoas dizendo pra mim “nossa, tu é negra, tem doutorado e ainda é a melhor naquilo que tu faz” tendeu? Eu sinto isso, não vou mentir, não, eu sinto muito forte [...] eu sou professora na [...] há nove anos, mas eu sinto uma [...] muito forte [...] da grande maioria. Eu já sofri muita, muita coisa dos professores e eu não me sinto bem. [...] não sei se não gostam de mim porque eu sou negra, por eu ser negra e por tudo que eu acabei adquirindo [...] eu sinto essa solidão sim dentro da universidade [...] dentro da universidade é uma solidão gigante, aí eu luto sozinha dentro da universidade, mas fora não, eu não me sinto só (PARTICIPANTE B).

No entanto, para Angela Davis (2016), ainda que as mulheres pretas tenham galgado lugares importantes em empregos formais, enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras segue um padrão estabelecido durante o período da escravidão. Como escravizadas, o trabalho compulsório obscurecia todos os outros aspectos da existência das mulheres. O ponto de partida para uma investigação da vida das negras sob a escravidão é uma avaliação de seus papéis como trabalhadoras.

Racismo e sexismo

Ao serem questionadas sobre esses aspectos nos ambientes profissionais e pessoais, obteve-se, como categorias de análise, o mito da mulher negra como inerentemente forte, objetificação do corpo negro, autoimagem, autocuidado e a solidão afetiva da mulher negra. Tais pontos são discutidos ao longo do texto que se segue, traçando uma inter-relação entre os marcadores de sexismo e racismo.

As entrevistadas exibem pontos de vista diferentes acerca do racismo presente no seu cotidiano. Nesse contexto, para o Conselho Federal de Psicologia (2017), a ambiguidade de autodefinição racial dificulta olhar para a sua realidade de forma a reconhecer situações potenciais de violências pelas quais talvez tenha passado. Isto refere-se a um efeito psicossocial do racismo, em sua dimensão individual. Tal fato é exemplificado nos seguintes relatos:

[...] em uma outra universidade, uma instituição de ensino que eu trabalho eu já percebi [...] como eu nunca tinha percebido [...] naquele momento, foi que eu senti [...] alguma forma, eu digo “cara, existe isso ainda, tendeu?” [...] quando as pessoas falam muito, aí eu sempre disse assim “ah, mas eu nunca passei por isso”. Pra mim, era uma coisa tão distante de mim porque, realmente, eu nunca tinha sofrido, nunca tinha percebido. E, no momento que eu percebi aquilo acontecendo comigo, eu confesso que fiquei um pouco chocada, tendeu? Mas, sei lá, talvez eu associe, porque como é uma instituição de ensino privada, é um outro público, de alguma forma [...] é um tema que não é tão discutido nas universidades privadas como é discutido nas universidades públicas [...] **eles pensavam, na verdade, que eu era a faxineira da universidade, né.** [...] as pessoas que comentaram ficaram

assustadas, aí “ah, professora, desculpa”, eu disse **“Por que? Por que eu não tenho cara de professora? Vocês tavam pensando [...] vocês tavam pensando que era uma mulher alta, loira, muito bem arrumada? Não, não sou eu e eu sou assim”**. Eu disse **“ vocês vão ter que se acostumar comigo desse jeito aqui mesmo”**, e aí todo mundo ficou rindo assim e pediu desculpas, ficaram envergonhados (PARTICIPANTE A, grifo da autora).

[...] eu acabo fazendo essa capa de ser séria demais por conta de que eu já fui muito machucada em relação a isso [...] **teve uma situação de um professor, de eu tá subindo no palco pra apresentar a jornada acadêmica e ele falou alto e em bom tom um comentário sobre o meu corpo**. [...] as turmas tinham muitos homens [...] eu evitava dar aula sem jaleco, eu comecei a dar aula de jaleco porque eu me sentia mal do jeito que ele me olhavam [...] **teve uma situação de um aluno que, eu fui passar a prova de segunda chamada e ele tentou me assediar mesmo**, aí eu chamei a coordenação, eu gritei e chamei a coordenação. [...] eu sou durona aqui, mas eu sou uma, moleca, chorona, besta, romântica, risonha, de gargalhadas altas, mas eu tenho um bloqueio muito grande frente a tudo que eu já sofri [...] já trabalhei numa universidade particular tem pouco tempo, uns três meses e eles se incomodavam, pelo fato de eu ser [...] de eu me arrumar e ficar muito bonita [...] uma das falas da coordenadora foi **“tu é negra e tu te arruma e fica muito chamativa, isso não é legal pros nossos alunos”** [...] eu sempre procurei me arrumar muito (PARTICIPANTE B, grifo da autora).

Nesse contexto, o Caderno de Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia de 2017 traz à tona uma discussão sobre os aspectos interpessoal e pessoal do racismo. O racismo interpessoal ou intersubjetivo discorre sobre os processos de desigualdade política com base na raça/cor que ocorrem entre os sujeitos que estão interagindo. Pode-se citar como exemplo as relações que acontecem no interior das organizações, as quais envolvem gestores e profissionais, profissionais e usuárias(os), entre os próprios profissionais e entre os próprios usuários; assim como os laços estabelecidos entre familiares, casais, amigos, colegas, dentre outros.

Já o racismo pessoal é quando há uma inferiorização racial pelos negros(os) por coerção e brancas(os) por benefícios, apresentando, muitas vezes, condutas que alimentam no imaginário social a representação de superioridade e inferioridade entre as raças. As manifestações racistas cotidianas são explícitas ou veladas. Há casos em que há consciência do ato tanto por parte do racista quanto daquele que sofre o racismo, no entanto, há situações em que um e outro não se atém ao acontecido, o que nem por isso significa que aquele que ataca de forma não consciente não adquira algum tipo de benefício material ou

simbólico, pois invariavelmente o adquire. Igualmente, aquele que sofre o racismo quase sempre carrega marcas simbólicas e/ou materiais do ataque vivido, mesmo que não saiba nomear o que viveu e por qual razão.

Atrelado a isso, a população negra sempre teve que lutar para conquistar os seus espaços, assumindo uma postura combativa, como um mecanismo de defesa, tornando-as pessoas lidas como “duras”. Sentimentos de insegurança, fraqueza ou qualquer outro naturalmente vivenciado pela natureza humana não são permitidos para a população negra, principalmente para as mulheres negras, pois a sua vivência é imbuída pelo mito de ser inerentemente forte. Nesse sentido, Grada Kilomba (2012) aponta que:

Somos pessoas diferentes, sujeitos diferentes. Há dias que me sinto forte, há dias em que sinto fraca, há dias em que não quero ver ninguém, há dias em que eu rio muito. Todo dia é diferente. Há dias em que eu faço piada, há dias em que eu choro. E isso faz parte desse processo de humanização porque o racismo não nos deixa ser humanos. O racismo nos coloca fora da condição humana e isso é muito violento. E muitas vezes nós achamos que alcançar essa humanidade se dá através da idealização. Se o racismo diz que eu não sei, eu vou dizer que sei ainda mais. E pra mim é muito importante desmistificar isso. Eu quero ser eu, não quero ser idealizada e nem inferiorizada. E eu, assim como todas as pessoas, quero dizer que há dias em que sei, e dias em que não sei. Às vezes eu choro e às vezes eu rio, às vezes eu quero e às vezes eu não quero. Quero ter essa liberdade humana de ser eu (KILOMBA, 2012, p. 73).

Nesse contexto, é gerada a construção da “mulher negra forte”, que causa pressão psicológica, culminando em adoecimento mental e que figura-se em uma forma de violência racial. Sob essa perspectiva, esse é um aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca, daí a importância do autocuidado e da não omissão do Estado. Nesse aspecto, para Ribeiro (2018):

A construção da mulher negra como inerentemente forte é desumana. Somos fortes porque o Estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas. Nem subalternizada nem guerreira natural: humana (RIBEIRO, 2018, p. 78).

Sob a luz do sexismo, para Gonzalez (1988), a figura do corpo feminino negro era a de doméstica, escrava trabalhando nos serviços de casa e da “mulata quente” e hipersexualizada, herança do período colonial em que as mulheres negras eram estupradas pelos senhores brancos, o que perpetua até hoje no imaginário do homem branco. Ainda há a fetichização e objetificação da mulher negra como “quente” e “boa de cama”, mas que apenas para o sexo casual e não para o casamento. Nesse cenário, para Ribeiro (2018):

Não importa onde estejamos, a marca é a exotização dos nossos corpos e a subalternidade. Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras de homens. Essas classificações, vistas a partir do olhar do colonizador, romantizam o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravas e, portanto, eram estupradas e violentadas, ou seja, sua vontade não existia perante seus “senhores”. [...] uma mulher negra empoderada incomoda muita gente, basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando vêem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina. É muito comum ouvir xingamentos do tipo: “que negra metida”, “essa negra se acha” “quem essa negra pensa que é?” quando saímos do lugar que a sociedade acha que é o nosso (RIBEIRO, 2018, p. 94).

Sob esse olhar, para Hooks (1995), as mulheres negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A exploração sexual escravocrata como incubadora para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Ao tentar explicar a exploração masculina branca e o estupro das mulheres negras durante a escravidão, a cultura branca produziu uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

Considerações finais

Evidenciou-se neste estudo que a presença de mulheres negras na docência superior ainda é escassa, atrelada ao fato de o espaço docente universitário ser mais um ambiente segregador. A realidade vivida por essas mulheres no ensino superior expõe o

mito da democracia racial e como o racismo, junto ao sexismo, exibe sua faceta nesse âmbito.

Mudar essa realidade requer um debate político no cotidiano da sociedade, de conscientização da população acerca dos privilégios de um grupo seletivo em detrimento da inferiorização das pessoas negras, do reconhecimento das formas de racismo reproduzidas diariamente e do sexismo impregnado no imaginário social, gerando formas concretas de enfrentamento para que este cenário se transforme.

Essas mulheres pesquisadas driblaram o destino outorgado a elas nessa sociedade racista indo no caminho contrário ao de escrava sexual e ama de leite para escancarar as portas da academia, aqui retratada como "Casa-Grande", transformando a docência não só em um ato político, mas também uma possibilidade de viver e resistir.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI**. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. Trad. De Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Sexual Politics: African Americans, Gender and the New Racism**. New York: Editora Routledge, 2004.

CLOVIS, Moura. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **Background Paper for the Expert Meeting on GenderRelated Aspects of Race Discrimination**. Los Angeles: Womens International Coalition for Economic Justice, 2002.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. De Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**. Ano II -Nº 14 -novembro de 2005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf>. Acesso em 05/05/2018.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Sâmia Paula dos Santos; SILVA, Joselina da. 2015. **Quando se é mulher, negra, doutora e professora universitária: uma travessia marcada por disputas**. V Reunião Equatorial de Antropologia; XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste: Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos, Maceió.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREITAS, Luciane Albernza de Araujo; FREITAS, André Luis Castro de. **A prática docente a serviço da transformação social**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. Paraná, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.3, p, 20-29, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman**: black women and feminism. New York: Routledge, 2015.

HOOKS, bell. **Feminism Is For Everybody**: Passionate Politics. Londres: Pluto Express 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Percentual de negros na educação de 2005 a 2015**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 05/12/2018.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília : Ipea, 2002.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: Episodes Of the Everyday Racism. Munster: Unrast, 2012.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MUNANGA, Kanbegele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro: Editora EDUFF, 2003.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA (Coleção Temas Afro), 2013.

PEREIRA, Denilson Diniz. LORENE, Santos. **Historiografia e Docência do Ensino Superior na Região Amazônica**. Amazonas: Revista do Instituto de Ciências Humanas. 16 n. 24 (2020).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **O novo perfil do campus brasileiro**: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, Campinas, v. 19, p. 723-747. São Paulo, 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Curso de branco**: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da universidade federal

do recôncavo da Bahia (UFRB). Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23. Salvador, 2017.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Maria Inês Cabral da; MENEZES, Elaine Cristina Queiroz; SILVA, Milena Sousa da; RODRIGUES, Cássia Marquiane da Silva. **O professor como transformador social**: agente mediador de conhecimentos e inspirador de sonhos. João Pessoa: Editora Realize. IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Eliane Silvia; CARDOSO, Lourenço. **Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada**: paridade e assimetria racial. São Paulo: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). v. 4, n. 8. jul.–out. 2012. p. 15-29.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Do acontecimento à luta: uma análise sobre o movimento Mães de Maio como uma ação coletiva conflitual

Thaís da Rosa Alves¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O presente artigo propõe refletir sobre a construção de uma ação coletiva conflitual e a sua transformação em um movimento social duradouro a partir do modelo proposto por Guy Bajoit e Julien Vanhulst (2016). Para tal análise foi escolhido o movimento das Mães de Maio, coletivo composto por mulheres oriundas das camadas populares que perderam seus filhos nos denominados Crimes de Maio, que ocorreram em 2006 no estado de São Paulo. Foram analisadas, a partir de um levantamento documental de materiais disponibilizados na internet sobre o movimento, algumas estratégias adotadas pelo grupo em consonância com as condições propostas pelos dois autores com a finalidade de verificar se tais proposições se enquadravam no movimento social selecionado.

Palavras-chave: Ação Coletiva Conflitual; Movimento Social; Movimento Mães de Maio.

From the happening to fight: an analysis about the Mothers of May Movement as a conflictual collective action

ABSTRACT

This paper proposes a reflection about the building of conflictual collective action from the model proposed by Guy Bajoit e Julien Vanhulst (2016). Mothers of May movement, a collective composed of women from popular classes who lost their sons in the year of 2006 in the Crimes of May, was chosen for such analysis. Hence, this analysis proposes to analyze some strategies adopted by that group in accordance with the conditions proposed by those authors to check if their propositions entangle with the selected movement.

Keywords: Conflictual Collective Action; Social Movement; Mothers of May Movement.

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: thaivalves1406@gmail.com.

Introdução

Sabe-se que existe um extenso debate em torno das denominadas Teorias dos Movimentos Sociais. De acordo com Alonso (2009), foram desenvolvidas três importantes linhas teóricas sobre os movimentos sociais que se afirmaram no campo da sociologia em diferentes contextos históricos e geográficos. Cada linha possui diferentes visões sobre como novas formas de mobilizações se distanciavam das estratégias e ações dos movimentos de trabalhadores, principalmente nos países da Europa. As três grandes teorias são as seguintes: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR); Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Foi a partir da última abordagem, que se debruçou em analisar os denominados “novos movimentos sociais”, que as mobilizações desta natureza foram pesquisadas no contexto da América Latina (ALONSO, 2009). A socióloga Maria da Glória Gohn (1997) sintetizou tal teoria como um paradigma baseado em esquemas interpretativos que salientam as características da cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas e o processo de criação de uma identidade coletiva. Ainda segundo Gohn (1997, p.124), a denominação como “novos” movimentos sociais possui duas principais razões que o caracterizam.

Na Europa se contrapõe ao ‘antigo’ movimento da classe trabalhadora; na América Latina se refere aos movimentos que não se envolviam com os esquemas de política populista, de jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma forma de fazer política e a politização de novos temas.

Dentre um conjunto de autores que buscaram teorizar a respeito dos Novos Movimentos Sociais se encontra o sociólogo belga Guy Bajoit. A contribuição do autor se localiza principalmente na elaboração do conceito de ação coletiva conflitual, no qual buscou, a partir do que denominou “três processos”, elucidar como um determinado sentimento de privação coletivo se transforma em um movimento social

duradouro, são eles: 1) da privação para a frustração; 2) da frustração para a mobilização e; 3) da mobilização para a organização.

A partir deste marco teórico, Bajoit e Julien Vanhulst (2016) realizaram uma análise crítica sobre o Movimento Estudantil Chileno (MECh) que emergiu no Chile nos anos 2000. Para tal tarefa, os autores utilizaram o conceito de ação coletiva conflitual que corresponde a

[...] construir um 'Nós' (uma identidade comum orgulhosa e solidária) que entra em conflito contra 'Eles' (adversário acessível, responsável da privação sofrida por Nós), em nome de um Bem Coletivo (um projeto alternativo geral traduzível em reivindicações concretas e realistas) (BAJOIT; VANHULST, 2016, p. 26, tradução nossa).

Diante disso, o presente artigo, inspirado pela experiência no contexto chileno, propõe utilizar as mesmas condições abordadas pelos autores para refletir acerca dos fatores que tornam o movimento Mães de Maio uma ação coletiva desta natureza.

O movimento em questão originou-se a partir dos episódios que ocorreram em maio de 2006, quando centenas de famílias das periferias do estado de São Paulo tiveram suas vidas alteradas devido ao confronto entre Polícia Militar e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Na ocasião, mais de 500 jovens², entre 17 e 29 anos, foram assassinados em um intervalo de dez dias, enquanto estavam a caminho do trabalho, da escola ou de suas casas. O caso ficou conhecido como os Crimes de Maio (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011). Na busca pela punição dos autores dos crimes, um grupo de mães se organizou com a intenção de lutar pela justiça e pela memória de seus filhos, criando o movimento Mães de Maio.

Para a construção deste exercício analítico, foram coletados materiais disponibilizados na internet, como notícias, artigos, relatórios e demais publicações produzidas sobre e pelo próprio movimento das Mães de Maio. Este conjunto de materiais foi, posteriormente, organizado com a finalidade de compreender a construção da mobilização dessas mulheres desde o fato que o gerou e seus

² De acordo com o levantamento realizado pela ONG Justiça Global, pertencente à Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, 564 pessoas foram assassinadas em um intervalo de 10 dias, a mesma pesquisa apontou que a maioria das mortes tinham como participantes policiais (BRITO, 2016).

desdobramentos. Após esta etapa, foram aplicadas as condições propostas por Bajoit e Vanhulst (2016) para a análise de uma ação coletiva conflitual e a sua transformação em um movimento social duradouro.

Mesmo constatando-se que o movimento escolhido já tenha se estabelecido como um movimento social duradouro, visto que ele permanece atuante há mais de dez anos, a análise em questão buscou demonstrar se as condições propostas pelos autores podem ser utilizadas como um modelo analítico válido para o movimento. Dessa forma, este artigo tem como objetivos expor o enfoque teórico sobre as ações coletivas conflituais desenvolvida pelos dois autores e a sua aplicação a um caso socialmente relevante, o que permite compreendê-lo sociologicamente.

O presente artigo está dividido em cinco seções, para além dessa introdução. Na primeira seção apresenta-se a contextualização dos denominados “Crimes de Maio” e como esse evento “extraordinário” rompeu com o cotidiano de centenas de famílias no ano de 2006. A segunda seção aborda as condições elaboradas e utilizadas pelos autores na análise de uma ação coletiva conflitual. Na terceira seção, apresenta-se a primeira condição, da privação para a frustração, e como essa condição apareceu no movimento Mães de Maio. A quarta seção se debruça sobre a transformação de uma frustração em mobilização e, a quinta seção apresenta as premissas que transformam uma mobilização em uma organização e como estas estão presentes no movimento escolhido. Por fim, as considerações finais.

A ruptura do cotidiano: os Crimes de Maio de 2006

Para compreender o surgimento do Movimento Mães de Maio, retoma-se o acontecimento desencadeador de tal mobilização. Em 11 de maio de 2006, a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAPSP) transferiu 765 presos para a Penitenciária de Segurança Máxima de Presidente Venceslau 2, localizada na zona rural de São Paulo, com a intenção de coibir possíveis rebeliões nas cadeias programadas para o dia das mães, período que alguns presos recebem o induto. Um dos presos transferidos era o líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Camacho, conhecido como Marcola (MODELLI, 2016).

Na mesma noite de sua transferência, o PCC assumiu a autoria de diversos ataques a serviços da segurança pública e seus agentes, como policiais militares e guardas municipais. Como resposta a esses ataques, nos dias seguintes uma onda de assassinatos de pessoas civis iniciou em São Paulo, juntamente com incêndios de veículos e boatos de toque de recolher em todo o estado (BRITO, 2016).

De acordo com o Relatório sobre os Crimes de Maio de 2006, desenvolvido pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CEDDPH) de 2012, entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, 564 pessoas foram assassinadas e 110 feridas, sendo que dos assassinatos, 505 foram cometidos contra civis, enquanto 59 foram contra agentes da segurança pública, ou seja, 8,6 civis a cada 1 agente público. Dentre o perfil das vítimas, 96% eram homens, 63% tinham até 25 anos, 50% eram negros ou pardos e 94% não possuíam antecedentes criminais.

Conforme o mesmo Relatório, nos dez dias de maio de 2006 executaram-se, de acordo com os dados oficiais, mais pessoas que o regime militar brasileiro que durou 21 anos. Sendo assim, consideram-se os Crimes de Maio como a maior chacina ocorrida no período democrático no Brasil.

O elevado número de assassinatos e a impunidade por parte da justiça em condenar os agentes estatais envolvidos nos grupos de extermínio responsáveis pelos crimes, impulsionou a criação do Movimento Mães de Maio. Formado primeiramente pelas mães das vítimas na Baixada Santista, litoral de São Paulo, o Movimento também acolhe demais familiares, amigos e militantes simpatizantes pelo combate à violência de Estado, principalmente aquela cometida pela polícia.

Segundo Débora Maria, mãe de Rogério, uma das vítimas de maio de 2006, e fundadora do Movimento “[...] a dor da perda é uma dor insuportável” (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011, p. 24) e foi a partir da dor da perda de um filho de forma abrupta e violenta que as Mães de Maio transformaram o luto em luta e se organizaram em um pequeno grupo inicial com três mães que buscavam das autoridades responsáveis uma resposta para os crimes que tiraram a vida de seus filhos.

Pode-se considerar que os Crimes de Maio correspondem a um evento extraordinário que rompeu com o cotidiano destas famílias que não tinham entre si nenhuma ligação e criou “[...] um estado de frustração compartilhado [...]” (GAIGER, 1999,

p. 75), gerando a predisposição para que estas mulheres moradoras de periferia e, na sua maioria, donas de casa, se organizassem em uma luta coletiva tornando-se ativistas políticas que denunciavam a violência de Estado cometida não apenas contra seus filhos, mas também contra os filhos de outras mães.

A seguir, será elucidado quais são os principais processos para a construção de uma ação coletiva conflitual em um movimento social, suas condições e como o movimento das Mães de Maio se formou.

As condições para uma ação coletiva conflitual: a privação, a frustração, a organização e a mobilização

Como Bajoit e Vanhulst (2016) apontaram, para que uma ação coletiva conflitual venha a se tornar um movimento social duradouro são necessárias três etapas: (1) que a privação seja transformada em frustração; (2) que estas frustrações sejam capazes de gerar uma mobilização e; (3) que estas mobilizações estejam inseridas em uma organização. Essas etapas não ocorrem de forma naturalizada, pois dependem de determinados fatores e das ações desenvolvidas pelos atores envolvidos.

Sendo assim, resgata-se o surgimento do Mães de Maio. O Movimento surgiu em 2006 por um grupo de três mães da Baixada Santista, litoral de São Paulo, que tiveram seus filhos mortos por agentes do Estado durante os Crimes de Maio. Qual seria a privação que desencadeou os demais processos até a formação e legitimação do Movimento? “Nem sei por onde começar, mas vou tentar explicar o inexplicável. A minha vida sem meu filho é o mais sem sentido dos sentimentos. O vazio é um verdadeiro poço sem fim” (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011, p. 27). A citação extraída da fala de Ednalva Santos, mãe de Marcos, expressa o sentimento da retirada do seu direito de ser mãe, por coincidência, no segundo domingo de maio, ou seja, dia das mães. Naquela mesma semana, várias mulheres tiveram esse direito retirado de forma inesperada, iniciando uma jornada solitária em busca de respostas. A primeira ação das mães foi a tentativa de limpar a memória de seus filhos que, tanto pelos órgãos públicos como pela mídia, foram colocados como se pertencessem à facção

criminosa, ou seja, estavam ao lado do “mal”, enquanto os policiais estavam ao lado do “bem” (GONÇALVES, 2012).

Foi desde a privação, em um primeiro momento, de exercerem as suas maternidades que estas mulheres se conectaram e assim legitimaram suas ações em busca de serem ouvidas. A partir daí, o pequeno grupo de mulheres – formado por Débora, Ednalva e Vera, que perdera a filha grávida e o genro – passou a peregrinar por delegacias e no Ministério Público (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011).

Diante desses fatos, a questão da maternidade pode ser considerada a principal privação que despertou a vontade de se mobilizar destas mulheres. A seguir, observa-se quais são os próximos passos para a consolidação de tal ação.

Da privação à frustração: o direito da maternidade e a violência estrutural

Inicialmente, Bajoit e Vanhulst (2016) definiram que uma ação coletiva conflitual se inicia a partir da privação e que para o seu desdobramento até a organização são necessárias algumas etapas. A primeira seria transformar esta privação em uma frustração.

No caso do Movimento Mães de Maio, a privação do direito à maternidade, que parecia ser um sentimento individual, passou para um nível coletivo ao se juntar à frustração de não obterem respostas sobre o que aconteceu com seus filhos e a falta de responsabilização dos culpados.

Quando resolveram ir para São Paulo, mais especificamente no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), estas mulheres tomaram conhecimento da quantidade de mortes cometidas no mesmo período com as mesmas características dos seus filhos assassinados. Assim,

Começaram a compreender os crimes de maio como manifestação de uma violência estrutural contra os dominados, especialmente aquela parcela que compõe o grupo dos seres humanos supérfluos. Saíram da condição de sujeitos individualizados para se tornarem um Sujeito Coletivo: as Mães de Maio (GONÇALVES, 2012, p. 141).

Ao se apropriarem da existência de diversos casos de assassinatos que ocorreram no mesmo período com “filhos de outras mães”, mais um elemento adentrou no então movimento ainda embrionário: a denúncia de que existe uma estrutura racial e de classe que demarca as posições sociais dos indivíduos na sociedade, gerando assim “[...] processos cruéis de produção de corpos e vidas dispensáveis” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 96).

Ao explorar as condições para a formação de uma ação coletiva conflitual, Bajoit e Vanhulst (2016) destacaram que o “bem coletivo” pelo qual o movimento reivindica deve estar inscrito em um objetivo utópico, ou seja, inacessíveis de uma forma prática, porém, não negociáveis, trazendo uma ideia de luta contínua. Ao reivindicarem o fim da violência estrutural, as Mães de Maio trazem à tona este “bem coletivo” utópico no processo de transformação da privação em frustração.

Ainda neste processo de transformação de privação em frustração, os autores evidenciaram que aqueles que se veem privados de tal “bem coletivo” devem acreditar que ele pode ser obtido de forma rápida. Para isso, alguns sinais são importantes para tal sinalização. No caso das Mães de Maio, ao se apresentarem como “as mães”, passaram a circular em espaços políticos para contarem as suas histórias e a de seus filhos. Mesmo não conseguindo alcançar a “justiça plena”, o fato de serem ouvidas por aqueles que elas denominavam como autoridades auxilia na manutenção das suas ações por trazerem uma expectativa de progresso das suas demandas.

Para finalizar o processo de privação em frustração, Bajoit e Vanhulst (2016) apontaram para uma quarta condição: a atribuição da privação para outros atores. As Mães de Maio possuem como principal antagonista o Estado, é ele o principal responsável pela morte de seus filhos, pela injustiça de não condenar os culpados e pela falta de interesse em apurar as causas das mortes (VIANNA; FARIAS, 2011). Porém, este Estado não consiste em uma estrutura abstrata. Para o movimento, ele é antropomorfo “[...] uma entidade simbólica que atravessa e ordena o cotidiano das pessoas: aquele que faz; que deve fazer; que pode realizar ou escolher não realizar” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 93).

Diante das práticas desenvolvidas pelas Mães de Maio e as condições postas como forma de viabilizar a transformação de uma privação em frustração, pode-se

observar que houve essa transição. De uma privação mais objetiva, relacionada ao direito à maternidade dessas mulheres, passou para algo mais subjetivo quando elas passam a associar as suas ações com a violência estrutural cometida contra uma parcela da população específica: homens negros, jovens e moradores das periferias. Ao mesmo tempo, observa-se que o movimento conseguiu adentrar em determinados espaços políticos o que, de certa forma, traz uma noção de que suas pautas serão ouvidas e assim atendidas e, por último, a construção do Estado como antagonista.

Da frustração à mobilização: transformando dor em luta

Como uma segunda etapa para a análise de uma ação coletiva conflitual, é necessário que “[...] os indivíduos frustrados se mobilizem [...]” (BAJOIT; VANHULST, 2016, p. 36), para tanto, mais algumas condições deverão ser observadas. Primeiramente, os autores apresentaram que as soluções individuais não são constantes, elas irão ser influenciadas por conjunturas históricas que podem facilitar ou dificultar a mobilização. O Movimento Mães de Maio possui, para além de pautas coletivas como a questão dos direitos e da justiça, uma dimensão pessoal ligada ao sofrimento e ao luto que necessita, por parte das mães e dos demais integrantes, de resiliência, principalmente pelo árduo trabalho em se “pedir justiça” (VIANNA; FARIAS, 2011). Estas duas dimensões, individual e coletiva, podem influenciar na permanência ou resignação de alguns integrantes do movimento.

Em segundo lugar, a passagem da frustração para a mobilização não é feita de forma isolada, ela necessita de uma relação com demais grupos de ativistas que mobilizem ações concretas. Com relação a esta condição, quando as Mães de Maio passaram a se organizar como um coletivo, houve um grande apoio de outras organizações e movimentos, principalmente relacionados aos direitos humanos, inserindo-se em uma rede de ativistas, como a Rede Contra a Violência, ONG Justiça Global e o Condepe, além de artistas e demais militantes que auxiliam na divulgação das ações desenvolvidas pelo movimento. Um exemplo recente foi a participação de algumas integrantes do movimento no videoclipe da música “Chapa” do *rapper* brasileiro Emicida, lançado em 2016 quando os Crimes de Maio completaram dez anos.

Além das parcerias contemporâneas, as Mães de Maio possuem alguns grupos de referência que também possuem a condição de mãe como principal fator mobilizatório, como o movimento argentino das Madres de Plaza de Mayo que, durante a ditadura militar no país, se reuniam e protestavam na Plaza de Mayo em busca de respostas sobre o paradeiro de seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o regime militar (GONÇALVES, 2012). No Brasil, outros movimentos também foram impulsionados por uma maternidade militante (ALVAREZ, 1988), como o Custo de Vida, o Movimento de Luta por Creches e o Movimento pela Anistia, durante o período ditatorial brasileiro.

Seguindo as condições propostas por Bajoit e Valnhust (2016), os autores acenaram que para haver a mobilização deve existir uma unidade no movimento, ou seja, uma identidade coletiva que deve ser reforçada por afetos. As Mães de Maio partilham entre si muito mais que a condição materna e a perda de seus filhos pela violência de Estado, essas mulheres possuem um “*ethos* de posição” (GAIGER, 1999), ou seja, possuem um modelo de referência partilhado e comum. São mulheres pertencentes às classes populares que eram donas de casa, trabalhadoras domésticas, aposentadas ou que estavam em outras atividades informais e, a partir de um acontecimento extraordinário, viram seus cotidianos se transformarem de uma maneira irreversível. Esse fato introduziu às suas vidas novas dinâmicas nas quais elas partilham um mesmo vínculo que não pode ser dividido com outros indivíduos que não tenham passado pela mesma experiência, por mais solidários à causa que sejam (VIANNA; FARIAS, 2011).

Para finalizar a questão da frustração em mobilização, destacam-se dois pontos colocados pelos autores: 1) que o movimento sustente uma contribuição importante que seja de interesse geral e 2) a importância da conduta do adversário quanto às negociações e repressões ao movimento (BAJOIT; VANHULST, 2016). Com relação à primeira condição, o Movimento busca difundir suas pautas a partir de mobilizações como caminhadas ou intervenções. Em todos esses atos as mulheres usam suas vozes para lembrar seus filhos mortos, seguindo um dos lemas do Movimento “Nossos mortos têm voz” (SALVADORI, 2018). Usando camisetas com as fotografias e os nomes de seus filhos, segurando cartazes e cruzes com os nomes das vítimas e gritando

palavras de ordem, as Mães de Maio ativam desde estes elementos simbólicos uma comoção emocional e afetiva (VIANNA; FARIAS, 2011).

Já com relação a atitude dos adversários, que se faz na figura do Estado, as reivindicações do Movimento favorecem a sua existência e manutenção. Isso se deve ao fato de que, ao mesmo tempo que foi dada uma abertura para a participação do Movimento em espaços políticos, os responsáveis pelos crimes não foram, de acordo com as Mães de Maio, punidos. Tal constatação se deve pelos julgamentos que resultaram em absolvição dos acusados, o que retroalimenta a indignação dessas mulheres e as mobilizam mais.

De acordo com as condições apresentadas acima para a transformação da frustração em mobilização, pode-se considerar que a mobilização destas mulheres se deu seguindo tais circunstâncias: 1) a mobilização possui uma dimensão individual e coletiva, o que pode facilitar ou dificultar a participação de suas integrantes; 2) suas ações possuem apoio de demais grupos ativistas, principalmente os de defesa dos direitos humanos, tanto locais como internacionais o que traz legitimidade para suas pautas; 3) a utilização da condição materna como agente político é o que primeiramente une estas mulheres em torno de uma identidade coletiva, porém, questões socioculturais também são visíveis, o que unifica mais o movimento ao se levar em consideração o pertencimento de classe destas mulheres; 4) seus atos possuem a característica de comoção emocional ao acionar, novamente, seus papéis de mães e, por último; 5) as atitudes do elemento antagonista – o Estado – acabam por impulsionar a luta destas mulheres.

Para além da mobilização: o Movimento das Mães de Maio como uma organização

Como última parte do processo de análise de uma ação coletiva conflitual, Bajoit e Vanhulst (2016) consideraram que ela deve, para além de mobilizar os indivíduos, estabelecer uma organização. Para esse estágio também são levadas em consideração algumas condições. Uma delas relaciona-se com a liderança do movimento que deve ser “de boa qualidade”, ou seja, honesta, carismática, combativa e

resistente. O Movimento Mães de Maio tem na figura de Débora Maria Rodrigues a sua principal representante. Ela é o rosto e voz do Movimento: mulher negra, moradora da periferia de Santos e mãe. Débora foi a primeira a agir ao buscar as outras mães dos Crimes de Maio depois de ter uma visão durante um sonho com o seu filho Rogério.

Durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias. Foi quando eu senti ele [Rogério] me dizer: 'Mãe se levanta! Seja forte!'. Me levantei mesmo. No dia seguinte recebi alta. Fui pra casa e, passando mais ou menos uma semana, fui à procura das outras mães que tinham perdido seus filhos também (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011, p. 25).

Embora outras mães tenham participado da origem do Movimento, Débora é considerada pelas demais integrantes a liderança central, o que facilita a articulação do Movimento não apenas em uma esfera local, mas também nacional.

Outro ponto condicionante para a constituição de uma organização, segundo os autores, relaciona-se com o fator de que quem suporta menos as privações não seriam os menos favorecidos. Este item, de certa forma, não contempla o Movimento Mães de Maio. Como citado anteriormente, as mulheres que compõem o Movimento são oriundas das camadas populares e, além do fator classe, suas existências são interseccionadas por outros marcadores de diferença como gênero e raça.

Essas interseccionalidades, de acordo com Crenshaw (2002), evidenciam múltiplas opressões que interagem em diferentes sistemas discriminatórios, como racismo, sexismo e patriarcalismo, os quais organizam e condicionam as mulheres com relação à raça, gênero e classe. Dessa forma, ao posicionaram-se dentro dessa lógica, as Mães de Maio estão inseridas em uma posição de maior desigualdade social, racial e de gênero, em contraste com os demais movimentos de direitos humanos que compõem a sua rede.

Uma terceira condição para a constituição de um movimento social duradouro seria a permanência de uma base mobilizada. As Mães de Maio permanecem há mais de dez anos reivindicando suas pautas: Liberdade, Verdade, Justiça e Memória. Embora o Movimento tenha enfrentado perdas, principalmente de mães que sucumbiram a doenças como a depressão, os frequentes casos envolvendo a violência do Estado contra os jovens de periferia transformaram o Movimento em uma das principais

referências na luta contra o extermínio da juventude pobre e negra no país (BRITO; SILVA JÚNIOR, 2015).

Seguindo as condições propostas, uma organização deve saber gerenciar seus diferentes recursos financeiros, informativos e suas redes. O Movimento tornou-se atuante em várias frentes, não apenas realizando manifestações, mas também produzindo materiais informativos como livros e páginas em redes sociais que são constantemente alimentadas. Nota-se que a militância passou a organizar a vida cotidiana dessas mulheres e a gerência correta destes diversos recursos é o que vem mantendo o movimento.

Como mais uma condição está o limite de participação e as diferentes funções que cada membro possui no interior do movimento. Como citado anteriormente, o Movimento é composto principalmente pelas mães das vítimas, mas isso não impede a adesão de demais familiares, amigos e, até mesmo, simpatizantes da causa. Porém, o protagonismo do Movimento permanece na figura das Mães, pois “[...] a solidariedade é valorizada, mas não estabelece o mesmo tipo de vínculo, algo que só o compartilhamento daquilo que é tomado como uma dor ímpar pode fazer” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 85).

A penúltima condição refere-se às interferências externas que podem desestabilizar ou auxiliar o movimento. Ainda na sua fase embrionária, as mães tinham que enfrentar os principais meios de comunicação noticiando que seus filhos pertenciam à facção criminosa responsável pela morte de policiais militares, isso fez com que estas mulheres buscassem por meio de mídias alternativas denunciar essas afirmações caluniosas (GONGALVES, 2012). Essa atitude permanece como uma ação do Movimento que, através das suas redes de comunicação ou de parceiros, busca “limpar” a memória das novas vítimas da violência do Estado. Logo, as Mães de Maio possuem demarcadas as suas articulações políticas com outros grupos que auxiliem na descriminalização da pobreza.

E, por último, os autores elencaram que são necessários métodos legítimos de luta. Cabe aqui salientar, mais uma vez, a condição materna utilizada pelas Mães de Maio. Essa condição, por si só, legitima o Movimento. Como mencionam Vianna e Farias (2011), é desde uma autoridade moral e afetiva a partir da premissa do “direito de

ser mãe” que desencadeia as demais estratégias adotadas pelo grupo, como as caminhadas, os protestos em frente aos órgãos públicos e a participação destas em demais espaços políticos.

Tais condições propostas acima relacionam-se, em certa medida, com as estratégias das Mães de Maio como uma organização, sendo elas: 1) o movimento possui uma liderança reconhecida, que permanece à frente do grupo desde a sua fundação; 2) mesmo com algumas “baixas” elas mantêm suas bases mobilizadas e atuantes; 3) possui autonomia no gerenciamento de seus recursos, assim como, soube separar as intervenções externas e a escolha de aliados, legitimando suas ações sob a condição materna. Dentre estas condições, apenas a que afirma que os menos privilegiados são aqueles que menos se mobilizam não se aplica ao Movimento.

Considerações finais

O artigo em questão buscou apresentar uma análise de como o Movimento das Mães de Maio constitui-se como uma ação coletiva conflitual de acordo com as condições propostas por Bajoit e Vanhulst (2016). Cabe salientar que o Movimento em questão pode ser considerado um movimento social duradouro visto o seu tempo de atuação, que já ultrapassou os dez anos. Portanto, tal análise propõe-se como um exercício reflexivo em vistas de averiguar se as condições elaboradas pelos autores poderiam ser consideradas no movimento social selecionado.

A partir de três processos principais: 1) da privação à frustração; 2) da frustração à mobilização e; 3) da mobilização para organização, os autores propuseram algumas condições que facilitam a investigação em torno de uma determinada ação coletiva conflitual e seus requisitos para vir a se tornar um movimento social duradouro.

O caso das Mães de Maio, apresentado nesse artigo, demonstrou que estas condições fizeram e ainda fazem parte do repertório de estratégias adotadas pelo coletivo. Cabe salientar que, dentre as condições apresentadas, uma delas não se aplicou ao grupo: a de que os menos privilegiados são os que menos se mobilizam

diante de determinadas privações, porém, isso não deslegitima a ação coletiva conflitual destas mulheres.

Embora o Movimento tenha conquistado algumas pautas pontuais, como a reparação da memória de seus filhos, a indignação destas mulheres com relação aos casos de assassinatos de jovens da periferia demanda que a indignação não se perca, somando-se a isso a tentativa de reorganização de suas vidas cotidianas que foram totalmente modificadas com a perda de seus filhos.

Portanto, pode-se pensar que foi a partir desse Movimento que as mães assumiram o custo de uma passagem de um pragmatismo inicial quando ainda sozinhas ou em pequenos grupos, buscavam respostas sobre o que aconteceu com seus filhos, para o protesto em si ao reivindicar, juntamente à memória e a busca de justiça para seus filhos, mudanças profundas na sociedade, principalmente com relação ao tratamento do Estado para com as denominadas minorias sociais.

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ALVAREZ, Sonia. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, A. (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.

BAJOIT, Guy.; VANHULST, Julien. Las acciones colectivas conflictivas: el caso del movimiento estudantil chileno. **Anuari del conflicte Social**, Barcelona, n. 6, p. 21-60, 2016. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/19150/21603>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRITO, Gisele. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 13 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRITO, Guilherme; SILVA JÚNIOR, Paulo. “O Brasil é um produtor de Mães de Maio”. **Carta Maior**, São Paulo, 22 de abr. 2015. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/-O-Brasil-e-um-produtor-de-maes-de-maio-/5/33320>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório sobre os crimes de maio de 2006**. Resolução n. 16 de 2012, Brasília – DF, p. 1-22, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/relatorio-c.e-crimes-de-maio>. Acesso em: 04 dez. 2021.

CRESHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v, 10, n. 1, p. 171-189, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. As condições socioculturais do engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.70-92, 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/gaiger13.htm>. Acesso em: 8 nov. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência do Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 131-143, jul. – dez. 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/renata-goncalves.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. **Do luto à luta**: Mães de Maio. São Paulo: Nós por nós, 2011. Disponível em: <https://fundodireitoshumanos.org.br/wp-content/uploads/2016/07/livro-maes-de-maio.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MODELLI, Lais. Os crimes que transformaram mães em ativistas contra a violência policial. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 de maio 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160508_maes_maio_lm_tg. Acesso em: 22 nov. 2020.

SALVADORI, Fausto. Mães de Maio relembram filhos que a polícia matou – e uma mãe que tombou. **Ponte**: direitos humanos, justiça e segurança pública, São Paulo, 12 de maio de 2018. Disponível em: <https://ponte.org/maes-de-maio-relembram-filhos-que-a-policia-matou-e-uma-mae-que-tombou/>. Acesso em 22 nov. 2020.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e perda institucional em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/ao4n37.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

O PCB e os caminhos da construção da Revolução Brasileira: a gênese teórica do partido (1922-1937)

Eder Renato de Oliveira¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

Objetiva-se centralmente nesse trabalho tornar público os resultados das investigações do desenvolvimento da pesquisa de mestrado sobre o PCB. O que se pretende é analisar como o partido surge e torna-se mais um elemento de modernidade no início da história republicana brasileira. Criado formalmente em 1922, o PCB tornar-se-ia uma marca indelével da esquerda brasileira. No entanto, o partido é fruto de uma múltipla associação de elementos humanos e ideológicos que se processava antes mesmo de 1922. Internamente, o PCB surge da confluência de uma rara conjuntura: imigração europeia, desenvolvimento das forças capitalistas, surgimento de uma classe operária e de movimentos de contestação como o anarcossindicalismo e as greves de 1917 e 1919. Externamente, a Revolução Russa (1917) é o estopim para a necessidade da criação de um partido organizado da classe operária. Após diversos impasses, surge a necessidade de formulação de uma teoria da revolução brasileira que tem, na figura de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão seus principais formuladores: a revolução concentra sua contradição principal nas forças agraristas *versus* industrialistas, entre a oligarquia feudal e a pequena burguesia. Apesar das mudanças no núcleo dirigente, será essa a concepção de revolução brasileira que guiará os comunistas brasileiros do PCB até a formulação de uma nova teoria da revolução em março de 1958 com a Declaração de Março.

Palavras-chave: Revolução Brasileira; PCB; Comunismo brasileiro.

The PCB and the paths of construction of the Brazilian Revolution: the theoretical genesis of the party (1922-1937)

ABSTRACT

The main objective of this work is to make public the results of investigations of the development of the master's research on the PCB. The intention is to analyze how the party emerged and became yet another element of modernity at the beginning of Brazilian republican history. Formally created in 1922, the PCB would become an indelible mark of the Brazilian left. However, the party is the result of a multiple association of human and ideological elements that took place even before 1922. Internally, the PCB arises from the confluence of a rare situation: European immigration, development of capitalist forces, emergence of a class workers and protest movements such as anarcho-syndicalism and the strikes of 1917 and 1919. Externally, the Russian Revolution (1917) was the trigger for the need to create an organized party of the working class. After several impasses, there is a need to formulate a theory of the Brazilian revolution that has, in the figure of Astrojildo Pereira and Octávio Brandão, its main formulators: the

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Marília-SP – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Pesquisou na graduação e no mestrado a concepção de Revolução Brasileira para o PCB no período que abrange 1954-1964. Estudou Ciência Política – Intercâmbio – na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha – onde pesquisou o Sistema Partidário na União Europeia. Atualmente é professor de Sociologia PEB II concursado na SEDUC-SP. Reside em Marília-SP. E-mail: eder.oliveira@unesp.br.

revolution concentrates its main contradiction in the agrarian versus industrialist forces, between the feudal oligarchy and the petty bourgeoisie. Despite the changes in the ruling nucleus, it was this conception of the Brazilian revolution that guided the Brazilian Communists of the PCB until the formulation of a new theory of revolution in March 1958 with the March Declaration.

Keywords: Brazilian Revolution; PCB; Brazilian Communism.

Introdução

Não se busca neste artigo a ambição de uma história totalizante (ainda que não se isente o ponto de vista da totalidade em sentido dialético) sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O surgimento do PCB² está intimamente atrelado ao processo de constituição, formação e desenvolvimento das formas capitalistas desde o fim do século XIX, no Brasil. A expansão das formas capitalistas se traduz no aparecimento de classes sociais fundamentais e antagônicas e, também, num certo desenvolvimento de suas lutas de classes nos centros dinâmicos da economia.³

Opta-se, metodologicamente, nesta investigação, pela concepção marxista de classe social da forma que se expressa em suas obras mais significativas, a exemplo do clássico O Manifesto Comunista de 1848. Por isso, a classe social é aquela que ocupa, na formação social, uma posição na produção e estabelece uma relação social jurídico-política na detenção dos meios de produção. Na formação social capitalista, portanto, as classes fundamentais são o proletariado e a burguesia. Como expôs Friedrich Engels em nota à edição inglesa, de 1888, da obra “Manifesto Comunista”:

Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios da produção social e empregados assalariados. Proletário, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para viver (MARX; ENGELS, 2010, p. 9).

² Analisa-se neste trabalho a trajetória da história política do atual Partido Comunista Brasileiro (PCB) que teve seu registro aceito no Supremo Tribunal Eleitoral (STE) em 09/05/1996 sob a Sigla partidária nº 21. Ademais, em 1922 o atual PCB era denominado *Partido Comunista do Brasil* sob a sigla PCB. No ano de 1961, por motivações políticas e táticas, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro.

³ Para uma visão geral e didática sobre o surgimento das ideias socialistas no Brasil ver: KONDER, 2010. Um estudo histórico, pioneiro e amplo sobre o PCB, em específico, pode ser verificado em: SEGATTO, 1989.

A gênese do Partido Comunista Brasileiro não se encontra apenas no emblemático ano de 1922, mas é fruto das múltiplas dimensões de um processo histórico de formação da classe operária brasileira e o fortalecimento das relações capitalistas no Brasil. Desde o fim da Monarquia (1822-1889), a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações no tecido social: o fim da escravidão, as relações capitalistas no campo, a vinda do imigrante europeu no campo e, posteriormente, na cidade e o surgimento de ideologias de viés socialista são marcas indeléveis da formação do Brasil moderno.

O PCB surge das vicissitudes, no campo da política operária nacional e internacional. No âmbito nacional, o anarcossindicalismo deu o substrato humano e material para o surgimento do partido. Líderes advindos do anarcossindicalismo, a exemplo de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, foram fundamentais na criação do PCB e na formulação de uma concepção de revolução brasileira. Ao proceder no estudo das Ciências Sociais e aqui, em específico no estudo de um partido revolucionário, Lucien Goldmann assevera que:

Nas ciências humanas, não basta, pois, como acreditava Durkheim, aplicar o método cartesiano, pôr em dúvida verdades adquiridas e abrir-se inteiramente aos fatos, pois o pesquisador aborda muitas vezes os fatos com categorias e pré-noções implícitas e não conscientes que lhe fecham de antemão o caminho da compreensão objetiva (GOLDMANN, 1978, p. 11).

A importância, ainda, de se escrever sobre o PCB neste começo de século XXI, reside no fato, como acertadamente escreveu Christopher Hill, de que a cada geração é preciso *reescrever* a História, pois embora o tempo histórico (o passado) seja irreversível, o presente está em constante mudança. Para o historiador marxista britânico, cada geração lança novas perguntas sobre o passado (HILL, 1987).

Este trabalho leva em consideração as investigações de Adam Schaff. Em sua obra “História e Verdade”, faz uma indagação crucial ao desenvolvimento do trabalho do historiador: como diferenciar a verdade do conhecimento histórico e a propaganda, num contexto em que o ofício do historiador consiste em analisar os mesmos fatos de diversas maneiras? Ao que parece, Schaff nos apresenta uma pista: a questão metodológica. Assim:

Se apesar dos métodos e das técnicas de investigação aperfeiçoadas, os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes [...] será possível que esses historiadores façam simplesmente uma propaganda camuflada em lugar da ciência? (SHAFF, 1987, p. 66).

Analisa-se aqui, em linhas gerais, os condicionantes de desenvolvimento da via capitalista no Brasil e a inserção das lutas e formas particulares de organização da classe trabalhadora. Desta forma, foi possível perceber que a gênese do Partido Comunista Brasileiro (PCB) esteve intimamente atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do surgimento e formação do proletariado.

Nota-se também que o anarquismo, em sua variante anarco-sindicalista, foi a corrente hegemônica que aglutinou amplos setores e organizações proletárias. Embora a ideologia anarquista tenha sido de suma importância para os primeiros desenvolvimentos de formas particulares de luta e organização, ela mostrou-se incapaz de levar o nascente proletariado brasileiro a efetivas vitórias contra o Estado liberal-oligárquico. Das contradições internas e externas que emergem entre 1917 e 1922, terá vaga, no Brasil, a fundação do PCB como mais um elemento da modernidade capitalista.

Entre 1922 e 1935 o partido, obstinadamente, levou a cabo uma política de Revolução Brasileira, pautada, no que pese seus métodos e sua orientação ideológica, por um misto de desconhecimento da realidade das contradições reais e objetivas orientadas pela ação da Terceira Internacional Comunista aliada ao complexo ideológico tenentista de matiz militarista e pequeno-burguesa. Evidentemente, e não menos importante, este quadro agravava-se com a perseguição política aos militantes do partido. Este dado é importante, porque revela e muito da construção da democracia brasileira em todo o período republicano. Durante o período estudado (1922-1937), o PCB ficou praticamente na ilegalidade sendo que, “poucos meses após sua fundação, o PCB é jogado na ilegalidade (julho de 1922)” (SEGATTO, 1989, p. 27).

O revés do movimento de 1935 – estratégia e tática de uma leitura desacertada das contradições da formação social brasileira – levaria os comunistas a uma crise de organização e que culmina na desestruturação das células partidárias ao longo do período do Estado Novo (1937-1945). A impertinência de Getúlio Vargas ao partido não só gerou o esfacelamento de qualquer possibilidade de levar adiante um projeto sólido

de Revolução Brasileira, mas significou o aniquilamento físico e prisões que, de fato, impossibilitaria ao partido recompor-se com facilidade.

A sua difícil reestruturação, em meio ao prenúncio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e à repressão aos quadros partidários no período do Estado Novo e aos desdobramentos de um iminente conflito mundial e ascensão do nazifascismo, o movimento comunista internacional teve de se repensar internamente e publicamente. A entrada dos Estados Unidos da América (EUA)⁴ e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1940-1945, URSS) na Segunda Guerra Mundial alteraram as relações dos comunistas com os diversos governos das nações capitalistas.

A gênese do PCB: o longo caminho na formação do partido

O final do século XIX marca o fim da monarquia no Brasil e a passagem para a forma republicana de governo. Apesar das mudanças no plano jurídico-institucional, são ínfimas as transformações sociais imediatas e conserva-se a concentração fundiária. Neste sentido apontou o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, “A República era uma cômoda ficção, e o país se transformara, realmente, numa ‘modesta fazenda senhorial’, bem ordenada” (SODRÉ, 2004, p. 336).

Evidente, até 1889 o Brasil conserva, no plano econômico, o grande latifúndio agrícola tendo o café como motor da economia. O monopólio da terra e das plantações de café é dirigido pelas “elites agrárias” do Vale do Paraíba e, posteriormente, por uma nova elite que surge em São Paulo (Centro-oeste paulista), que se vê como a “classe modernizante” (FURTADO, 1968). Mesmo com a estruturação de um Estado-nação (1822), do fim da escravidão no plano jurídico (1888), na época Republicana (1889) persiste o grande domínio agrícola prevalecendo as relações sociais de dependência com os chefes locais (coronelismo – ou aquilo que Furtado denomina “oligarquia feudal”). Ou seja, predomina, na visão de Furtado, o atraso.

⁴ Os EUA entraram na guerra após o ataque surpresa da Força Aérea Japonesa em 7 de dezembro de 1941, no Havaí – Pearl Harbour, destruindo drasticamente armamentos e homens das forças estadunidenses. Em menos de 24 horas, o Congresso Americano autoriza a guerra contra o Japão levando a uma escalada de guerra sem precedentes na história contemporânea; em três dias Itália e Alemanha declaram-se beligerantes contra os EUA (KARNAL, 2015).

Com o fim da escravidão, as classes dominantes tomadas por ideais evolucionistas e eugênicos, fruto da impregnação positivista no campo ideológico, vislumbram que há a necessidade de se *resolver* o problema da mão de obra. Opera-se, dessa forma, uma política de imigração europeia largamente financiada pelo Estado para atender às demandas econômicas das elites regionais, ou seja, do capital agrário-exportador (capital mercantil, *originário*).

A antropóloga Giralda Seyferth (1985), num amplo estudo sobre a teoria do branqueamento (tese segundo a qual, pela *superioridade natural*, a “raça branca” se sobrepujaria à “raça negra” de modo que em pouco mais de um século essa “raça” deixaria de existir), mostra com bastante acuidade o fenômeno ideológico do surgimento da ciência antropológica em seus primeiros anos no Brasil e sua função como discurso etnocêntrico em relação aos escravizados e ex-escravizados negros. No Brasil, antropólogos pioneiros, como João Batista de Lacerda, seguiam à risca as teorias importadas do Ocidente moderno e reunia em torno de si à época, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, um séquito de pesquisadores sobre o conceito de raça. Para Josep Fontana, a escrita de uma historiografia de tipo colonial e imperialista foi terrivelmente imposta não apenas como “conhecimento verdadeiro”, aquilo que ele chama de “consenso”, mas também profundamente terrível aos povos conquistados das colônias (FONTANA, 2004, p. 170).

É imprescindível notar que, principalmente no Brasil, havia por parte da elite intelectualizada e que acabava de sair do regime escravocrata, uma enorme preocupação em mostrar-se frente à Europa como uma nação branca, evoluída, civilizada e culta. Estava deste modo justificada a política de imigração europeia⁵ (SEYFERTH, 1985).

Nesse processo, a gênese da classe operária brasileira se dá concomitantemente, como assinalou Nelson Werneck Sodré, “sob o peso do regime escravista, cuja extinção

⁵ Tenho como pressuposto e como hipótese de trabalho que incrementar a análise com a questão da imigração, mesmo como pano de fundo histórico, enriquece o trabalho na medida em que nos dá uma visão dimensionada sobre o quadro da formação histórico-social brasileira. Os imigrantes, além da constituição da formação do operariado brasileiro, foram importantes vetores das ideologias socialistas e muito contribuíram para a formação das principais correntes de esquerda no Brasil – a exemplo dos anarcossindicalistas que são, em boa medida, a gênese social do PCB, em 1922. Sobre esse tema ver: DULLES, 1977.

recente e tardia, em nosso país, não impedia a transmissão de sua herança de atraso social e cultural ao proletariado emergente” (SODRÉ, 1984, p. 28).

Em estudo recente de Lilia Moritz Schwarcz, 22% (11 milhões) do total de imigrantes transatlânticos aportaram na América Latina. Desse universo, 38% de italianos, 28% de espanhóis, 11% de portugueses e 3% de franceses. A Argentina foi a que mais absorveu este contingente chegando a receber mais de 10 milhões de europeus. Para a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, o processo migratório deu-se em diferentes movimentos. Teve uma receptividade no sul do Brasil onde se fixou um tipo de instalação baseados em pequenos lotes de terra com produção policultora. Mas a grande expansão foi nos cafezais de São Paulo que, até 1900, foi subvencionada em até 80% pela União (SCHWARCZ, 2015).

O imigrante europeu, devido às flutuações e crises do café, migrava e inchava os grandes centros urbanos, gerando, ao mesmo tempo, falta mão de obra, nem sempre “qualificada”, e ao mesmo tempo demanda interna. Consigo trazia as ideias socialistas da Europa, formas particulares de organização e luta dos trabalhadores. Mas o fato é que, nas duas primeiras décadas do século XX, a maioria desse contingente de trabalhadores da indústria encontrava-se no eixo Rio-São Paulo.

Todavia, é importante ressaltar que no início da industrialização brasileira, o número de trabalhadores na indústria era relativamente baixo se comparado com o total dos trabalhadores em outros setores. Porém, em meio século, o Brasil transita de uma economia de “plantações tropicais” para uma economia “semi-industrial” com acentuado êxodo rural formando duas classes essencialmente urbanas: o proletariado e as camadas médias (FURTADO, 1968).

Soma-se a isto o fato de que a urbanização, a industrialização e o consequente aumento demográfico que o Brasil experimentou da Primeira Guerra (1914) até 1930 é resultado, em grande medida, da política econômica do café e suas crises. Política econômica que se expressou na maquinização e beneficiamento do café como também, conforme João Manuel Cardoso de Mello, na implantação da estrada de ferro. Esses elementos, beneficiamento e estrada de ferro, reforçaram imensamente a economia de tipo “mercantil-escravista”, mas, dialeticamente, se opuseram “criando condições para a emergência do trabalho assalariado” (MELLO, 1982, 82).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1914 a cidade de São Paulo possuía 449.159 habitantes e em 1930 este número praticamente dobrou indo para 887.810 habitantes e o Distrito Federal (Rio de Janeiro), somava, nestas datas, 1.002.144 e 1.505.144, respectivamente.⁶ Esta mesma industrialização aceleraria o processo de urbanização dando origem a grupos urbanos bem definidos. Assim, surgia uma incipiente burguesia proprietária de fábricas têxteis, de cerveja, chapéus, calçados, móveis etc.; também os setores médios urbanos e uma classe proletarizada concentrada em grandes bairros operários como o Brás, a Barra Funda e a Mooca, na cidade de São Paulo. Na observação arguta de um dos mais importantes historiadores brasileiros e em análise pioneira sobre o PCB, Nelson Werneck Sodré:⁷

Mas, ainda assim, o quadro apresenta alterações importantes que, no fim do período, com a primeira Guerra Mundial, indicarão os seus efeitos e os aprofundarão. O aumento demográfico, a modificação nas relações de trabalho, ascensão na capacidade aquisitiva ligada às fases de euforia na exportação deste ou daquele produto, ou de mais um, vão impulsionar, vagarosamente, o parque manufatureiro cujo crescimento está associado às dificuldades para importar [...] é uma indústria de substituição, que alivia importações, mas passa a ter um papel indispensável no conjunto da economia brasileira (SODRÉ, 2004, p. 339-340).

Não se pretendeu até aqui uma detalhada análise do desenvolvimento capitalista no Brasil. E, de forma genérica, este foi o quadro que se assentou as bases do surgimento mais acentuado das relações sociais capitalistas no país, mostrando que as duas primeiras décadas do século XX, no país, foram importantes momentos para o início da constituição da indústria e das relações sociais assalariadas. Por conseguinte, a indústria capitalista traz como elemento necessário o trabalhador não só como indivíduo e ser social⁸ (genérico) que tem uma atividade,⁹ mas também como sujeito histórico tornando-se classe em si. A maneira como se desenvolve o capitalismo e seus processos

⁶ Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

⁷ Sobre Nelson Werneck Sodré ver artigo meu publicado recentemente na Revista Princípios: “Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira”.

⁸ “O indivíduo é o *ser social*” (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

⁹ Aqui, opera-se com as categorias de *atividade* e *sociedade* como se dá na concepção expressada por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*: “A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social* [...], isto é, a atividade e a fruição que *imediatamente*, em sociedade efetiva com outros homens, se externam e confirmam [...]” (MARX, 2010, p. 107, grifo do autor).

traz, em sua forma universal, contradições postas pelas relações sociais de produção. A essa tese, Engels acrescenta que “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo” (ENGELS, s/d, p. 306). Historicamente, a moderna classe trabalhadora (o proletariado) desenvolveu formas particulares de organização para negar a sua condição de classe explorada pela classe burguesa – detentora juridicamente dos meios de produção. No Brasil, o anarcossindicalismo foi a forma particular em que se processou a luta dos trabalhadores nos primeiros anos da Primeira República.

Muitos trabalhadores e intelectuais foram destacados agitadores e propagandistas como Alcibiade Bertolotti¹⁰ e Antônio Piccarollo,¹¹ que fundou em 1900, o jornal socialista *Avanti!*.¹² Para o estudioso dos primeiros anos da ação dos social-democratas no Brasil, o professor Evaristo de Moraes Filho, na coletânea *História do Marxismo no Brasil*, [Piccarollo] “citava Marx e Engels, mas, em verdade, suas ideias permaneceram na esfera do socialismo reformista” (MORAES FILHO, 1991, p. 39).

¹⁰ “Filho de Antonio e Euriclea Agnoli, nasceu em Parma em 28 de outubro de 1862; graduou-se em engenharia na Universidade de Bolonha. De ideias socialistas, emigrou para o Brasil em 1890 e se estabeleceu em São Paulo, juntando-se ao pequeno grupo de imigrantes intelectuais italianos cuja considerável importância para a formação da nova classe dominante brasileira ainda não foi estudada. Em 1891, Bertolotti estava entre os fundadores do jornal *Il Messaggero* e em 1900 da Liga Democrática Italiana, que reuniu anarquistas, socialistas e republicanos. Em 1901, a Liga tornou-se o Círculo Socialista, que organizou as primeiras grandes greves em São Paulo (na fábrica de vidro Santa Marina, cujos trabalhadores eram quase todos italianos), e cujo órgão era o *Avanti*, dirigido há algum tempo pelo próprio Bertolotti; a atividade do Círculo e, particularmente, a do jornal contribuíram muito para a ascensão das primeiras ligas de trabalhadores da categoria” (Tradução livre). Disponível em: <treccani.it> Acesso em: 10 jul 2022.

¹¹ “Antonio Piccarolo nasceu em Alessandria, na Itália, em 1º de março de 1863, filho de Giacomo Piccarolo e de Antonia Goretta, de família de agricultores abastados da região do Piemonte. Em 1881, ingressou no curso de direito da Universidade de Turim. Especializou-se em história e defendeu sua tese de láurea sobre a abolição da servidão feudal na região de Vercelli. Foi professor no Ginásio Oficial de Viterbo, na região do Lácio [...] Piccarolo permaneceu à testa do *Avanti!*, em São Paulo, até fins de 1905, quando se demitiu para seguir uma trajetória socialista *sui generis*. Em 1906, fundou *Il Secolo*, por meio do qual iniciou uma polêmica com socialistas mais radicais, reunidos em torno do *Avanti!* Nessa nova condição, adotou como tema principal de sua atuação a luta “pelos interesses da colônia italiana de São Paulo”, entre os quais a imigração ganhava posição ímpar. Una rivoluzione economica: la proprietà fondiaria degli italiani nello stato di S. Paolo, sua primeira obra escrita em São Paulo, em 1908, foi preparada com a intenção de divulgar os progressos feitos por imigrantes que se haviam transformado em pequenos proprietários de terras [...] O socialismo ficava para um futuro não determinado. Suas propostas provocaram polêmicas entre os socialistas e diversas instituições do movimento operário de São Paulo [...] Faleceu em São Paulo em 1947. Ver: HECKER, A. Socialismo; Arquivo Antonio Piccarolo, IIBC-SP; Prontuário Piccarolo Antonio, Ministero Dell’Interno, Direzione Generale della Pubblica Sicurezza, Divisione Polizia Politica. Disponível em: <fgv.br> Acesso em: 10 jul. 2022.

¹² O *Avanti!* foi lançado em setembro de 1900 em São Paulo e era escrito em italiano; circulou até 1909 (KONDER, 2010).

Outros eminentes difusores das ideias socialistas no Brasil, segundo Leandro Konder, foram Silvério Fontes, o poeta e jornalista Ezequiel de Oliveira Luz que escrevia e enaltecia Marx no jornal *Aurora Social*, o professor rio-grandense Vicente de Souza que fora fundador do Centro das Classes Operárias, e os trabalhadores Mariano Garcia e Estevam Estrella (REIS, 1991). Todos estes foram influenciados pelas ideias social-democratas da Segunda Internacional. Sobre esse tema Del Roio coloca importante observação analítica da transversalidade do positivismo nos primórdios do desenvolvimento do ideário socialista no Brasil:

Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz de França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Picarollo), viu-se limitado à difusão das toscas ideias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda. O sempre almejado partido operário socialista nunca passou de uma miragem, que sempre se desvanecia a cada tentativa de organização. A verdade é que, nas condições de acumulação originária do capital então vigentes, não era possível articular senão um esboço de sociedade civil, condição outra, além da existência concreta de uma massa razoável de trabalhadores subsumidos no movimento do capital, para que se formassem um partido operário e um projeto de hegemonia. O socialismo brasileiro viu-se então limitado pelas condições objetivas tanto quanto pelo seu referencial cultural, mas não deixou de ser coetâneo ao reformismo vigente na II Internacional (DEL ROIO, 2007, p. 15).

Em realidade, o desenvolvimento do ideário socialista no Brasil foi fruto de um amálgama do já existente complexo ideológico positivista em processo no Brasil com as futuras formulações da Segunda Internacional reformista e positivista, confiante na objetividade da história e no desembocar linear e inexorável ao socialismo. Não obstante, neste primeiro momento de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, foi a corrente *anarcossindicalista*¹³ a força organizativa que mais travou o combate com o capital.

O anarcossindicalismo, no Brasil, teve sua origem nos círculos operários de imigrantes espanhóis e italianos, sobretudo, devido às questões históricas das lutas nos seus países de origem. Seus pressupostos táticos calcavam-se em lutas espontâneas e econômico-corporativas. O destaque da luta e da organização das correntes anarcossindicalista e social-democrata foram a convocação do I Congresso Operário

¹³ Importante estudo sobre os anarquistas no Brasil durante a Primeira República encontra-se também em (DULLES, 1977).

Brasileiro (1906), no Rio de Janeiro, em que se travou o debate entre as proposições reformistas e anarquistas. Claro, os primeiros partidos de cunho socialista/reformista tinham uma visão bastante difusa daquilo que viria a ser conhecido como marxismo pelo fato de que as obras de Marx e Engels não haviam sido publicadas no Brasil. Os reformistas, identificados com a social-democracia europeia da Segunda Internacional, tinham no horizonte a luta por intermédio de “*um forte partido político*” (MORAES FILHO, 1991). Em oposição, os anarquistas defendiam a *ação direta* dos trabalhadores e a *greve geral* como meio de luta contra as forças do capital e no estabelecimento da *autogestão social*.

Neste Congresso, a ala anarcossindicalista foi majoritária e lançou as bases para a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1908, sob a influência dos anarcossindicalistas. Evidentemente, a COB surgiu da necessidade crescente de uma organização mais eficaz dos trabalhadores. Não era um partido político e congregava oito organizações de trabalhadores do Rio de Janeiro, 22 em São Paulo e uma em Porto Alegre. Segundo o brasilianista e cientista político da Universidade da Califórnia, Ronald H. Chilcote, “À fundação da COB seguiu-se a proliferação de pequenos grupos anarquistas” (CHILCOTE, 1982, p. 52). Não menos importante de nota foi a tentativa de cooptação deste movimento por setores da burocracia estatal do governo em um suposto IV Congresso Operário Brasileiro naquele ano de 1912 e que visava “nacionalizar” o operário:

Sob os auspícios do poder estatal, reúne-se em novembro, na capital do país, um dito IV Congresso Operário Brasileiro, comparecendo 187 delegados. Encerra seus trabalhos com a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho como partido político e divulgação do programa que compreende a ‘nacionalização do operariado, a luta pela jornada de oito horas, a instrução primária obrigatória, a construção de casas para operários, o incentivo ao alistamento eleitoral dos mesmos, a unificação deles visando reivindicações. Tratava-se de singular congresso ‘operário’, reunido no Palácio Monroe, com todas as facilidades oficiais e oficiosas. No fundo tentativa governamental de constituir organização operária operaria do tipo socialdemocrata, que foi inútil (SODRÉ, 1984, p. 34).

Em 1913 teve vez o II Congresso Operário Brasileiro que se organizou como resposta da COB – e, portanto, dos anarquistas – às leis retrógradas tal qual a lei de expulsão aos estrangeiros de 1912, ao IV Congresso Operário Brasileiro organizado pelo

Estado e à carestia que, segundo dados de Edgard Carone, concentrou 10 mil pessoas às ruas no dia 16 de março de 1913 e diversas manifestações no dia 1º de maio em muitos estados – Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas (CARONE, 1975).

Ademais, o II Congresso Operário Brasileiro – sob a égide da COB – representou, politicamente, a consolidação e hegemonia do movimento anarquista na política operária. As manifestações anarcossindicalistas e social-reformistas, enquanto ideias e práticas contrárias à ordem social burguesa no Brasil, foram desenvolvidas num contexto de surgimento da indústria capitalista e seu corolário que é a contradição capital-trabalho.

Dito isto, o quadro das contradições capitalistas no mundo do trabalho brasileiro teve, historicamente, seu paroxismo nas greves operárias de 1917 e 1920 em que os anarcossindicalistas tiveram um importante papel na luta reivindicativa das massas trabalhadoras. Recordar-se ainda, que, entre os anos 1917 e 1920, houve mais de 200 manifestações grevistas no eixo Rio-São Paulo (CARONE, 1982). Entretanto, as greves de 1917 a 1920, ao mesmo tempo em que demonstraram grande combatividade por parte dos anarquistas, colocou em evidência seus reais limites e se balizaram pela recusa da política e extremo individualismo. Inserido nessas lutas, estava o militante, jornalista e intelectual orgânico¹⁴ da classe operária, Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965). Rebelde, Astrojildo Pereira¹⁵ muito cedo se ligou às causas sociais. Durante mais de dez anos (entre 1910 e 1920), Astrojildo manteve uma relação orgânica com as camadas operárias. Já em 1909, o jovem militante lia *A conquista do pão* de Piotr Kropótkin¹⁶ e

¹⁴ A categoria de análise *Intelectual orgânico* foi desenvolvida pelo filósofo e líder comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos seus *Cadernos do Cárcere*. Segundo Gramsci, todos os homens têm possibilidades de se desenvolver como *intelectuais*, conquanto nem todos exerçam essa função, de fato. Assim, os *intelectuais orgânicos* cumprem uma função organizadora na classe em que estão inseridos e, não necessariamente, advêm dessa classe (SECCO, 2002).

¹⁵ Há substancial bibliografia sobre Astrojildo Pereira. A mais atual e significativa, contendo inúmeras referências, pode ser encontrada em MAZZEO, 2014.

¹⁶ Piotr Kropótkin (1842-1921) é tido pela corrente dos *comunistas anarquistas* como o sucessor do teórico Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876). Para Tom Bottomore: “foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da teoria do comunismo anarquista, de acordo com a qual “tudo pertence a todos” e a distribuição baseia-se exclusivamente nas necessidades. Em seu ensaio *L’État, son rôle historique*, publicado em francês em 1906, Kropotkin realizou uma análise penetrante da *bête-noire* dos anarquistas” (BOTTOMORE, 2012, p. 29).

fazia contatos com o jornal anarquista *A Guerra Social*.¹⁷ Em 1913, Astrojildo terá decisiva participação no então referido II Congresso Operário defendendo a *ação direta* como meio de luta e a reformulação da imprensa operária com a reestruturação do periódico *A Voz do Trabalhador*.¹⁸

Em 1917, sob o impacto da Revolução de Outubro, o movimento operário mundial sentirá o cataclismo que ecoará nos quatro cantos da Terra. No Brasil, as greves de 1917 a 1920 foram, em certa medida, sinais do impacto dessa revolução. Na arguta análise do historiador Nelson Werneck Sodré:

O movimento operário que, no Brasil, vinha crescendo com ritmo cada vez mais forte, aos influxos dos efeitos da Guerra Mundial, no exterior, e do desenvolvimento das relações capitalistas, no interior, recebeu novo impulso, qualitativamente diferente, como o triunfo, na Rússia, da Revolução de Outubro. Para o proletariado de todo o mundo, começava uma nova fase histórica; para o do Brasil, abria-se também etapa nova [...] desde logo, a corrente socialista começaria, aqui, a ganhar força; a corrente anarquista iniciaria o seu prolongado declínio (SODRÉ, 1984, p. 38-39).

É nítido que, já neste momento, Astrojildo Pereira, fazendo a leitura da realidade e do forte impacto da Revolução Russa, perceberá os limites de ação do ideário anarquista na luta contra o Estado liberal-oligárquico e a nascente burguesia brasileira. Tanto que, juntamente com outros líderes do movimento anarquista, procurará articular um partido comunista de orientação anarquista que teve, aliás, curtíssima duração.

Em 1921 consolida-se, no sul do país, e sob a influência de militantes argentinos e uruguaios, o Grupo Comunista de Porto Alegre que fora legatário, na verdade, da União Maximalista organizada anteriormente por um militante libanês, Abílio de Nequete. Em seguida, outros grupos – como em Santos e Rio de Janeiro – vão se formar diversas associações comunistas no qual o jovem militante Astrojildo Pereira cerrou fileiras. O movimento de formação destes grupos comunistas deu origem à fundação nacional do Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi fundado em 25 de março, em Niterói, Rio de Janeiro, por nove militantes representando 73 membros de diversos organismos de atuação no movimento operário. A votação se encaminhou e escolheu a Comissão

¹⁷ Sobre o jornal *A Guerra Social*, consultar o acervo online do Arquivo Edgard Leurenroth em: <<http://www.ael.ifch.unicamp.br/ael-digital>>.

¹⁸ Jornal fundado por anarquistas da COB (1908). Ver também: TOLEDO, 2007.

Central Executiva (CCE): Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Cruz Jr., Antônio Canelas e Luiz Peres.¹⁹

A fundação do PCB ocorre em clima de intensa mudança na base e na superestrutura da sociedade brasileira. Há um incremento industrial e uma nascente classe operária, setores médios urbanos conformando, ainda que incompleta, uma amorfa sociedade civil com seus aparelhos privados de hegemonia. O Brasil velho confronta-se com o Brasil novo na Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo, e os setores médios urbanos expressam toda sua indignação com o Estado liberal das oligarquias, manifestando-se violentamente com a histórica Revolta do Forte de Copacabana expressada por intermédio do movimento tenentista. Isto se deu no bojo da emergência da modernidade no Brasil, como assevera Del Roio:

[...] o PCB aparece como elemento constitutivo fundamental da modernidade emergente no Brasil, ao prover a luta social de um novo instrumental político e cultural, referido ao marxismo refundado na práxis estatuída pela revolução popular socialista no Oriente russo e na Europa Centro-Oriental (DEL ROIO, 2007, p. 25).

Como vimos a passagem da monarquia à república significou um novo momento na história brasileira. Conserva-se o grande latifúndio e a concentração da terra. Com o fim do escravismo, o problema da mão de obra é equacionado tendo o Estado como agente promotor de uma política de imigração com substrato ideológico na teoria do branqueamento. Tanto no campo como na cidade as relações sociais capitalistas se avultam em torno da política de valorização do café e o Brasil transita em menos de cinco décadas de uma economia de produtos tropicais para uma economia semi-industrial. Nesse processo forma-se o proletariado urbano concentrado no eixo do sudeste. Suas primeiras manifestações reivindicatórias encontram eco no socialismo reformista e no movimento anarcossindicalista que hegemonizou as lutas operárias desde a fundação da COB em 1908 até as grandes greves operárias do período 1917-1920.

¹⁹ A trajetória desses importantes membros do partido pode ser consultada em: PANDOLFI, 1995.

O PCB na crise da Era Vargas: a Revolução Brasileira dos comunistas na revolução passiva das classes dominantes

Os partidos políticos surgem em momentos de crise histórica aguda como sugere Serge Bernstein (BERSTEIN, 2003). Seguindo as intuições metodológicas de Bernstein, é notório que o PCB nasce de uma profunda crise no seio do Estado liberal-oligárquico da Primeira República (1889-1930); mas também das contradições postas pela Revolução Russa, que significou um duro golpe ao imperialismo e gerou uma profunda cisão no movimento comunista internacional. Em 1922, o Brasil estava em ebulição política, econômica e social. A questão operária era “caso de polícia” e as camadas médias urbanas clamavam por mais participação pela via do tenentismo.

O movimento de 3 de outubro de 1930, que começa no sul do país, iniciado por um amplo movimento militar e que culmina com a destituição do presidente Washington Luís em 24 de outubro, inviabilizando Júlio Prestes de ser empossado, dava início à Era Vargas (1930-1945). Em realidade, o fato histórico em questão é um fenômeno aparente de um amplo processo sócio-histórico que Antonio Gramsci (1891-1937) caracterizou como “revolução passiva” e que, na mesma avaliação, Nelson Werneck Sodré chamou de “mais uma etapa da revolução burguesa aqui” (SODRÉ, 1984, p. 109).

Para Nelson Werneck Sodré, a Era Vargas define-se, no que tange à política operária, em conquistar os trabalhadores dando-lhes benesses materiais, oferecendo-lhes “direitos econômicos” ao passo que retirava direitos políticos. Um regime de apologia à “paz social” (harmonia social durkheimiana de caráter positivista) na “intenção de negar a luta de classes, mas tudo sob o comando da burguesia, que teria a classe operária como tutelada” (SODRÉ, 1984, p. 110).

Se se pode caracterizar o período de Vargas em algumas linhas, e do ponto de vista da luta de classes no Brasil, ele foi o momento em que, a burguesia, para modernizar-se e lançar-se à aventura política de constituição de um bloco histórico, buscou apoio na intervenção (no caso do Brasil, militar) para amparar um projeto de organização do mercado de trabalho pela estrutura corporativa dos sindicatos e na criação, pela lei, do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho. Por isso, faz-se necessário que o entendimento, dentro do nosso quadro teórico-

interpretativo, é que Getúlio Vargas “não derrotou a burguesia” como opera uma historiografia de matiz weberiana que confunde as categorias de classe dominante e classe dirigente. Mesmo Fernando Henrique Cardoso teve o discernimento de compreender que a fração burguesa industrial era ascendente, porém frágil (CARDOSO, 1964). Por isso, falar apenas em “burguesia” em abstrato, não esclarece sobre as contradições de classe. São necessárias as mediações para se chegar ao entendimento de que Vargas alija do poder uma fração burguesa de “tipo agrária” e de extração colonial.²⁰ Ademais, fazendo concessões aos setores subalternizados, que no Brasil limitou-se aos trabalhadores urbanos. Para Gramsci:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais (GRAMSCI, 2006, p. 299).

O percurso da revolução burguesa no Brasil pode ser compreendido a partir da análise gramsciana de revolução passiva, isto é, o movimento histórico em que as forças sociais subalternas são exíguas para instituir um novo poder, conquanto alcancem capacidade de constrição e pressão sobre as classes no poder. É a revolução burguesa como um momento e um processo histórico em que há a generalização das relações sociais de exploração constituídas na acumulação do capital industrial. As classes sociais envolvidas no desenvolvimento histórico brasileiro, e que chegam até 1930, são representadas de um lado pela burguesia agrário-exportadora e pela nascente classe burguesa industrial, pelos setores médios urbanos e, de outro, pelos setores subalternos da sociedade civil – a classe operária (minoritária) e pela imensa massa de camponeses

²⁰ Sobre esse amplíssimo debate nas Ciências Sociais, consultar a obra *Estado e Burguesia no Brasil* do cientista político Antônio Carlos Mazzeo em que o autor, no debate com outros intelectuais como José Chasin, explica a via colonial do capitalismo brasileiro inspirado na teoria da particularidade e determinação histórica de Gyorgy Lukács.

vivendo, em sua maioria, em condições de miséria e opressão pela classe senhorial. Em Gramsci:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações (GRASMCI, 2002, p. 317).

Portanto, o entendimento do processo de Revolução Brasileira nesta investigação, se dá por caracterizar que 1) a revolução ocorre em longa duração histórica; 2) assim como na Itália de Gramsci, a burguesia brasileira não conseguiu colocar sua hegemonia sobre a burguesia agrária, mas acabou se ligando ao capital do complexo cafeeiro, limitando a ação de sua fração americanista; 3) a classe subalterna, não podendo impor seu projeto hegemônico, porque insuficientemente organizada, fez pressão na instituição de direitos outrora negados. Esse é o quadro analítico para analisar o processo de formulação tático-estratégico em que o PCB se propôs como partido da classe operária, formular uma teoria de Revolução Brasileira para a via socialista no quadro de uma revolução passiva em curso, o que denotava em imensas dificuldades para a organização.

As vicissitudes do partido eram enormes, pois era necessário, dentro do processo real de revolução passiva em curso, propor outra analítica para, no movimento da *práxis* revolucionária, mudar o curso da história. Era preciso operar organicamente teoria e prática (a *práxis*), tática e estratégia numa formação social pouco conhecida pelos comunistas brasileiros. A primeira tentativa do PCB de formulação de uma fundamentação histórica para o processo de desenvolvimento e do caráter propriamente dito da Revolução Brasileira se deu com a publicação de Octávio Brandão, em 1924, da obra “Agrarismo e Industrialismo”, “que foi a primeira interpretação da realidade brasileira feita em nome do marxismo-leninismo” (KONDER, 2010, p. 50).

A caracterização que o partido fazia da Revolução Brasileira era a de que o Brasil era um país de dimensões continentais estruturado no grande latifúndio mantido à base de relações de exploração semifeudal dos camponeses: “definia-se pela primeira vez o caráter da revolução como antifeudal e anti-imperialista, formula que teria grande

fortuna nas décadas seguintes” (DEL ROIO, 1990, p. 271). Em outras palavras, o PCB já dava sinais de ter alçado a capacidade de, por intermédio de seu grupo dirigente original, esboçar uma teoria da Revolução Brasileira que tergiversava um programa que pressupunha que, no seio da crise do Estado liberal-oligárquico, fazia-se necessário a aliança dos setores médios urbanos e a classe operária.

Dito isto, e no que se refere aos problemas de organização partidária, no III Congresso do PCB realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929 na cidade de Niterói, o partido repudia a formulação de Revolução Brasileira contidas nas elaborações do núcleo dirigente original colocando Astrojildo Pereira e Octávio Brandão no completo ostracismo político. Em realidade, as causas dessas ações podem ser verificadas nas ações intervencionistas da Terceira Internacional Comunista (IC). É o começo de uma cultura política que ficou identificada como obreirismo, consequência de uma intensa proletarização do partido.

O obreirismo radical ultra esquerdista tem início a partir das orientações do secretariado latino-americano, a partir de 1930, e que teve como produto o afastamento de importantes quadros dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. O obreirismo durou de 1929 a 1934 e tinha no operário pobre sua caricatura exemplar de militante profissional. O ponto alto foi em 1932 quando o PCB esteve sob a direção de Fernando Lacerda. Este grupo fazia a denúncia do prestismo – tachado de tenentista pequeno-burguês – e também da Liga de Ação Revolucionária (LAR), fundada por Prestes, Aristide Lobo e Silo Meireles em julho de 1930, em Buenos Aires.

Está claro que as mudanças na composição e estrutura partidária, ocasionou numa outra concepção de Revolução Brasileira no interior do partido e outras formas táticas e estratégicas de atuar na realidade. Mas, posteriormente, a IC colocava Luiz Carlos Prestes, de matriz ideológica tenentista-positivista, como secretário-geral do PCB, em 1934. Prestes trouxe consigo a ideologia tenentista de conotação positivista que teve consequências nefastas para o funcionamento das atividades do partido, posteriormente, com o *putch* de 1935; um erro de análise da realidade concreta da situação concreta – como diria Lênin – pois não se levou em conta as condições subjetivas e o nível de organização e consciência das massas operárias que não tinham,

até aquele momento, uma ligação orgânica com o partido, mesmo levando em conta os esforços da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A ANL conformou-se no Brasil, a exemplo das Frentes Populares na Europa da década de 1930, na luta contra os elementos fascistas e nazistas. A relação política entre o PCB e a ANL são complexas e polêmicas. Buscando compreender este fenômeno a historiadora Marly Vianna sustenta que o partido só aderiu – com muitas desconfianças²¹ – à ANL pelo prestígio que Prestes tinha dentro da organização e pela adesão em massa dos militares de esquerda já dentro do partido e que seguiram Prestes. A partir de abril, maio e junho de 1935, Prestes passa a defender um governo de libertação nacional por intermédio de uma revolução agrária e anti-imperialista e no combate aos elementos da AIB (Ação Integralista Brasileira). Claro que o PCB não abandonou a ideia de estruturação de sovietes. Taticamente a ANL poderia servir como instrumento político para a etapa de uma verdadeira revolução burguesa.

Em julho de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, diante do ascenso do nazifascismo, os partidos comunistas de todo o mundo foram orientados à aproximação com os social-democratas. Destaque para o dirigente búlgaro da IC, Georgi Dimitrov que enfatizou a necessidade de uma Frente Antifascista em todos os países que tinham partido comunista. A luta deveria caracterizar-se pelo embate no âmbito do parlamento e pelo respeito ao constitucionalismo burguês (HOBSEBAWM, 2010). Mas em 1936, o PCB iria sofrer outros dois abalos dramáticos: a prisão de Prestes e a deportação para a Alemanha nazista de Olga Benário. Prestes e sua companheira Olga foram presos em março e o Estado coloca em prática a Lei de Segurança Nacional de 1936. Olga é deportada no ano seguinte e morre nos campos de concentração nazista.

Em suma, começa uma política de “caça às bruxas” que tem seu coroamento no Plano Cohen, uma confabulação dirigida por políticos anticomunistas para incriminar e desestabilizar o já fraco PCB. Vargas teria caminho aberto, agora, para traçar um plano mais ambicioso: criar o Estado Novo (1937-1945). Segundo Boris Fausto, o Plano Cohen de setembro de 1937, do ponto de vista da historiografia, possui ainda muitos pontos

²¹ “Mesmo depois que passou a trabalhar dentro da ANL, o partido não escondia suas restrições à organização, chegando a alertar que ‘as inclinações direitistas’ dentro dela tendiam a influir negativamente no partido” (VIANNA, 2003, p. 47).

obscuros de quem realmente teria sido o redator. O certo é que participaram da trama o capitão integralista Olímpio Mourão Filho, os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, e o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller (FAUSTO, 2015).

Claro está que entre 1938 e 1942, o PCB, praticamente, não existia mais enquanto partido organizado e estruturado. Embora o “setor civil” do partido de 1938 até 1940 não tenha sofrido prisões significativas, os membros militares – tenentistas – foram presos em sua maioria como apontou Gregório Bezerra em suas memórias.²² Nem mesmo, anteriormente, nos piores anos de clandestinidade, os comunistas haviam sofrido tamanho acinte como agora no período do Estado Novo. E como atestou o militante Moisés Vinhas, em 1939 o PCB havia fenecido diante da política ditatorial de Vargas; todo seu núcleo dirigente havia sucumbido em São Paulo (VINHAS, 1982).

O período de 1930 a 1940 trouxe intensas modificações no Brasil e no mundo. Aqui se desenvolvia uma revolução do tipo passiva, em que os setores dominantes definiram novas estratégias de dominação de classe tendo como suporte o corporativismo de Getúlio Vargas e o aumento da presença norte-americana na economia. Foi o tempo do Estado nacional forte consubstanciado na estrutura do Estado Novo. O partido, nessa empreitada, na ânsia de colocar um projeto de Revolução Brasileira, malogrou em 1935. Na esteira destes acontecimentos, o fascismo europeu gestava a guerra imperialista. A URSS já uma potência e núcleo do movimento comunista internacional, influenciava sobremaneira os partidos comunistas em todo o mundo sob a política do *stalinismo*. A partir de 1934, a IC começa a mudar sua política tática e coordena-se com as Frentes populares. No Brasil, o resultado foi a ANL. Prestes, agora o líder do partido, ainda que vacilante sobre a situação objetiva da realidade nacional apoia decisivamente o movimento de 1935.²³

²² Ver: RODRIGUES, 1981, p. 401.

²³ O Levante de 1935 foi muito debatido na historiografia brasileira. Em geral costuma-se creditar às influências de Moscou a decisão pela via armada. Interessante relato em oposição a essa leitura é dada por Prestes em entrevista: “Aliás, em torno de 35 há uma mentira que precisa ser esclarecida. A história oficial diz que Moscou determinou o levante. Não é verdade. É uma mentira. Nosso partido concluiu que havia condições para chegar ao poder, particularmente porque a ANL gozava de grande prestígio e foi colocada arbitrariamente na ilegalidade por Getúlio” (MORAES; VIANA, 1982, p. 70). Ver: VIANNA, 1992.

Oportunamente, Getúlio Vargas – representante máximo do capital industrial, mas também agrário – e sua bem montada burocracia política e policial, irá desferir os golpes finais num partido já frágil pela ilegalidade, perseguição e repressão dos *aparelhados repressivos de Estado*. A antessala é a Lei de Segurança Nacional; o coroamento é o golpe de Estado em 10 de novembro de 1937. Como dispositivo da revolução passiva em curso, instala-se o *Estado corporativo* e a *unidade sindical* com o controle do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A repressão policial atinge sindicatos, agremiações e partidos. O PCB e sua direção são perseguidos e dispersados; sem comunicação entre si, os militantes vão amargar até a mudança nos rumos da guerra com a entrada dos EUA, URSS e, consequente declaração de guerra ao Eixo por parte de Vargas ao lado dos aliados. A situação internacional mudara completamente. No início de 1942, os EUA começam a empreender uma das mais notáveis demonstrações de força²⁴ contra a máquina de guerra do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Este fato terá consequências na política pecebista e na reestruturação do partido em bases nacionais com a política de União Nacional. O partido crescerá exponencialmente e se tornará um partido de massas tendo um papel importante na redemocratização do país.

Considerações finais

O PCB surge como mais um elemento modernizante no campo da política, em especial na política operária, substituindo de vez a hegemonia anarquista. A gênese do PCB pode ser encontrada, no plano interno, nos movimentos de luta da classe trabalhadora, seja pela via do anarcossindicalismo ou pela via do social-reformismo, nas primeiras duas décadas do século XX. No plano externo, foram as contradições capitalistas na Europa com a guerra imperialista e, também, na ação dos bolcheviques na Revolução Russa de outubro de 1917.

²⁴ Segundo o especialista em História dos Estados Unidos, Leandro Karnal, no período que vai de 1941 a 1945, os EUA expenderam US\$ 321 bilhões, duas vezes mais do que gastou nos últimos 150 anos e mais de dez vezes o valor desembolsado com a Primeira Guerra (KARNAL, 2015).

O estouro da Revolução Russa vai imprimir profunda cisão no movimento comunista internacional. Assim, surge em 1922 o PCB como mais um elemento da modernidade que se expressou na industrialização/ urbanização e consequentemente a constituição de classes sociais bem definidas.

É imperioso assinalar ainda que o partido se constituiu como elemento aglutinador das diversas lutas políticas que vinham sendo desenvolvidas pelos anarquistas antes hegemônicos. O PCB teria, então, a tarefa de, nesses primeiros anos, travar a luta ideológica não apenas com os representantes do capital, mas também com a fração anarcossindicalista. Desse modo, forjou uma teoria da revolução brasileira dual: a contradição entre agrarismo, representado pela hegemonia do capital inglês, e o industrialismo, representado pelas intenções do novo imperialismo estadunidense. As contradições internas, segundo essa formulação de revolução brasileira, se davam entre os setores sociais da “pequena burguesia” – orientada ideologicamente pelo positivismo tenentista e os setores do regime oligárquico. No campo das alianças, a teoria da revolução brasileira propugnava, a exemplo do Guomintang chinês, uma frente ampla do proletariado com a “pequena burguesia” contra o imperialismo e o setor “agrário feudal”.

O segundo momento da tentativa de uma formulação de uma revolução brasileira se dá com a imposição de Prestes como secretário geral do partido no início da década de 1930, o que resultou no afastamento do grupo original (1922-1929) e na introdução do setor militar positivista e tenentista. Apesar disso, o partido ainda manteve o núcleo da sua estratégia de revolução: a luta contra o imperialismo e o agrarismo, mas adicionado ao combate mundial ao fascismo e, por isso, taticamente, uma aliança temporária com os setores progressistas da social-democracia. Isso se expressou na política de frente única da ANL.

As concepções de revolução brasileira desse período de surgimento do PCB (1922-1937) foram particularmente derrotadas pelo avanço das forças engendradas por um novo tipo de política: o *varguismo*. “Concepções”, no plural, porque o partido foi influenciado por diversos fatores. Entre 1922 e 1929, o núcleo dirigente central pautava-se nas ideias difundidas pela III Internacional Comunista de que o Brasil era um país

dependente e semicolonial. Portanto, a estratégia da Revolução Brasileira era a de construir os caminhos para a modernização do país pela via capitalista.

Entre 1929 e 1937, dado o avanço das forças do nazifascismo, a concepção de Revolução Brasileira tinha como tática alinhar-se aos setores antes considerados inimigos da revolução (os social-democratas, os liberais e as demais forças antinazistas). Portanto, a estratégia era a luta pela democracia e a tática era o alinhamento às forças do campo progressistas, a exemplo das Frentes Populares.

Em 1939, quase todos os militantes do partido estavam no cárcere e o partido já não existia mais enquanto organização política. Somente a partir de 1943, o PCB começaria a se reorganizar em torno da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). No entanto, o germe de sua teoria da revolução não iria mudar significativamente. É a partir de 1958 com a Declaração de Março, que uma nova teoria da revolução brasileira iria nascer.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2012. (*versão digital*).

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo, Difel, 1964.

CARONE, Edgard. **O PCB: 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração 1922-1972**. Tradução de Celso Moura Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil**. V. IV. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935**. Oficina de livros, 1990.

DULLES, John WF. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., v. 1.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FONTANA, Josep. A Invenção do progresso. In: **A História dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

FURTADO, Celso. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar In: FURTADO, Celso et al. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOLDMANN, Lucien. O método em Ciências Humanas In: **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difel, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v.1, t. 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 20ª ed. Tradução: Maria Lucia Como. São Paulo Paz e Terra, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. Astrojildo Pereira. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, Filho e outros. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-dumará Fundação Roberto Marinho, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 1930-1964, 1981.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHWARCHZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002. (*Coleção Questões da Nossa Época*).

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte. Oficina de Livros: 1989.

SEYFERTH, Giralda. “Antropologia e a Teoria do Branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda”. **Revista do Museu Paulista**, 1985, nº. 30.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil da Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945): as esquerdas no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Marly. A, G. A ANL (Aliança Nacional Libertadora) In: MAZZEO, Antonio Carlos. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VINHAS, Moisés. **O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo, Hucitec, 1982.

Aprendizagem em Sociologia: o que discutem as dissertações do ProfSocio (2020-2021)

Lucas Oliveira Souza¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as dissertações da linha “Práticas de ensino e conteúdos curriculares” do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) defendidas nos anos de 2020 e 2021. Foram identificados 55 trabalhos, destes foram selecionadas 12 produções que versam sobre metodologia, didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Sociologia. A partir disso, observou-se que as pesquisas selecionadas trabalham com diferentes objetos de ensino; a maioria das pesquisas investiga o uso de recursos didáticos nas aulas de Sociologia; a disciplina de Sociologia pode se beneficiar de variadas metodologias de ensino; a produção sobre avaliação da aprendizagem na disciplina de Sociologia ainda é insuficiente; e, por fim, é necessário que questões relativas à aprendizagem em Sociologia sejam pautadas nas agendas de pesquisa do campo do ensino de Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Aprendizagem em Sociologia; ProfSocio.

Learning in Sociology: what the ProfSocio's dissertations discuss (2020-2021)

ABSTRACT

This article aims to analyze the dissertations of the line “Teaching practices and curricular contents” of the Professional Master of Sociology in National Network (ProfSocio), defended in the years 2020 and 2021. 55 dissertations were identified, from which 12 productions were selected that deal with methodology, didactics and assessment of learning in the teaching of Sociology. From this, it was observed that the selected research works with different teaching objects; most researches investigate the use of didactic resources in Sociology classes; the discipline of Sociology can benefit from different teaching methodologies; production on learning assessment in the discipline of Sociology is still insufficient; and, finally, it is necessary that issues related to learning in Sociology are guided in research agendas in the field of Teaching of Sociology.

Keywords: Teaching Sociology; Learning in Sociology ; ProfSocio.

¹ Aluno do curso de Pós-graduação lato sensu em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (See/MG). E-mail: luc.up16@gmail.com.

Introdução

O campo de pesquisas que investiga o ensino de Sociologia no Brasil tem aumentado nos últimos anos, como apontam os estados da arte elaborados por Handfas e Maçaira (2014), Bodart e Cigales (2017) e Antunes, Garcia e Alves (2019). A construção desse campo está relacionada, também, com a promulgação da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia na educação básica.

Para entendermos melhor sobre este campo de estudo, procuramos nos trabalhos supracitados elementos constitutivos que compõem os estudos em torno do ensino de Sociologia na educação básica. Sobre as temáticas pesquisadas, Antunes, Garcia e Alves (2019) identificaram eixos temáticos semelhantes aos já indicados nas análises anteriores de Handfas e Maçaira (2014) e Bodart e Cigales (2017), tais como currículo de Sociologia na educação básica; formação docente; práticas pedagógicas; metodologia de ensino e institucionalização da Sociologia enquanto disciplina escolar.

Ainda que seja evidente a diversidade das temáticas pesquisadas, nota-se uma tendência maior para pesquisas que investiguem a institucionalização da Sociologia enquanto disciplina escolar (BODART; CIGALES, 2017), e sobre currículo da Sociologia no Ensino Médio, com uma preocupação de pesquisadores em torno da consolidação da Sociologia na educação básica (ANTUNES; GARCIA; ALVES, 2019).

Por outro lado, questões pedagógicas referentes à metodologia de ensino e práticas pedagógicas no ensino de Sociologia são pouco pesquisadas (ANTUNES; GARCIA; ALVES, 2019).

Silva (2020a) chama atenção para essa problemática ao dar ênfase em como o debate sobre Didática está ganhando forma na produção científica sobre o ensino de Sociologia, mas ainda de maneira tímida. Segundo a autora,

[...] questões já clássicas da Didática Geral - tais como, a relação entre ensino e aprendizagem, o desenvolvimento, a docência como ação intencional, o planejamento, as mediações, a avaliação, dentre outras - até então não receberam atenção e tratamento sistemático no panorama da docência em Sociologia nem tampouco configuraram a construção ou consolidação de uma didática que lhe seja de fato específica (SILVA, 2020a, p. 94).

Dessa forma, tornam-se necessárias as reflexões sobre o papel da didática no ensino de Sociologia, principalmente problematizar qual o lugar dela na formação de professores de Sociologia no Brasil (SILVA, 2020a). Assim, as pesquisas provenientes desse eixo poderão dar suporte para pensar os processos mais amplos de ensino, além de fornecer base para a própria consolidação da Sociologia enquanto disciplina na educação básica.

Diante desse cenário, o presente artigo buscou investigar o que se discute sobre aprendizagem, metodologia de ensino, didática e avaliação da aprendizagem em Sociologia. Para responder tal objetivo, selecionamos dissertações da linha de pesquisa “Práticas de ensino e conteúdos curriculares”, do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). A partir disso, analisamos 12 trabalhos que trazem contribuições teórico-metodológicas e procedimentais sobre como ensinar Sociologia na educação básica.

A escolha do ProfSocio enquanto *locus* dessa pesquisa se dá por ser um programa específico para formação continuada para professores de Sociologia da educação básica e aos que desejam atuar nesta área, também. Ademais, o ProfSocio é um espaço dedicado à produção de metodologias de ensino e pesquisas no campo das Ciências Sociais e Educação.

Já a escolha da “linha 3 – Práticas de Ensino e conteúdos curriculares” se deve ao fato de ser uma linha destinada às pesquisas voltadas à aprendizagem em Sociologia, mediações pedagógicas, elementos cognitivos constitutivos do processo de ensino-aprendizagem etc. Ou seja, o banco de dissertações dessa linha contém os trabalhos que se encaixam nos critérios pré-estabelecidos no objetivo deste artigo.

Dito isso, os próximos tópicos serão destinados a discussão sobre o ensino de Sociologia, percurso metodológico desta pesquisa e os resultados obtidos no campo.

O Ensino de Sociologia na pesquisa acadêmica

A educação nem sempre foi um objeto com prestígio na agenda dos cientistas sociais no Brasil, de forma que nas últimas décadas do século XX houve um recuo das

pesquisas sociológicas sobre a questão educacional (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014). Sendo assim, quando pensamos sobre o ensino de Sociologia enquanto campo de estudo, estamos falando de uma área recente nas Ciências Sociais que tem mostrado um crescimento considerável a partir dos anos 2000 nos cursos de pós-graduação (principalmente nas áreas da Educação e Ciências Sociais), em eventos nacionais e regionais (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014).

Como foi observado por Bodart e Cigales (2017), além da normativa de 2008, que determinou a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia na educação básica, outras políticas educacionais foram importantes para a configuração do campo de pesquisa e debate do ensino de Sociologia, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que incluíram a Sociologia em suas ações. Diante dessas políticas, houve uma viabilidade dos agentes inseridos no campo do ensino de Sociologia de estarem produzindo novas pesquisas e reflexões sobre a disciplina que se consolidava naquele momento. Assim, ocorreu uma movimentação de alunos da licenciatura em Ciências Sociais, professores e pesquisadores em torno desse novo objeto de estudo.

Quanto às temáticas que aparecem nos trabalhos sobre ensino de Sociologia, de acordo com pesquisas que buscaram sistematizar a produção desse campo nas últimas décadas (HANDFAS, MAÇAIRA, 2014; BODART, CIGALES, 2017; ANTUNES; GARCIA; ALVES, 2019), elas podem ser agrupadas em eixos, como currículo de Sociologia; formação docente; práticas pedagógicas; metodologia de ensino e institucionalização da Sociologia enquanto disciplina escolar.

Ainda que Handfas e Maçaira (2014) apontem uma quantidade significativa de pesquisas que propuseram analisar as práticas docentes de Sociologia na educação básica, as autoras salientam que essas pesquisas não se debruçam sobre os processos mais amplos do ensino, como a questão da didática da Sociologia. Antunes e Garcia (2019) observaram que a discussão sobre aspectos metodológicos da disciplina de Sociologia até agora carece de mais pesquisas no campo acadêmico. Por outro lado, há uma tendência de pesquisas que buscam investigar o processo de institucionalização da Sociologia escolar (BODART; CIGALES, 2017; ANTUNES; GARCIA, 2019).

No levantamento realizado por Handfas e Maçaira (2014), foi evidenciado que a maioria das teses e dissertações que discutem o ensino de Sociologia estão concentradas nos programas de pós-graduação em Educação. No entanto, com o objetivo de atualizar o estado da arte, Bordart e Cigales (2017) identificaram que esse panorama mudou. A partir de uma amostra de 106 dissertações e teses, Bodart e Cigales (2017) verificaram que os trabalhos defendidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia Social e Sociologia Política) representam um percentual de 47,8% das pesquisas sobre o ensino de Sociologia na pós-graduação. Esses autores ainda chamam atenção para o ProfSocio e sua potencialidade de aumentar o número de produções acadêmicas que pesquisem o ensino de Sociologia, algo que confirmamos neste artigo, visto que em apenas uma linha de pesquisa do programa identificamos 55 dissertações defendidas em dois anos.

Portanto, é notável que o campo de conhecimento sobre o ensino de Sociologia está em constante expansão e renovação, ao momento em que surgem novas temáticas e objetos de estudos pertinentes. Essa característica se torna importante, pois, o desenvolvimento dessa área é também uma estratégia para a própria consolidação da Sociologia no currículo escolar, uma vez que a pesquisa acadêmica pode desempenhar um papel importante na elaboração de políticas educacionais em nossa sociedade.

Percurso metodológico

Para coleta do material que foi analisado neste artigo, realizamos um levantamento² das dissertações da linha de pesquisa “Práticas de ensino e conteúdos curriculares” defendidas nas oito instituições participantes do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional: Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Recife (PE); Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE); Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina (PR); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília (SP); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande e Sumé (PB); Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE); Universidade

² Em 21 dez. 2021 e 4 jan. 2022 no site do ProfSocio: <<https://profsocio.ufc.br/pt/trabalhos-de-conclusao/>>. Acesso: 13 fev. 2022.

Federal do Paraná (UFPR), Curitiba (PR), e Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Juazeiro (BA).

A lista com as dissertações defendidas por instituição se encontra no próprio site do ProfSocio, enquanto os arquivos dos trabalhos em PDF estão disponíveis no site do eduCAPES e em repositórios das universidades onde foram defendidas as dissertações.

Identificou-se 55 dissertações defendidas em 2020 e 2021, mas com acesso ao texto na íntegra foram apenas 53 trabalhos, sendo selecionadas 12 que cumpriram com os critérios determinados na pesquisa. Essa seleção se deu a partir da análise dos resumos dos trabalhos, que teve como objetivo a identificação do objeto pesquisado e objetivo geral de cada dissertação. Quanto aos critérios, decidimos selecionar trabalhos que tinham como objeto de estudo os processos mais amplos de ensino-aprendizagem em Sociologia (didática, metodologia e avaliação da aprendizagem), que buscassem responder questões tais como: como ensinar Sociologia, propostas de metodologias de ensino, didática em Sociologia e técnicas de avaliação da aprendizagem para o ensino de Sociologia na educação básica.

Sobre a datação dos trabalhos identificados, não foi necessário fazer um recorte temporal, visto que a primeira turma do mestrado entrou no ano de 2018, isso significa que, em termos históricos, trata-se de um programa novo.

Após selecionados os 12 trabalhos, foram analisados os resultados das dissertações para a identificação das possíveis contribuições que tais pesquisas possam trazer ao debate sobre metodologia, didática e aprendizagem na disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

Sobre os objetos e temáticas dos trabalhos

Nos trabalhos selecionados, identificamos diferentes metodologias de pesquisa bem como referenciais teóricos distintos. No entanto, das 12 dissertações, dez são frutos de análises de práticas, projetos e intervenções pedagógicas no ensino de Sociologia na educação básica, algumas dessas se caracterizam como pesquisa-ação. As demais

dissertações utilizaram as seguintes metodologias: análise do discurso, estudo comparado, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

Ainda sobre as dissertações que discutem práticas pedagógicas, esse dado é importante devido a duas questões: primeiro, existe uma necessidade de discutir a prática docente em Sociologia, já apontado por Antunes, Garcia e Alves (2019), que no estado da arte deles só foram encontrados quatro trabalhos que discutiam aspectos metodológicos do ensino de Sociologia, o que representa 7% das pesquisas analisadas; segundo, pelo fato de o ProfSocio ser um programa de mestrado recente, o número de trabalhos encontrados em seu banco de dados, que tecem reflexões sobre aspectos pedagógicos do ensinar Sociologia, é significativo e mostra como há um interesse por parte dos pesquisadores em investigar essas temáticas. Além disso, esse tipo de trabalho traz um recorte do fazer docente na sala de aula, local onde pode-se testar as metodologias e reflexões propostas no campo científico da educação.

Pode-se pensar que a presença dessa temática nas dissertações se deve também à circunstância do ProfSocio ser um programa voltado aos professores da educação básica, agentes que estão no chão da escola produzindo currículo e desenvolvendo estratégias para alcançar os objetivos do ensino de Sociologia. Isso condiz com o que encontramos na maioria dos trabalhos analisados: muitas das experiências pedagógicas, desenvolvidas e analisadas pelos professores-pesquisadores, surgiram da necessidade desses profissionais em elaborar metodologias que ampliassem o ensino de Sociologia, ao compreenderem que os métodos tradicionais e genéricos não são suficientes para ensinar e aprender Sociologia no Ensino Médio.

Os trabalhos analisados apresentam diferentes objetos de estudos nas pesquisas: pesquisa e ensino; literatura e sociologia; produção textual de gênero jornalístico; contextualização; técnica de avaliação; jogos e sociologia; música e sociologia; metodologias ativas e; tecnologias da informação e comunicação. O que apareceu com mais frequência nas dissertações foram pesquisa e ensino, literatura e sociologia e jogos e sociologia. Esses objetos são analisados enquanto recursos e procedimentos didáticos, metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem.

Em termos gerais, é possível classificar os objetos nos seguintes eixos: metodologia de ensino, didática e avaliação da aprendizagem, sendo a questão da didática o eixo com mais trabalhos, sete ao todo.

O conteúdo das dissertações

Sobre metodologia de ensino, as dissertações buscaram propor metodologias para Sociologia escolar e analisar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores em sala de aula. A pesquisa enquanto metodologia de ensino aparece como elemento importante para a prática pedagógica em Sociologia. De acordo com Miranda (2020), a pesquisa científica já é um elemento conhecido no campo de conhecimento do ensino de Sociologia. Além de experiências, há produções científicas que abordam essa perspectiva como uma metodologia de ensino exitosa, pois está atrelada ao objetivo pedagógico da Sociologia escolar: fornecer instrumentos teórico-metodológicos aos estudantes para que eles possam analisar o mundo social, distanciando de preconceitos e do senso comum.

Miranda (2020) e Motta (2020) identificaram que a pesquisa enquanto metodologia de ensino da Sociologia pode aperfeiçoar a habilidade de argumentação dos alunos, promover o letramento sociológico (desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais), fazer com que os alunos reconheçam as Ciências Sociais e Humanas enquanto disciplinas científicas e acadêmicas e o desenvolvimento do pensamento científico e crítico deles. Pelo caráter construtivista da pesquisa em sala de aula, as autoras também perceberam um maior envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem, visto que pode ser um momento de busca pelo conhecimento de forma prazerosa (MOTTA, 2020).

Ainda sobre metodologia, o trabalho de Silva (2020b), a partir de uma pesquisa comparativa, identificou que os professores de Sociologia usam diversas metodologias de ensino, ainda que haja uma aproximação, por exemplo a aula expositiva, estudos dirigidos com o uso do livro didático. Porém, segundo Silva (2020b), o que possibilita uma prática pedagógica mais eficiente é aquela que diversifica as metodologias e as linguagens (música e audiovisual, por exemplo) em sala de aula.

Outro trabalho que traz reflexões sobre metodologia de ensino é a dissertação de Torres (2020) que investigou como as metodologias ativas, roda de conversa e sala de aula invertida, podem ser aplicadas no ensino de Sociologia.

Há dois tipos de roda de conversa: o primeiro tem a intencionalidade de debater sobre um conteúdo já apresentado previamente ou de forma de argumentação entre grupos sobre determinado tópico que foi estudado pelos alunos. O segundo formato é mais prescritivo. Existe uma organização para este momento: divisão de temas, grupos, orientação com o professor e uma ampliação do uso de recursos didáticos (TORRES, 2020).

Torres (2020) observou que além da aprendizagem, o espaço da roda de conversa possibilita o lugar da escuta do colega, de esperar sua vez de falar, ou seja, é um espaço que estimula um comportamento mais democrático. Deste modo, são atividades que desenvolvem capacidades relacionais e emocionais. Quanto à figura do professor, este assume um papel de mediador, de organizar as falas e de impregnar de sentido sociológico ao debate. Para isso, é necessário que as regras e objetivos pré-estruturados sejam definidos antes de um debate, mesmo que espontâneo.

A sala de aula invertida é a segunda metodologia analisada por Torres (2020). É um tipo de metodologia que proporciona a cultura da aprendizagem, a qual permite que os alunos se apliquem mais ao conhecimento do que apenas às obrigações acadêmicas. Para a efetivação dessa metodologia, a pesquisa sociológica assumiu um papel importante no processo, em razão de ser uma maneira dos alunos entenderem como os teóricos pensavam e construíram suas teorias. O momento também favoreceu a aprendizagem de metodologias de pesquisa como ferramentas para que os alunos enxergassem as desigualdades em suas realidades.

Torres (2020) conclui que as metodologias ativas são adequadas para o ensino de Sociologia, pois promovem o desenvolvimento do estranhamento e desnaturalização dos estudantes. Também foi perceptível um maior rendimento dos alunos, após o uso destas metodologias, nas provas objetivas que são aplicadas na escola.

Sobre a roda de conversa, Torres (2020) ressalta que ainda é preciso aprimorar esse tipo de metodologia “no sentido de assimilar melhor as impressões dos estudantes e examinar os efeitos na aprendizagem” (TORRES, 2020, p. 56), porém não no formato

tradicional da avaliação, mas que possa também identificar as objetividades e subjetividades do aprendizado: “as relações dos sujeitos cognoscentes não apenas com o conteúdo a ser dado, mas com seus conhecimentos prévios, suas relações interpessoais com a escola, com a disciplina de sociologia, com sua própria construção sobre o saber” (TORRES, 2020, p. 56).

Em relação a didática em Sociologia, os trabalhos analisados abordam o uso de diferentes recursos didáticos em sala de aula, ao exemplo dos jogos, música, literatura, tecnologias da informação e a contextualização enquanto procedimento didático.

O uso da literatura enquanto recurso didático em sala de aula mostrou eficiência ao desenvolver um olhar mais reflexivo dos alunos, o que promoveu uma ampliação da compreensão dos processos sociais discutidos nas aulas tradicionais de Sociologia (SOUSA, 2020; PIRES, 2020).

O trabalho de Sousa (2020) investigou como a literatura brasileira pode alargar o entendimento dos alunos sobre o processo da formação social do Brasil, partindo de conceitos trabalhados por autores consagrados da Sociologia brasileira. Enquanto Pires (2020) buscou nas narrativas ficcionais uma forma de simbolizar as experiências pessoais e relacioná-las com conceitos sociológicos, de maneira que o conteúdo sociológico seja reflexivo, dialógico, e não impositivo, principalmente quando se trata de conteúdos considerados polêmicos, como gênero e sexualidade.

A literatura como recurso didático carece de técnicas e metodologias para ser aplicada na sala de aula. Nas experiências analisadas por Sousa (2020) e Pires (2020), foram utilizadas aulas expositivas, sequência didática para formatar o planejamento, leitura em grupo, roda de conversa, e pesquisa sociológica. Desse modo, é um conjunto de estratégias pedagógicas mobilizadas por um recurso didático, a literatura, que, segundo as autoras, proporcionaram um maior engajamento dos alunos durante as aulas, garantiram a interdisciplinaridade, e na experiência relatada por Sousa (2020), contribuíram para aumento do rendimento dos alunos na disciplina de Sociologia. Em contrapartida, esse tipo de proposta encontra obstáculos na própria estrutura disciplinar e organizacional da escola (SOUSA, 2020).

Borges (2020), em sua dissertação, analisou uma experiência pedagógica que se baseou em ensinar Sociologia de maneira contextualizada e interativa por meio da

produção do gênero jornalístico enquanto recurso didático. Para tal, foi desenvolvido um jornal escolar em conjunto com os estudantes.

O jornal enquanto apoio metodológico apresenta-se como um recurso quase completo, por permitir ao aluno dialogar com os diversos temas da Sociologia, a partir de conhecimentos prévios e outros adquiridos na escola, numa perspectiva interdisciplinar e interativa. Ele também possibilita a prática do ato da escrita e da leitura como suporte de composição da experiência de vida, que se mobiliza para comunicar (BORGES, 2020, p. 45).

O jornal é uma possibilidade de ampliar o que é discutido dentro da sala de aula e trabalhar de forma interdisciplinar. A produção do jornal trouxe visibilidade ao conhecimento produzido pela comunidade escolar, dando significado ao processo ensino-aprendizagem. Isso ocorreu também em função da contextualização do conhecimento sociológico, o que oportunizou aos alunos a aplicação do que se aprendia nas aulas de Sociologia: desnaturalização dos fenômenos sociais e compreensão da historicidade destes, além da elaboração de suas próprias conclusões (BORGES, 2020).

A contextualização é um procedimento didático do ensino que está presente em documentos norteadores da educação e em tendências pedagógicas (BOVO, 2020). Segundo Bovo (2020), ela é o meio para chegar aos objetivos do ensino, esses que são organizados pelo professor. O professor pode contextualizar o tema ou provocar a observação (exercitação dos sentidos). Para mais, o aluno poderá desenvolver a compreensão, e a contextualização se tornaria sua própria análise.

Assim, Bovo (2020) chega à conclusão de que a contextualização pode ser uma importante aliada à prática docente do professor de Sociologia, uma vez que pode estar estruturada com outros instrumentos da disciplina: imaginação sociológica e estranhamento. Destarte, o senso comum se torna objeto de pesquisa da disciplina e é usado para o refinamento teórico.

Na prática pedagógica analisada por Correno (2020), utilizou-se de narrativas gamificadas de jogos eletrônicos enquanto recurso didático de aproximação (reconhecimento e identificação) com o objetivo de instigar a percepção dos alunos sobre o papel do gênero nos jogos. Assim, as narrativas se tornaram objeto de análise para os alunos. Para isso, foi necessário um momento de aula expositiva e roda de

conversa para que pudesse movimentar os conceitos sociológicos para interpretação dos jogos. Dessa forma, o jogo eletrônico se torna peça importante do processo, visto que há uma identificação dos alunos pelo universo dos jogos, o que corrobora para a produção do significado durante a prática. Além disso, ao utilizar o jogo é possível desenvolver a desnaturalização dos papéis sociais de gênero (CORRENO, 2020).

Correno (2020) compreende a necessidade de integrar as tecnologias no processo pedagógico, algo que Santos (2021) investigou em seu trabalho. Segundo Santos (2021), os sujeitos têm as suas subjetividades estruturadas também pela mediação com a tecnologia para experimentar o mundo. Por conseguinte, a tecnologia no processo de ensino pode deixá-lo mais dinâmico e próximo às experiências cotidianas e promover uma aprendizagem social crítica.

Ainda sobre jogos, Saito (2021) identificou que o jogo sonoro-musical desenvolve habilidades sociais, perceptivas e socioemocionais que as juventudes necessitam para conviver no presente e construir projetos de vida. Para chegar a tal conclusão, Saito (2021) buscou investigar como a música pode ser um recurso didático para o ensino de Sociologia, com o intuito de promover o raciocínio sociológico, contribuir para o estranhamento, a desnaturalização e a imaginação sociológica na perspectiva do raciocínio perceptivo. Assim, a percepção, a imaginação e a intuição são necessárias para almejar os objetivos do conhecimento científico da Sociologia.

Já o raciocínio sociológico é algo fundamental para a aprendizagem em Sociologia em razão de ser responsável por desenvolver nos estudantes a habilidade de leitura social com o objetivo de desvelar as relações sociais. É o momento em que o aluno ultrapassa a fronteira do senso comum e do pensamento sociológico (SAITO, 2021). Sendo assim, o sentido da música pode se tornar objeto de análise sociológico no aluno, causando o estranhamento a partir do momento que se explora questões de socialização, histórias vividas e contextos sociais presentes na música.

Por fim, Saito (2021) defende que a prática musical também pode estimular o movimento corporal dos alunos. Para isso, o professor pode adotar procedimentos como pedir que os alunos cantem as músicas, fechem os olhos e andem pela sala em forma de roda. Isso permitirá uma maior expressividade dos alunos em sintonia com a música trabalhada.

Quanto ao eixo avaliação da aprendizagem, só encontramos o trabalho de Silva (2020c) que buscou analisar o diário de aprendizagem enquanto instrumento de avaliação no ensino de Sociologia. O diário seria um caderno, folha avulso ou um arquivo de editor de texto, o qual o estudante, sob orientação do professor, construiria de forma processual a partir das aulas de Sociologia. O aluno usaria esse objeto para fazer anotações das aulas de Sociologia, produção textual, músicas, desenhos e pesquisas de cunho sociológico. Sua proposta de avaliação se fundamenta em:

a) a avaliação é um processo e deve ocorrer em todos os momentos; b) os instrumentos de avaliação devem dialogar com o dia a dia dos estudantes; c) o processo avaliativo deve possibilitar a utilização de várias linguagens; d) a avaliação é também um momento formativo e de estudo fora do espaço das aulas; e) o exercício da pesquisa, da escrita e da leitura são práticas que devem ser estimuladas; f) o envolvimento e a participação nas aulas se relaciona com a proposição de atividades (SILVA, 2020c, p. 24).

Silva (2020c) compreende a avaliação como um processo contínuo, diferentemente do formato tradicional de prova com datas estabelecidas, as quais estimulam os estudantes a estudarem apenas para responder questões sobre determinado conteúdo. Já a proposta do diário da aprendizagem incentiva que o aluno estude com mais frequência o conteúdo trabalhado em sala de aula (algo que não é comum, uma vez que a escola não promove a cultura de estudar), e explore de diferentes formas a matéria estudada (SILVA, 2020c). A aplicação do diário de aprendizagem, ainda que instrumento avaliativo, também desenvolveu nos alunos o hábito de estudo, escrita e leitura.

Outro ponto importante que Silva (2020c) apresenta é como o momento de avaliação pode ser um espaço dialógico, de escuta, onde o ouvir é pedagógico e sociológico. A partir de diálogo entre educador e educando, os critérios de avaliação podem ser mais transparentes no processo de ensino e atenderem aos objetivos pedagógicos e sociológicos estabelecidos pelo professor.

O ato de avaliar não deve ser visto como algo neutro, pois as ferramentas para avaliar o aluno estão conectadas com o projeto pedagógico, e com o tipo de sociedade que vivemos. Além do mais, o avaliar deve ser visto como um processo em que percebemos os erros e acertos da ação educativa, porém não como um instrumento

punitivo, excludente, mas como norteador para perceber se o direito à aprendizagem de fato se concretizou (SILVA, 2020c).

Considerações finais

O campo de conhecimento do Ensino de Sociologia tem aumentado sua produção de pesquisa nas últimas décadas, ao passo que a Sociologia tem se consolidado enquanto disciplina escolar na educação básica brasileira (HANDFAS, MAÇAIRA, 2014; BODART, CIGALES, 2017; ANTUNES, GARCIA, ALVES, 2019). No entanto, como apontam Antunes, Garcia, Alves (2019) e Silva (2020a), há uma lacuna que precisa ser preenchida por trabalhos que versem sobre questões metodológicas e didáticas da disciplina de Sociologia.

Partindo dessa constatação, este artigo buscou analisar trabalhos que discutem aprendizagem, didática e avaliação no ensino de Sociologia. Para isso, foi feita uma busca de trabalhos na linha de pesquisa Práticas de Ensino e conteúdos curriculares no ProfSocio. Ao identificarmos 55, mas apenas 53 com acesso ao texto na íntegra, selecionamos 12 trabalhos a partir de critérios pré-determinados.

Essa busca dos trabalhos evidenciou que o ProfSocio tem sido um espaço privilegiado para a produção de conhecimento sobre o ensino de Sociologia, abordando diferentes temáticas que atravessam esse campo de conhecimento. No entanto, ainda foram poucos os trabalhos dentre os identificados que abordam questões sobre didática, metodologia e avaliação da aprendizagem, questões centrais do processo de ensino.

Também é importante frisar que não foram encontrados trabalhos de caráter de estado da arte sobre a produção realizada no âmbito do ProfSocio, o que justifica a importância desse artigo em usar o banco de dados deste programa de mestrado para material de análise.

Quanto aos objetos de estudos dos trabalhos selecionados, identificamos: pesquisa e ensino, literatura e Sociologia, produção textual de gênero jornalístico, contextualização, técnica de avaliação, jogos e Sociologia, música e Sociologia, metodologias ativas e tecnologias da informação e comunicação. Esses objetos podem ser classificados a partir dos seguintes eixos temáticos: metodologia de ensino, didática

e avaliação da aprendizagem. Observou-se que a maioria dos trabalhos buscam discutir sobre recursos didáticos no ensino de Sociologia.

As dissertações analisadas demonstram potencialidades para a reflexão sobre os procedimentos didáticos e metodológicos da disciplina de Sociologia na educação básica. A partir dos dados que os trabalhos trouxeram, é perceptível que se pode desenvolver diferentes metodologias de ensino para a Sociologia, assim como o uso de recursos didáticos. Mas, é importante ressaltar que metodologias como pesquisa e ensino já mostram na literatura uma eficiência no processo de ensino.

Em relação aos recursos e procedimentos didáticos, a literatura é uma ferramenta que possibilita a ampliação da compreensão dos processos sociais. Ao mesmo tempo que a contextualização se demonstra como um elemento indispensável à prática de ensinar Sociologia.

Sobre a avaliação da aprendizagem, só encontramos uma dissertação que propôs investigar a temática, o que significa que é um objeto que precisa de mais atenção por parte dos pesquisadores. Porém, partindo do trabalho analisado, pode-se pensar que a avaliação da aprendizagem em Sociologia necessita refletir sobre questões além da tradicional retenção de conteúdo e tornar o processo avaliativo mais amplo e dinâmico, que possibilite a potencialidade dos alunos durante o processo de aprendizagem e que esteja atrelado aos objetivos pedagógicos e sociológicos da disciplina.

Por fim, destacamos aqui a importância dessas pesquisas do campo do ensino de Sociologia enquanto estratégia de consolidação e fortalecimento da disciplina no currículo escolar, assim como a contribuição para ampliação da compreensão dos processos de ensino, fornecendo ferramentas sólidas para a efetivação da aprendizagem sociológica. Ademais, ressaltamos a necessidade de mais investigações científicas sobre o processo de aprendizagem na Sociologia.

Referências

ANTUNES, Katiúscia Vargas; GARCIA, Edmar Augusto Semeão; ALVES, Amanda Fontes. O ensino de Sociologia retratado nas teses e dissertações entre 1996 e 2015: um estado da arte. **CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 28, p. 287-298, 2019.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.48, n. 2, p. 256-281, jul./dez., 2017.

BORGES, Ricardo de Moura. **Corujinha**: A experiência de uso de um Jornal Escolar como ferramenta de auxílio no ensino-aprendizagem em Sociologia. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, Brasil.

BOVO, Josimara Aparecida de Azevedo da Silva. **A contextualização nas diferentes tendências pedagógicas e as práticas de ensino dos(as) docentes de sociologia**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

CERON, Ariad Cristina Fernandes Aranha. **Ressignificando o Ensino de Sociologia**: o uso de narrativas gamificadas como prática pedagógica para o estudo das relações de gênero. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, Brasil.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n. 74, p. 45-61, 2014.

MIRANDA, Jéssika Wanessa dos Santos. **O Ensino de Sociologia e a pesquisa científica**: um estudo de caso da experiência do Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC/EM) da Fundação Joaquim Nabuco. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE, Brasil.

MOTTA, Silvia Conceição Longuin. **“Escola dá vida”**: uma metodologia de ensino de sociologia em Rolândia/PR. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

PIRES, Andressa Fontana. **Narrativas que importam**: leituras literárias no ensino de gênero e sexualidade nas aulas de Sociologia. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

SAITO, Sarita Cristina. **Música como recurso didático**: contribuições das práticas musicais para a Sociologia no Ensino Médio. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

SANTOS, Kátia Maria de Oliveira. **Interface digital**: A sociologia das comunicação digitais de informação e comunicação na escola. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Sumé, PB, Brasil.

SILVA, Camila Ferreira da. O ensino de Sociologia e a didática. In: BRUNETTA, A. A.; BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. (org.) **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Editora Café com Sociologia. Maceió, 2020a, p. 91-95.

SILVA, Edmilson Cardoso da. **Metodologias para o ensino de Sociologia no Ensino Médio**: um estudo comparativo. 2020b. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Sumé, PB, Brasil.

SILVA, Rogério Nunes da. **Diários de aprendizagem nas aulas de sociologia**: reflexões sobre juventude, escola e avaliação. 2020c. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

SOUSA, Antônia Vanesca Ferro Lima de. **Sociologia e literatura em diálogo**: uma experiência interdisciplinar na escola de ensino médio Maria Marina Soares em Guaraciaba do Norte - CE. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, Brasil.

TORRES, Ana Carolina Silva. **A aprendizagem significativa de sociologia a partir de metodologias ativas**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

ESPAÇO GRADUAÇÃO

Gramsci e a crítica do Estado e do Direito

Bruno de Oliveira Cruz¹

Gabriel Alves Fonseca²

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O presente trabalho teve como objeto uma breve investigação sobre os aportes teóricos fornecidos pela filosofia gramsciana para a compreensão do Estado e do Direito. Nesse esforço de perquirição, os materiais empregados foram, em suma, livros, que foram cotejados mediante o uso prevalente do método dialético, o qual permitiu explorar, sobretudo, as contradições existentes entre a semântica usualmente anunciada pelos conceitos de Estado e de Direito e os impactos práticos gerados por esses dois elementos superestruturais. Complementarmente, também houve o emprego do método dedutivo, na medida em que, para a obtenção dos resultados da pesquisa, foram manejadas premissas gerais que refletiram os próprios objetivos da investigação: expor a percepção de Marx a respeito do Estado e do Direito; aferir a contribuição de Gramsci ao conceito de sociedade civil; e destacar a visão gramsciana sobre o caráter conformista do Direito no seio de um Estado “educador”. Mediante a operacionalização dessa metodologia, os resultados principais foram dois: a insuficiência da universalidade abstrata como critério hermenêutico para a interpretação do Estado e do Direito; e a necessidade de um filtro crítico dos discursos propalados pelos agentes da sociedade civil.

Palavras-chave: Marx; Estado; Direito; Gramsci; Sociedade civil.

Gramsci and the critique of the State and the Law

ABSTRACT

The present work had as object a brief investigation on the theoretical contributions provided by Gramscian philosophy for the understanding of the State and the Law. In this effort of perquisition, the

¹ Pós-graduando em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Centro de Estudos da Constituição (CCONS) 2020/2021 pelo núcleo de pesquisa Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento (PRO POLIS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD-UFPR). Pesquisador voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2020/2021, vinculado ao grupo de pesquisa e extensão Direito, Espaço e Política (LABÁ). Integrante da Clínica Direito do Trabalho da Universidade Federal do Paraná. Integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, na categoria de pesquisador bolsista 2020/2021. Pesquisador nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Estudos da América Latina. Residente em Curitiba, Paraná, Brasil. *E-mail:* cruz.o.bruno@gmail.com.

² Pós-graduando em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, onde atuou como monitor nas disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico em Direito e Direito Civil B, como voluntário acadêmico nas disciplinas de Direito e Sociedade, Filosofia do Direito, Direito Civil B e Direito Constitucional B, e como pesquisador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Pesquisador do Núcleo de Criminologia e de Política Criminal (NCPC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Residente em Curitiba, Paraná, Brasil. *E-mail:* gabrielalvesfonseca95@gmail.com.

materials used were, in short, books, which were compared through the prevalent use of the dialectic method, which allowed exploring, especially, the contradictions existing between the semantics usually announced by the concepts of State and Law and the practical impacts generated by these two superstructural elements. Complementarily, the deductive method was also used, as far as, to obtain the research results, general assumptions were managed that reflected the very objectives of the research: expose Marx's perception of the State and the Law; assess Gramsci's contribution to the concept of civil society; and highlight the Gramscian view on the conformist character of Law within an "educating" State. By operationalizing this methodology, the main results were two: the insufficiency of abstract universality as a hermeneutic criterion for the interpretation of the State and the Law; and the need for a critical filter of the discourses propounded by civil society actors.

Keywords: Marx; State; Law; Gramsci; Civil society.

Introdução

A percepção marxiana acerca do Estado e do Direito é subordinada à inversão epistemológica operada por Marx no idealismo hegeliano a respeito da relação entre Estado e sociedade civil. A luta contra Hegel não é um palco de disputa cujo fim se encontra em uma obra específica de Marx, pois a superação metodológica é constante na produção intelectual de um dos fundadores do materialismo histórico. A história do pensamento de Marx indica rupturas e permanências, que desembocam em superações, resultantes de um desvencilhar da especulação filosófica circundante do debate relativo ao Estado e, conseqüentemente, ao Direito.

Gramsci não apenas se apodera dessa inversão, pois não deixa de ser um filósofo do materialismo marxista, mas também provoca, dentre tantas imensuráveis contribuições, uma guinada interpretativa da sociedade civil. Tendo isso em vista, mostra-se relevante, em um primeiro momento, dimensionar como Marx põe o Estado e o Direito em face da sociedade civil, ou melhor, como subordina tais elementos superestruturais à sociedade civil, para, em um momento posterior, expor as reflexões de Gramsci acerca da sociedade civil e do papel exercido pelo Estado e pelo Direito. Indicar, ainda que sumariamente, as contribuições gramscianas ao pensamento marxista e à reflexão jurídica, com foco na análise do filósofo italiano sobre o Estado e o Direito, constitui, pois, o escopo do presente trabalho.

A justificativa desse esforço investigativo reside na importância de se ultrapassar o discurso usual e tecnicista acerca do Estado e o Direito, a fim de não os enxergar

simploriamente como meros artifícios de organização da vida em sociedade e de regulação dos comportamentos esperados por parte de seus integrantes. Com efeito, a partir das reflexões gramscianas, é possível visualizar o Estado como uma organização econômico-política da classe burguesa, cuja dimensão de consenso (constituída pela hegemonia exercida pelos intelectuais e pelas instituições privadas da sociedade civil) reflete um Direito o qual, para além de sua dimensão técnica e de sua expressão positivista, busca produzir, no seio da sociedade, uma conformação das consciências sociais à razão de ser e ao desenvolvimento da classe dirigente.

Quanto aos objetivos que nortearam a presente pesquisa, estes foram precipuamente três, sendo um geral e os dois restantes, específicos. O objetivo geral foi destacar a visão gramsciana sobre o caráter conformista do Direito no seio de um Estado “educador”, isto é, como o Direito busca uma eticidade materializadora da pretensão estatal de tornar o grupo dominante homogêneo, por meio da criação de um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente.

Corolários desse objetivo geral, os dois objetivos específicos foram: expor a percepção de Marx a respeito do Estado e do Direito, enquanto elementos subordinados à sociedade civil os quais, a pretexto de apreenderem apoliticamente as diferenças da vida real, são instrumentalizados para a asseguuração dos interesses da burguesia; e aferir a contribuição de Gramsci ao conceito de sociedade civil, enquanto um elemento vinculado à superestrutura que constitui o ambiente da disputa pelo consenso, a partir de uma luta ininterrupta pela consecução da hegemonia que envolve os aparelhos privados e os intelectuais.

No que concerne à metodologia empregada, houve a instrumentalização prioritária de livros, com foco na literatura primária de autores marxistas clássicos, mas com a complementação de autores relevantes da literatura secundária. Essa análise bibliográfica foi feita à luz do uso prevalente do método dialético, o qual permitiu explorar, sobretudo, as contradições existentes entre a semântica usualmente anunciada pelos conceitos de Estado e de Direito e os impactos práticos gerados por esses dois elementos superestruturais.

Complementarmente, também houve o emprego do método dedutivo, na medida em que, para se chegar aos resultados obtidos, se partiu de premissas gerais

(representativas dos objetivos já anunciados alhures) que foram organizadas em três tópicos integrantes da estrutura do desenvolvimento do trabalho, cuja exposição seguirá nas linhas subsequentes.

Breves reflexões sobre a percepção de Marx a respeito do Estado e do Direito

Como uma obra de transição, a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” é um dos momentos de ruptura de Marx (2010a) com o idealismo hegeliano, em que a noção de Estado é desmistificada ao ser colocada em face da sociedade civil. Trata-se, pois, de um esforço contraposto a Hegel (1997), que em sua obra “Princípios da Filosofia do Direito” propõe o Estado como uma racionalidade que se volta reiteradamente para si.

Na perspectiva concebida por Hegel, a família e a sociedade civil são domínios dependentes do Estado, de maneira que, por um lado, o Estado é “necessidade exterior e poder mais alto”, sendo que as leis e os interesses desses dois domínios são subordinações do Estado, o qual “é para eles fim imanente, tendo a sua força na unidade do seu último fim universal e dos interesses particulares do indivíduo”. Essa unidade se exprime no fato de os domínios da família e da sociedade civil terem deveres para com o Estado na medida em que também têm direitos em face deste (HEGEL, 1997, p. 226).

Ao sintetizar a relação entre o Estado e os domínios da família e da sociedade civil, Hegel sustenta que o Estado é uma ideia real em ato ou espírito que se divide nas esferas da família e da sociedade civil, que são esferas ideais do próprio conceito de Estado e que constituem o seu aspecto finito, ao passo que o próprio Estado tende a sair da idealidade dessas esferas para “tornar-se espírito real infinito” (HEGEL, 1997, p. 228). Marx destaca que, nessa racionalidade idealista, a família e a sociedade civil “aparecem como o escuro fundo natural donde se acende a luz do Estado”. Nesse diapasão, para Hegel, a família e a sociedade civil são funções do Estado, na medida em que participam dele como suas partes integrantes (MARX, 2010a, p. 29).

Acerca da maneira como Hegel apreende a relação entre o Estado e os domínios da família e da sociedade civil, Marx assim explica:

Família e sociedade civil são apreendidas como *esferas conceituais* do Estado e, com efeito, como as esferas de sua *finitude*, como *sua finitude*. É o Estado que nelas se *divide*, o que as *pressupõe*; e ele o *faz*, em verdade, “para ser, a partir da idealidade delas, Espírito real e *infinito para si*”. “Ele se divide, para”. Ele “*divide, por conseguinte*, em esferas, a matéria de sua realidade, *de maneira que essa divisão etc. apareça mediada*”. A assim denominada “Ideia real” (o Espírito como infinito, real) é, portanto, apresentada como se ela agisse segundo um princípio determinado, mediante um designio determinado. Ela se divide em esferas finitas e o faz “para a si retornar, para ser para si”; ela o faz de um modo que é precisamente como é na realidade (MARX, 2010a, p. 29, grifo no original).

Como elucida Marx, a realidade hegeliana “não é expressa como ela mesma, mas sim como uma outra realidade” (MARX, 2010a, p. 29). Isto é, na realidade que o Estado hegeliano arbitra: “A Ideia é subjetivada e a relação *real* da família e da sociedade civil com o Estado é apreendida como sua atividade *interna imaginária*”. Já Marx pugna que a família e a sociedade civil são os elementos ativos que pressupõem o Estado, lógica essa que é invertida em Hegel, para quem a sociedade civil e a família “devem a sua existência a um outro espírito que não é o delas próprio; elas são determinações postas por um terceiro, não autodeterminações; por isso são também determinadas como ‘finitude’, como a *finitude* própria da ‘Ideia real’” (MARX, 2010a, p. 30, grifo no original).

A importância da “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” reside na exposição crítica dessa consciência invertida e, principalmente, na evidenciação de que o Estado é produzido a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil (MARX, 2010a). Delimitando historicamente o problema filosófico da sociedade política, Marx pontua que: “A abstração do *Estado como tal* pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do *Estado político* é um produto moderno” (MARX, 2010a, p. 52, grifo no original).

Por isso, a distinção do Estado moderno para com outros Estados reside “no fato de que a constituição mesma é desenvolvida como uma realidade *particular* ao lado da real vida do povo, no fato de que o Estado político se torna a *constituição* do resto do Estado” (MARX, 2010a, p. 52-53, grifo no original). No mesmo ano da “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, isto é, em 1843, Marx se dedicou à crítica a Bruno Bauer, um dos representantes dos jovens hegelianos de esquerda.

Para isso, na obra “Sobre a Questão Judaica”, Marx (2010b) empreendeu uma análise profunda a respeito da diferenciação entre emancipação humana e emancipação política, a respeito da qual a filosofia baueriana estava aquém, posto que se desenvolveu no contexto de um Estado declaradamente cristão, no qual os judeus alemães reivindicavam, genericamente, uma sociedade política não discriminatória. Com efeito, para Bauer, “se quiserem se tornar livres, os judeus não devem confessar o cristianismo, mas ao cristianismo dissolvido, a religião dissolvida em geral, isto é, o esclarecimento, a crítica e seu resultado, a humanidade livre” (BAUER, 2019, p. 197).

Na visão de Bauer, por um lado, bastava que o judeu abdicasse do judaísmo, que o sujeito real renunciasse à religião para angariar a emancipação cidadã (política); por outro lado, de maneira coerente com a *ratio* anterior, a superação política da religião significava para ele (Bauer) a superação de toda e qualquer religião, sendo que o Estado que pressupusesse a religião ainda não seria um Estado verdadeiro (MARX, 2010b). Marx, de maneira distinta, não põe a questão nesses termos, pois o questionamento principal é: qual a emancipação de que se trata?

Nos limites do Estado, a emancipação política do homem religioso (genericamente) se baseia na emancipação do Estado referente às religiões em geral, isto é, “quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado” (MARX, 2010b, p. 38). Nesse aspecto, Marx destaca que:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* [...] sem que o homem seja um homem *livre* (MARX, 2010b, p. 38-39, grifo no original).

As contradições dessa emancipação política se tornam ainda mais evidentes quando se considera que o Estado se desenvolve como uma instância particular ao mundo real, sem tocar na vida privada.

Nesse âmbito, Marx afirma que o Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao tratá-las “como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional”, vindo a “tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado” (MARX, 2010b, p. 39-40).

Nesse sentido, só é possível qualificar a igualdade entre os sujeitos da vida real quando as diferenças desta são apreendidas apoliticamente, o que tem condão no Estado.

Marx continua sustentando que, não obstante, “o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas”, de modo que, ao invés de anular essas diferenças fáticas, “ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele” (MARX, 2010b, p. 40). Nessa linha de raciocínio, Marx conclui que o Estado político só é possível enquanto se constituir como uma oposição à vida material:

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra (MARX, 2010b, p. 40).

Nesse diapasão, a limitação da emancipação política reside no fato fundamental de que ela traduz uma ruptura com o mundo antigo e, ao mesmo tempo, uma guinada à vida burguesa.

Em referência à Constituição Francesa de 1793, Marx indica que o homem dos direitos do homem é o integrante da sociedade burguesa, ou seja, o homem egoísta, distante do próprio homem e da comunidade. Para esse homem, a aplicação prática do direito humano à liberdade corresponde ao direito humano à propriedade privada (MARX, 2010b). Prosseguindo em sua crítica à emancipação política no molde burguês, Marx destaca que uma emancipação humana genuína apenas se consumará quando a força social não mais for separada da força política:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e

se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (MARX, 2010b, p. 54, grifo no original).

Posteriormente, na obra “A Ideologia Alemã”, ao identificarem a relação do Estado e do Direito com a propriedade, Marx e Engels colocaram o Estado como uma forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, a fim de garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente (MARX; ENGELS, 1998). Nesse aspecto, o Direito assume um papel fundamental, pois seu metabolismo acompanha o surgimento da indústria e do comércio e, por isso, Marx e Engels apontam que o Direito não se desenvolve independentemente das transformações históricas:

A dissolução da comunidade natural engendra o direito privado, assim como a propriedade privada, que se desenvolve simultaneamente. Entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não teve nenhuma consequência industrial ou comercial ulterior, porque todo o seu modo de produção permanecia o mesmo. Entre os povos modernos, tendo a indústria e o comércio provocado a dissolução da comunidade feudal, o nascimento da propriedade privada e do direito privado marcou o início de uma nova fase, suscetível de um desenvolvimento ulterior. [...] Na Itália, primeiramente, e mais tarde em outros países, quando o comércio e a indústria provocaram um desenvolvimento mais considerável da propriedade privada, retomou-se imediatamente o direito privado dos romanos já elaborado, que foi elevado à categoria de autoridade. Mais tarde, quando a burguesia adquiriu poder suficiente, de tal modo que os príncipes defendessem os seus próprios interesses, utilizando essa burguesia como um instrumento para derrubar a classe feudal, o desenvolvimento propriamente dito do direito começou em todos os países – na França do século XVI –, e em todos os países, com exceção da Inglaterra, esse desenvolvimento se efetuou com base no direito romano. Mesmo na Inglaterra, tiveram de introduzir princípios do direito romano (particularmente para a propriedade mobiliária) para continuar aperfeiçoando o direito privado (MARX; ENGELS, 1998, p. 75).

Finalmente, o Estado e o Direito são colocados em seu devido lugar: o de assegurar os interesses da burguesia. Essa é a determinação concreta das formas políticas e jurídicas. No âmbito das discussões jurídicas, no prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx (2008) consolida uma reflexão sobre o Estado e o Direito que provoca rupturas metodológicas profundas no pensamento moderno. No momento de elaboração dessa obra, Marx já está convencido do significado de tomar as realidades

por suas raízes históricas, prescindindo de conceituações abstratas que se satisfazem consigo mesmas:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...] (MARX, 2008, p. 47).

Essas condições materiais são aquelas “que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de ‘sociedade civil’”, de modo que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. Sob essa ótica, a humanidade acaba se inserindo na produção social da sua própria existência, na medida em que “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 47).

Com isso, Marx realça que: “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47). Portanto, o Direito moderno não se desvincula de uma base material que subscreva às relações jurídicas determinadas tarefas para com as forças produtivas. Aqui reside a preeminência ontológica da infraestrutura, bem como do retorno constante à sociedade civil para a configuração das formas políticas e jurídicas vigentes.

A contribuição de Gramsci ao conceito de sociedade civil

A fim de compreender como Gramsci situa a sociedade civil, é preciso tecer breves considerações preliminares sobre sua filosofia. A filosofia gramsciana ainda suscita debates de ordem teórica e política que não encerram as perspectivas a respeito da importância de Gramsci para o conhecimento moderno em geral, visto que os objetos de crítica de Gramsci perpassam por variados campos do conhecimento. Por outro lado, Gramsci acaba sendo submetido a análises que incorrem no grave equívoco de torná-lo

um marxista que nega ou que inverte o método de Marx, ou, ainda, que degenera a concepção de materialismo histórico. Uma dessas análises é a efetuada por Bobbio (1982), que assim dispõe sobre sua visão acerca da concepção gramsciana de sociedade civil:

A análise sumária do conceito de sociedade civil, desde os jusnaturalistas até Marx, terminou com a identificação – realizada por Marx – entre sociedade civil e momento estrutural. Essa identificação pode ser considerada como o ponto de partida da análise do conceito de sociedade civil em Gramsci, já que – precisamente na identificação da natureza da sociedade civil e de sua colocação no sistema – a teoria de Gramsci introduz uma profunda inovação em relação a toda a tradição marxista. *A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura* (BOBBIO, 1982, p. 32, grifo no original).

No âmbito da reflexão sobre a teoria ampliada do Estado gramsciano, Carlos Nelson Coutinho (1992) contraria a conclusão de Bobbio a respeito da diferenciação que Gramsci emprega na noção de sociedade civil quando comparado a Marx. Destaca que o erro de Bobbio não é particular, pois tem muitos outros interlocutores, e que não se trata de um problema referente à maneira como Gramsci apreende a sociedade civil, pois Bobbio acerta ao asseverar que, enquanto Marx identifica a sociedade civil com a infraestrutura econômica, Gramsci a insere no espectro da superestrutura. A questão problemática, como aponta Coutinho, é a de que:

[...] a partir daí, Bobbio chega a uma falsa conclusão: como em Marx a sociedade civil (base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológica-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil (COUTINHO, 1992, p. 73).

Pugnar que a filosofia gramsciana secundariza a importância da infraestrutura significa afirmar que “Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico” (COUTINHO, 1992, p. 73). Ao se debruçar sobre o problema, Coutinho destaca que Bobbio considera a sociedade civil, na perspectiva gramsciana, a partir do âmbito do vínculo de determinação mútua entre infraestrutura

e superestrutura, sem identificar que o conceito tem raiz no problema do Estado: “o conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista *do Estado*” (COUTINHO, 1992, p. 74, grifo no original).

Esse aprimoramento da noção de Estado se vincula à constatação de que este tem diferentes configurações no mundo, o que faz com que Gramsci (2007), já em seus “Cadernos do Cárcere”, cunhe a divisão da realidade global em Oriente e Ocidente:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Gramsci aprimora a noção de Estado ao reconhecer que, em sociedades do Ocidente, existem campos de lutas complexas na sociedade civil que repelem a noção de Estado apenas sob o viés da coerção. Tal reflexão afasta perspectivas meramente mecanicistas e causalistas a respeito da relação entre o material e o imaterial.

Sob essa ótica, Gramsci destaca que, em uma específica discussão sobre guerra manobrada e guerra de posição, se apresentam transformações fundamentais na arte e na ciência política, especialmente no que tange aos Estados mais avançados, nos quais a sociedade civil apresenta grande complexidade e resistência às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (GRAMSCI, 2007). Ao sintetizar o conceito de Estado, Gramsci o define como “hegemonia couraçada de coerção”, de tal modo que ele é formado pela justaposição entre sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 2007, p. 244). Portanto, o Estado tem uma dupla dimensão, uma ancorada na hegemonia e outra na repressão, as quais não estão distantes uma da outra, pois se reproduzem mutuamente.

Na divisão apresentada por Gramsci, a sociedade política é o espaço do Estado-coerção, ou seja, o caráter repressivo do Estado, ao passo que a sociedade civil expressa o ambiente da disputa pelo consenso, que se dá por uma luta ininterrupta entre os aparelhos privados (porque próprios da sociedade civil) da hegemonia. Essas duas

dimensões contam com o apoio dos intelectuais, enquanto prepostos da classe dominante, para desdobrarem as funções subalternas da hegemonia social e do governo político, quais sejam:

[...] 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Tamanha é a importância dos intelectuais que Gramsci, ao esclarecer de maneira didática como apreende o conceito de Estado, insere a falta de intelectuais para exercer a hegemonia como um dos fatores para a derrocada de determinados governos:

[...] amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais [...]. A partir desta conceição do papel dos intelectuais, em minha opinião, esclarece-se a razão, ou uma das razões, da queda das comunas medievais, isto é, do governo de uma classe económica, que não soube criar-se a própria categoria de intelectuais e portanto exercer uma hegemonia, mais do que uma ditadura [...] (GRAMSCI, 2011, p. 264).

Assim, para Gramsci, o poderio de uma classe não se dá apenas pelo aspecto coercitivo. A supremacia de um grupo social se apresenta tanto como domínio quanto como direção intelectual e moral, de modo tal que diversos fenômenos patológicos da sociedade têm conteúdo na extinção dessa direção. Isto é:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam [...] (GRAMSCI, 2007, p. 184).

Isso permite desdobrar que a concepção de sociedade civil em Gramsci vincula a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado (GRAMSCI, 2007). O Estado possui e busca o consenso, “mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 119). Inclusive, Gramsci aponta que:

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2007, p. 284).

Ademais, a unidade histórica das classes dirigentes se desenrola no Estado e a sua história é, substancialmente, a história dos Estados e de seus respectivos grupos. Assim, a unidade da história basilar, em sua concretude, “é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’” (GRAMSCI, 2002, p. 139). Se deve ter em mente a reciprocidade entre estrutura e superestrutura para que sejam conectadas as realidades do Estado e da classe dirigente.

Tendo isso em vista, Gramsci salienta que, entre a estrutura econômica e o Estado com suas legislação e coerção, se acha a sociedade civil, e esta tem de ser radical e objetivamente modificada não somente na redação da lei e nas obras científicas. Gramsci frisa que o Estado “é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 324). Um dos meios hábeis para a consecução dessa adequação é a opinião pública, a qual é destacada por Gramsci como algo que é conexo à hegemonia política, isto é, como um encontro entre a sociedade civil e a sociedade política:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, 2007, p. 265).

Contudo, se existem intelectuais a serviço dos interesses das classes dirigentes e, conseqüentemente, das forças produtivas, também é possível o desdobramento dialético da face oposta a esse *status quo*.

Isso porque, para Gramsci, as ideologias não são aleatórias, mas “são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e relevados em sua natureza de instrumentos de domínio”, com a finalidade de transformar os governados (classes subalternas) intelectualmente livres dos governantes (classes dirigentes), para sucumbir uma hegemonia e emergir outra, como instante imprescindível da subversão da práxis, no bojo da filosofia da práxis (GRAMSCI, 1999, p. 387). A filosofia da práxis é assim referida por Gramsci:

A filosofia da práxis [...] não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas (GRAMSCI, 1999, p. 388).

Outrossim, é possível desvendar uma relação intrínseca entre a superestrutura e a filosofia da práxis.

Nesse raciocínio, Gramsci observa o caráter objetivo e atuante da realidade superestrutural, esta enquanto uma objetividade que diz claramente que os homens tomam consciência de sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, chegando a definir a filosofia da práxis como uma superestrutura, cujo campo expõe determinados grupos sociais que angariam conscientemente o ser social, a força, as tarefas e o próprio devir (GRAMSCI, 1999, p. 388). Ainda no bojo das superestruturas, se faz importante destacar a concepção gramsciana acerca do Direito, bem como a relação deste para com o Estado.

Gramsci e o caráter conformista do Direito no Estado “educador”

Nos escritos gramscianos antecedentes ao Cárcere, podem ser encontradas algumas reflexões de fundamental importância para as concepções de Estado e de Direito. Acerca do Estado, Gramsci o descreve como uma organização econômico-política da classe burguesa. A burguesia não é uma unidade exterior ao Estado, na medida em que, dentro do Estado, pelo princípio e ação da livre concorrência, emergem e se constituem incessantemente inéditos grupos de produtores capitalistas que compõem a capacidade econômica do regime, de modo que:

O Estado compõe juridicamente os dissídios internos de classe, os atritos de interesses contrastantes, unifica os sectores e dá a imagem plástica da classe inteira. O governo, o poder, é o ponto em que se afirma a concorrência dos sectores. O governo é o prêmio do partido, do sector burguês mais forte, que, por esta força, conquista o direito de regular o poder do Estado, de dirigi-lo para determinados fins, de plasmá-lo prevalentemente segundo os seus programas económicos e políticos (GRAMSCI, 1976, p. 231).

A consciência gramsciana a respeito do Estado (mais precisamente, da tomada do Estado) não é inescrupulosa e reducionista, pois é corroborada à base ideológica das classes subalternas que não cai no fetichismo estatal.

Enxergando o problema do Estado italiano de sua época e defendendo um método intransigente do Partido Socialista, Gramsci evidencia que o proletariado não pode pretender concorrer para a conquista do governo sem derrocar o seu valor intrínseco, “tornando-se num enxame de moscas de cavalaria”, ao passo que também não pode contribuir com um setor burguês organizado no parlamento sem resultar em equívoco e na determinação de falsos fatos que deverão, posteriormente, ser desfeitos e corrigidos (GRAMSCI, 1976, p. 238). Prosseguindo em sua reflexão, Gramsci destaca que:

O marasmo político, determinado pela colaboração de classe, deve-se à dilatação espasmódica de um partido burguês, que além de deter o Estado, se serve também da classe antagonista do Estado, tornando-se numa quimera, num monstro histórico sem vontade e fins determinados, apenas preocupado pela posse do Estado ao qual se pega como a ferrugem. A actividade do Estado reduz-se a puro direito, às composições formais dos dissídios, não ataca nunca a substância; o Estado transforma-se em carro cigano, regido por peças e chaves, mastodôntico sobre quatro pequenas rodas (GRAMSCI, 1976, p. 238).

Em contraposição a esse arranjo, Gramsci propõe uma política intransigente, a partir de um olhar conjuntural bastante criterioso a respeito da condição italiana do Estado em sua época. A partir dessa política, há a proposição da tarefa histórica do proletariado de elevar a consciência revolucionária do capitalismo para pôr fim aos resíduos feudais vigentes na contemporaneidade:

A intransigência não é a inércia porque obriga os outros a mover-se e a operar. Não se baseia em coisas estúpidas [...]; é uma política de princípios, é a política do proletariado consciente da sua missão revolucionária de acelerador da evolução capitalista da sociedade, de reagentes que clarifica o caos da produção e da política burguesas, que obriga os Estados modernos a continuarem a sua natural missão de desagregadores das instituições feudais que emergem ainda, empachando a história depois do naufrágio da velha sociedade. [...] O Estado inglês evoluiu, libertou-se dos seus valores nocivos pelo embate livre das forças sociais burguesas que acabaram por constituir os grandes partidos históricos liberal e conservador. Deste embate, o proletariado ganhou indirectamente o pão a baixo preço, as liberdades substanciais garantidas pela lei e pelo costume, a liberdade de associação, de greve, uma segurança individual que, em Itália, são ainda um mito quimérico (GRAMSCI, 1976, p. 238-239).

Posteriormente, Gramsci refletiu a respeito dos limites da legalidade, remetendo sua análise ao surgimento do fascismo.

Nessa reflexão, Gramsci compreende que, para o governo, tudo o que se manifesta no campo de uma ação que lhe é contrária ultrapassa os limites da legalidade. Mais especificamente, “pode dizer-se que a legalidade é determinada pelos interesses da classe que detém o poder em qualquer sociedade”, de sorte que, quando uma ação propende a lesar, de qualquer maneira, a propriedade privada e os proventos que se extraem dela, aquela ação se figura como ilegal no campo substancial. No campo formal, a legalidade adquire uma expressão distinta, pois se identifica como um conjunto de normas livremente reconhecidas pela totalidade das partes de um agregado social, cuja gênese pode ser encontrada na outorga, pela burguesia, de igual direito de voto ao patrão e a seu assalariado (GRAMSCI, 1977, p. 359).

Por isso, a percepção da legalidade foi da substância para a forma, subscrevendo o surgimento da ideologia liberal-democrática, de sorte que o Estado burguês passou a ser o Estado liberal por excelência. Essa legalidade burguesa se reduziu ao exercício do voto, sem se ter em consideração que a legalidade possui um duplo aspecto (substancial

e formal). No momento em que o sufrágio e o direito de organização se tornaram mecanismos de atentado à classe patronal, a qual se desprende da legalidade formal e acatou somente a sua verdadeira lei (a do interesse burguês), as classes operária e camponesa foram excluídas de suas posições, diante da ameaça que representavam à propriedade privada. Surgiu, assim, o fascismo, o qual se afirmou e se impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal (GRAMSCI, 1977).

Apesar da importância dos escritos pré-carcerários, é nos “Cadernos do Cárcere” que pode ser encontrada uma reflexão mais específica acerca do Estado e do Direito, por meio da qual Gramsci (2007) delineia que a dimensão de consenso do Estado reflete um Direito que busca produzir, no seio da sociedade, uma conformação das consciências sociais.

Nesse sentido, Gramsci atesta que a revolução fomentada pela burguesia na concepção do Direito e, portanto, na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, na propagação de uma eticidade do Direito e do Estado). Para a consecução de tal pretensão, a burguesia firma a si mesma como uma classe em reiterado movimento, hábil para captar a completude da sociedade e absorvê-la a seu nível cultural e econômico, de tal modo que toda a função do Estado é transformada para que este se torne um agente “educador” (GRAMSCI, 2007, p. 271). Nesse sentido, conforme aponta Gramsci:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho da produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica (GRAMSCI, 2007, p. 28).

Sob essa ótica, a função do Direito está no fato de que, através do Direito, o Estado torna o grupo dominante homogêneo e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente (GRAMSCI, 2007). Como se vê, não existe na reflexão gramsciana conceber o Direito somente na sua dimensão técnica ou, ainda, no aspecto mais positivista da atividade estatal. Por isso, Gramsci identifica que:

A atividade geral do direito (que é mais ampla do que a atividade puramente estatal e governativa e também inclui a atividade diretiva da sociedade civil, naquelas zonas que os técnicos de direito chamam de indiferença jurídica, isto é, na moralidade e no costume em geral) serve para compreender melhor, concretamente, o problema ético, que na prática é a correspondência "espontânea e livremente aceita" entre os atos e as omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade se propõe como necessários, correspondência que é coercitiva na esfera do direito positivo tecnicamente entendido e é espontânea e livre (mais estritamente ética) naquelas zonas em que a "coação" não é estatal, mas de opinião pública, de ambiente moral, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 240).

Em razão dessa interface com a eticidade, para Gramsci, o conceito de Direito:

[...] deverá ser ampliado, nele incluído aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula "indiferente jurídico" e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem "sanções" e sem "obrigações" taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 23-24).

Ademais, como não é possível tratar como antissociais por natureza os indivíduos que violam as normas jurídicas, Gramsci defende que o Direito não exterioriza a sociedade como um todo, mas sim a classe dirigente, que impõe à sociedade as normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. Nesse diapasão, o desígnio do Direito é pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo que ele assinala, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente, o que revela tacitamente que o Direito moderno perfaz a utopia democrática do século XVIII (GRAMSCI, 2007).

E, em razão de os Estados tenderem a emergir e a preservar uma dada concepção de civilização e de cidadão, se inclinam a estancar certos costumes e ações e a fomentar outros por meio do Direito, o qual, configurado para ficar nos termos desses seus propósitos, deve "ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos" (GRAMSCI, 2007, p. 28). Mas, para Gramsci, há também aspectos de atuação negativa do Estado, vez que este:

[...] atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e "pune", já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é "possível", a "ação ou a

omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2007, p. 28).

Nisso, Gramsci afirma que o Direito “é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado” (GRAMSCI, 2007, p. 28).

Considerações finais

Diante do exposto neste breve trabalho, dois são os principais resultados extraíveis da investigação realizada.

O primeiro resultado relevante concerne à insuficiência da universalidade abstrata como critério hermenêutico para a interpretação do Estado e do Direito.

Como se viu, para Hegel, o Estado consiste em uma necessidade e em um fim para a sociedade civil, a qual é uma mera partícipe da sociedade política. Marx inverte essa lógica especulativa e prenuncia um materialismo que se perfaz com a lógica da sociedade civil enquanto determinação autodeterminada. Essa percepção colide com a concepção idealista do Estado, a qual não é apenas uma prerrogativa de Hegel (embora este seja o grande interlocutor do Estado nos moldes como queria a burguesia nascente), mas é, em verdade, um problema da modernidade em si e de sua universalidade abstrata que permeia o discurso sobre o Estado e o Direito. Sob essa ótica, Estado é uma universalidade abstrata que se contenta consigo mesmo, pois, ainda que faça referência à vida real, abstrai dela para se realizar idealisticamente.

Quanto ao segundo resultado significativo da presente investigação, este reporta à necessidade de um filtro crítico dos discursos propalados pelos agentes da sociedade civil.

Conforme exposto alhures, fundamental é a conclusão de Gramsci quanto à necessária recorrência do fator educativo do Estado ao desenvolvimento das forças produtivas. E o Estado atua como “educador” tanto por meio do manejo do Direito, quando por meio do apoio de instituições privadas e agentes da sociedade civil que exercem a hegemonia social, sendo que os discursos veiculados, em regra, atendem a uma orientação ideológica bem definida, a serviço das elites políticas e econômicas.

Referências

BAUER, Bruno. A capacidade dos judeus e cristãos atuais tornarem-se livres. **Kínesis**, v. XI, n. 30, dez. 2019, p. 183-199. Tradução de Douglas Rafael Dias Martins. Revisão e notas de Diego Baptista. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/9637>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luis Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5**. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; Co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere (antologia)**. Trad. de Carlos Diegues. Santiago de Compostela: Estaleiro Editora, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos, volume I**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos, volume II**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1977.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Supervisão e notas de Marcelo Backes. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd. Tradução de Nélcio Schneider, Daniel Bensaïd e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O aspecto ideacional como fator constrangedor das estratégias de *lobby* na aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil

Victor Lopes Mendes Roland¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O tema abordado no artigo busca estabelecer diálogo com debate proposto pela escola Construtivista de Ciência Política que põe à prova o modelo tradicional de escolha racional e amplifica o modelo de análise empregado no estudo sobre grupos de interesse. Tais críticas elencam as ideias como aspectos fundamentadores e, também, reflexo dos interesses e instituições políticas. Essa questão fica ilustrada pela análise do processo de aprovação do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico Brasileiro ocorrido em 2020. Por meio de uma abordagem inspirada nas proposições de Paul A. Sabatier, contidas no *Advocacy Coalition Framework*, é analisado o papel das ideias e narrativas como fatores constrangedores da disputa de poder no processo de definição de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico; *Lobby*; Grupos de Interesse; *Advocacy Coalition Framework*.

The ideational aspect as a constraint factor of lobby strategies at the approval of the new Regulatory Mark for Basic Sanitation in Brazil

ABSTRACT

The topic approached in the article aims to stablish a dialogue with the debate proposed by the Constructivist school of Political Science, which puts to the test the traditional model of rational choice and amplifies the analysis model used in interest groups studies. These critics cast ideas as grounding aspects, also reflex, of political interests and institutions. That question becomes illustrated by the analysis of Brazilian New Regulatory Mark for Basic Sanitation approving process, occurred in 2020. Through an approach inspired on Paul A. Sabatier's propositions, contained at the Advocacy Coalition Framework, it is analyzed the role of ideas and narratives as constraining factors of the power disputes around the public policy definition process.

Keywords: Basic Sanitation; *Lobby*; Interest Groups; *Advocacy Coalition Framework*.

¹ Victor Lopes Mendes Roland é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Negócios Internacionais com ênfase em Marketing Global pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Atua como consultor na área de *Public Affairs* conciliando estratégias de Relações Institucionais e Governamentais e Comunicação para defesa de interesses de clientes de diferentes segmentos.

Introdução e metodologia

Este artigo busca conciliar o estudo sobre as atividades de *lobbying* exercidas por grupos de interesse com críticas feitas pela escola construtivista de Ciência Política. Isso se dá pela preocupação com o papel exercido pelas ideias e o caráter dialógico da construção dos interesses nas dinâmicas de poder, o que acaba por elencar a dimensão ideacional como fator relevante no desenho de políticas públicas. Para tanto, traz como objeto de pesquisa a aprovação da Lei nº 14.026/2020, o Marco Regulatório do Saneamento Básico, doravante “MSB”, como caso exemplar da influência das ideias nos atores e no molde das instituições, propondo-se a contribuir com novas variáveis de entendimento da atuação de grupos de interesse.

O propósito central desta pesquisa foca em explorar como as ideias exerceram papel relevante e decisivo no resultado do processo de aprovação do MSB? Para tanto, será exposto as ideias que compuseram e nas quais se apoiaram os atores dos lados antagônicos à questão, que disputaram respectivamente pela aprovação ou bloqueio do processo legislativo: (1) concessionárias privadas e (2) concessionárias públicas, majoritárias no setor e os atores diversos que orbitam e trabalham na institucionalização de cada uma das partes.

A partir de breve contextualização sobre a gravidade do cenário local de fornecimento de água e tratamento de esgoto, além de resumo das propostas contidas no MSB o artigo busca partir de uma metodologia exploratória a fim de cumprir o preenchimento do modelo esquemático do *Advocacy Coalition Framework* (SABATIER, 1988) vigente para o tema. Importante ressaltar que as motivações, além de parte dos relatos e referências coletados para este projeto se deram a partir de experiência profissional particular do autor, enquanto profissional de Relações Governamentais e Institucionais, tendo atuado ativamente em contato extensivo com diferentes atores envolvidos em ambas as partes desta disputa.

Ademais, os apontamentos constantes neste trabalho foram feitos a partir de avaliação dos discursos e posicionamentos dos atores obtidos em registros oficiais das

proposições nas bases do Congresso e registros taquigráficos, audiências públicas e eventual cobertura jornalística sobre o tema e que se mostraram pertinentes para construção do debate sobre os meandros de negociação dessa política pública à ótica do que já citado Paul A. Sabatier.

O debate segue com a análise sobre como a atuação dos grupos de interesse e como suas chances de sucesso foram impactadas pela dimensão ideacional. Esta última diz respeito principalmente ao papel atribuído ao Estado e como encaramos a agenda econômica liberalizante no país, diretamente correlacionado aos intentos de promoção de uma agenda de Parcerias Público-Privadas (PPP), principalmente liderada pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)², secretaria especial do governo.

O debate exposto questiona tendências da literatura sobre as atividades de *lobbying* da iniciativa privada frente ao Legislativo e pressupostos da ótica marxista. Tais questões ensejam a hipótese de que a dimensão ideacional seja ponto chave para compreender a aprovação nestes moldes. Por fim, as narrativas utilizadas pelos grupos antagônicos serão analisadas, uma vez que tais discursos são exemplos palpáveis do papel das ideias formativas dessas coalizões e recursos de mobilização de outros atores. Neste ponto serão avaliados ainda as vantagens e potencialidades dos recursos discursivos aplicados por cada parte.

O déficit do saneamento e a proposta de Novo Marco Regulatório

Segundo dados consolidados pelo Instituto Trata Brasil (ITB)³ – a partir do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Sistema Único de Saúde – em 2019, a rede de distribuição regular de água atendia 76,2% do país, deixando mais de 34,25 milhões de pessoas completamente desconectadas da rede e mais de 15,7 milhões com fornecimento

² O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) criado pela Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, vinculado à Presidência da República, é principal pela promoção da agenda de desestatização do governo, promovendo as diferentes formas de negociações entre a iniciativa privada e o Estado.

³ O Instituto Trata Brasil (ITB) é uma organização da sociedade civil de interesse público, mantida, desde 2007, pelas principais concessionárias privadas e que atua como *think tank* na produção de conhecimento e mobilização do debate público sobre a urgência da causa de acesso e expansão do saneamento básico.

irregular. Para o tratamento de esgoto, os números são mais críticos: cobertura de 54,1% da população, deixando 95,25 milhões de desassistidos (ITB, 2021). A este cenário somam-se os altos índices de perdas de água tratada (vazamentos e desvios ilegais), cerca de 39% em 2019 (SNIS, 2019).

Estes déficits históricos contradizem os compromissos do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) de 2014, que assume como meta a universalização desses serviços até 2033. O Plansab sucedeu o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) de 1971, que marcou a criação das companhias públicas estaduais que se difundiram no país como modelo majoritário de operacionalização dos serviços de água e esgoto e que passaram a ser inseridas na dinâmica política local como aparato clientelista nos estados (MELO, 1989).

Para reverter o cenário de fornecimento de água e esgoto insuficiente para a população brasileira, a proposta do MSB tem como objetivo promover uma nova onda de abertura de mercado entre os operadores. Para tanto, busca corrigir anomalias sistêmicas que dificultavam *a priori* os níveis de competitividade do setor, sobretudo a disputa efetiva dos prestadores privados. Isso ocorre por propor o fim aos contratos de programas favoráveis aos prestadores públicos de caráter autárquico, instrumentos indiretos da administração pública.

Por meio de contratos de programa⁴, licitações ficam dispensadas entre as concessionárias públicas e poder concedente municipal⁵ (GONDIM; MELO, 2012). Tal aspecto jurídico, de acordo com Dutra, Lisbona e Smirdele (2019), coíbe incentivos competitivos, implicando em prestadores pouco comprometidos com a eficiência operacional e gestão otimizada de recursos para o atendimento à população. Um dos principais artigos do MSB propõe a equiparação dos contratos de programa com aqueles firmados entre o poder concedente municipal e entes privados. Isso garante que os termos licitatórios de livre concorrência, metas contratuais e custo-benefício sejam princípios básicos para a escolha do prestador, independentemente se público

⁴ Personalidade do Direito Público prevista no artigo 241, da Constituição Federal Brasileira. É um instrumento de Cooperação Interfederativa para prestação e gestão associada de serviços atribuídos à administração pública direta municipal, permitindo a descentralização para atendimento de serviços públicos à população.

⁵ No Brasil, a titularidade da prestação de serviços de água e tratamento de efluentes é municipal, apesar de debates por falta de clareza constitucional sobre o tema (GONDIM & MELO, 2012).

ou privado. Assim, a reforma tem como resultado a abertura de mercado para entes privados - parte interessada com maior potencial de investimentos (BRITTO, 2018). Segundo o ITB (2019), mesmo representando 6% das operações do país em 2016, eles desembolsaram 20% dos investimentos no setor naquele ano.

Após a Lei nº 11.145/07, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento, mais recentemente diversos projetos foram propostos com o intuito de reformular as diretrizes que regiam o setor no Brasil. O primeiro deles se deu na forma de uma Medida Provisória, a MP 844/18. O texto, editado pelo Presidente Michel Temer, materializou demandas das concessionárias privadas, após esforços para pautar o tema junto ao Poder Executivo (PE). Entretanto, tal MP perdeu a eficácia sem conquistar espaço na agenda do Congresso Nacional.

Mesmo com as barreiras, uma nova MP foi editada, replicando a original. A MP 868/18 foi lançada pela equipe de transição de Bolsonaro. Desta vez, 501 emendas foram submetidas e a Comissão Mista encaminhou o Projeto de Lei de Conversão à Câmara dos Deputados (CD). Apesar de mais avanço, a 2ª MP caducou sem votação. Posteriormente, foi a vez do Legislativo propor um projeto, reeditado pelo Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – relator da Comissão Mista da MP 868/18 – como Projeto de Lei (PL) 3.261/19. Desta vez, a reforma do saneamento firmou espaço no debate, sendo aprovado no Senado. E, ao ser remetido à CD, em junho de 2019, somou-se a outros projetos análogos propostos naquela Casa Legislativa, os PLs: 3.189/19, 3.235/19, 3.239/19, 3.343/19, 4.162/19 e 4.398/19. Essa miríade de projetos passou por processos de apensamento, ou, então, foram retiradas pelo autor. Isso fez com que o pacote normativo em questão passasse a incluir também a gestão de resíduos sólidos.

Na CD, o processo do Marco foi reiniciado. O PL 3.261/19 do Senado foi abandonado e, no lugar, o PL 4.162/19 conquistou o arranjo para aprovação, retornando à casa revisora, até que fosse novamente aprovado. Finalmente, após 2ª votação no Senado, o projeto foi convertido na Lei nº 14.026/20, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro com o veto de 12 trechos. O Congresso referendou os vetos presidenciais, findando completamente o rito legislativo.

Todo esse processo, além da participação dos diferentes blocos no Congresso, contou com dois grupos de interesse que buscaram exercer forças antagônicas: (1) o

grupo das concessionárias privadas, representado por seu sindicato patronal, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON) – favorável pela aprovação; e (2) o grupo das concessionárias públicas, representado pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) – que exerceu *lobbying* contrário ao projeto.

Vale menção ainda que as associações supracitadas foram as lideranças que se propuseram a mobilizar outros atores de diferentes campos a fim de formarem uma coalizão de defesa de interesses propriamente dita, uma vez que compartilhavam as mesmas compreensões causais sobre o problema do saneamento e, conseqüentemente uma proposta compartilhada do como endereçá-lo.

O grupo de proponentes da implementação do novo marco contou com a participação, por exemplo de entes governamentais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o já citado Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e com especial promoção por parte de Diogo Mac Cord – então secretário de Infraestrutura na época das tramitações e atual secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, também no Ministério da Economia. Outra figura que compôs a articulação e ocupou papel de destaque foi o Instituto Trata Brasil, entidade custeada pelas concessionárias privadas. Outros participantes foram representantes da própria comunidade acadêmica, sobretudo o Centro de Estudos da Infraestrutura e Soluções Ambientais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o mercado financeiro, com especial atenção às oportunidades de investimento a serem abertas.

Já o grupo que trabalhou pela manutenção do *status* prévio do saneamento, lideradas pela ASSEMAE e AESBE, contou com apoiadores sindicais estaduais e federais e o respaldo da comunidade de governadores e prefeitos, interessados pelo impacto potencial na estrutura de poder local, em prejuízo das companhias autárquicas de saneamento. Outro destaque foi a atuação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)⁶, *think tank* que realizou *webinars* e

⁶ O Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento foi criado em abril de 2018, a partir do Fórum Mundial Alternativo da Água, promovido por entidades sindicais em Brasília naquele ano. Propõe-se a atuar no debate público e produção de conhecimento especializado sobre os temas de

outros esforços de comunicação contra o Marco, mobilizando consultores, especialistas e juristas, com destaque para a figura de Léo Heller – relator especial dos direitos humanos à água e ao esgoto da Organização das Nações Unidas (ONU).

O *lobby* da iniciativa privada no Congresso

Sobre as atividades de *lobby* do setor privado brasileiro, como vemos no MSB, identifica-se na produção acadêmica a tendência de sucesso das articulações empresariais para garantir que seus interesses reflitam na produção legislativa federal (MANCUSO, 2007). Além disso, há na literatura indicativos sobre tendência favorável à aprovação dos instrumentos normativos oriundos da presidência, as Medidas Provisórias (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001).

De fato, observa-se neste estudo de caso a importância desempenhada pela produção legislativa oriunda do PE e como ela refletia os interesses das concessionárias privadas. O MSB foi inicialmente pautado via MP e os vetos presidenciais incidiram sobre pontos de concessão feitos aos opositores do PL original, atendendo às pressões das concessionárias públicas – em especial a autorização da renovação de mais um ciclo de contratos de programa, sem licitação até 31 de março de 2022. Este foi um aspecto de concessão oferecido pela coalizão proponente do novo marco, mas com impactos diretos em prejuízo da efetividade prática do projeto, garantindo sobrevida ao modelo prestado pelas concessionárias públicas.

Isso pode ser interpretado como um recurso de negociação importante utilizado por concessionárias privadas para viabilizar de uma vez por todas a aprovação do projeto, mas com a possibilidade de restituição do nível integral de vitória de seus interesses, mediante veto presidencial posterior. Indicando assim atuação do PE em favor dos interesses da iniciativa, configuração que pode decorrer da dependência estrutural do Estado para com o empresariado em lógica capitalista sistêmica (MILIBAND, 1969; LINDBLOM, 1977; HAYES, 2001) e/ou por contarem com mais recursos materiais para investir em *lobby* (MANCUSO, 2007).

acesso a água e esgotamento sanitário, promovendo a ação conjunta de movimentos sociais e a academia pelo controle público do setor.

Entretanto, apesar do sucesso do projeto de lei referente ao Marco, a maneira como tal aprovação se deu chega até a contradizer e complexificar as conclusões inicialmente tiradas pela abordagem neomarxista – com o diagnóstico de que as corporações privadas detêm posição política privilegiada junto ao Estado, devido a lógica capitalista que está impressa nas instituições (LINDBLOM; DAHL, 1976) – e apontamentos da literatura fundamentadas no modelo de neoinstitucionalismo da escolha racional (HALL; TAYLOR, 2003) – que indicam que o resultado final do fenômeno político pode ser analisado pelo embate de forças e recursos materiais das partes em disputa. Para o tema do saneamento, vemos que o grupo de interesse formado pelas concessionárias privadas enfrentou dificuldade para pautar e viabilizar essa agenda no debate legislativo. Em outras palavras, os desafios ocorreram em duas searas: tanto no processo legislativo iniciado via MP em 2018 até sua aprovação em 2020, quanto em âmbito mais amplo referente ao esforço histórico de pautar tal agenda liberalizante do setor.

Neste tema, merece destaque o fato de que proposições visando o aumento da participação privada no setor de água e esgoto já tinha precedente. Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo acessou crédito do Fundo Monetário Internacional e comprometeu-se com reformas privatizantes no saneamento, telecomunicações e energia. Para tanto, foi proposto o PL 4.147/01 com uma agenda neoliberal para o saneamento, que inspirou a formação da Frente Nacional de Saneamento Ambiental, composta por entidades de operadores públicos estaduais e municipais, de servidores públicos, além de outras organizações lideradas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (SOUSA; COSTA, 2011).

Esses fatos apontam a presença de uma dimensão ideacional que por muito tempo constrangeu tal inovação normativa. Em aspecto amplo, vemos como pano de fundo, disputas sobre o papel do Estado – debate que ocorre em torno de uma agenda liberalizante transversal – com efeitos concretos em como encaramos a prestação do rol de serviços públicos e dentro do regime democrático brasileiro. Isso se dá por uma aversão do mercado interno a políticas do tipo, estigmatizando a ideia de “privatização”, além de dependência de trajetória acerca da intervenção estatal na economia em comparação com outros mercados (TAYLOR, 2020).

Assim, vemos uma trajetória com tendência inercial incidir sobre as tentativas de reformulação e inovação da prestação de serviços públicos analisadas neste estudo. A visão que credita ao Estado brasileiro o papel integral de implementação dos serviços de saneamento acaba por se institucionalizar historicamente, atuando como força ideacional de coibição das chances de sucesso de propostas que difiram do que já é praticado.

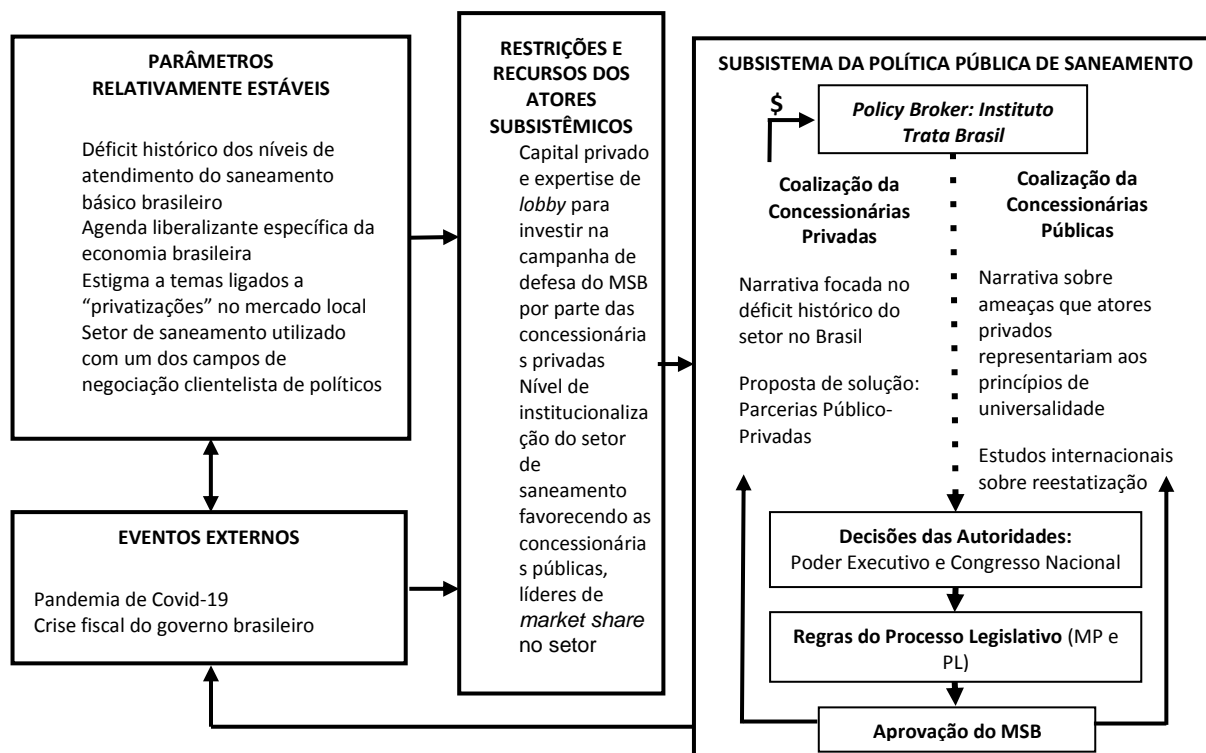
Tendo essa visão forte adesão na opinião pública brasileira atuou como força de inanição, mesmo diante dos níveis insatisfatórios de atendimento da população e de desinvestimento do setor conforme supracitado. Essa tendência de permanência fez com que por muito tempo, o modelo de gestão do setor fosse povoado por operadores públicos, 94% antes do MSB (ITB, 2019) sem oportunidade para que essa agenda de reformas fosse pautada.

Em suma, vemos que esse acúmulo institucional, sustentado por uma dimensão ideacional, manteve o *status quo* fundamentado em modelo definido na década de 1970, facilitando a coalização de defesa de operadores públicos. Essa proposta de análise deve focar ainda no neoinstitucionalismo discursivo envolvido nos combates sobre o tema.

O *Advocacy Coalition Framework* do saneamento

Este artigo ressalta a influência das ideias em circulação no mercado e difundidas na opinião pública como chaves analíticas para compreender de maneira mais abrangente o andamento do processo legislativo. Antes de prosseguir com o esforço dedicado a analisar as mensagens-chave como recursos para transmissão dessas ideias e do processo de argumentação, negociação e convencimento típicos do *lobbying*, fica exposto o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), sobre o caso de desenho normativo aqui estudado.

Imagem 1 – *Advocacy Coalition Framework* aplicável para o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico Brasileiro



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir deste método de análise proposto por Sabatier, fica ressaltado o sistema complexo de fatores engendrados para que o fenômeno social em curso ocorresse. O modelo evidencia o processo pelo qual crenças das coalizões são impressas nos interesses e propostas de política de saneamento e na maneira como o MSB foi concebido, negociado e aprovado a partir da movimentação de grupos com recursos distintos. Esse modelo leva em consideração (a) Parâmetros Relativamente Estáveis já institucionalizados no mercado; (b) Restrições e Recursos materiais à disposição dos Atores Subsistêmicos – ambos quesitos já explicitados no texto –; (c) Subsistema da Política Pública, considerando a tramitação e as narrativas por cada uma das partes; além de (d) Fatores Externos relevantes no contexto macro do fenômeno

social – esses dois últimos quesitos ainda a serem comentados nas próximas seções do artigo.

Em suma, fica reconhecido o papel das ideias tanto no âmbito da formação dos interesses, quanto também na formulação das propostas de política pública, além de sua utilização no processo de convencimento dos legisladores e outros atores políticos envolvidos.

Dentro desse esquema, merece destaque que, além de representarem interesses quanto à detenção das concessões, tais propostas das empresas públicas de saneamento ante as privadas, representam em sua unidade básica entendimentos díspares sobre as razões do déficit de saneamento. Essas crenças acabam por fundamentar sua posição, buscando advogar pelo prevalecimento do tipo específico de mecanismo causal (HEDSTRÖM; YLIKOSKI, 2010) que se detém para compreensão daquele fenômeno social. Sobre as convicções causais temos:

- A) Por um lado, as concessionárias públicas, além de já contarem com uma estrutura institucional consolidada que as favoreciam, encaram o saneamento como um campo de serviço público que deva única e exclusivamente ser prestado pelo Estado, como garantidor máximo da universalidade desses serviços à população. Conforme indicam posicionamentos prestados por suas associações setoriais representativas:

“O Conselho Diretor [...] vem a público reafirmar o posicionamento contrário da entidade sobre a Medida Provisória 844/2018 [...]. Conhecida como a MP da Sede, a Medida Provisória 844 apresenta dispositivos capazes de excluir a população mais pobre do acesso aos sistemas de saneamento básico, com impactos imediatos para a titularidade dos municípios” (ASSEMAE, 2018).

- B) Por outro, os *players* privados reconhecem como origem do déficit a estrutura pouco favorável à competitividade e eficiência operacional até então vigente. Dessa forma, eles propõem instrumentos para conferir a segurança jurídica necessária para garantir diversificação das fontes de investimento, que garantam o cumprimento das metas de cobertura do país. Tudo isso, sem que a titularidade

dos serviços de água e esgoto deixem de pertencer ao Estado. Conforme evidencia trecho abaixo:

“O atual cenário de crise demanda uma estratégia robusta para a retomada de investimentos e aumento da atividade econômica. Esse contexto reforça a oportunidade de esforços em prol da Universalização do saneamento [...]. Nesse sentido, acelerar o processo de transição para o novo modelo e não interromper ou inibir iniciativas com potencial de viabilizar investimentos no curto prazo são aspectos relevantes” (ABCON, 2020).

Para mais, vemos que tais convicções causais díspares contrapostas a teoria de Hall sobre níveis de mudança política, também representam uma disparidade na maneira como cada coalizão enquadra o nível de mudança que o marco suscitaria, demonstrando que o embate de interesses se deu também de maneira estrutural na forma que se compreende esse campo de prestação de serviço público. Para as concessionárias privadas o MSB é uma mudança de 2ª ordem, quando se propõe novas táticas – fomento à participação privada – para endereçar um mesmo problema, já que a titularidade desses serviços permanece estatal (HALL, 1993). Já o entendimento das concessionárias públicas acerca do PL assumiu uma dimensão mais grave para a mudança: a ampliação da participação privada representa a ruptura completa desse campo de política pública – uma mudança de 3ª ordem (HALL, 1993).

As disputas de narrativa empregadas

A partir do cerne desses mecanismos causais que delimitaram os interesses e propostas de ambos os lados, foi também em parte na dimensão ideacional que se deu o esforço de prevalecimento das propostas. Cada um dos atores teve que competir a fim de conquistar a mobilização de *veto players* em prol de seu posicionamento. Toda essa articulação se deu por um instrumento típico do *lobby*: o discurso, como peça-chave do convencimento e mobilização.

Neste ponto, vê-se mais uma vez o desenvolvimento dessas ideias estrategicamente trabalhadas nas diferentes atividades da área (campanhas de comunicação na imprensa e em redes sociais, *advocacy*, audiências públicas, abaixo-

assinados e protestos, campanhas *grass root*, interface direta com autoridades etc.). Nesses discursos, os atores buscaram defender suas propostas como mais adequadas para as políticas de saneamento e, conseqüentemente, favorecendo e validando seus interesses perante a opinião pública brasileira.

Essas campanhas representam um processo de retroalimentação centrado em ideias: ideias que compuseram as convicções causais acerca das interpretações distintas sobre um mesmo problema de política pública movimentaram os atores para propostas opostas em defesa de seus interesses, buscando a mobilização de apoiadores. Ao olharmos para os discursos articulados nessa disputa política sobre o MSB e os processos argumentativos presentes nas estratégias de *lobby* dos atores, faz-se válido utilizar os apontamentos sintetizados por Metha (2010) sobre as dimensões a serem analisadas em termos de efetividade de discursos e argumentos no convencimento necessário para o desenho e a aprovação de políticas públicas:

- 1) Poder, influência e acesso a recursos materiais por parte de cada proponente do debate;
- 2) Enquadramento dado por cada grupo ao problema, levando em conta o *storytelling*, a abordagem empírica, o esforço em atribuir o ônus da prova ao adversário;
- 3) Apelo das ideias contidos em cada proposta;
- 4) Disputa para assumir posição de autoridade no tema;
- 5) Viabilidade das propostas de cada parte;
- 6) Receptividade do público inseridos em seu contexto cultural às proposições feitas.

Sobre isso, a partir de uma análise preliminar das campanhas de mobilização promovidas pelas coalizões antagônicas, já é possível observar que cada um dos discursos buscou se valer de diferentes recursos argumentativos a fim de se prevalecer e angariar apoiadores. Enquanto o grupo das concessionárias privadas – pelo enquadramento feito do problema do saneamento básico no Brasil – centrou-se na narrativa focada nas oportunidades de parceria como garantia de investimentos para o

setor; as concessionárias públicas confrontaram esse discurso recorrendo a simbolismos, medos e preconceitos da opinião pública com os termos “privatização”, “seca” e “sede”.

Assim, vê-se que as mensagens-chave do último grupo contaram com vantagens, uma vez que eram de fácil compreensão, com maior potencial de mobilização, ante a uma narrativa mais técnica, focando na permanência da titularidade do serviço, detalhes de contratos específicos da administração pública, pouco acessíveis ao público.

Além disso, a campanha contrária à tal inovação, também recorreu a alguns exemplos ilustrativos internacionais de reestatização dos serviços de saneamento. A pesquisa *Water Remunicipalisation Tracker* (TNI, 2015), foi usada para valer-se de casos internacionais emblemáticos que corroborassem com os argumentos contrários à ampliação da participação privada. Em relação a isso, recorrendo mais uma vez aos critérios de Metha (2010), mostra-se que com tal recurso argumentativo da coalização contrária ao referido PL atribuiu aos proponentes privados o ônus da prova dos pregados benefícios de ampliação da agenda de PPPs do setor no Brasil, o que também condiz com a tendência de permanência e manutenção do *status quo* e os desafios de articulação institucional para garantir a viabilidade de inovações legislativas.

Por fim, destaca-se também o papel categórico exercido pelo Instituto Trata Brasil, contando com figura de autoridade para questões ligadas à prestação de saneamento, além de forte penetração entre congressistas e imprensa. A entidade, tendo sido criada com o intuito de “que o cidadão seja informado e reivindique a universalização do serviço mais básico, essencial para qualquer nação: o saneamento básico” (ITB, 2007), serviu como para o apoio às concessionárias privadas, mobilizando capital reputacional na defesa do marco.

Mais especificamente, merece destaque o trabalho realizado pela entidade com o lançamento do Painel do Saneamento Brasil, plataforma *online* reunindo bases de dados oficiais para evidenciar os atrasos na universalização das redes de água e esgoto do país, e seus impactos no desenvolvimento socioeconômico (ITB, 2019). A partir desses números, esforços empíricos foram empreendidos pela coalização privada em

prol da aprovação do marcoem defesa da necessidade de mudanças estruturais que possibilitassem uma correção profunda do setor.

Para complementar a análise feita das disputas de *lobby*, vale descrever o contexto em que a mudança normativa se deu, uma vez que a incidência de inovações também depende de oportunidades situacionais, ora favorecendo, ora dificultando uma mesma inovação política. Para a aprovação do PL da reforma da regulação de saneamento básico, soma-se como fator decisivo o contexto vivido em julho de 2020.

Sua aprovação se deu durante a pandemia de Covid-19, momento de crise, que por si só favorece a ocorrência de mudanças paradigmáticas, e por se tratar de uma crise de saúde global, acabou por tornar as pautas sanitárias mais urgentes e sensíveis, servindo como janela de oportunidade e dando nova oxigenação para as estratégias de *lobbying* em prol do marco. O mesmo ocorreu quanto à forma do trâmite legislativo, para além da oportunidade valorativa de viabilizar a agenda. Com as medidas de distanciamento social, a pandemia trouxe como inovação os plenários e votações eletrônicas no Congresso ocorrendo de forma virtual – fator que parece ter sido mais bem explorado pelas concessionárias.

Assim, o processo legislativo em questão foi finalizado com a aprovação do pacote normativo, contando com todo o apelo de buscar mudanças sistêmicas capazes de acelerar o processo de universalização do saneamento.

Considerações finais

Conforme tudo que foi dissertado e esquematicamente representado na imagem, o filtro proposto por Sabatier, é possível mapear o conflito entre os grupos de interesse através da articulação e conjugação de recursos materiais, questões ideacionais e quesitos situacionais, para uma avaliação qualitativa sobre freios, contrabalanços, além das janelas de oportunidade que atuam nos processos de institucionalização de políticas públicas.

Nesse modelo, aqui exemplificado pelo MSB, merece destaque a figura do *policy broker*⁷, aqui associada ao ITB, que conforme já explicitado, ao assumir posição favorável ao fomento das PPPs como solução para o saneamento, corroborou com importante capital reputacional à favor do MSB.

Conclui-se que há um profundo processo de retroalimentação entre ideias e interesses e qualquer abordagem que se limite a apenas uma dessas vertentes ignora a complexidade do fato social estudado. Interesses são frutos de um processo de construção social engendrado por aspectos culturais formativos e acesso à informação. Isso, ao mesmo tempo que vontades defendidas pelos atores também precisam ser capitaneadas por ideais de forte apelo, a fim de garantir a prevalência dos resultados e impactos materiais pretendidos.

Para o caso em questão, mesmo que o resultado de aprovação do pacote normativo seja condizente com prevalecimento de interesses de atores privados – detentores de mais recursos materiais para prevalecimento de interesses –, os pormenores de como esse processo se deu têm o fator ideacional como variável independente relevante. A inclusão desta variável contribui para ampliação do entendimento do fenômeno social em curso, tendo a dimensão ideacional como balizador da alocação desses recursos materiais nesta disputa da administração pública.

Por fim, fica destacado como complementação oportuna pertinente ao modelo de ACF do tema, a realização de uma análise de conteúdo sobre os materiais de comunicação produzidos e declarações prestadas pelas associações. Um estudo sistemático desses materiais, a partir dessa metodologia certamente traria comprovações, mensurações e classificações de como o discurso foi trabalhado e surtiu efeito no contexto do trâmite legislativo aqui estudado.

Outro ponto mencionado neste estudo e que valeria esforço especializado de análise são os efeitos formais das votações e discussões virtuais no Congresso, em meio a pandemia. Reflexões sobre como a aplicação de um canal de debate e votação sem

⁷ “[...] pontes negociadoras que mitigam o conflito e permitem que os atores cheguem a acordos” (ANDRADE, 2020), tendo ainda papel central no processo de aprendizagem social registrado pelos atores políticos quando a eficácia, manutenção e/ou necessidade de mudança de uma política pública (INGOLD; VARONE, 2012).

precedentes pode ter tido efeito sobre os resultados do processo legislativo complementar as hipóteses e conclusões da pesquisa aqui realizada.

Advocacy Coalition Framework por vezes requer um período de análise maior a fim de coletar os efeitos de um processo de transformação tipicamente de médio e longo prazo como ocorre no campo política pública. Assim, o esquema aqui elencado um esforço inicial de pesquisa passível de complementação e que conta já com uma oportunidade de continuidade e ponto importante de observação e análise crítica à luz de teorias que compõem a Ciência Política: o processo de judicialização que o MSB passou após aprovado. Tendo chegado à instância máxima da justiça brasileira em processo movido pela coalizão derrotada, há a necessidade de inclusão no modelo de ACF concebido o Supremo Tribunal Federal (STF), seu magistério, a Advocacia Geral da União (AGU), entre outros atores.

Referências

ABCON, Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. **Posicionamento sobre os vetos ao novo marco legal do saneamento (lei 14.026/2020)**. Disponível: <https://bit.ly/3wyfSwM>. Acessado em: 10 de jul. de 2021.

ANDRADE, Mariana L. de. **Advocacy Coalition Framework e mecanismos causais: explicando processos de mudança política e institucional**. In: Encontro Anual ANPOCS, 44, 2020.

ASSEMAE, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Básico. **A verdade sobre a Medida Provisória 844: a MP da Sede**. Disponível: <https://bit.ly/3k58Qxh>. Acessado em: 10 de jul. de 2021.

BRITTO, Ana Lucia. Estudo Proposições para acelerar o avanço da política de saneamento no Brasil: Tendências atuais e visão dos agentes do setor. In: HELLER, Léo (Org.). **Saneamento como Política Pública: um olhar a partir dos desafios do SUS**. Futuros do Brasil: Textos para Debate, n. 2. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz / Fiocruz. 2018, p. 53-102. Disponível em: <https://bit.ly/3fziIVt>. Acesso em: 19 maio 2021.

DAHL, Robert; LINDBLOM, Charles E. **Politics, Economics and Welfare**. Chicago: The University of Chicago Press. 1976.

DUTRA, Joisa; LISBONA, Diogo; SMIRDELE, Juliana J. A hora e a vez do saneamento e do gás natural (?). **Conjuntura Econômica**, v. 73, n. 12, p. 55-57, 2019.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

GONDIM, Liliane Sonsol; MELO, Álisson José Maia. **Repensando a titularidade dos serviços de saneamento básico**: as implicações do “silêncio eloquente” constitucional. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21., 2012, Uberlândia. Anais [...]. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3o8NqiN>. Acesso em: 07 nov. 2020.

HALL, P. A; TAYLOR, R. C. **As três versões do neoinstitucionalismo**. Lua Nova, nº 58, 2003.

HAYES, Michael. **The Limits of Political Change: Incrementalism, Worldview, and the Rule of Law**. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2001.

HEDSTRÖM, Peter; YLIKOSKI, Petri. *Causal Mechanisms in Social Science*. In: **Annual Review of Sociology**, Agosto, 2010.

INGOLD, Karin; VARONE, Frédéric. *Treating Policy Brokers Seriously: Evidence from the Climate Policy*. In: **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, v. 22, n. 2, p. 319-346, abril, 2012.

ITB, Instituto Trata Brasil. **Quem Somos**. Disponível em: <https://m5.gs/SG8iUU>. Acesso em: 26 jun. 2022.

ITB, Instituto Trata Brasil. **Panorama de Participação Privada no Saneamento 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/3fkzxtw>. Acesso em: 13 maio 2021.

ITB, Instituto Trata Brasil. **Painel Saneamento Básico**. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

LINDBLOM, Charles E. **Politics and Markets**. Nova Iorque: Basic Books, 1977.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Humanitas Editorial, 2007.

MEHTA, John. *The varied roles of ideas in politics: from ‘whether’ to ‘how’*. In: BÉLAND, Daniel; COX, Henry. **Ideas and politics in social science research**. Oxford: University of Oxford Press, 2010. p. 23-46.

MELO, Marcus André Barreto Campelo de. O padrão brasileiro de intervenção pública no saneamento básico. *In: Revista De Administração Pública*, v. 23, n. 1, p. 84-102, julho, 1989.

MILIBAND, Ralph. *The State in Capitalist Society*. Nova Iorque: Basic Book, 1969.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O Que é o IDH**. Disponível em: <https://bit.ly/3y85E8H>. Acesso em: 08 nov. 2020.

RADAR PPP. **Radar de Projetos**. Disponível em: <https://bit.ly/3fjPOyT> Acesso em: 13 maio 2021.

SABATIER, Paul A. *An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein*. *Policy Sciences*, v. 21, n. 2, p. 129-168, 1988.

SCHMIDT, Vivien A. 2008. "Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse". *The Annual Review of Political Science*, v. 11

SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. 2018: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Disponível em: <https://bit.ly/3y6sw8n>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SOUSA, Ana Cristina A.; COSTA, Nilson do R. Ação coletiva e veto em política pública: o caso do saneamento no Brasil (1998-2002). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, agosto de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SOLqk5>. Acesso em: 14 maio 2021.

TAYLOR, Matthew M. *Decadent Developmentalism: The Political Economy of Democratic Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2R5zhPd>. Acesso em: 13 maio 2021.

TNI, Instituto Transnacional. *Water Remunicipalisation Tracker*. Disponível em: <https://bit.ly/3k3yKBt>. Acessado em: 10 de jul. de 2021.

O ensino de Sociologia no Brasil: estudo sobre a produção acadêmica do Grupo de Trabalho “Ensino de Ciências Sociais” da ANPOCS entre 2020 e 2021

Joziane de Azevedo Cruz¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

RESUMO

O artigo discute como o ensino de Sociologia tem sido abordado nos Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Ao analisarmos as publicações acadêmicas contidas nas edições dos Encontros da ANPOCS, constatamos que as discussões em torno do ensino de Sociologia são marcadas por ausências no decorrer de suas edições. É no biênio de 2020 e 2021 que as reflexões acerca do ensino de Sociologia ocorrem de maneira mais enfática, período que elegemos como recorte para apreciação. O período escolhido para análise reflete o cenário da última década do século XXI, no qual o ensino de Sociologia entra em cena como disciplina obrigatória em 2008 no ensino médio, e prestes a completar dez anos de implementação, é retirado do currículo escolar como disciplina em 2017.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; ANPOCS; Grupos de Trabalho.

Teaching Sociology in Brazil: a study about the academic production of the ANPOCS Social Science Teaching Working Group 2020-2021

ABSTRACT

The essay seeks to discuss how the teaching of sociology has been approached in the Working Groups (GTs) of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS). When analyzing the academic publications contained in the editions of the ANPOCS Meetings, we found that the discussions around the teaching of sociology are marked by absences during their editions. It is during the biennium of 2020 and 2021 that the reflections on the teaching of sociology occur more emphatically, a period that we chose as a clipping for this consideration. The period chosen for analysis reflects the recent scenario of the last decade of the 21st century, in which the teaching of sociology emerges as a compulsory subject in 2008. When it is close to completing ten years of implementation, in 2017, it is removed from the school curriculum as a compulsory subject.

Keywords: Teaching sociology, ANPOCS, Working Groups.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados. O artigo consiste em um trabalho final do curso (TFC) de especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Wanderlice da Silva Assis.

Introdução

O ensino de Sociologia nas escolas brasileiras agrega em sua trajetória de existência as marcas da intermitência. A relevância e necessidade da disciplina tem sido questionada em diferentes períodos na história do Brasil. No momento atual, desde as discussões que repercutiram em sua retirada como disciplina obrigatória do currículo escolar em 2017, aos desdobramentos decorrentes das mudanças, configura-se em um desses períodos mencionados da saída da Sociologia no nível médio escolar.

O contexto educacional contemporâneo do país, no qual o ensino de Sociologia encontra-se ausente da grade curricular escolar,² nos instigou a buscar entender como o ensino de Sociologia tem sido debatido e de que maneira, em um dos espaços de discussão dos cientistas sociais no Brasil, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).³

Será que o ensino de Sociologia se tornou peça fundamental das reflexões na ANPOCS, considerando os embates na educação na atualidade, se comparado as edições anteriores? Se o ensino de Sociologia galgou êxito enquanto eixo central das abordagens, quais foram os enfoques? E em quais edições da ANPOCS o ensino de Sociologia esteve mais em pauta quando visualizamos as produções de todas as edições? As indagações acima são algumas questões que nortearam a investigação proposta nesta reflexão.

O trabalho apresentará um breve percurso desde as primeiras edições da ANPOCS, a partir de 1977, com enfoque nas duas últimas edições do evento, de 2020 e 2021. Assim, o objetivo deste artigo é analisar como o ensino de Sociologia vem sendo contemplado nas reflexões advindas dos Grupos de Trabalhos (GTs) da ANPOCS em 2020 e 2021. Levando em consideração a relevância da ANPOCS enquanto *lócus* de encontro e divulgação das produções dos cientistas sociais no Brasil.

² A ausência que mencionamos quanto ao ensino de Sociologia, diz respeito a sua inclusão enquanto disciplina obrigatória. Ainda que no período da implementação da Reforma do Ensino Médio, a Sociologia esteja colocada como “Conteúdo e Práticas”, assim como outras disciplinas, entre elas: Educação Física, Filosofia e Artes.

³ De maneira específica, o período contemporâneo que nos referimos compreende entre 2018 e 2021.

A ANPOCS surge em 1977 e com Grupos de Trabalho que acolheram reflexões voltadas à temática da educação em suas edições. Na incursão por esses GTs, verificamos a princípio as discussões sobre educação nos GTs da ANPOCS e em qual período o ensino de Sociologia teve proeminência. O primeiro GT a se dedicar especificamente às questões relacionadas à educação ocorreu em 1982, com o GT “Educação e Sociedade”. A partir dessa constatação, averiguamos os períodos de presença e ausência das reflexões referentes a educação nos anos seguintes das edições da ANPOCS. Inferimos que as reflexões concernentes ao ensino de Sociologia, de forma mais substancial, se deram em 2020 e 2021, motivo pelo qual elegemos como recorte temporal de análise as duas últimas edições da ANPOCS, com enfoque no GT “Ensino de Ciências Sociais”, no qual é possível vislumbrarmos uma atenção maior às reflexões sobre o ensino de Sociologia.

Dessa forma, entre as discussões suscitadas no biênio de 2020 e 2021 na ANPOCS, no GT “Ensino de Ciências Sociais”, o livro didático, a Reforma do Ensino Médio e a formação docente são os três eixos de discussão que orientaram as reflexões.

O ensino de Sociologia e sua importância

É notória a relevância da educação em suas diferentes manifestações na sociedade. No âmbito da educação escolar, o ensino de Sociologia é um dos campos do saber que permite a desnaturalização dos fenômenos sociais e o estímulo à criticidade acerca das relações sociais em suas diferentes manifestações.

Nesse sentido, Ianni (2011), da palestra conferida em 1985, contexto em que o retorno do ensino de Sociologia no currículo escolar era enfatizado como crucial à formação dos estudantes, destacou a relevância em se considerar os saberes que os alunos dispõem no diálogo com as teorias sociológicas. E assim, na conjugação entre as situações presentes na sociedade, o despertar à criticidade e questionamentos dos fatos existentes, à possibilidade de novas reflexões acerca dos fenômenos sociais.

Atualmente, entre as produções acadêmicas acerca do ensino de Sociologia, muitos são os trabalhos que elegem a importância das aulas de Sociologia, destacando seu valor e necessidade. As investigações propostas por Oliveira e Melchiorretto (2020), e Cigales e Greinert (2020) são alguns exemplos.

O balanço realizado por Cigales e Greinert (2020) evidencia o crescimento das produções acadêmicas acerca do ensino de Sociologia no período de 2008 a 2018. Os autores, a partir do levantamento dos principais escritos sobre o tema, salientam que tal fato se dá em decorrência da reintrodução da Sociologia nos currículos escolares em 2008, bem como a ampliação dos cursos de Pós-graduação (PPG) em Sociologia e Ciências Sociais no Brasil.

Corroborando com os dados elencados, Oliveira e Melchiorretto (2020) chamam atenção para a importância que o ensino de Sociologia galgou desde o período de sua implementação enquanto disciplina obrigatória no ensino médio. Indicada como preocupação central das pesquisas acerca do ensino de Sociologia, na análise dos balanços realizados sobre o tema, os autores indicam suas características.

Nos primeiros anos centrava-se quase que exclusivamente em abordar a institucionalização da Sociologia escolar, enfatizando a importância de sua presença no Ensino Médio; num segundo momento as preocupações se ampliam, girando em torno de como se daria o ensino de Sociologia (OLIVEIRA; MELCHIORETTO, 2020, p. 12).

Assim, em conjunto com a ampliação dos PPGs em Sociologia e Ciências Sociais, o fomento das políticas educacionais voltadas ao livro didático e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) contribuíram para o estímulo às pesquisas sobre o ensino de Sociologia. Porém, enquanto as discussões sobre o ensino de Sociologia se fortaleciam e eram ampliadas, a disciplina novamente perde seu *status* de obrigatoriedade no ensino médio, e a pauta dos debates na Sociologia retorna às discussões basilares como a relevância de sua presença nas escolas.

Entre presença e intermitências, o ensino de Sociologia compõe o currículo escolar em alguns momentos da história do Brasil. As análises tecidas por Moraes (2003) apresentam a trajetória histórica do ensino de Sociologia desde a sua implementação no ensino médio em meados de 1920, no Brasil, até os dias atuais. No decorrer de um século de presença (e retiradas) nos currículos educacionais, o ensino de Sociologia é marcado por intermitências e debates quanto a sua existência.

Nessa perspectiva, com um histórico de desentendimentos quanto ao seu significado e objeto de estudo, a Sociologia no Brasil tem feito parte do currículo de

muitos cursos de graduação e presente na educação básica, por vezes como optativa com outras roupagens ou mesmo diluída em outras disciplinas que não comportam as diretrizes contidas na disciplina Sociologia. Como em matérias relacionadas a moral e ética no período de ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), ou mesmo disciplinas de caráter religioso, conforme elenca Moraes (2017).

Ao discorrer acerca dos sentidos da Sociologia no meio escolar e a relação com política, Lima (2020) chama atenção para “os conflitos em torno da introdução, retirada e permanência da disciplina na escola brasileira exemplificam bem as relações e embates entre o campo científico e escolar de um lado, e da esfera política, de outro, presentes no processo de constituição de uma disciplina escolar” (LIMA, 2020, p. 1). O árduo percurso do ensino de Sociologia, seja no ambiente escolar ou universitário, demonstra em suas diferentes facetas e características próprias a cada contexto que a disciplina tem um longo trajeto a enfrentar para sua consolidação. Antes mesmo de completar uma década de sua obrigatoriedade no ensino médio, por meio da Lei nº 11.684/2008, o ensino de Sociologia sofre, novamente, sua retirada obrigatória dos currículos mediante a Lei nº 13.415/2017, com a aprovação da reforma do ensino médio.

Os embates em torno da relevância do ensino de Sociologia e, em seguida as implicações decorrentes da não obrigatoriedade da Sociologia nos currículos escolares fomentam as investigações dos cientistas sociais no Brasil no período de 2008 a 2018. No entanto, quando nos detemos em um dos principais lócus de reunião das produções acadêmicas dos cientistas, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o ensino de Sociologia ocupa um lugar secundário nas reflexões.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais surge em 1977. Desde a sua fundação, seus encontros anuais recebem nos grupos trabalhos (GTs) reflexões inerentes ao tripé das Ciências Sociais, a antropologia, Sociologia e ciência política, bem como estabelece seus diálogos com as demais áreas das Ciências Humanas.

O livro “Nomes na ANPOCS”, sob a organização de Lavalle e outros (2016), em sua edição comemorativa aos quarenta anos da Associação, reúne dados da trajetória histórica e organizativa dos encontros anuais da ANPOCS. Conforme os autores, a compilação das informações e produção científicas dos pesquisadores da ANPOCS não representa uma sistematização fiel a todas as edições, tendo em vista que apenas de 1984 em diante é que houve a elaboração de cadernos de programação. Entretanto, essa terceira edição dos “Nomes da ANPOCS” configura-se em um dos retratos mais verossímil de registros acerca da organização do Encontro, seus organizadores e demais participantes (LAVALLE *et al.*, 2016, p. 5).

Por intermédio da compilação de informações provenientes do livro de Nomes da ANPOCS, pudemos averiguar a historicização dos GTs e suas realizações. Para a efetivação de Grupos de Trabalhos ou Seminários Temáticos (ST), os pesquisadores e pesquisadoras concorrem por meio de editais específicos. Geralmente, cada GT aprovado ocorre por dois anos consecutivos. Deste modo, há GTs com uma trajetória maior de participação nas edições dos encontros, e outros que podem acontecer apenas no biênio aprovado, com pouca participação na ANPOCS.

No intento de alternar entre os temas debatidos nos GTs, a ANPOCS passou a subsidiar também a ocorrência dos Seminários temáticos (ST). Os ST passaram a acontecer a partir de 1990. Sua concretização se dá nos intervalos dos biênios dos GTs, período no qual, os pesquisadores concorrem por intermédio de editais, assim como sucede nas submissões das propostas de GTs (LAVALLE *et al.*, 2016, p. 289).

Levando em consideração a relevância da ANPOCS enquanto locus de encontro das produções dos cientistas sociais no Brasil, buscamos compreender a partir da investigação acerca do ensino de Sociologia no âmbito das produções existentes a partir dos Grupos de Trabalho da ANPOCS. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico no site do Encontro, no qual estão disponíveis o acesso aos GTs com os resumos e artigos submetidos pelos autores de quase todas as edições da ANPOCS. Na ausência dos textos completos, constam o título do trabalho apresentado e resumos, o que permite uma noção dos assuntos abordados.

Assim, no período de 1977 a 2021, averiguamos a princípio, as discussões sobre educação nos GTs da ANPOCS e em qual período o ensino de Sociologia teve

proeminência. O primeiro GT a se dedicar especificamente às questões relacionadas a educação ocorreu em 1982, com o GT “Educação e Sociedade”. A partir dessa constatação, averiguamos os períodos de presença e ausência das reflexões referentes a educação nos anos seguintes das edições da ANPOCS. Inferimos que as reflexões concernentes ao ensino de Sociologia, de forma mais substancial, se deram em 2020 e 2021. Por esta razão, elegemos como recorte temporal de análise as duas últimas edições da ANPOCS, com enfoque no GT “Ensino de Ciências Sociais”, no qual é possível vislumbrarmos uma atenção maior as discussões sobre o ensino de Sociologia.

Vale lembrar, que o ensino obrigatório da Sociologia no ensino médio se dá em 2008. Mesmo com o retorno da disciplina de Sociologia na grade curricular escolar, as discussões acerca da implementação, desafios, metodologias no ensino, entre outras reflexões, não são pautadas em diversos encontros da ANPOCS. O mesmo ocorre posteriormente, com a retirada do ensino de Sociologia nos currículos escolares. Quadro que a caracterização realizada pelos autores Leite e outros (2018, p. 118) possibilita averiguarmos que

[...] pouco a pouco os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais foram se ausentando das discussões sobre o ensino de Sociologia, reforçado pela não obrigatoriedade, e a pouca discussão restringiu-se à área da Educação, embora, como se verá mais à frente, os Anais da ANPED também apresentem pouco debate. A ANPOCS, pelos elementos apontados, praticamente não discutiu essas questões e a retomada dos debates foi feita pela SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) (LEITE *et al.*, 2018, p. 118).

Se por um lado nas duas décadas do século XXI houve ampliação dos cursos de graduação em Ciências Sociais, assim como os Programas de Pós-Graduação na área, por outro, os debates em torno do ensino de Sociologia não foi prioridade no percurso reflexivo dos GTs da ANPOCS. Desse modo, como sublinha Leite e outros (2018), a área da Educação configura-se em espaço de debates acerca do ensino de Sociologia, ainda que de maneira ínfima, como nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Nessa perspectiva, é na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) que com proeminência tem sido promovido reflexões e publicações acerca do ensino e assuntos correlatos.

O aumento crescente das produções a respeito do ensino de Sociologia é assunto da análise realizada por Oliveira e Melchiorretto (2020), na qual os autores apresentam um panorama a partir de um conjunto de revistas de Sociologia do país, enquanto temática norteadora de revistas e número de dossiês referente ao assunto. Constatam que, em sua maioria, as revistas selecionadas já contaram algum tipo de produção que contemplou o ensino de Sociologia, principalmente com o retorno obrigatório da disciplina em 2008. Contudo, ainda que o ensino de Sociologia esteja sendo alvo das reflexões nas pesquisas, tais trabalhos não estiveram inseridos nos grupos de trabalhos da ANPOCS, dado que apresentaremos na sequência, a partir do percurso pelos GTs da Associação.

Entre a presença e as ausências do ensino de Sociologia nos GTs da ANPOCS

Antes de adentrarmos nas reflexões oriundas dos GTs que tocam em questões relacionadas ao ensino de Sociologia, consideramos necessário elencar, mesmo que brevemente, a importância desempenhada por um dos Grupos de Trabalhos que perdurou no decorrer dos diversos encontros na ANPOCS, o GT “Educação e Sociedade”.

No ano de 1982 tem início o GT “Educação e Sociedade”, cinco anos após a primeira edição da ANPOCS. Apresenta em sua composição temática uma série de assuntos que pavimentarão o trajeto da inserção das discussões com o ensino de Sociologia. A presença do GT “Educação e Sociedade” permite a visibilidade e importância das abordagens acerca da educação em diferentes setores na sociedade.

Foram quarenta e cinco edições da ANPOCS, e apenas no período de 1990 a 1999 não constam os artigos disponíveis na base de dados do evento. Conforme o livro dos Nomes da ANPOCS (2016), na década de 1990, o GT “Educação e Sociedade” ocorreu em cinco edições. A década mencionada foi objeto de análise de Oliven (1996) em um importante levantamento e reflexão a respeito das produções dos cientistas sociais naquele momento.

No balanço realizado por Oliven (1996) a respeito dos principais assuntos explorados no GT “Educação e Sociedade”, a autora apresenta as discussões basilares no GT em questão, com o recorte temporal de 1980-1995. Entre as reflexões que se

sobressaem, o ensino superior recebe relevo com o maior quantitativo de trabalhos. No bojo das reflexões advindas dos grupos de trabalho, são analisadas também as questões relacionadas aos referenciais teóricos e metodológicos das produções. Além disso, eixos como educação e trabalho; educação, Estado e Sociedade; Raça, Gênero e Educação somam as discussões nas duas primeiras décadas do GT “Educação e Sociedade”.

Nos anos seguintes, a partir de 2000, constatamos que a presença do GT “Educação e Sociedade” é marcado por diversas interrupções, na ausência de grupos de trabalhos com temáticas concernentes à educação e ensino de Sociologia.

Mesmo sem a pretensão de apresentarmos uma análise exaustiva dos dados levantados a partir dos grupos de trabalhos da ANPOCS, na primeira década de 2000 a ausência do GT “Educação e Sociedade” ocorre em quatro edições dos encontros da ANPOCS. Mas não apenas o GT mencionado, como também não há presença de outros grupos temáticos que agrupem em suas reflexões as demandas sociais relacionadas à educação como um todo.

As lacunas nos grupos de trabalhos referentes ao ensino permanecem na segunda década de 2000, sendo observáveis no transcorrer das edições seguintes do evento. São três edições sem a presença das reflexões sobre o tema. E como chama atenção as proposições de Leite e outros (2018), temas como o ensino de Sociologia, a formação e a prática docente, as metodologias e as fontes no ensino não se constituíram em preocupação dos cientistas sociais no Brasil. As nuances entre a obrigatoriedade, facultatividade e interrupção, conforme as autoras, contribuiu para este cenário. As divergências entre a licenciatura e o bacharelado igualmente marcam o contexto conflituoso das ausências de discussões alusivas ao ensino. Além disso, as discussões sobre o ensino estiveram em grande medida, ao encargo do campo da Educação, com a Sociologia da educação, ao invés dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Por conseguinte, a urgente consolidação das discussões sobre o ensino no interior do PPGs da área e encontros das Ciências Sociais como um todo.

Seguindo a cronologia de realização dos encontros da ANPOCS, no ano de 2015, consta o Grupo de Trabalho intitulado “Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea”. Dentre os oito trabalhos apresentados no GT, os assuntos recorrentes correspondem ao acesso à Universidade pública e os limites impostos na

democratização do ensino superior nas últimas décadas, a expansão das Universidades públicas e privadas no país de 2003 a 2013 e os programas sociais, e a trajetória histórica da autonomia das Universidades no Brasil. Assim, os debates estiveram pautados nesses três eixos de reflexão.

Na sequência, nas edições seguintes da ANPOCS, ao nos determos nos GTs que apresentam em seus títulos a menção ao ensino, atestamos que até nesses, majoritariamente, as reflexões quanto ao ensino se encontram de forma coadjuvante. É o caso, do Grupo de Trabalho “Imagens e Ciências Sociais: experiências de ensino e pesquisa”, ocorrido em 2017 e 2018.

A leitura dos resumos ou apresentações dos textos submetidos ao GT “Imagens e Ciências Sociais: experiências de ensino e pesquisa”, com enfoque central nas pesquisas, conduzem ao entendimento que o bojo das discussões é contemplado as imagens fotográficas em seu caráter epistemológico e metodológico, principalmente nas abordagens antropológicas. Da mesma maneira que nas diversas possibilidades em seus usos, como na formulação de oficinas fotográficas, sendo possível constatarmos entre os sete trabalhos apresentados no ano de 2017.

Na segunda participação do GT acerca das imagens e ensino, com cinco produções, ocorrido em 2018, a relação entre a produção das imagens por meio da televisão, cinema e educação se destacam. O recorte das discussões neste GT, assim como na edição anterior na ANPOCS, abarcou, em sua maioria, reflexões importantes no que refere a produção, arquivo, representações das imagens, mas em uma ligação direta com o ensino no âmbito das ciências sociais ou ensino de Sociologia.

Em 2019, o Seminário Temático referente as imagens e ensino contou com aproximadamente 15 trabalhos. As discussões, de forma similar às edições passadas, contemplaram as fotografias, cinema e imaginários, somadas às reflexões sobre o papel dos acervos imagéticos alocados em museus e o fazer etnográfico na antropologia visual.⁴

Apesar do período de intensos debates quanto à importância das disciplinas de ciências humanas nos currículos escolares em 2017, assim como as demais ciências, com

⁴ Cabe salientar, que em 2019 houve a realização de Seminário Temático e não de GTs.

o advento da aprovação das Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, em território nacional, e posteriormente a imposição da BNCC, as reflexões referentes ao ensino de Sociologia e seus desafios, não são o mote nos GTs mencionados da ANPOCS.

O início da proposta de construção de uma base comum curricular surgiu no governo Dilma, conforme indicam Albino e Silva (2019). Contudo, ainda que educadores e educadoras do país tenham pensado, em algum momento da história recente sobre a possibilidade de uma Base Nacional Comum Curricular, a implementação da BNCC em 2018 ocorreu de forma unilateral. Os principais interessados e alvos das novas políticas de educação, foram desconsiderados desse processo, alunos, docentes, familiares, assim como os especialistas em Educação no Brasil. Assim, professoras e professores se articularam em movimentos e produção de documentos que refletissem o posicionamento contrário à implementação da BNCC, no formato final como ela foi estabelecida.

No cenário educacional recente do país, a implementação da BNCC parece suscitar com ímpeto o debate mais intenso entre os cientistas sociais sobre as possíveis alternativas ao ensino de Sociologia, alcançando os cursos de licenciatura em Ciências sociais e as produções nos PPGs da área de Ciências Sociais e Sociologia. De presença secundária, as discussões acerca do ensino de Sociologia e da prática docente nos cursos de graduação em Ciências Sociais é imperativo as discussões com respeito aos novos e possíveis encaminhamentos à Sociologia no currículo a nível médio e no ensino superior. Como será possível averiguarmos nas edições seguintes da ANPOCS de 2020 e 2021 a seguir.

Os debates em torno do ensino de Sociologia e seus desdobramentos

A fim de situarmos brevemente as produções científicas dos GTs específicos acerca do ensino de Sociologia, apresentamos o quantitativo de trabalhos submetidos a cada um deles no período de 2020 e 2021. Para os quais, centraremos o enfoque no GT “Ensino de Ciências Sociais”.⁵

⁵ As edições da ANPOCS de 2020 e 2021 ocorreram no formato on-line.

O último biênio dos encontros da ANPOCS, contou com a presença de dois GTs que protagonizaram as reflexões acerca do ensino escolar e universitário. São os Grupos de Trabalhos “Ciências Sociais e Educação”, com um perfil semelhante ao GT “Educação e Sociedade” iniciado na década de 1980, e o GT “Ensino de Ciências Sociais”.

Em 2020, o GT “Ciências Sociais e Educação” recebeu vinte e cinco trabalhos. E subsequente, em 2021, o GT contou com um total de quinze participações. Já no Grupo de Trabalho “Ensino de Ciências Sociais”, em 2020, foram quatorze apresentações. E em 2021, o grupo em questão contou com quinze participações.

Entre os trabalhos apresentados no GT “Ensino de Ciências Sociais”, em 2020 e 2021, as produções científicas versam sobre três pontos, a saber: livro didático, Reforma do Ensino Médio e formação docente. Em 2020 duas apresentações tiveram como pauta as reflexões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar. O livro didático de Sociologia e as mudanças no decorrer do tempo, foi assunto abordado em três apresentações. Do mesmo modo, ocorre em 2021, duas pesquisas discutiram a respeito do livro didático de Sociologia e os impactos no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), de um total de 15 trabalhos submetidos.

Assuntos inter-relacionados com os conceitos sociológicos contemplaram a relação entre Sociologia e meio ambiente, os tipos de violência retratadas nos livros didáticos e as diferentes gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil no período de 1920 a 2019. Com recortes temáticos distintos, os trabalhos reiteram a importância do livro didático, e seu fortalecimento enquanto objeto de análise a partir da instituição do PNLD em 1985.

De acordo as elucidações de Maçaira (2020), com o retorno da Sociologia nos currículos do ensino médio em 2008, integram o rol de discussões a elaboração e financiamento editorial dirigidos à organização dos livros de Sociologia, como

Um efeito fundamental dessa nova exigência legal foi a inclusão de livros de Sociologia nas avaliações do PNLD do Ensino Médio, em suas edições de 2012, 2015 e 2018. A partir de 2010, ano de publicação das obras que se submeteram ao PNLD 2012, tem início a terceira geração de livros didáticos de Sociologia (MAÇAIRA, 2020, p. 12).

Conforme evidencia Maiçara (2020), vivenciamos a terceira geração de livros didáticos o qual, são caracterizados por elementos estéticos melhores como a diagramação e o uso de imagens e curiosidades da contemporaneidade. Também há preocupação na produção de temas atuais em diálogo com os conceitos-chave da Sociologia, características que enriquecem o conteúdo do livro didático e atraem a atenção dos discentes.

O livro didático constitui-se em mediador pedagógico na prática docente, e nesse segmento, outro eixo de discussão que se relaciona a produção de materiais voltados ao ensino de Sociologia a formação docente e as experiências advindas do espaço escolar. São quatro pesquisas que abordam a respeito do papel do professor de Sociologia e do fazer-se docente. Em 2020 e 2021, o GT contou com sete trabalhos que podem ser agregados em um segundo eixo de discussão, contemplam a formação de docentes em Sociologia e os desafios no ensino em tempos pandêmicos.

As reflexões do biênio, deram destaque para as dificuldades desde a formação acadêmica dos graduandos em Ciências Sociais, às questões de ordem prática no atual modelo de ensino vivenciado no país, o ensino remoto. O trabalho das pesquisadoras Costa e Oryan (2021), analisam as dificuldades e estratégias utilizadas no decorrer de uma disciplina oferecida na Universidade, no curso de Ciências Sociais.

Além de ouvir como as e os estudantes se sentiam a cada aula, adaptando-as quando se percebia necessidades individuais e/ou coletivas, no decorrer da disciplina, todas as atividades assíncronas desenvolvidas pelos estudantes e postadas na plataforma do Moodle receberam comentários individuais por parte da professora ou das estagiárias, que buscavam destacar seus aprendizados em relação aos objetivos da disciplina, os conceitos mobilizados e o diálogo com a bibliografia da unidade (COSTA E ORYAN, 2021, p. 10).

O contexto pandêmico exigiu novas posturas didático-pedagógicas dos docentes. Inclusive, na urgência de se considerar o contexto social e econômico dos discentes, que muitas vezes passavam por situações de desempregos ou enfermidades no seio familiar. Resultando no crescimento dos índices de desistência do curso superior. E para o cumprimento das disciplinas ministradas, a utilização das mídias digitais foi um instrumento de mediação. A utilização da plataforma do *Moodle*, uso de formulários, salas virtuais, elaboração de *podcast*, entre outras ferramentas, são citadas pelas autoras

para o desenvolvimento da disciplina. Apesar das limitações das plataformas digitais na constituição dos vínculos sociais entre professor e aluno, possibilitaram a continuidade do ensino, viabilizando suscitar o despertar a criticidade dos estudantes. De maneira que as distâncias físicas fossem minimizadas e as relações de trocas no ensino-aprendizagem fluíssem com mais êxito.

Por fim, a Reforma do Ensino Médio de 2017, suas consequências e as mudanças quanto a reorganização didático-pedagógico são alvo de reflexão de cinco pesquisadores em 2020. Os trabalhos chamam atenção para a efetividade da Lei 11645/2008, que tornou obrigatório o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas na escola, assim como as contradições presentes no atual formato do Ensino Médio. De modo semelhante, houve seis apresentações que estiveram pautadas nas discussões sobre os desafios e impasses na não obrigatoriedade do ensino de Sociologia e os interesses políticos e econômicos por trás da retirada da disciplina de Sociologia dos currículos escolares na edição de 2021 no GT.

A ênfase para com o ensino de Sociologia, seus desafios e possibilidades torna-se a tônica do GT “Ensino de Ciências Sociais”. A emergência das reflexões referentes ao papel da Sociologia e os mecanismos que garantam sua efetividade nos currículos escolares, compõe o eixo central da maioria das discussões apresentadas. Situação semelhante em 2021, quando o GT em questão retorna como locus privilegiado de discussão sobre o ensino de Sociologia nas escolas.

O ensino de Sociologia passa a compor as discussões no interior dos GTs da ANPOCS. Um quadro diferente do vislumbrado em edições anteriores da Associação, no qual é marcado por ausências dos debates em torno da prática docente. Os assuntos conduzem a reflexão da importância e alcance do ensino de Sociologia, assim como seus limites e possibilidades. No entanto, é preciso avançarmos mais nas produções acadêmicas acerca das questões relacionadas ao ensino de Sociologia, como no uso de metodologias diferenciadas na prática docente, a variedade de fontes possíveis de serem analisadas com discentes durante as aulas, entre outros temas que se relacionam ao ofício docente. Fato que denota a necessidade de reflexões a serem realizadas no interior dos principais fóruns de reflexão da área das Ciências Sociais, como a ANPOCS.

Considerações finais

Pretendemos com este artigo realizar um diagnóstico analítico das produções acadêmicas no Grupo de Trabalho “Ensino de Ciências Sociais”, na ANPOCS, de 2020 e 2021. Entendemos que é somente nas duas últimas décadas do século XXI que há uma maior concentração de discussões que tocam diretamente nas questões referentes ao ensino de Sociologia. A pesquisa de caráter bibliográfico se deu a partir da investigação dos artigos e resumos publicados no site da ANPOCS. Como evidenciado no decorrer do trabalho, com o advento da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na grade curricular escolar a partir de 2008, houve um aumento das pesquisas sobre o ensino de Sociologia no Brasil. A ampliação das Universidades públicas e o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais potencializaram o crescimento das pesquisas voltadas ao ensino e suas nuances.

Constatamos no decorrer da pesquisa que a ANPOCS, enquanto lócus de reunião e divulgação das produções acadêmicas das Ciências Sociais, conta com muitas lacunas em seus GTs quando o assunto é o ensino de Sociologia. Ainda que o Grupo de Trabalho “Educação e Sociedade” tenha cumprido um importante papel enquanto percursor das discussões relacionadas à educação, entendemos que a Associação necessita dedicar mais atenção aos temas circunscritos ao ensino de Sociologia.

Com a implementação da BNCC, as discussões sobre a educação em suas diferentes frentes, parecem suscitar com ímpeto o debate mais intenso entre os cientistas sociais sobre as possíveis alternativas ao ensino de Sociologia, alcançando os cursos de licenciatura em Ciências sociais e as produções nos PPGs da área de Ciências Sociais e Sociologia. De presença secundária, às discussões acerca do ensino de Sociologia e da prática docente nos cursos de graduação em Ciências Sociais entram em cena. E o GT “Ensino de Ciências Sociais” na ANPOCS 2020 e 2021, tem sido um espaço importante subsidiando as reflexões alusivas ao ensino de Sociologia.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da (2019). **BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. Retratos Da Escola**, 13(25), 137-153. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>>Acesso em: 11 fev 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 11.684, de 02/06/2008. Brasília, 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm>Acesso em: 27 dez 2021.

BRASIL. Senado Federal. Lei 13.415 de 16/02/2017. Brasília, 2017. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>Acesso em: 27 dez 2021.

CIGALES, Marcelo e GREINERT, Diego. **O debate sobre o currículo de Ciências Sociais: da lei 11.684/2008 à BNCC/2018**. rev. espaço do currículo (online), João Pessoa, v.13, n.2, p. 235-250, maio/ago. 2020. Disponível em:< <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51075> > Acesso em: 14 fev 2022.

COSTA, Francine; ORYAN, Valentina Cortinez. Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 45; *On-line*. “Ensino de Ciências Sociais” **na modalidade remota: estratégias pedagógicas em uma disciplina de metodologia de pesquisa**. Disponível em:< https://www.ANPOCS2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYT0xOntzOjE5OiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MzoiMjMoljtgIjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImZmOWY5YWloYTU4YzY1MGFiNTM4NzY3ZTFjMzhiYTA2Ijtz9&ID_ATIVIDADE=234> Acesso em:12 fev 2022.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 44; *On-line*. GTs ANPOCS 2020. Disponível em:< <https://www.ANPOCS2020.sinteseeventos.com.br/atividade/hub/gt>> Acesso em: 15 dez 2021.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 45; *On-line*. GTs ANPOCS 2021- Disponível em:< <https://www.ANPOCS2021.sinteseeventos.com.br/atividade/hub/gt>> Acesso em: 15 dez 2021.

ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS; *On-line*. ANPOCS edições de 1977 a 2019. Disponível em: <<https://ANPOCS.com/index.php/encontros/encontros-anteriores>> Acesso em: 15 dez 2021.

IANNI, Octavio. **O ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º graus.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 327-339, set-dez. 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yWjZXPgthbGKMBsMcwWCfzH/?lang=pt>> Acesso em: 12 fev 2022.

LAVALLE, Adrian Gurza (org.). **Livro dos Nomes da ANPOCS de 1977 a 2016. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** Ed.ANPOCS, 2016. *E-book* (416). Disponível em:<http://ANPOCS.com/images/stories/4oencontro/LivrodosnomesANPOCS_2016.pdf> Acesso em: 20 jan 2022.

LEITE, Kelen Christina; MARTINS, Marcos Francisco; CORROCHANO, Maria Carla e SILVA, Carolina Modena da. **Sociologia no Ensino Médio: institucionalização da disciplina e produção científica sobre o tema.** Educação. Porto Alegre [online]. 2018, vol.41, n.1, pp.123-134. ISSN 1981-2582. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.25548>. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/25548>> acesso em:12 fev 2022.

LIMA, Vinícius Carvalho. Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 44; *On-line*. **Sentidos do ensino de Sociologia nas reformas educacionais e suas relações com a conjuntura sócio-política brasileira: possíveis caminhos para entender dinâmicas da disciplina no século XXI.** Disponível em:<https://www.ANPOCS2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE6ImJmZjU5NzgiYmZjNzc2ZTAwYTU3NzYwZjJkODIyMTc3Ijt9&ID_ATIVIDADE=140> Acesso em: 12 fev 2022.

MAÇAIRA, Julia Polessa. Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 44; *On-line*. **O “Ensino de Ciências Sociais” no Brasil (1920-2019): um século, três gerações de livros didáticos de Sociologia.** Disponível em:<https://www.ANPOCS2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjE6ImJmZjU5NzgiYmZjNzc2ZTAwYTU3NzYwZjJkODIyMTc3Ijt9&ID_ATIVIDADE=140> Acesso em: 12 fev 2022.

MORAES, Amaury César. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato.** *Revista Tempo Social*, São Paulo - SP, v. 15, n. 1, p. 05-20, 2003. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ts/a/Xf5BRdPjt6BwnnpQ457pwkN/?lang=pt>>Acesso em:12 fev 2022.

MORAES, Amaury César. **O Ensino de Sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola.** Programa de Pós-Graduação em

Ciências Sociais – UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017. Disponível em:< <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12306>> Acesso em: 12 fev 2022

OLIVEIRA, Amurabi; MELCHIORETTO, Beatriz. **O ensino de Sociologia como tema de pesquisa nas Ciências Sociais brasileiras.** Revista BIB, São Paulo, n. 91, p. 1-26, 2020. Disponível em:< <https://bibANPOCS.emnuvens.com.br/revista/article/view/491>> Acesso em: 12 fev 2022.

OLIVEN, Arabela Campos. Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 20; Caxambu - MG. **Balanço e Reflexão sobre a Trajetória do GT “Educação e Sociedade”: 15 anos de atividade. 1996.** Disponível em: <https://ANPOCS.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-ANPOCS/gt-19/gto5-17/5344-aoliven-cmartins-balanco/file>. Acesso em: 14 fev 2022.

RESENHAS

Examinando o racismo de narrativas colonialistas transatlânticas: resenha do livro *Decolonizing sambo*, de Shirley Anne Tate

João Victor A. Krieger¹

Recebido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

TATE, S. A. **Decolonizing Sambo**: transculturation, fungibility and black and people of colour futurity. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2019.

Introdução

O racismo contemporâneo, através de diferentes práticas e manifestações, permanece carregado de narrativas que se difundiram pelo globo através das eras. Em sociedades estruturadas pelo racismo e colonialismo, a identidade social atribuída a sujeitos racializados, negros em especial, reproduz construções simbólicas historicamente elaboradas para legitimar a dominação e supremacia branca-europeia. Na obra *Decolonizing sambo: transculturation, fungibility and black and people of colour futurity* (2019), Shirley Anne Tate investiga a circulação de estereótipos racistas através do mundo colonial escravista que perduram (ou, conforme a autora, assombram) no imaginário atual e que seguem presentes no imaginário racista. “sambo”² é a identidade que serve como

¹ Doutorande do programa de Sociologia pela University of Alberta (Edmonton, Canadá), com especialização doutoral em teorias decoloniais e de raça. Mestre em Sociologia pela mesma instituição e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Temas de pesquisa: criminologia crítica, governamentalidade, teoria decolonial, sociologia do direito. Contato: jkrieger@ualberta.ca.

² Nesta resenha, utilizarei a grafia “sambo” em letras minúsculas. Essa opção segue o exemplo que a autora utiliza ao longo do livro, referindo-se ao fato de sambo não ser um nome próprio que designa um indivíduo em particular, mas sim um aspecto de fungibilidade e transculturalidade.

objeto de análise através do livro, servindo de exemplo e modelo de comparação para o estudo da construção de outras identidades raciais coloniais.

Shirley Tate desenvolve sua análise teórica através de uma pesquisa empírica com uma miscelânea de métodos de estudo históricos, arqueológicos, arquivísticos e etnográficos. Para fundamentar sua investigação, a autora explora em sua obra documentos, fotografias, livros infantis, artigos de museu, objetos colecionáveis, anúncios publicitários, produtos alimentícios, relatos próprios e de terceiros, entre outras fontes. Tate avaliou esses itens à luz de teorias críticas de raça e decoloniais para expor suas origens e significados. A diversidade de materiais analisados demonstra as múltiplas formas de representação do arquétipo sambo em objetos culturais – tanto do passado quanto atuais. O estudo abordou essas manifestações de sambo em diferentes sociedades ao redor do globo, alcançando Austrália, África do Sul, Trinidad e Tobago, Flórida, Jamaica, Espanha, as nações que constituíram as Índias Ocidentais Dinamarquesas (ou Antilhas Dinamarquesas), as Índias Ocidentais Holandesas (ou Caribe Holandês) e o Reino Unido. Assim, a autora demonstra a permanência de sambo enquanto uma narrativa racista que permeia diferentes povos interligados pela rede colonial transatlântica.

Situando a obra

Conforme argumentado por Patricia Williams, “O racismo é uma fantasia virtual que consome histórias, redireciona empatia e consolida o medo” (2021, p. 62 tradução nossa). Em outras palavras, o racismo é uma tecnologia sociopolítica que condiciona as relações entre indivíduos e grupos. Estudar o racismo nos permite compreender a distribuição de privilégios e afetos na sociedade. Também possibilita a compreensão das estruturas sustentadas em preconceitos raciais que impactam a vida tanto de brancos quanto de não-brancos. Nesse sentido, a compreensão crítica sobre o racismo é necessária para a romper com as hierarquias racistas vigente em tantas partes do mundo, embasando a luta antirracista.

O trabalho de Tate em *Decolonizing sambo* se insere nessa tradição de arqueologia crítica de símbolos que estruturaram o racismo histórico que permanece atual. Assim como Aníbal Quijano (1992, p. 14) assinalou que o declínio de uma forma-política colonial não implica na superação de suas estruturas (cuja permanência ele chamou de “colonialidade”), da mesma forma o fim de políticas racistas (como escravidão, segregação e discriminação explícita) não erradica do imaginário popular ideias que sustentam a inferioridade de negros, indígenas e demais povos não-brancos. Tate explora os mitos e lendas que construíram o estereótipo de sambo para, em seguida, analisar situações que demonstram sua permanência em diferentes países. A difusão de narrativas em torno do sambo pelo mundo – possibilitada pela circulação de bens, pessoas e ideais através da estrutura colonial transatlântica – aponta para o caráter transnacional e transcultural deste símbolo de subjeção racial (TATE, 2019, p. 9).

A autora adverte, contudo, que a análise sobre sambo não revela tanto sobre a negritude, mas sim sobre a branquitude. sambo, segundo a autora (TATE, 2019, p. 19), é um elemento constitutivo da psiquê branca. O arquétipo sambo, assim como os símbolos que o acompanham (descritos adiante), foi construído pela branquitude colonialista para atribuir uma suposta condição de inferioridade inerente à raça negra. Essa narrativa serviu aos desígnios de proprietários de pessoas escravizadas e demais brancos dessas sociedades de consolidar a subalternidade dos negros na mentalidade social. Contudo, atuou também como uma autodeclaração racial em oposição ao arquétipo em questão. Assim, a branquitude pode se afirmar como aquilo que os negros (sambos) não são, reiterando sua alegada posição social de superioridade.

Em um cenário contemporâneo, a sobrevivência simbólica de sambo, sustentada na fragilidade e inocência branca, aponta para uma nostalgia e melancolia colonialista (TATE, 2019, p. 153); posto de outra forma, ela expressa a relutância da parte de brancos para abolir estruturas que sustentam a sua supremacia e privilégio. Consequentemente, sambo expressa o fenômeno que Grada Kilomba (2008, p. 13) definiu como uma reformulação de preconceitos do passado no presente, reforçando uma realidade traumática para aqueles afetados.

Para auxiliar a compreensão do tema abordado por Tate em sua obra, é importante descrever o arquétipo sambo e demonstrar sua manutenção enquanto um artefato de poder racial (bio e necropolítico) na atualidade.

O arquétipo sambo no passado e presente

Conforme mencionado, sambo é uma construção arquetípica da psiquê branca construída para declarar a inferioridade de negros e, ao mesmo tempo, afirmar a dominação branca. sambo simboliza infantilidade, imaturidade e dependência. O mito que o representa é o de um jovem negro escravizado que se comporta como uma criança e tem uma relação de admiração paternal com os brancos escravizadores e proprietários de pessoas escravizadas (TATE, 2019, p. 19). sambo expressa ingenuidade frente ao mundo que o rodeia, incluindo a alienação da própria situação de escravidão e servidão. Sua ignorância se manifesta com um caráter cômico para os brancos, aludindo a ridicularização do personagem. Por essa razão, sambo é visto como alguém a ser tutelado, guiado e governado para seu próprio bem.

Essa caricatura sobreviveu ao regime de escravidão e sua alegoria racista fundamentou muitos estereótipos e performances associadas a pessoas negras. sambo pode ser encontrado em diferentes contextos e eras, sempre exprimindo a mesma mensagem simbólica: “[...] o potencial de decadência para a infra-humanidade através da miscigenação (TATE, 2019, p. 31, tradução nossa). Visto como ontologicamente (isto é, por essência) como inferior, sambo serve como uma advertência da contaminação racial. O aspecto ridículo representado em sambo o coloca como um mal racial a ser isolado. Nessa lógica, sua inclusão na sociedade branca é limitada a um status de servidão e inferioridade, pois a igualdade e miscigenação significariam a involução racial dos brancos.

Para além da alegoria, sambo também foi um nome imposto por escravizadores para escravizados. Indivíduos escravizados eram alienados de seus nomes para serem chamados de sambo. Assim, sambo se tornou uma tecnologia de transculturação de africanos e seus descendentes, impedindo-os de se identificar com seu local de origem, sua

língua natal, sua cultura e sua comunidade. Simultaneamente, essa identificação aponta a fungibilidade desses indivíduos, isto é, o aspecto de um objeto comercializável e substituível (TATE, 2019, p. 24). Um sujeito negro escravizado, dentro dessa lógica, poderia ser descartado e substituído por outro sambo, uma vez que não há distinção qualitativa entre sambos. Assim como um instrumento, essa fungibilidade convém ao sistema de exploração do trabalho típico da escravidão, mas também do capitalismo racial moderno (vide ROBINSON, 2000) baseado em trabalho livre e precarizado. Em último grau, sambo opera a desumanização de corpos negros.

Na contemporaneidade, os símbolos que sambo representa são continuamente reproduzidos coletivamente através do racismo cotidiano (TATE, 2019, p. 44). sambo, enquanto um elemento narrativo e performático, pode ser encontrado em lendas, histórias, canções e roteiros. Tate demonstra que o capitalismo racial segue explorando sambo, transformando-o em um objeto de consumo em atrações turísticas, peças de museu e memorabilia colecionável:

A governamentalidade racista opera abertamente em conjunto com o poder político, cultural, epistêmico e econômico dos brancos para continuar reproduzindo sambo enquanto uma commodity inserida no mercado de objetos colecionáveis e descartáveis do capitalismo racial (TATE, 2019, p. 110, tradução nossa).

Nesse sentido, corpos e identidades negras seguem explorados como ícones consumíveis, fungíveis e dispensáveis. Para Tate, esse consumo expressa uma dimensão libidinal, uma vez que desperta desejos e afetos nos consumidores brancos. Ao consumir sambo, isto é, se relacionar com esse símbolo para autossatisfação, o público manifesta emoções diversas em relação a um tempo passado. Nostalgia, luto, condescendência, convivialidade ou autoafirmação são sentimentos que os consumidores tendem a expressar em relação a sambo. Como regra, esse consumo é feito sem responsabilidade histórica ou compreensão crítica sobre o que sambo representa, o que sustenta a manutenção deste arquétipo. Articulado sobre uma epistemologia de ignorância, consumidores são induzidos a uma “amnésia-afasia” simbólica (TATE, 2019, p. 94), ou seja, um esquecimento

conveniente e desresponsabilização com a violência racial estrutural. A branquitude tenta assim mascarar seu papel histórico na colonialidade e escravidão ao emular benevolência em relação ao Outro inferiorizado (TATE, 2019, p. 121). Assim, preserva-se a fragilidade e ignorância branca em uma sociedade que contraditoriamente se declara pós-racial (vide BONILLA-SILVA, 2018; GOLDBERG, 2015).

Considerações finais

A obra de Tate oferece uma contribuição valiosa para o campo de estudos críticos sobre raça e relações raciais. Ao se empenhar na análise do arquétipo sambo, a autora proporciona uma compreensão inédita de como este símbolo em particular moldou e afetou a identidade de indivíduos negros e negras em diferentes locais do globo. Para além de sambo, o argumento do livro permite um entendimento crítico sobre outros mitos, estereótipos e narrativas que condicionam a vida de pessoas racializadas como não-brancas.

Decolonizing sambo, portanto, se insere em uma corrente teórica que explora a construção da subjugação racial. A obra aprofunda os estudos de Sylvia Wynter (1994, 1995, 2003) sobre a relação entre colonialismo, racismo e a atribuição do status de “ser humano” conforme compreensões de raça. Podemos relacionar o trabalho de Tate ainda com o conceito que Christina Sharpe (2010) denominou como intimidades monstruosas. Em sua análise, Sharpe explora diferentes manifestações contemporâneas com raízes históricas que perpetuam noções de inferiorização de corpos negros e demonização de suas relações. Segundo ela, esses modos de representação congregam conceitos contraditórios como subjugação, inocência, obediência, passividade, brutalidade, animalidade, sexualidades desviantes e terror. Trata-se de fantasias que mobilizam afetos de aversão e ódio.

Podemos interpretar sambo, portanto, como um exemplo de tais modos de representação monstruosas. sambo não conjura terror, mas sim o ridículo e o cômico, permitindo ao interlocutor se afirmar enquanto alguém superior e benevolente (articulando a inocência branca, conforme mencionado anteriormente). sambo incorpora, assim, a passividade e dependência em relação à branquitude. Contudo, em um movimento

dialético, o sujeito branco simultaneamente constrói a si mesmo dentro da mesma narrativa, no papel oposto. Dessa forma, de acordo com o argumento de Sharpe (2010, p. 182), sambo torna a branquitude e sua psiquê mais evidente.

A leitura de *Decolonizing sambo* adquire especial importância em um momento de visibilidade de lutas antirracistas e decoloniais. Ela traz à tona o papel (e a responsabilidade atual) da branquitude no racismo cotidiano. Além disso, demonstra ilustrativamente o fenômeno dialético de classificação e autoclassificação perpetrado pelo olhar branco – segundo Franz Fanon (2008, p. 104), uma estruturação definitiva do eu e do mundo.

De acordo com Tate, sambo permanece vivo em sociedades marcadas pelo colonialismo e racismo. Ele segue cumprindo sua função de representar cenas de subjeção e, assim, constituir identidades inferiorizadas. Para romper com esse ciclo, Tate defende a erradicação deliberada de sambo (TATE, 2019, p. 154). Ela coloca como condição de um horizonte antirracista, portanto, a abdicação deste arquétipo pela psiquê branca. Enquanto não acontecer a responsabilização da branquitude pelo seu papel de criadores e perpetradores do racismo, sambo permanecerá vivo e ativo no imaginário social.

Referências

BONILLA-SILVA, E. **Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America**. Fifth edition ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução: Renato Da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOLDBERG, D. T. **Are we all postracial yet?** Malden, MA: Polity Press, 2015.

KILOMBA, G. **Plantation memories: episodes of everyday racism**. 1. ed. Münster: Unrast, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indíg.**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

ROBINSON, C. J. **Black marxism: the making of the Black radical tradition**. Chapel Hill, N.C: University of North Carolina Press, 2000.

SHARPE, C. **Monstrous Intimacies: Making Post-Slavery Subjects**. Durham & London: Duke University Press, 2010.

TATE, S. A. **Decolonising Sambo: transculturation, fungibility and black and people of colour futurity**. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2019.

WILLIAMS, P. **Giving A Damn: Racism, Romance and Gone with the Wind**. London: TLS Books, 2021.

WYNTER, S. No Humans Involved: an open letter to my colleagues. Em: **Forum N. H. I. Knowledge for the 21st Century, Vol. 1, No. 1**. Stanford: Institute N. H. I., 1994. p. 42-73.

WYNTER, S. 1492: A New World View. Em: HYATT, V. L.; NETTLEFORD, R. (Eds.). . **Race, Discourse, and the Origin of the Americas: A New World View**. Washington: Smithsonian, 1995. p. 5-57.

WYNTER, S. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation - An Argument. **CR: The New Centennial Review**, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

Nominata de Pareceristas

AknatonToczek Souza	Letícia Figueira Moutinho Kulaitis
Alana Lemos Bueno	Lígia Maciel Ferraz
Alberto Kapitango Nguluve	Loren Marie Vituri Berbert
Alexsandro Eugenio Pereira	Lucas Henrique Ribeiro
Ana Beraldo de Carvalho	Lucas Luis Jesus da Silva
Anamaria Ladeira Pereira	Luciano Dutra de Oliveira
André Victorino Mindoso	Marcela Guedes
Antônio Antônio	Marcelo Bordin
Augusto Neftali Corte de Oliveira	Marcelo Pinheiro Cigales
Bárbara Salatiel Borges	Marcio Bernardes de Carvalho
Bruna dos Santos Bolda	Maria de Fátima Goulart
Caio de Almeida	Maria Izabel Machado
Camila Santos Pereira	Maria Raquel Caetano
Carla Bernava	Marieli Machiavelli
Ciro Antônio da Silva	Marisa Fernanda da Silva Bueno
Claudia Carneiro Peixoto	Marlene Tamanini
Claudia Santos	Mateus Coelho Martins de
Cristiane Andrade	Albuquerque
Daniel José do Nascimento Ferreira	Max Luiz Gimenes
Diego Greinert de Oliveira	Noemi dos Reis Corrêa
Ednaldo Aparecido Ribeiro	Paloma Coelho
Ermelinda Liberato	Patricia Maria Dusek
Fábia Berlatto	Pedro Marchioro
Felipe Ribeiro Cazelli	Pedro Vanzo
Fernanda Novaes Cruz	Roberta dos Reis Neuhold
Gabriel Gil	Rodrigo Czajka
Guilherme Marcondes	Rodrigo de Souza Pain
Gustavo Gabaldo Grama de Barros	Sonia Itoz
Silva	Tainá Melo Silveira
Helena Patini Lancellotti	Tânia Guimarães Ribeiro
Ingrid Viana Leão	Tiago Roberto Ramos
Jessica Brisola Stori	Tomaz Amorim Fernandes Izabel
Jorge Henrique Silvestre Barbosa	Virgínia Maria Belinot Souza
Kauê Pessoa	Walmir Braga de Faria Júnior
Leandro Garcez Targa	